



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.

Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo

Descrição baseada em: N. 93 (2012)

ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

dossiê segurança pública

5 Editorial

9 Apresentação *Bruno Paes Manso e Luís Felipe Zilli*

15 Tiro cruzado: as dinâmicas de violência armada letal envolvendo a juventude brasileira *Maria Fernanda Tourinho Peres, Mariana Thorstensen Possas, Ana Clara Rebouças de Carvalho, Fernanda Lopes Regina e Máine Souza*

29 O efeito gangue sobre a dinâmica dos homicídios: um estudo sobre o caso de Cambé/PR *Cleber da Silva Lopes e Anderson Alexandre Ferreira*

47 Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará *Juliana Melo e Luiz Fábio S. Paiva*

63 Necropolítica e racismo na construção da cartografia da violência nas periferias de Belém *Aiala Colares de Oliveira Couto*

81 Entre altos e baixos: dinâmicas da violência letal no Espírito Santo e Minas Gerais entre os anos 2000 e 2020 *Marco Aurélio Borges Costa e Rafael L. S. Rocha*

95 Os jovens e a criminalidade em Mato Grosso do Sul *Giovanni França*

textos

113 *O Conde de Monte Cristo* e a catábase de Edmond Dantès *Cleber Vinicius do Amaral Felipe*

127 A tensão entre o silêncio e o discurso em Haneke *Rafael Mantovani*

137 Itaguaí, ou o grande teatro do mundo *Pierre Brunel*

arte

150 O dedo na ferida *Alecsandra Matias de Oliveira*

livros

165 *O polímata* e a história da erudição: Peter Burke sob o signo da tradução cultural *Carlota Boto*

171 Dinâmicas da história na modernidade poética *Víctor Gustavo Zonana*

177 É preciso um pouco de coragem *Cícero Alexsande dos Santos*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor VAHAN AGOPYAN

Vice-reitor ANTONIO CARLOS HERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Superintendente LUIZ ROBERTO SERRANO

revistausp

Editor JURANDIR RENOVATO

Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA

Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA

SILVIA SANTOS VIEIRA

Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE

Colaborador MARCOS SANTOS (fotografia)

Conselho Editorial

ALBÉRICO BORGES FERREIRA DA SILVA

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

EDUARDO VICTORIO MORETTIN

LUIZ ROBERTO SERRANO (membro nato)

FERNANDO LUIS MEDINA MANTELATTO

FLÁVIA CAMARGO TONI

FRANCO MARIA LAJOLO

JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO

OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento

Gráfica CS



Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar

CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP

Telefax: (11) 3091-4403

www.usp.br/revistausp

e-mail: revisusp@usp.br

Poucas vezes uma capa conseguiu definir tão bem o conteúdo de um dossiê da **Revista USP**. Leonor Shiroma, nossa editora de arte, foi muito feliz na escolha da imagem da janela de vidros estilhaçados por tiros, uma imagem que fala por si só. É tão clara e direta que, diante dela, é impossível manter qualquer indiferença, nem mesmo aquela de quando assistimos ao noticiário da TV, quando o crime, de tão banalizado, não nos causa mais assombro.

Isso seria de fato assombroso: permanecer impassível diante da imagem. Ela nos fala sobre o horror a que somos submetidos diariamente nas grandes cidades do país, e para o qual termos como “democracia”, “bem comum” e “Estado de direito” esvaziam-se de sentido. Pior ainda quando é jogado na vala comum de um ideário perverso e autoritário, no qual, por exemplo, “bandido bom é bandido morto”, ou na esteira de esdrúxulas políticas de ódio que, revestidas com a auréola infernal das boas intenções, entre outras estultices, visam a incentivar a compra e a posse de armas pelo cidadão comum.

Este dossiê “Segurança Pública”, pensado e coordenado pelos jornalistas e pesquisadores Bruno Paes Manso, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo, e Luís Felipe Zilli, do Núcleo de Estudos em Segurança Pública (Nesp) da Fundação João Pinheiro, faz uma radiografia desse horror que se espalha, como uma epidemia (outra), por todo o Brasil. Nas suas páginas, o leitor, mais do que simplesmente obter estatísticas assustadoras sobre homicídios praticados nos mais diversos estados, entrará em contato com um universo onde os princípios básicos da civilização e da urbanidade há muito deixaram de existir.

Por fim, não poderia perder a oportunidade de agradecer a Alecsandra Matias de Oliveira, que, neste número, dá cabo com extrema presteza e imenso talento à incumbência que lhe solicitamos para esta trilogia que ora termina. Não deixe o leitor, portanto, de visitar a seção Arte.

Jurandir Renovato



segurança pública

Apresentação

Quanto mais homicídios, mais frágil a democracia

A violência letal, intencional e armada tem sido um dos grandes desafios políticos para as instituições democráticas no contexto atual do Brasil urbano. Mais do que meramente um problema de segurança pública, a concentração de homicídios em alguns territórios metropolitanos ajuda a localizar, no mapa brasileiro, a ação de grupos armados e o domínio que exercem sobre bairros ou conjuntos de favelas, submetendo a população local aos seus próprios interesses. Seja pela constante ameaça ou mesmo pelo uso concreto da violência, tais grupos controlam diversos tipos de negócios legais e ilegais nesses territórios, garantindo lucros elevados para a sustentação e expansão de suas atividades, corroendo a institucionalidade democrática em nível local e apelando para a flexibilização do monopólio legítimo da força pelo Estado.

Essas disputas violentas pelo poder nos territórios possuem características em comum nos diversos estados do Brasil, assim como especificidades locais. Os próprios grupos podem ser mais ou menos estruturados, com ou sem comandos ou hierarquias; podem se financiar pela venda de drogas e outros tipos de atividades criminosas, bem como ter maior ou menor interface com negócios legais; podem ter participação de policiais ou funcionar como grupos paramilitares, bem como ter maior ou menor ligação com dinâmicas próprias do sistema penitenciário.

Nos territórios onde exercem ou disputam o poder com os rivais, porém, o resultado é parecido: esses grupos acabam impondo o silêncio forçado aos moradores, que precisam se conformar a viver rotinas de tiroteios e de corpos amanhecidos nas ruas, como se seus bairros estivessem fadados a seguir sob uma sombra eterna, inalcançados pelo Estado de direito e pela Justiça.

Quando esses grupos são mais bem estruturados, como ocorre no Rio de Janeiro, tendem a funcionar como uma espécie de governo territorial ilegal, assumindo o mono-

pólio do uso da força em seus territórios e desenvolvendo com a população uma relação ao mesmo tempo tirânica, paternalista e clientelista. Na capital fluminense, nas centenas de bairros controlados pelas facções criminosas – Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro, Amigo dos Amigos e os grupos paramilitares – o poder político tende a ser medido pela quantidade de fuzis que tais grupos têm para se defender. A rotina da cidade e do estado acaba dependendo das estratégias de ação desses grupos, com cotidianos de tiroteio ou calmaria dependendo da disputa do dia.

Nas cidades onde esses grupos são menos estruturados, a situação pode ser ainda mais dramática: as rivalidades e conflitos difusos passam a definir o cotidiano de determinados bairros. A disposição para matar e se tornar autoridade soberana no território provoca reações violentas, incentivando o surgimento de grupos rivais prontos a se antecipar e a matar antes de morrer, travando disputas que muitas vezes duram anos a fio. Essa tensão incentiva jovens a se armar e a se aliar a colegas para se defenderem, alimentando ciclos incessantes de vinganças que multiplicam as pessoas e grupos dispostos a ingressar nos conflitos.

Em diversas ocasiões, as forças policiais, que deveriam agir estrategicamente para identificar e impedir a ação dos candidatos a tiranos dos territórios, acabam atuando como mais um grupo a usar da violência na disputa pelo poder local. Adotando mentalidade de gangues, agentes públicos jogam gasolina na fogueira ao emularem a lógica da guerra contra o crime, contribuindo ainda mais para fragilizar a legitimidade das instituições que deveriam representar. Em vez do fortalecimento do Estado de direito nes-

ses territórios, crescem os homicídios interpessoais no Brasil e aumentam as mortes promovidas por policiais durante o trabalho.

Nesse contexto, o elevado número de homicídios em determinados territórios das cidades brasileiras acaba funcionando como um termômetro para identificar o grau de fragilidade das instituições democráticas em nível local, sobretudo em sua pretensão de garantir direitos aos moradores. Nos locais onde o Estado é incapaz de preservar a vida e outros direitos civis, homens armados se fortalecem como autoridades, tendo a prerrogativa do uso da violência – até mesmo letal – para beneficiar seus interesses e negócios de grupo.

Esse olhar nacional e regional sobre o problema dos homicídios no Brasil, proposto neste número da **Revista USP**, busca explicar, qualitativamente, como esse fenômeno passou a se espalhar de norte a sul pelo Brasil, principalmente depois dos anos 1980. Este dossiê também tenta ajudar a refletir sobre maneiras de reverter esse quadro de violência e o processo de fragilização do monopólio da força pelo Estado.

Apesar de ter alcançado cidades de todas as regiões do país, as mortes intencionais praticadas por homens armados se concentram no espaço e atingem de maneira desproporcionalmente alta certos grupos sociais. Um levantamento feito em 2017, por exemplo, mostrou que mais da metade dos homicídios registrados naquele ano no Brasil ocorreram em apenas 2% dos municípios do país. Quando a lupa se fecha sobre essas cidades, a concentração volta a ocorrer nos bairros mais pobres e menos urbanizados. Fechando ainda mais o foco sobre os bairros violentos, o problema se volta para um grupo populacional específico: homens,

negros, com menos de 25 anos. São os integrantes desse segmento os que mais matam e os que mais morrem.

A violência e a ação desses grupos diversos cresceram ao longo dos anos, impulsionadas pelas oportunidades de lucro elevado oferecidas em uma ampla carteira de negócios que mistura, de maneira fluida, atuação em segmentos legais e ilegais. Podem ser, por exemplo, a venda varejista de drogas; o roubo de cargas e a venda dessas mercadorias para supermercados; o controle de linhas de transporte público clandestino; o roubo de bancos ou carros; a grilagem de terras e a construção de imóveis em áreas ocupadas, entre outros.

A partir dos anos 2000, grupos paramilitares e policiais passaram a disputar esses negócios locais, extorquindo moradores, comerciantes e estabelecendo monopólios sobre uma série de mercados, obrigando a população dessas áreas a comprar, dos integrantes das quadrilhas, serviços e produtos de péssima qualidade, a preços extorsivos. Em um primeiro momento, a tolerância social com a violência policial criou contextos férteis para o surgimento e fortalecimento de grupos milicianos no Rio de Janeiro – a licença informal para matar fez com que os agentes públicos enriquecessem explorando esta mercadoria política em seus territórios de atuação. Mais recentemente, as milícias se tornaram um modelo promissor de negócio, seduzindo policiais que integram corporações cada vez mais violentas e sem controle em outros estados do Brasil.

Por outro lado, em territórios historicamente violentos, mas nos quais os processos de estruturação de atividades criminosas ainda não atingiram patamares tão organizados, tende a se consolidar um contexto de

escolhas violentas para resolução de conflitos entre moradores, tornando os homicídios um acontecimento cotidiano e naturalizado. A rotina de corpos no meio da rua, tiroteios frequentes, enterros aos finais de semana, amigos mortos etc. passam a mensagem de que aqueles espaços são regidos pela lei do mais forte, onde sobrevivem os jovens com mais apetite para o confronto e maior quantidade de aliados. Ter aliados fortes para se sentir menos vulnerável se torna um caminho sedutor. Iniciadas as disputas, contudo, aquele que matou fica fadado a ser justificado pelos amigos e parentes da vítima, promovendo um processo autodestrutivo em que os homicidas de hoje acabam se tornando as vítimas de amanhã. Com o tempo, as dinâmicas de violência que se estabelecem nos bairros violentos das cidades fazem rodar uma engrenagem das vinganças coletivas, gerando um efeito multiplicador dos assassinatos e transformando os homicídios num hábito cada vez mais banal e recorrente, passível de ser corriqueiramente utilizado na mediação de inúmeros conflitos¹.

Bairros urbanos tragados por esses ciclos de violência entre jovens se tornam os famosos *hotspots* da violência (manchas vermelhas nos mapas criminais das cidades, em função de sua elevada concentração de assassinatos). Por meio dessa forma de visualização do problema, é possível verificar, dentro do território de uma mesma cidade, a existência de profundos contrastes: nos territórios de *hotspots*, homens jovens e negros passam a morrer por homicídios a

1 Claro que nem todos os homicídios decorrem dessas disputas violentas pelo poder territorial. Os feminicídios e os roubos seguidos de mortes, por exemplo, têm lógica distinta.

taxas de centenas de casos para cada grupo de 100 mil habitantes; já em outras áreas do mesmo município, grupos menos vulneráveis e menos visados morrem a taxas comparáveis a cidades europeias, em países pacificados – uma ou duas mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.

A forma como tais dinâmicas se desenvolvem em cada estado brasileiro depende da história social, econômica e política desses lugares: o processo de ocupação dos bairros, como os moradores se articularam politicamente nos territórios, como e quando ocorreu a ascensão das atividades ilegais e informais, a forma de atuação da polícia e da Justiça, o sistema prisional, entre outras especificidades. A própria história da transformação dos mercados ilegais e criminais tem papel relevante. Nos últimos anos, muitas das cenas criminais de diversos estados brasileiros tiveram suas histórias cruzadas pela trajetória das gangues criminais forjadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, a partir do momento em que esses grupos se nacionalizaram e passaram a distribuir drogas no mercado atacadista e a fazer alianças prisionais com coletivos locais.

O caso de São Paulo é emblemático nesse sentido: nos anos 80 e 90, o estado estava consolidado entre os mais violentos do Brasil, com uma trajetória de praticamente quatro décadas seguidas de aumento de suas taxas de homicídios, decorrentes de conflitos entre grupos armados de jovens em bairros de sua periferia – principalmente na região metropolitana. Eram pequenos coletivos, envolvidos em longos processos de vingança autodestrutivos e suicidas.

Em 1993, o surgimento da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) e sua rápida disseminação pelos presídios do

estado fortaleceram nas periferias paulistas o discurso de união do crime. Com o tempo, o grupo começou a funcionar como uma agência reguladora do mercado criminal, estabelecendo protocolos e regras que ajudaram a profissionalizar uma extensa rede horizontal de criminosos, repactuando o convívio entre antigos rivais, num tipo de mediação que beneficiou os participantes dessa carreira. As rivalidades entre pequenos grupos e as vinganças estavam proibidas.

A mediação e as novas normas definidas pelo PCC para os integrantes da carreira criminal ajudaram a diminuir os custos dos conflitos, aumentando a previsibilidade e os lucros do negócio para todos. O maior profissionalismo permitiu ao PCC acessar os canais atacadistas de fornecimento de drogas nas fronteiras com a América do Sul, melhorando a distribuição da mercadoria para os pontos varejistas espalhados pelo Brasil. O grupo também contribuiu para acirrar a corrida armamentista nos territórios e para o aumento da distribuição de armas de fogo nesses bairros.

Como resultado, ao longo dos últimos 20 anos, ao mesmo tempo em que a cena criminal de São Paulo aumentava os ganhos financeiros de seus integrantes por meio da normatização dos mercados e controle da violência, contribuía também para transformar o estado paulista no menos violento entre as 27 unidades federativas do Brasil. Por outro lado, enquanto a violência caía rapidamente em São Paulo, a rivalidade em outros mercados de drogas brasileiros se acirrava.

Com mais armas, mais mercadorias e a disposição para assumir as vendas varejistas nos territórios, diversos estados – principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil – viram suas taxas de homicídio crescer,

com pequenas gangues disputando, de forma violenta, o poder em favelas e bairros pobres de periferia – semelhante ao que ocorria em São Paulo nas décadas de 80 e 90. Esses grupos, assim como em São Paulo, também estavam articulados com novas gangues surgidas nos presídios de diversos estados.

Assim como ocorria na São Paulo de antes do PCC, essas disputas de poder entre pequenos grupos promoveram ciclos de vinganças e homicídios como um instrumento para resolução de conflitos. Como resultado, estados que nos anos 80 e 90 eram considerados pouco violentos, como Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Sergipe, viram, em poucos anos, suas taxas de homicídio aumentarem exponencialmente. O papel dos presídios nessa articulação das novas gangues estaduais também foi decisivo. A nova cena criminal e prisional foi levada ao conhecimento do grande público em 2017, quando estouraram três rebeliões no Amazonas, Rio Grande do Norte e Roraima, com quase 200 mortes filmadas pelos próprios presos. Depois desses conflitos, o ano de 2017 se encerraria como o mais violento da história brasileira.

Como reação a esse novo cenário, as polícias estaduais, pouco preparadas para lidar com o desafio, também partiram para o confronto nos territórios pobres. Como se disputassem com as gangues criminosas, reproduziram muitas das táticas violentas de extermínio usadas pelas próprias quadrilhas, acirrando ainda mais os contextos de violência. Os excessos praticados pela área de segurança pública no Brasil podem ser constatados nos números crescentes de homicídios praticados pelas polícias nos estados. Nos últimos três anos, as forças de segurança mataram, oficialmente, mais de 6 mil pessoas, batendo recordes sucessivos. A polícia

paulista, que seguiu com elevadas taxas de mortes praticadas por policiais em serviço, passou a figurar entre a metade menos violenta das corporações policiais do Brasil, o que mostra que o crescimento do crime e da violência nos outros estados foi acompanhado dos velhos erros das políticas de segurança e pelo descontrole pelos governos sobre a ação de suas forças armadas.

Nas próximas páginas, esta edição sobre segurança pública da **Revista USP** pretende detalhar melhor este quadro de variação das taxas de homicídios nas cinco regiões brasileiras. O primeiro texto, de autoria de Maria Fernanda Tourinho Peres (USP), Mariana Thorstensen Possas (UFBA), Ana Clara Rebouças de Carvalho (UFBA), Fernanda Lopes Regina (USP) e Maíne Souza (UFBA), aborda o quadro nacional e se detém na comparação da cena de dois estados com realidades distintas: São Paulo e Bahia. O artigo mostra como o Brasil, desde a década de 1980, verificou um crescimento constante de suas taxas de homicídios, atingindo o pico em 2017 e vivendo por 30 anos um estado de violência letal endêmica, que afeta especialmente a juventude negra e pobre, sem conseguir produzir uma compreensão minimamente razoável do problema e, consequentemente, uma reação política à altura.

No texto seguinte, Anderson Alexandre Ferreira e Cleber da Silva Lopes (ambos da UEL) analisam os processos que produzem dinâmicas homicidas ascendentes em territórios marcados por conflitos entre gangues, em um território periférico do município de Cambé, Paraná, ao longo de 15 anos (1991 a 2006). O terceiro artigo, por sua vez, de autoria de Juliana Melo (UFRN) e Luiz Fábio S. Paiva (UFC), descreve como a consolidação e a expansão de facções

criminosas em dois estados do Nordeste (Ceará e Rio Grande do Norte) não apenas atualizaram as relações criminais dentro e fora das prisões, mas também projetaram efeitos sobre as dinâmicas criminais em territórios de suas capitais.

O quarto artigo deste dossiê, de autoria de Aiala Colares de Oliveira Couto (UFPA), analisa a cartografia dos homicídios em Belém a partir da sobreposição de dinâmicas criminais nos territórios envolvendo narcotraficantes, milicianos e outras variadas formas de conflitos urbanos. No quinto texto, Marco Aurélio Borges Costa (UFES) e Rafael L. S. Rocha (UFMG) discutem as dinâmicas da letalidade violenta, sobretudo entre jovens, nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, abordando a redução das mortes violentas intencionais nos dois estados na última década, bem como a influência, ainda pontual, das facções criminais oriundas do Rio de Janeiro e São Paulo, com maior

centralidade nas dinâmicas locais de rivalidades violentas e conflitos armados, e o intenso aumento da letalidade policial nos territórios mineiro e capixaba.

Para fechar, Giovanni França (UFMS) analisa o envolvimento de jovens com a criminalidade no estado de Mato Grosso do Sul (MS), demonstrando como a expansão do narcotráfico em todas as regiões do estado e os conflitos entre as duas principais facções criminosas do Brasil pela disputa da hegemonia atacadista de drogas e armas na fronteira incidiram diretamente no recrutamento de jovens e no número de encarceramentos no estado.

Bruno Paes Manso

Núcleo de Estudos da Violência/USP

Luís Felipe Zilli

Núcleo de Estudos em Segurança Pública/FJP



Parlow/123RF

Tiro cruzado: as dinâmicas de violência armada letal envolvendo a juventude brasileira

Maria Fernanda Tourinho Peres

Mariana Thorstensen Possas

Ana Clara Rebouças de Carvalho

Fernanda Lopes Regina

Maíne Souza

resumo

No Brasil, as mortes violentas intencionais interpessoais, ou homicídios, constituem um fenômeno social cotidiano, que fica dissolvido em outras tantas causas de mortes que enfrentamos atualmente. Desde os anos 80, assistimos a um crescimento das taxas de homicídios, atingindo o pico em 2017. Vivemos há 30 anos um estado de violência letal endêmica, que afeta especialmente a juventude negra e pobre, sem conseguir produzir uma compreensão do problema e reação política à altura. Ao contrário, a cultura da morte permanece ativada e especialmente reproduzida em determinados espaços da sociedade. Os efeitos da dinâmica “tráfico-polícia” são a grande causa das mortes dos jovens, e sua produção é acompanhada do diagnóstico genérico “combate ao tráfico de drogas”, cujo relato inclui as justificativas morais, políticas e jurídicas para a manutenção desse contínuo e perverso ciclo de violência letal.

Palavras-chave: violência letal; taxas de homicídio; regulação da morte; letalidade juvenil.

abstract

In Brazil, interpersonal intentional violent deaths, or homicides, constitute an everyday social phenomenon dissolved among so many other causes of death that we currently face. Since the 1980s, we have witnessed a growth in homicide rates, reaching a peak in 2017. For thirty years, we have lived in a state of endemic lethal violence that especially affects the black and poor youth without managing to produce an understanding of the problem and an appropriate political reaction. On the contrary, the death culture remains activated and especially reproduced in certain spaces of society. The effects of the “trafficking-police” dynamic are the great cause of death of the youths, and their production is accompanied by the generic diagnosis of “combatting drug trafficking”, the report of which includes moral, political, and legal justifications for maintaining this continuous and perverse cycle of lethal violence.

Keywords: lethal violence; homicide rates; regulation of death; youth lethality.

[...] – Pró, mataram o irmão do meu namorado.

Eu disse: Como, menina? Mataram que dia?

– Acabaram de matar.

Eu disse: Oxente, você tá falando assim?

– É, pró, mataram ali agora. Eu vou ali pra casa da minha sogra.

Falando assim como se fosse algo muito normal. Uma semana depois, eu disse: E aí fulana, como é que está a situação?

– Ah, pró, meu namorado tomou um tiro.

Eu disse: Menina, pelo amor de Deus, o que é isso? Foi irmão, agora o namorado que tomou tiro, e você fala isso com a maior naturalidade, daqui a pouco, é você também.

– Ah, professora, é assim mesmo” (GF, Educação, Salvador, 2019)¹.

Este trabalho se baseia nas análises da pesquisa “Mortes por homicídios em São Paulo e Salvador: uma análise comparativa das trajetórias e estratégias intersetoriais de enfrentamento” (Edital CNPq nº 01/2016), iniciada em 2016 e finalizada em dezembro de 2020. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e grupos focais com gestores das secretarias e instituições; entrevistas com gestores e grupos focais com profissionais de serviços e jovens moradores de duas áreas selecionadas em Salvador e em São Paulo. As áreas selecionadas apresentam altos índices de violência.

MARIA FERNANDA TOURINHO PERES

é professora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP).

MARIANA THORSTENSEN POSSAS

é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ANA CLARA REBOUÇAS DE CARVALHO

é professora da UFBA.

FERNANDA LOPES REGINA é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da FMUSP.

MAÍNE SOUZA é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA.

¹ Trechos das entrevistas e grupos focais são reproduzidos respeitando a maneira de falar dos(as) nossos(as) interlocutores(as). Todas as pessoas que participaram da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para identificar as falas ao longo do texto, usamos os códigos (ENT) para entrevista ou (GF) para grupo focal e a categoria de serviços a que pertencem (Educação, Saúde, Assistência Social, Socioeducação, Segurança Pública e Justiça). Grupos com jovens moradores foram identificados como “Jovens”.

Entramos na terceira década do século XXI aterrorizados com a pandemia de covid-19 e suas consequências para a economia e para as relações sociais. Entre o primeiro caso diagnosticado no Brasil, em fevereiro de 2020, e hoje, 10 de março de 2021, morreram mais de 260 mil brasileiros e o número de mortos cresce a cada dia. Entre nós, a epidemia de covid-19 se soma a outros desafios sociais e sanitários, como a desigualdade social, o desemprego, a iniquidade na distribuição de serviços e profissionais de saúde, o subfinanciamento do SUS, as epidemias sazonais de dengue e zika e a violência endêmica, em especial a violência interpessoal intencional, também conhecida como homicídios ou assassinatos.

Apesar das consequências sempre trágicas de todas essas grandes causas de morte no Brasil, a morte por violência interpessoal, que exclui os acidentes e os suicídios, é substancialmente diferente das outras. Ela é diretamente (e, na maioria dos casos, imediatamente) provocada por outra pessoa, no contexto de uma interação conflitiva específica, realizada por motivos de diferentes ordens: econômica, pessoal, política etc. A morte por homicídio é considerada uma gravíssima violência e, por essa razão, traduzida como crime pelo Código Penal. A despeito da proibição legal e dos julgamentos em muitos casos, matar é uma prática cotidiana no país em certos espaços das grandes cidades, usada como estratégia de regulação de conflitos no contexto de certas interações. Nessas realidades, distantes das realidades das áreas nobres das grandes cidades, matar e morrer são eventos que entraram no cotidiano não só da polícia

e do crime organizado, mas das escolas, dos hospitais e postos de saúde, das ruas e das moradias das regiões “conflagradas”.

O Brasil é considerado um dos países mais violentos do mundo justamente em decorrência das altas taxas de mortalidade por homicídios. Na América do Sul, que já responde pela região mais violenta do mundo, estamos atualmente atrás apenas da Venezuela (Unodc, 2019). Desde a década de 1980, reconhecemos esse grave problema sem que tenhamos conseguido formular respostas efetivas para sua prevenção e controle. O que acontece na dinâmica social brasileira que, há décadas, produz centenas de milhares de mortes de jovens, sem que isso seja considerado um problema político gravíssimo, a ser enfrentado com políticas públicas adequadas?

No Brasil, a morte por violência interpessoal intencional² é um fenômeno cotidiano, ao qual moradores e trabalhadores de certos territórios estão expostos, direta ou indiretamente,

2 Por apreço à precisão conceitual, mas também por questões metodológicas e analíticas, evitamos quando possível neste texto usar o termo “homicídio”. Muitas das mortes a que nos referimos não são consideradas como crimes de homicídio na Justiça, como os casos de “resistência” ou “confronto” envolvendo policiais e “suspeitos”. No entanto, essas mortes não só entram no nosso olhar como são muito importantes para compreendermos a situação da violência letal juvenil como um todo. O desafio de nomeação e identificação desse fenômeno não se resolve completamente com a expressão “mortes violentas intencionais interpessoais”, porque ainda excluem os casos de desaparecimentos, crescentes em todo o país. E sem corpo encontrado, não há morte a ser atestada: “[...] aqui em [bairro] você trabalha com índices falsos, se você for falar de homicídios. Porque o que é colocado a público é o [corpo] que fica jogado, mas o tanto de corpo que tem sumido por aí, ninguém vai contar pra vocês. [...] A gente já teve aluno que desapareceu e até hoje a gente não teve notícias desse aluno” (ENT, Educação, São Paulo, 2019).

independentemente do envolvimento na dinâmica “tráfico-polícia” e suas ações consequentes. Neste texto propomos que as ações violentas dos mercados ilegais (drogas, armas, transporte, pessoas etc.), fenômeno que estamos nomeando aqui de “tráfico”, seguindo a caracterização dada pelos nossos entrevistados, sejam analisadas em conjunto com as ações violentas da polícia, oficiais e não oficiais. Ainda que as ações da polícia e do tráfico sejam apresentadas com justificativas morais, políticas, legais e econômicas diferentes, na prática elas todas fazem parte de uma mesma grande dinâmica de arbítrio sobre o uso “profissional” da morte violenta.

EVOLUÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS NO BRASIL E A MORTALIDADE VIOLENTA JUVENIL

O número de mortes por violência interpessoal intencional, ou “morte por homicídio”, no Brasil, aumentou mais de 130% nos últimos 30 anos. Em números absolutos, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) contabilizou 57.956 homicídios em 2018 contra 13.910 em 1980. Entre 1980 e 2018, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes aumentou 128,46%, saltando de 11,7 para 27,8. Entre os jovens de 15 a 24 anos, o número de mortes por homicídio cresceu de 4.327, em 1980, para 17.114 em 2018, um crescimento de 295% no número absoluto e de 190% na taxa de mortalidade, que passou de 17,24 para 50,15 no mesmo período.

Em 2018 ocorreram no Brasil 41.179 mortes por homicídios cometidos com armas de fogo, sendo que 42% dessas

mortes ocorreram entre os jovens. Mais impactante é observar que, ao considerarmos o total de mortes por homicídios nesse grupo em 2018, 84% foram cometidos com armas de fogo. Ou seja, dos 20.379 homicídios de jovens no Brasil, 17.114 foram cometidos com esse tipo de arma. No Gráfico 1 é possível observar a evolução, no país, dessas mortes por faixa etária. Durante todo o período, a taxa encontrada na população jovem é bastante superior às demais faixas etárias e à taxa média do país. Nota-se também que o crescimento foi constante até 2017, com uma redução em 2018 em todas as faixas etárias.

No Gráfico 2 observamos a existência de diferenças quando consideramos a evolução da mortalidade dos homicídios cometidos com armas de fogo entre as regiões brasileiras, o que aponta para diferenças nas dinâmicas locais envolvendo a violência armada. Destacamos, nesse sentido, o grande crescimento observado na Região Nordeste, cuja taxa supera a média do país e de todas as regiões, passando a ocupar a primeira posição em 2007, com pico em 2017 quando a taxa atinge 99,7 por 100 mil. Um crescimento expressivo também é observado na Região Norte, que apresentava a menor taxa em 2000 e passa a segunda posição em 2017. As regiões Sul e Centro-Oeste também apresentam crescimento nas taxas, ainda que menos pronunciado. Já na Região Sudeste a evolução é de queda durante todo o período a ponto de a taxa de mortalidade, a mais alta entre as regiões em 2000, ocupar a última posição desde 2008.

As diferenças regionais refletem a evolução encontrada nas capitais dos Estados,

GRÁFICO 1

Evolução da taxa de homicídio cometido com arma de fogo segundo a faixa etária. Brasil, 2000 a 2018

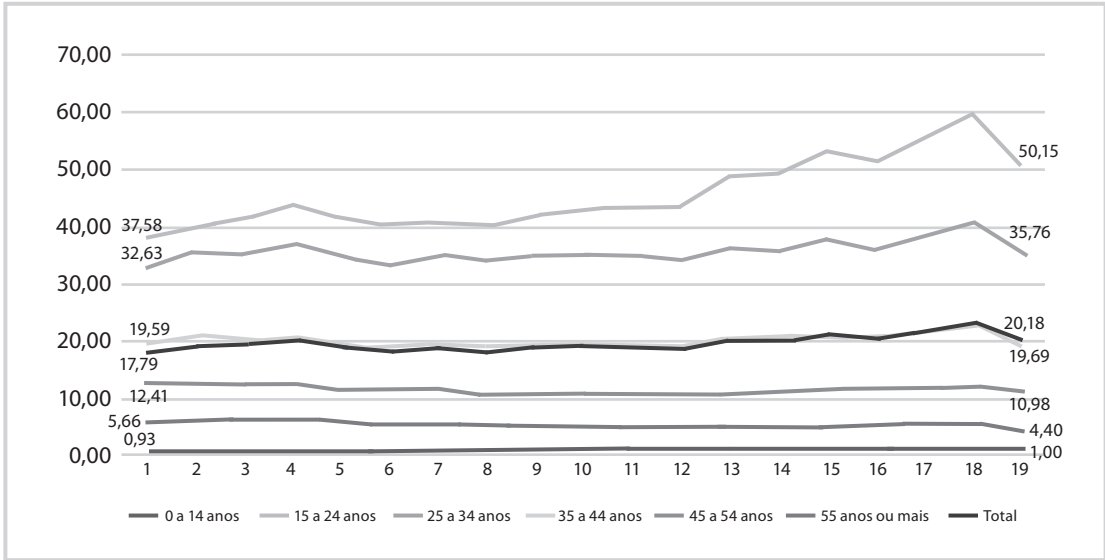
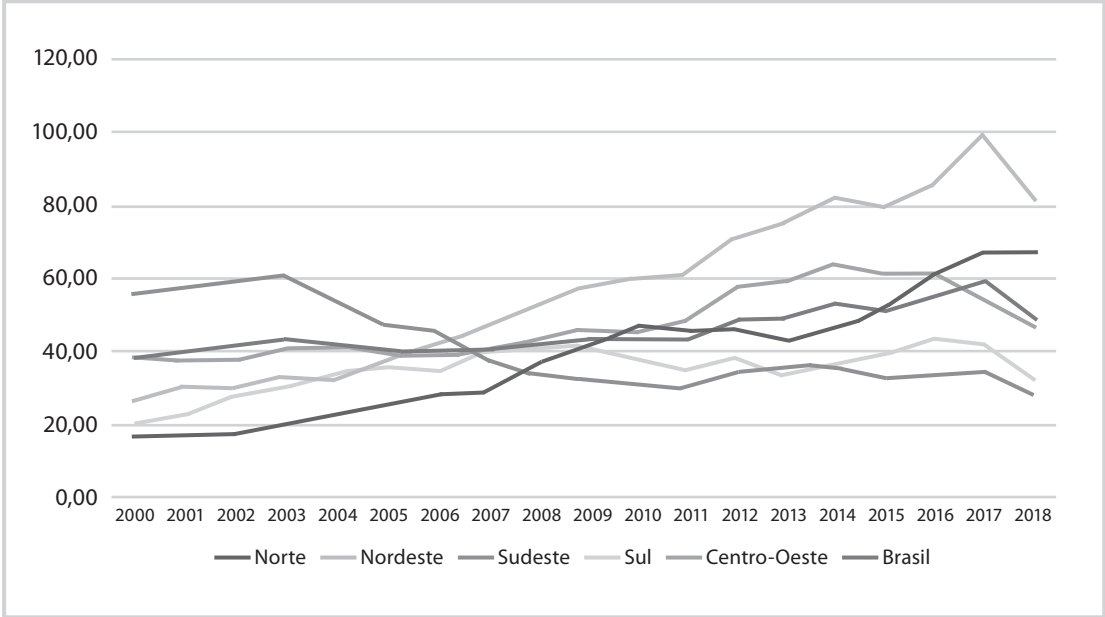


GRÁFICO 2

Evolução da taxa de mortalidade por homicídio cometido com armas de fogo na faixa etária entre 15 e 24 anos. Brasil e Regiões, 2000 a 2018



Fonte: MS/SVS/Datasus. Disponível em: www.datasus.gov.br

como mostrado na Tabela 1. Inicialmente chama a atenção a grande desigualdade entre as taxas, com valores que variam entre 7,24 em Natal e 157,54 em Recife, no ano 2000, e entre 8,02 em São Paulo e 150,07 em Aracaju, em 2018. Um outro aspecto a ser destacado é que, entre as 27 capitais (incluindo Brasília), as taxas de mortalidade por homicídio com armas de fogo entre jovens cresceram em 18 capitais, quando consideramos os anos extremos da série. Maiores crescimentos foram observados em Natal (1.586%) e em Belém (450%). Em todos os estados da Região Norte, com exceção de Porto Velho, as taxas cresceram mais de 100%. Na Região Nordeste observamos crescimento em todas as capitais, com exceção de Recife. Em João Pessoa e Maceió o crescimento foi inferior a 100%, embora tenha sido expressivo na capital do estado de Alagoas (87%). Na Região Sul ganha destaque o crescimento em Florianópolis, 377%, e na Região Centro-Oeste, Goiânia foi a única capital com tendência de crescimento (203%). A redução nas taxas foi observada em Porto Velho, Recife, todas as capitais dos estados da Região Sudeste, Campo Grande, Cuiabá e Brasília. A capital com maior redução observada foi São Paulo (91%), seguida por Campo Grande (86%).

Com o objetivo de explorar as diferenças e semelhanças nas dinâmicas envolvidas na violência letal que atinge os jovens, selecionamos duas capitais com movimentos opostos no que se refere à evolução das taxas de homicídio: São Paulo e Salvador.

Taxas calculadas a partir de dados do Datasus. Disponível em: www.datasus.gov.br

COMPARANDO AS DINÂMICAS VIOLENTAS LETAIS EM SÃO PAULO E SALVADOR: UM EXERCÍCIO DE INTERPRETAÇÃO

“Tenho um amigo também que morreu assim. Ele tava curtindo. Não foi na festa? (fala sobreposta: foi, no dia do aniversário dele). Foi aniversário dele, ele tava curtindo. Aí, do nada, assim, todo mundo correu. Aí, ouvi falar que ele disse ‘eu não tô de cima’ de nada [isto é, não está portando substâncias ilícitas], então pra que eu vou correr?’. Aí, os policial da ladeira deu um tiro (fala sobreposta: lá do outro lado da rua, dando tiro), ‘pá’, pegou bem na testa dele, aí ele caiu (fala sobreposta: aí, quando saiu na televisão, saiu ‘confronto com a polícia’). Aí, eles chegaram de perto, queriam dar mais, mas o povo não deixou (fala sobreposta: todo mundo foi pra cima). Aí, todo mundo foi pra cima: ‘não, é trabalhador, é trabalhador, é trabalhador, é pai de família!’ (fala sobreposta: furou casa de gente aqui). Aí, eles: ‘tá fazendo o quê no meio do tráfico?’; ‘tá fazendo o quê no meio da rua, bebendo?’. ‘Não, tava curtindo o aniversário dele’. Aí, no outro dia, na televisão passou que ele era traficante, vagabundo, que foi pego com droga” (GF, Jovens, Salvador, 2019).

A despeito das tendências de evolução opostas das taxas de mortes violentas nas últimas décadas, São Paulo e Salvador apresentam semelhanças importantes em relação à realidade da violência letal juvenil e seu contexto imediato: a morte e sua possibilidade são uma experiência do dia a dia de moradores, estu-

TABELA 1

Evolução das taxas de mortalidade por homicídio cometido com armas de fogo entre jovens de 15 a 24 anos nas capitais brasileiras, 2000 a 2018

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte										
Porto Velho	65,83	67,23	63,69	63,05	77,01	66,92	85,55	74,21	53,12	58,29
Rio Branco	28,06	47,81	38,41	26,24	27,27	11,07	20,18	16,79	19,53	28,04
Manaus	30,87	20,82	19,73	22,59	27,23	31,28	41,94	44,33	52,08	63,22
Boa Vista	37,07	25,34	20,54	14,04	13,73	5,76	14,91	7,25	7,06	13,74
Belém	27,02	31,44	31,87	44,53	41,79	55,39	56,86	68,16	102,43	103,20
Macapá	24,17	23,36	21,24	41,33	40,33	23,69	37,26	28,87	30,65	27,52
Palmas	14,67	33,64	13,48	23,45	20,23	12,30	11,66	6,66	6,37	2,03
Nordeste										
São Luís	12,30	19,60	10,19	23,54	23,57	24,67	24,98	39,79	47,12	51,80
Teresina	17,80	21,03	20,24	25,33	25,92	27,25	39,43	27,95	20,14	37,14
Fortaleza	32,08	27,50	29,95	31,16	35,83	51,30	59,43	74,24	71,11	78,07
Natal	7,24	22,10	25,09	35,11	19,74	42,76	34,29	49,51	63,02	76,77
João Pessoa	64,68	62,59	63,14	56,55	57,73	65,78	69,88	88,13	97,78	112,93
Recife	157,54	157,44	135,65	152,38	158,61	166,23	166,98	176,02	152,91	139,65
Maceió	62,62	85,94	95,59	107,84	132,46	137,67	201,00	200,11	230,27	196,87
Aracaju	51,68	73,56	59,69	57,38	41,47	34,07	56,83	33,87	40,29	45,85
Salvador	18,20	34,67	45,63	55,47	57,47	78,70	88,86	110,10	164,36	195,89
Sudeste										
Belo Horizonte	57,88	56,90	71,58	106,30	124,58	109,77	100,49	114,11	95,65	78,73
Vitória	93,30	123,97	140,32	114,71	110,63	152,04	137,59	114,95	122,82	134,40
Rio de Janeiro	108,30	103,96	116,35	108,13	104,69	85,44	89,82	69,00	58,17	50,63
São Paulo	81,78	90,38	78,35	82,56	59,42	41,19	34,98	25,29	18,64	21,58
Sul										
Curitiba	31,17	38,48	52,57	54,49	66,81	78,16	85,18	91,01	99,90	94,44
Florianópolis	9,85	29,18	50,93	72,44	69,45	69,37	47,21	56,37	50,92	52,17
Porto Alegre	61,05	44,50	62,32	58,84	67,31	77,86	59,06	93,89	75,11	75,02
Centro-Oeste										
Campo Grande	69,48	49,88	37,26	54,84	53,19	41,73	41,35	59,13	49,07	50,84
Cuiabá	102,70	94,10	78,48	80,42	69,70	78,34	82,19	67,66	51,22	65,54
Goiânia	33,18	24,56	43,08	48,65	45,67	49,84	46,94	50,35	65,25	51,40
Brasília	55,17	60,13	52,32	63,19	56,73	48,52	42,86	51,98	58,17	67,16

dantes e trabalhadores de determinados territórios das duas cidades. Mesmo em São Paulo, com a redução do número de casos, o espectro da morte violenta permanece, representado agora sobretudo pelas ações policiais. A violência letal emerge em diferentes esferas e espaços sociais, inclusive naqueles que imaginávamos bem distantes das ações do “tráfico-polícia”, como as escolas, os serviços de saúde ou

as comemorações de aniversário, como mostram as falas do grupo focal.

A dinâmica de produção de violência “tráfico-polícia”, no sentido que estamos tratando aqui, engloba um conjunto de interações com desfecho fatal, com emprego de arma de fogo e executado em nome da lei (polícia) ou da “lei do crime” (tráfico). Todas essas mortes ocorrem no mesmo cenário, envolvendo os mesmos atores

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ%
59,00	49,76	49,42	43,65	49,93	60,53	51,02	43,08	42,77	-35,02
24,61	4,29	25,37	36,04	46,33	40,21	95,52	149,64	112,75	301,77
68,68	96,61	79,18	69,40	67,58	85,30	66,56	82,03	76,75	148,60
11,66	9,84	8,05	20,52	17,07	18,36	28,49	31,91	94,27	154,32
139,66	106,82	119,72	127,42	127,50	129,00	169,13	156,84	148,65	450,07
48,96	32,03	53,91	46,35	65,13	63,11	99,62	59,86	92,62	283,27
11,72	23,14	15,21	30,04	38,99	51,49	33,94	52,20	54,19	269,37
53,05	59,29	92,28	110,69	129,74	126,07	98,22	84,30	53,90	338,22
36,45	49,40	50,83	74,59	95,15	84,66	91,65	67,82	69,66	291,24
109,66	115,89	191,25	222,82	218,31	175,50	106,19	217,96	149,59	366,31
71,51	101,11	98,56	124,23	151,46	138,75	148,10	171,16	122,11	1586,34
156,86	180,30	180,20	170,90	149,83	144,49	101,95	89,78	70,43	8,89
105,71	100,10	87,47	73,40	73,72	91,66	108,56	135,25	99,22	-37,02
241,56	240,91	202,49	205,11	207,39	149,40	143,64	177,29	117,11	87,03
40,42	54,54	67,86	101,01	103,67	133,32	194,49	150,52	150,07	190,37
178,67	149,43	137,21	128,49	131,20	127,76	136,95	136,14	114,25	527,71
66,78	80,11	88,98	88,42	79,67	59,99	67,50	49,49	40,99	-29,19
139,13	116,92	110,09	101,65	161,05	62,50	52,86	92,33	67,00	-28,19
46,73	33,68	35,56	32,93	33,20	33,82	44,07	49,28	49,02	-54,74
18,29	17,05	25,24	21,06	26,71	19,97	16,68	13,71	8,02	-90,19
94,94	66,86	62,55	56,90	68,30	54,37	66,49	38,78	34,83	11,74
45,46	47,39	27,45	18,11	38,27	36,21	42,08	70,01	47,01	377,27
70,36	65,56	78,65	76,40	106,33	108,90	147,96	112,83	85,63	40,27
32,11	30,24	26,28	20,19	33,02	32,71	30,14	17,44	9,56	-86,24
69,67	66,22	66,55	49,95	80,67	79,54	67,85	34,43	27,28	-73,43
52,26	67,73	87,40	103,49	120,23	107,16	104,50	98,18	100,66	203,42
56,28	63,13	64,78	60,39	62,04	50,22	53,11	40,16	31,28	-43,30

(jovens, homens, negros e pobres), todas com a mesma e ambivalente justificativa de “regular o tráfico”: a polícia alega que regula para reduzir o crime e promover segurança e o “tráfico”, por outro lado, regula para organizar as trocas e, sempre que possível, aumentar os fluxos e possibilidades do mercado ilegal.

Essa dinâmica “tráfico-polícia” de regulação das mortes sofreu grandes

mudanças nas últimas décadas em São Paulo, provocando uma importante redução de mortes, e operando no aparente paradoxo efeito pacificador da gestão do crime. Um entrevistado em São Paulo resumiu essa inflexão da seguinte maneira: “Na minha percepção, hoje, o crime organizado dentro dessas comunidades, eu estou falando como [experiência de morador], ela não está mais num olhar de homicí-

dio, ela tá mais num olhar de conversa [...]”. (ENT, Conselho Tutelar, São Paulo, 2019). A “conversa” do crime organizado não significa ausência de violência, mas um emprego diferente e reduzido da violência letal. Em outra entrevista, um profissional da educação fez um relato dessa reorientação do uso da morte:

“Lá onde eu moro mesmo, os dois advogados, dos próprios bandidos, foram assassinados os advogados, porque os advogados não foram suficientes, então, eles são assim, os próprios advogados, disseram assim: ‘A gente mata você e contrata outro’” (ENT, Educação, São Paulo, 2019).

Ao contrário de São Paulo, em Salvador, como em outras cidades do Nordeste, observamos uma expansão do uso da morte como recurso de regulação das atividades do “tráfico”, e que é operacionalizada de maneira difusa e com critérios vagos e amplos. Disputas por territórios, cobranças de dívidas e enfrentamentos com a polícia são os principais grandes tipos de conflitos identificados.

“[...] Morre porque deve e não pagou. Morre porque é de uma facção contrária, paralela, morre pela troca de tiro das facções e morre pela troca de tiro da polícia com as facções. Ainda é o tráfico de drogas porque, na maioria das vezes, de dez assaltos você vê uma morte ou duas, ou do meliante ou da vítima, entendeu?” (ENT, Sociedade Civil, Salvador, 2019).

A disposição para matar caracteriza e, no limite, molda a identidade dos grupos em torno dessa atitude letal, construindo

um sentido moral positivo para além dos ganhos econômicos que as atividades do “crime” podem gerar.

“A questão é a banalização da vida que aí já vem de todo um histórico [...]. A resolução de conflitos é justamente com a vida. [...] cada um com sua experiência pessoal, mas já entram querendo matar, é a realidade: ‘Eu entrei no tráfico mesmo porque eu acho bonito matar, e pronto, não tenho nada a perder, e vou meter bala em todo mundo’. A banalização da vida já está ali impregnada” (ENT, Polícia Comunitária, Salvador, 2019).

Ao lado das disputas diretamente ligadas aos negócios do mercado ilegal, a polícia contribui para as mortes nas suas ações e operações nesses territórios, como vemos acontecer permanente e extensamente na cidade do Rio de Janeiro (Misse, 2007 e 2013). O efeito geral que produz nas percepções é a indistinção entre a violência da polícia e a violência do crime. “[...] tem muitos casos que a gente só vê a notícia [...] ah, fulano apareceu morto no CIA³. Você não sabe se foi polícia ou se foi traficante” (GF, Jovens, Salvador, 2019). Existe um consenso discursivo em todas as falas de moradores e trabalhadores das regiões, tanto em Salvador quanto em São Paulo, de que o *modus operandi* normal em operações policiais é atirar.

3 Referência à “Estrada do CIA-Aeroporto”, Rodovia BA-526, que liga o Subúrbio Ferroviário de Salvador ao Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Lauro de Freitas. Com remanescentes de mata atlântica no entorno de determinados trechos, essa estrada é popularmente conhecida como local de desova de corpos.

“A polícia quando ela chega em um bairro nobre ela não chega atirando, ela não chega. Quando ela chega na favela, todo mundo é igual, todo mundo é bandido. O crime é maior ali naquele lugar porque na visão daquele policial aquele jovem, principalmente quando fala de um negro, é um bandido. Já sabemos que é da mentalidade, e até mesmo um policial sendo negro, ele tem um pensamento desse” (GF, Socioeducação, Salvador, 2019).

A produção de violência letal pela polícia nesses territórios é tão intensa e marcante na vida cotidiana dos moradores dos bairros, que a primeira reação dos jovens no Grupo Focal, diante da discussão sobre as mortes violentas, foi “tem que acabar com a polícia” (Diário de campo, 18 de julho de 2019). Claro que isso não indica nenhuma solução efetiva para o problema, mas deixa bem ilustrado como estão se construindo as interações entre polícia e jovens nesses espaços, baseados na ameaça e distribuição da morte.

“[Um PM] olhou pra minha cara e falou comigo assim: ‘A próxima vez que eu te pegar aqui na esquina, eu vou descarregar essa raba de peixe toda na sua cabeça’. Na frente de todo mundo! Aí eu olhei pra ele e falei assim: ‘O senhor não vai não, que eu não sou vagabundo, não sou traficante’. Ele falou: ‘Ah, cê tá pensando que pra mim você precisa ser vagabundo ou traficante? Te mato qualquer hora, véi, e não vai dar nada pra mim’” (GF, Jovens, Salvador, 2019).

A morte é a principal mediadora da comunicação, e estabelece o valor da dife-

rença entre “trabalhador” e “vagabundo” (ou traficante). Esta distinção social, muito comumente mobilizada nos discursos de alguns grupos sociais, já foi objeto de muitos estudos sobre o fenômeno do desvio e a punição no Brasil (Misse, 2010; Zaluar & Monteiro, 2013; Cano, 2006; Jesus, 2016). Estamos observando em Salvador as mesmas categorias (trabalhador/vagabundo) que funcionam há décadas como a grande distinção moral que determina o acionamento (ou não) dos sistemas de investigação e punição, legais e/ou ilegais. A violência policial, que se apresenta em larga medida como um sistema de punição simultaneamente autorizada e ilegal, é oficialmente justificada por ser destinada aos “vagabundos”. Na fala acima, o policial vai além e descarta a necessidade de uma justificativa moral/jurídica para matar.

Esse uso ampliado da morte violenta como recurso de interação pela polícia impõe uma grande dificuldade de observação, não só para os atores envolvidos, como para aqueles que pretendem compreender e enfrentar concretamente o problema da violência no Brasil. Por uma série de razões, a violência produzida pela polícia é neutralizada em certas instâncias, perdendo a capacidade de configurar um problema moral ou social, que precisa ser enfrentado.

“[...] Enquanto a polícia chega e comete um equívoco, ao seu arbítrio, eles não fazem isso. Eles matam. É diferente. Polícia erra? Provavelmente, como todos erram, todos nós erramos. Como um contador erra numa conta, o policial também erra, e faz uma besteira na rua. Mas eles não, a besteira deles? Eles matam. Porque, tirando a vida,

você não tem direito a mais nada, né? Seria o bem principal, e que deveria ser protegido pelo Estado, não é isso?” (GF, Polícia, Salvador, 2019).

A descrição da “morte como erro” ou fruto de uma “besteira”, que seria produzida apenas pontualmente pela polícia, entra no ponto cego da avaliação crítica dos eventos com desfecho letal, como observamos nas falas de policiais entrevistados na pesquisa. A morte produzida pelo “tráfico”, esta sim constitui o problema moral e jurídico central das análises políticas e jurídicas dominantes. Esse deslocamento discursivo do problema (da morte da polícia para a morte do “tráfico”) é reproduzido fora do âmbito exclusivamente policial e repercute, cada vez mais, em âmbito político e judicial. O que torna as mortes produzidas por policiais um fenômeno que, apesar dos números crescentes e cada vez mais preocupantes, tende a ser absorvido e absolvido pelas mortes produzidas pelo “tráfico”. Além de responderem por um número importante de pessoas e contribuir diretamente para o processo de acumulação social da violência (Machado da Silva, 1995), elas materializam o enorme desafio do Estado brasileiro de conter o uso da violência (Adorno, 2014), inclusive da violência ilegal do “tráfico”, eleita há muitas décadas no Brasil como o grande mal a ser combatido. Com mais violência. As classificações morais, legais e políticas em torno do “combate ao tráfico de drogas” promovem, muitas vezes, um efeito de obscurecimento da observação do fenômeno e podem funcionar como um obstáculo ao seu enfrentamento. Ainda que esse não seja necessariamente o efeito desejado,

elas muitas vezes dificultam ou impedem o acesso à realidade concreta da violência letal, cuja ocorrência e efeitos independem de avaliações dessas ordens.

CONCLUSÃO

A associação entre “tráfico” e polícia, proposta neste texto para fins de análise do fenômeno produtor da violência que mata a juventude brasileira, não significa igualar esses dois universos sociais tão distintos em todas as suas dimensões, moral, jurídica, política e econômica. Significa afirmar e propor a reflexão sobre o fato de que, na dimensão da produção da violência letal, esses dois grupos funcionam juntos, produzindo interações letais. As ações são baseadas em moralidades mais ou menos diferentes, mas todas construídas em volta da realidade do “tráfico”, seja para reduzir ou para ampliar o seu espectro de atuação. No Brasil, por mais paradoxal e indesejável que possa parecer, a política de “combater o tráfico” produz uma quantidade de violência letal pela polícia de maneira igualmente preocupante à violência produzida pelo “crime”. Essa violência adquire ainda um sentido político importante, já que é oficialmente produzida em nome da segurança. Do ponto de vista simbólico, as mortes produzidas pela polícia têm uma qualidade que as primeiras não têm.

Enquanto as ações do “crime” são justificadas na dimensão do negócio, do “bom” funcionamento do mercado ilegal ou do funcionamento da “justiça”, por meio dos tribunais do crime (Dias, 2009), as ações policiais são praticadas

em nome da segurança, apoiadas por um discurso socialmente aceito (“bandido bom é bandido morto”) e reproduzido com muito vigor em algumas mídias de comunicação. Esses dois mecanismos de produção da morte funcionam de maneira combinada, como em Salvador, ora em direções opostas, como em São Paulo. Mas têm sido a grande dupla que representa de maneira mais explícita e radical a nossa disposição cultural e social para

o emprego da morte violenta como prática possível e que nos dias atuais é amplamente estimulada em discursos políticos e institucionais. Se não for a organização política moderna, representada na figura do Estado e seus instrumentos institucionais que controlam a violência interna da sociedade, o que podemos esperar do nosso futuro? Ou vamos esperar a eliminação total de toda uma geração para começar a pensar criticamente no assunto?

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S; DIAS, C. “Monopólio estatal da violência”, in R. S. de Lima; J. L. Ratton; R. G. Azevedo (orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2014.
- BEATO, C. C.; ZILLI, L. F. “A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, n. 80, 2012, pp. 71-88.
- CANO, I.; SANTOS, N. “Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização *versus* a guerra contra o crime. *Sur, Rev. Int. Dir. Human.*, v. 3, n. 5, Dec. 2006, pp. 136-55.
- CANO, I.; SANTOS, N. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2001.
- DIAS, C. C. “Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 2(4), 2009, pp. 83-105.
- JESUS, M. G. M de. “O que está no mundo não está nos autos: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas”. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2016.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. “Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta”. *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, 1995.
- MISSE, M. “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61. São Paulo, IEA/USP, dez./2007, pp. 139-57.
- MISSE, M. “Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’”. *Lua Nova*, v. 79, 2010, pp. 15-38.

- MISSE, M. et al. *Quando a polícia mata: homicídios por atos de resistência no Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro, NECVU/Booklink, 2013.
- SAPORI, L. F.; SENA, L. L.; SILVA, B. F. A. da. "Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 5, n. 1, 2012, pp. 37-66.
- SOARES, G. A. D. *Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008.
- TELLES, V. S. da; HIRATA, D. V. "Illegalismos e jogos de poder em São Paulo". *Tempo Social*, 22(2), 2010, pp. 39-59.
- UNODOC. *Global study on homicide*. ONU, 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>.
- WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008*. São Paulo, Instituto Sangari, 2008.
- ZALUAR, A.; MONTEIRO, M. "Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 81, 2013, pp. 17-31.



Henadzi Pechany / 023RF

O efeito gangue sobre a dinâmica dos homicídios: um estudo sobre o caso de Cambé/PR

Cleber da Silva Lopes
Anderson Alexandre Ferreira

resumo

Este trabalho analisa os processos que produzem dinâmicas homicidas ascendentes em territórios marcados por conflitos entre gangues. O objetivo é entender como a emergência de gangues em determinados territórios impacta os padrões de violência letal entre jovens. Para demonstrar como o efeito gangue ocorre, analisamos os padrões de homicídios em um território periférico do município de Cambé, Paraná, ao longo de 15 anos (1991 a 2006). Os resultados mostram que as dinâmicas homicidas são fortemente impactadas por conflitos intragangues, disputas por poder e *status* entre membros de gangues e, principalmente, “guerras” de gangues.

Palavras-chave: homicídios; jovens; gangues; violência; Paraná.

abstract

This work analyses the processes that produce ascending homicidal dynamics in territories marked by conflicts between gangs. The objective is to understand how the emergence of gangs in certain territories impacts the patterns of lethal violence among youths. To demonstrate how the gang effect occurs, we analyze the homicide patterns in a peripheral territory of the municipality of Cambé, Paraná, Brazil, over fifteen years (1991 to 2006). The results show that the homicidal dynamics are strongly impacted by intra-gang conflicts, disputes for power and status among gang members, and, primarily, gang “wars”.

Keywords: *homicides; youths; gangs; violence; Paraná.*

Este trabalho analisa os processos que produzem dinâmicas homicidas ascendentes em territórios marcados por conflitos entre gangues – agrupamentos juvenis cuja identidade se vincula a atividades ilícitas e ao controle do território, não raramente com o uso de armas de fogo (Zilli, 2011; Klein & Maxson, 2006). O objetivo é entender como a emergência de gangues em determinados territórios impacta os padrões de violência letal entre jovens.

Para demonstrar como o efeito gangue ocorre, analisamos os padrões de homicídios em um território periférico do município de Cambé, Paraná, ao longo de 15 anos (1991 a 2006). A análise se baseia (i) no conhecimento pessoal do segundo autor deste artigo, morador do território analisado e integrante de uma das gangues ativas no começo da década de 2000; (ii) nos depoimentos de 11 ex-membros de gangues e de nove moradores locais, obtidos por meio de entrevistas diretas e conversas informais; (iii) em matérias

jornalísticas sobre os crimes ocorridos no território analisado; e (iv) em notas tomadas dos escassos registros disponíveis na Delegacia do município de Cambé¹.

Os dados mostram que conflitos intra-gangues, disputas por poder e *status* entre membros de gangues e “guerras” de gangues produzem taxas de homicídios ascendentes nos territórios dominados por gangues. As guerras de gangues são as que mais impactam os padrões locais de homicídios, pois geram processos de contágio que difundem o homicídio no tempo e no espaço. Assim,

1 O material empírico foi produzido pela dissertação de Ferreira (2018). Este artigo é um subproduto dessa dissertação.

CLEBER DA SILVA LOPES é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS).

ANDERSON ALEXANDRE FERREIRA é doutorando em Sociologia da UEL e pesquisador do LEGS.

uma vez iniciadas, as guerras geram dinâmicas homicidas de médio prazo (gerando mortes até sete anos depois do início da contenda) e capazes de transbordar o território de origem dos conflitos.

Além desta seção introdutória, o trabalho está organizado em mais quatro. A seção dois apresenta o caso que será analisado. A seção três expõe a maneira como a teoria social relaciona gangues e homicídios. A seção seguinte mostra como as gangues impactaram os padrões de violência letal em Cambé. As considerações sumarizam os resultados e chamam a atenção para o fato de Cambé também ser um caso crucial para entendermos melhor por que as taxas de homicídios sobem e caem em determinados territórios.

DO PASSO DO VEADO AO RASTRO DE SANGUE: O CASO DE CAMBÉ

Em tupi-guarani, *cambé* significa o “passo do veado”. O município que hoje tem cerca de 106 mil habitantes, pertencente à Região Metropolitana de Londrina (RML), surgiu em 1930 e se urbanizou ao redor dos trilhos, sob o impulso da economia cafeeira (Gonzales Neto, 1987). O processo de urbanização dos bairros só veio a ocorrer na segunda metade do século XX. Na região norte da cidade, em particular, o Parque Residencial Ana Rosa (Ana Rosa) foi o primeiro a ser loteado, em 1976. Anos depois, foram loteados os terrenos do que viria a ser o Jardim Tupi (Tupi) e o Conjunto Habitacional Roberto Conceição (Cambé IV), em 1979 e 1983, respectivamente.

Ana Rosa, Tupi e Cambé IV são áreas relativamente pobres do município. Entretanto, as características desses três bairros surpreenderiam um visitante bem informado

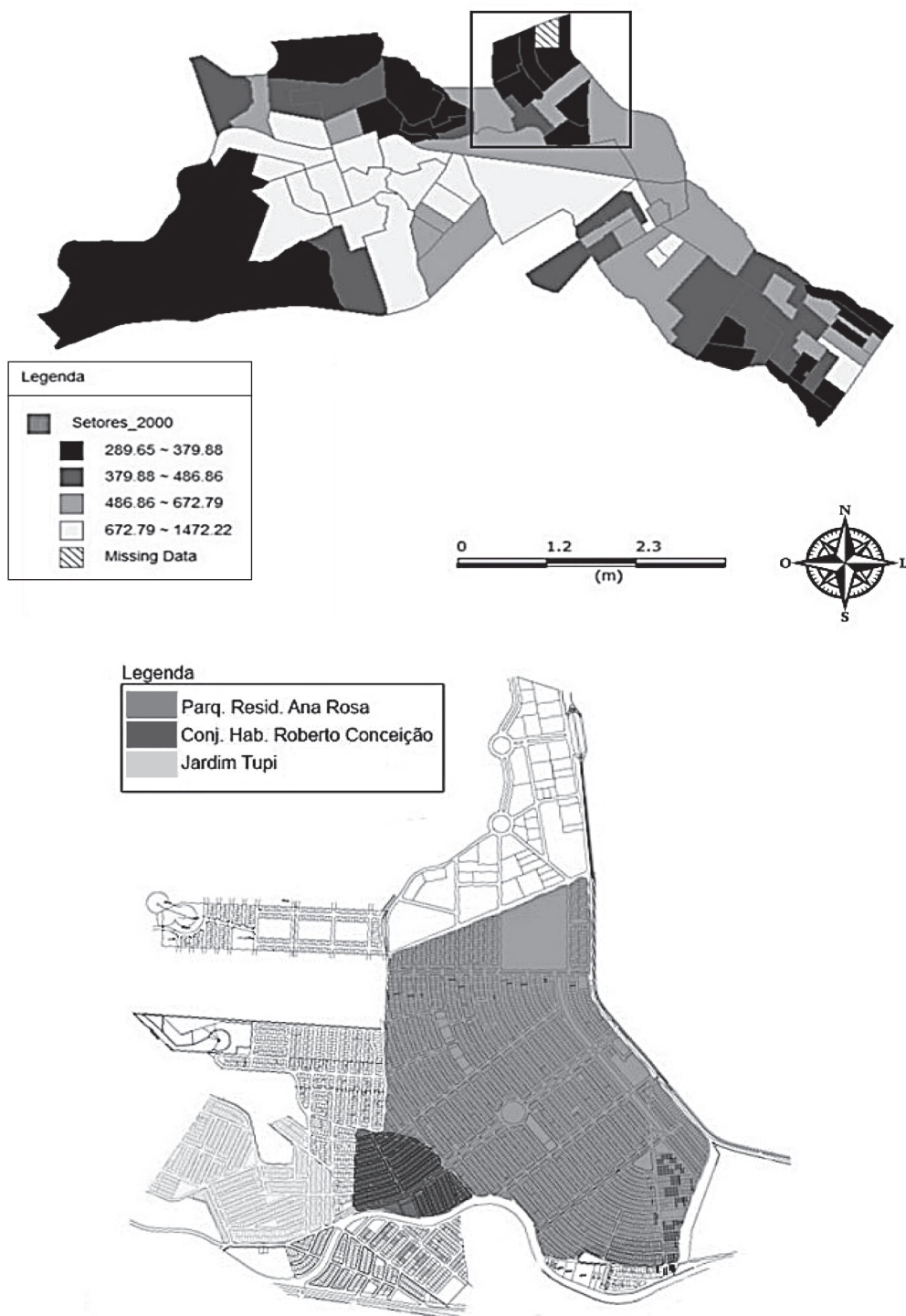
sobre os espaços urbanos onde ocorre a violência letal das grandes metrópoles brasileiras: são bairros planejados – ruas bem delimitadas e vias largas – que foram ocupados por levas de migrantes vindos de São Paulo e Minas Gerais sob relativo controle do poder público (Figura 1). Ainda assim, esses três bairros formam o palco de algumas dezenas de homicídios que deixaram no município um rastro de sangue a partir da década de 2000.

Até o final dos anos 1990 Cambé foi uma localidade relativamente pacata, com taxa média de homicídios na casa dos 6 por 100 mil habitantes. Entretanto, os casos de violência letal subiram bruscamente a partir de 2001 e o município passou a conviver com taxas de homicídios elevadas em toda a década de 2000, vivenciando picos nos anos 2004 e 2012 que superaram as taxas mais altas já registradas no Brasil, na Região Sul e no estado do Paraná (Gráfico 1). Entre 2004 e 2006, o município chegou a figurar na segunda posição do ranking nacional de vitimização juvenil, que mede a proporção de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos em localidades com mais de 70 mil habitantes (Waiselfsz, 2018). Depois de alcançar o recorde de 38 casos por 100 mil habitantes em 2012, Cambé assistiu a uma queda contínua da violência letal intencional, que no final da década de 2010 regressou aos patamares da década de 1990. Essa trajetória dos homicídios é bastante similar à da RML, formada por um conglomerado de cinco municípios com população aproximada de 824 mil habitantes – Cambé, Ibiporã, Londrina, Pitangueiras, Rolândia e Tamarana.

O perfil etário e de gênero das vítimas de homicídios em Cambé a partir da década de 2000 se assemelha ao encontrado no restante

FIGURA 1

Rendimento nominal médio dos responsáveis por domicílio por setor censitário (2000) e bairros da região norte de Cambé destacados (2015)



Fonte: IBGE/Censo 2000 e Prefeitura do Município de Cambé – elaborado pelos autores

do Brasil: são em sua maioria homens com idade entre 15 e 29 anos (Gráfico 2). Esses jovens geralmente são mortos em vias públicas por meio de armas de fogo, outro padrão característico das estatísticas nacionais (Gráfico 3 e Gráfico 4). Entretanto, não existe um viés racial claro entre as vítimas em Cambé. No Brasil como um todo o número de vítimas de homicídios negras supera em quase três as vítimas brancas, mas no estado do Paraná esses dados se invertem. Como mostrou Ferreira (2017), Cambé destoa tanto do padrão nacional quanto do padrão paranaense, pois não há uma cor/raça claramente predominante entre as vítimas de homicídios.

Informações sobre o perfil das vítimas de homicídios são úteis para a compreensão do fenômeno. Entretanto, elas pouco ajudam

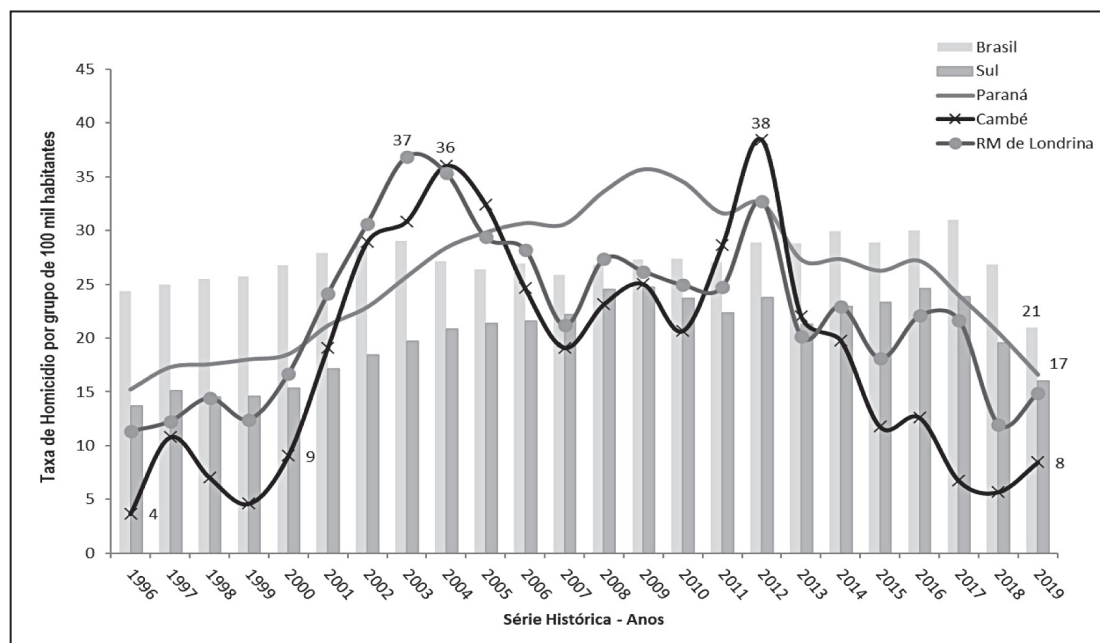
a entender por que as pessoas foram assassinadas e por que os homicídios cresceram de maneira relativamente brusca em Cambé durante a década de 2000. Sustentamos que as principais razões estão relacionadas à proliferação de gangues localmente conhecidas como “bancas” ou “ternos”.

POR QUE AS GANGUES IMPACTAM OS HOMICÍDIOS

O senso comum tende a pensar o homicídio como um ato moralmente abjeto e socialmente reprovado. Entretanto, os estudos mostram que em alguns contextos sociais o homicídio não é nem uma coisa nem outra. Do ponto de vista dos indivíduos ou grupos

GRÁFICO 1

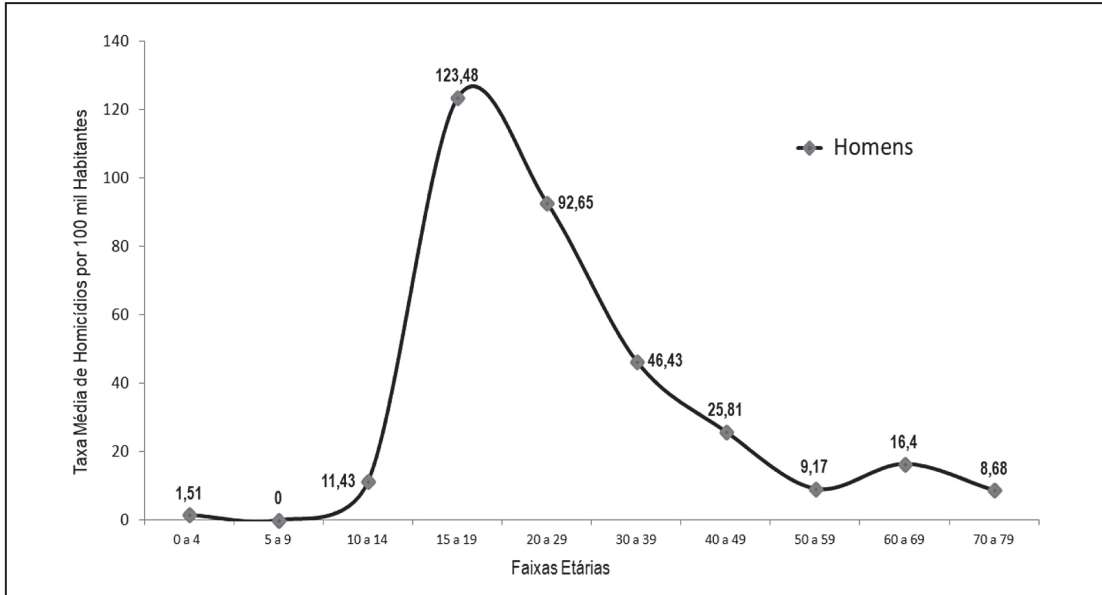
Taxas de homicídio por 100 mil habitantes – Brasil, Sul, Paraná, RM de Londrina e Cambé (1996-2019)



Fonte: SIM/MS e IBGE – elaborado pelos autores

GRÁFICO 2

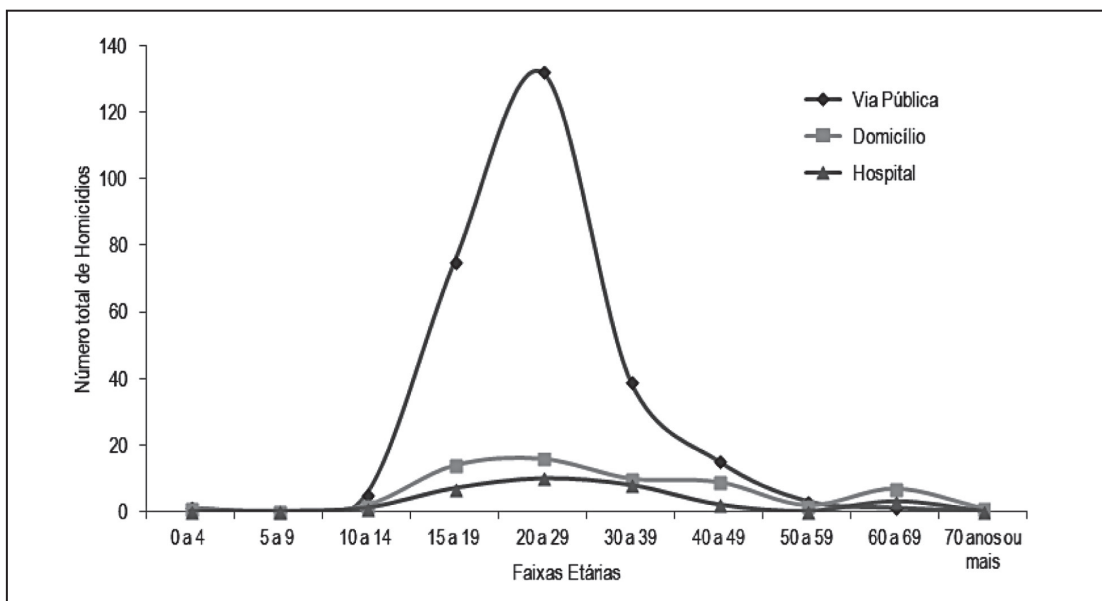
Taxa de homicídio por 100 mil habitantes por sexo e faixa etária – Cambé (2001-2019)



Fonte: SIM/MS e IBGE – elaborado pelos autores

GRÁFICO 3

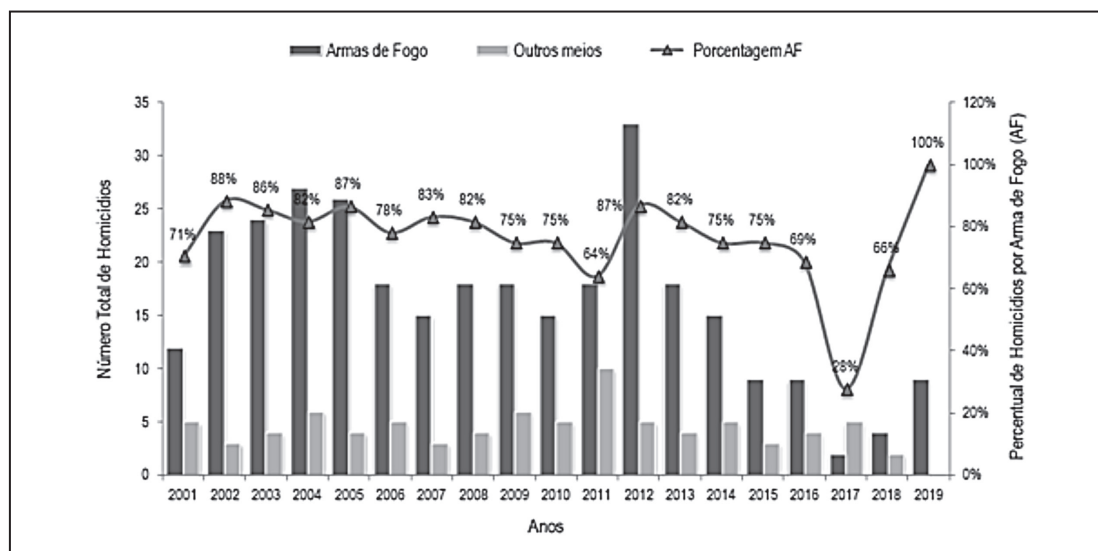
Número total de mortes por homicídio por local de ocorrência e faixa etária – Cambé (1996-2019)



Fonte: SIM/MS – elaborado pelos autores

GRÁFICO 4

Número total de mortes por homicídio por instrumento utilizado – Cambé (2001-2019)



Fonte: SIM/MS – elaborado pelos autores

que o cometem, ele tende a ser considerado um ato de justiça, isto é, uma ação realizada para vingar uma agressão anterior e/ou preservar uma honra violada (Black, 1983; Rocha, 2017). Pesquisas realizadas em diferentes locais e momentos históricos mostram que alguns grupos sociais – especialmente jovens, do sexo masculino e de classe baixa – podem vincular a honra a noções de hiper-masculinidade que prescrevem o uso da violência física como mecanismo de resolução de conflitos e defesa da reputação (Nisbett, 2008; Polk, 1999; Zaluar, 2001). Nesses grupos, matar ou mostrar disposição para fazê-lo em disputas interpessoais por honra e reputação serve ao propósito de aumentar o *status* social dos indivíduos e colocá-los em posição de dominância (Papachristos, 2009; Gould, 2003).

Disputas para a manutenção da honra e da reputação ganham contornos distintos quando envolvem indivíduos vinculados a

gângues. Entre membros de gângues essas disputas podem se tornar conflitos grupais potencialmente capazes de produzir dinâmicas homicidas ascendentes. Isso ocorre principalmente porque ameaças e ofensas a membros de gângues passam a ser entendidas como um problema de todo o grupo (Decker, 1996; Manso, 2005; Papachristos, 2009). Nesses contextos, o assassinato de um membro de gangue representa uma ameaça ao *status* e à posição de dominância do grupo e dos indivíduos que o integram. Se o assassinato não for vingado, os membros da gangue perdem *status* e ficam fragilizados perante inimigos, que podem aproveitar a fraqueza para realizar ataques futuros. Já a retaliação rápida e enérgica ao assassinato aumenta a solidariedade do grupo, restaura o seu *status* e pode colocar novamente a gangue em posição de dominância. Como alguns grupos retaliarão agressões sofridas de modo a assegurar sua posição de domi-

nância, os homicídios acabam se difundido no tempo e no espaço. Essa difusão ocorre por meio de mecanismos de contágio que operam em duas direções: gerando homicídios e atos violentos entre as partes em contato ao longo do tempo (retaliação direta); e expandindo as agressões para além dos territórios e pessoas inicialmente envolvidas no conflito (violência generalizada) (Decker, 1996; Papachristos, 2009).

As próximas seções mostram como os processos sociais descritos acima ocorreram na região norte do município de Cambé. Pretendemos mostrar como conflitos intra-gangues, disputas por poder e *status* entre membros de gangues e, principalmente, as retaliações a assassinatos de membros de gangues contribuíram para as dinâmicas homicidas ascendentes verificadas em Cambé na década de 2000.

A DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS NA REGIÃO NORTE DE CAMBÉ

A curva dos homicídios relacionados a conflitos (interpessoais ou de gangues) ocorridos na região norte de Cambé captados em nossa amostra é basicamente a mesma registrada em Cambé entre 1991 e 2006². A correlação dos dados é extremamente forte (p de Pearson = 0.91!). Essas curvas podem ser divididas em duas fases: uma fase anterior à ascensão das bancas na cena criminal local, marcada por um número de homicídios relativamente baixo e estável (13 ocorrências

na amostra e 54 no município entre 1991 e 2000); e a fase de atividade das bancas, caracterizada pela rápida elevação dos homicídios (36 ocorrências na amostra e 157 no município entre 2001 e 2006).

Os dados do Gráfico 5 sugerem que as gangues tiveram grande impacto tanto na dinâmica local dos homicídios da região norte de Cambé, quanto na dinâmica mais geral da violência letal registrada no município. A comparação entre os padrões de conflitos da década de 1990 com os que emergem na década de 2000 ilumina como as gangues impactam os padrões de violência letal.

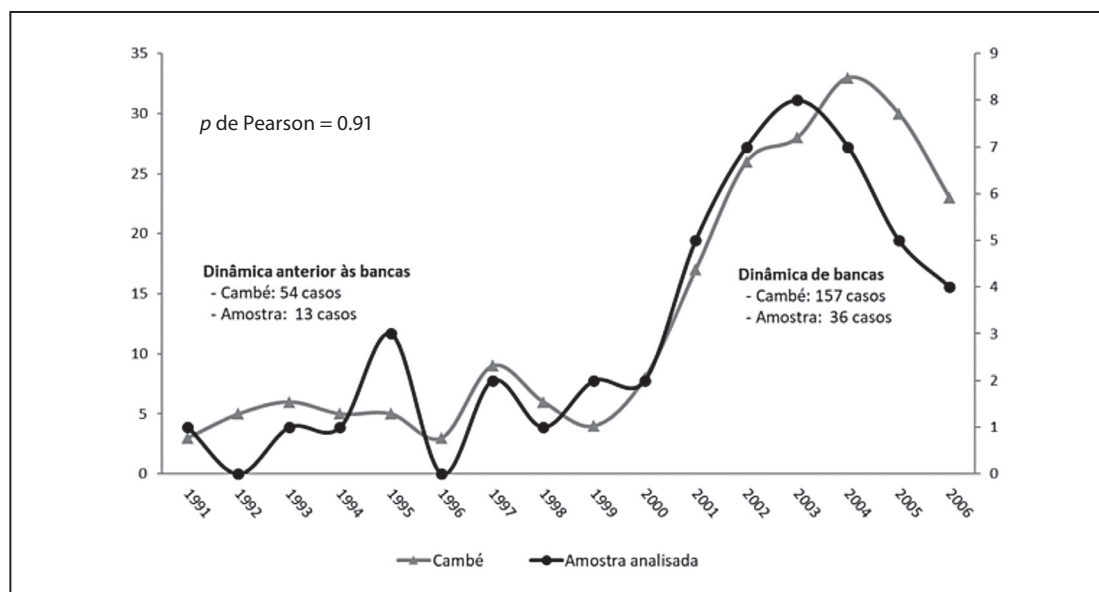
A dinâmica anterior às bancas (1991 a 2000)

A nossa amostra registra um total de 13 homicídios ocorridos na região norte de Cambé na fase anterior à dinâmica das bancas. Um deles resulta de retaliação para vingar a morte de um amigo anteriormente assassinado em uma briga entre jovens. Todos os demais estão relacionados a conflitos interpessoais com motivações diversas e que não resultaram em retaliações: discussões por motivos banais como uma “trucada ríspida” ou a expulsão em um jogo de futebol, competições por parceiras amorosas e disputas envolvendo honra. Vários desses homicídios estão relacionados a demonstrações públicas de hiper-masculinidade nos espaços públicos de lazer frequentados pelos jovens da década de 1990. Essas demonstrações conferiam *status* aos seus protagonistas, chamados pelos adolescentes de bancas, que protagonizariam os conflitos da década seguinte dos “caras considerados”.

2 Como as curvas de homicídios de Cambé e da Região Metropolitana de Londrina (RML) são muito parecidas, a curva dos homicídios que analisamos também está fortemente correlacionada com a RML (ver Gráfico 1).

GRÁFICO 5

Número de homicídios entre 1991 e 2006 – Cambé e amostra de casos ligados a conflitos na região norte de Cambé



Fonte: SIM/MS e os autores

Os “caras considerados” são responsáveis por sete assassinatos nesse período. Apesar da disposição mostrada para usar violência em conflitos interpessoais – incluindo violência letal –, a maioria dos crimes cometidos por esses jovens não produziu dinâmicas criminais ascendentes. A situação mudou na década seguinte, quando os “caras considerados” foram sucedidos por outros jovens, com uma forma de organização distinta. Os grupos juvenis que nos anos 1990 se reuniam por afinidades, como o gosto pela dança (Black Line, Relâmpagos Funk, dentre outros), pela música (metaleiros, pagodeiros, rappers, dentre outros) ou por práticas esportivas (boleiros), deram lugar às “bancas” ou “ternos”. A emergência dessa nova forma de organização juvenil impactou profundamente a dinâmica local dos homicídios.

A dinâmica das bancas (2001 a 2006)

É difícil precisar a data de surgimento das bancas na região norte de Cambé. No ano de 1998, elas já estavam em atividade, formadas quase que exclusivamente por adolescentes e sem protagonismo algum na cena criminal. Já no ano de 2000, o cenário era outro, com ao menos sete delas em atividade (Figura 2).

No bairro Ana Rosa concentravam-se cinco grupos: Banca dos Noias; Banca do Vareta; Banca do Cavalo Roubado; Banca do Dinho; e Banca Chapa Coco. No bairro Cambé IV situava-se a Banca do Ciganinho e no bairro Tupi a chamada Banca do Lelo. A Banca do Marcelinho emergiria apenas em 2002 e a Banca do Nitão, em 2004, ambas no bairro Ana Rosa. Como é possível notar, a maioria das bancas trazia o

nome de um de seus membros, um “líder”, mas não se organizava de forma hierárquica. Elas tinham como referência pontos fixos do espaço público, controlados a seu bel-prazer. Seus membros não eram necessariamente rivais e alianças ocorriam para combater inimigos comuns, para realizar deslocamentos para outros territórios ou em razão de afinidades variadas. Elas possuíam em média 20 jovens, alguns sistematicamente e outros esporadicamente envolvidos com atividades ilícitas como pequenos furtos, roubos, posse de arma, consumo e venda de drogas.

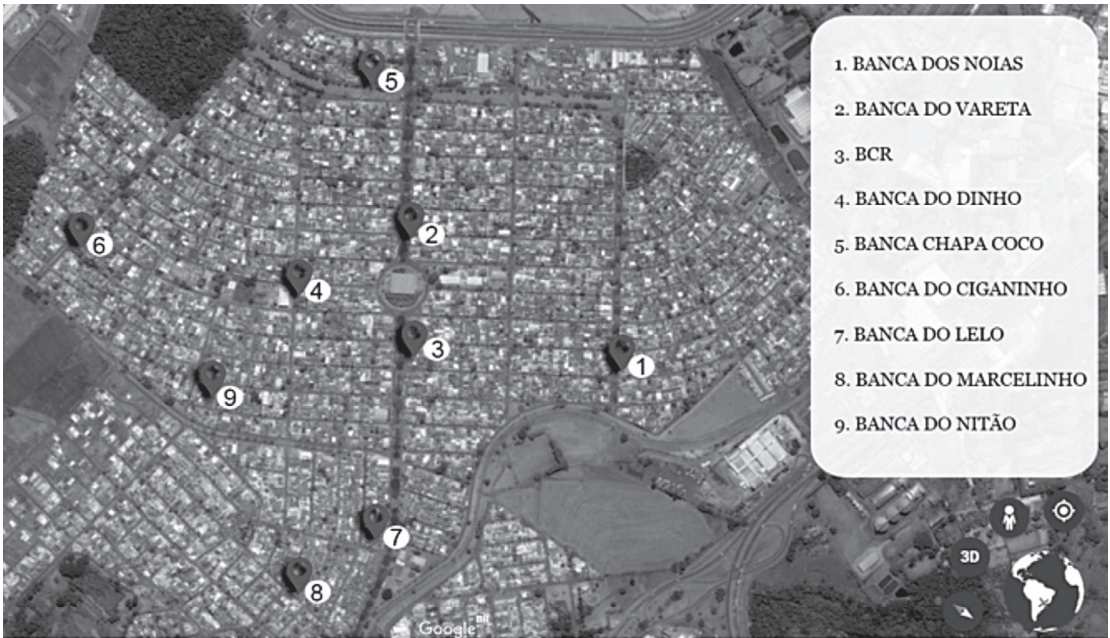
O Gráfico 6 apresenta uma categorização de todos os homicídios registrados em nossa amostra no período de maior atividade das bancas (2001 a 2006). Essa categorização segue a literatura especializada (Maxson, 1999), dividindo os homicídios associados a gangues em dois grupos: (i) os “homicídios

motivados por gangues”, que incluem crimes que têm relação direta com as atividades dos grupos, tais como aqueles resultantes de disputas por poder e *status* entre seus membros, retaliações vinculadas a “guerras” grupais e também os decorrentes de conflitos internos relacionados às atividades dos grupos; e (ii) os “homicídios relacionados a gangues”, que envolvem crimes não necessariamente motivados por conflitos entre ou intragangues, mas cujos autores e/ou vítimas eram membros de bancas no momento da ocorrência.

Dos 35 homicídios registrados no período 2001 a 2006, apenas um não se enquadra em uma dessas duas categorias – um crime passional ocorrido no Ana Rosa em 2004. Os homicídios relacionados a gangues representam 26% da amostra e os motivados por gangues, 74%. Por razões substantivas (importância) e pragmáticas (limite de

FIGURA 2

Localização das gangues na região norte de Cambé, Paraná (2001-2006)



Fonte: Google Earth (2017) e os autores

espaço), analisaremos apenas os homicídios desta última categoria.

Os homicídios entre gangues motivados por dominância

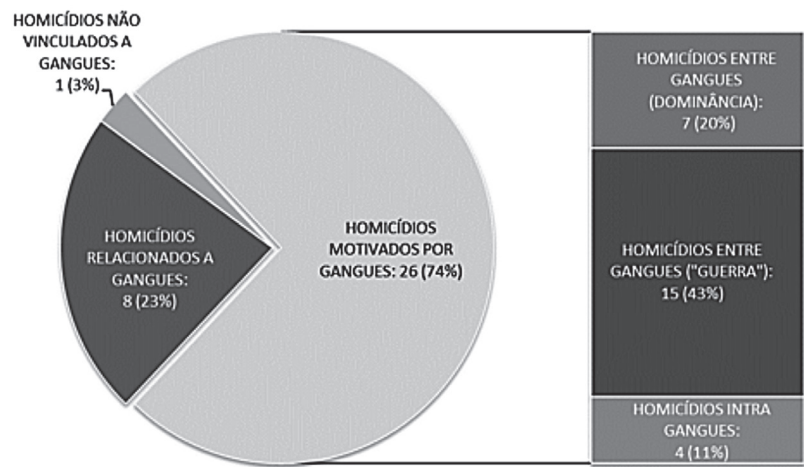
A nossa base de dados registra sete homicídios entre gangues que estão relacionados a disputas por *status* no mundo criminal e/ou são respostas a ofensas ou ameaças praticadas no contexto das relações de competição e domínio territorial das bancas. Dois casos representativos desses conflitos letais merecem ser destacados, pois envolvem o ator com maior centralidade nas dinâmicas homicidas da região norte da cidade. Dos 35 homicídios registrados entre 2001 e 2006, 21 (60%) tiveram pessoas ligadas ao grupo de Marcelinho como autores e/ou vítimas. A trajetória de Marcelinho exemplifica bem como disputas por dominância entre membros de gangues podem gerar homicídios.

Com apenas 14 anos, Marcelinho ascendeu na cena criminal local por meio de um lance ousado: matou um fornecedor de armas de outra banca em uma negociação para a compra de um revólver calibre 38. Depois da execução, pediu que seus comparsas acionassem a ambulância e alegassem que a morte havia sido um suicídio por roleta-russa – versão posteriormente aceita pela polícia. Esse assassinato tem caráter tanto instrumental quanto expressivo: por um lado, permitiu que o jovem se armasse para os múltiplos conflitos nos quais começava a se envolver; por outro, serviu para posicioná-lo na dinâmica das bancas como um jovem destemido.

O *status* que Marcelinho obteve com esse assassinato aumentou a sua capacidade de atrair outros adolescentes envolvidos em rivalidades interpessoais ou grupais. Em territórios marcados por disputas entre gangues, ascensões criminais dessa natureza podem ser interpretadas como uma ameaça

GRÁFICO 6

Homicídios da amostra (n=35) por categorias: n (%) – 2001 a 2006



Fonte: os autores

à hegemonia de atores há mais tempo estabelecidos na cena criminal, desencadeando novos conflitos. Um conflito dessa natureza é a motivação do segundo assassinato cometido por Marcelinho. Dessa vez a vítima foi um jovem conhecido como Neguinho (21 anos), expoente da Banca do Cavalo Roubado, que havia construído a reputação de “rei” da zona norte com base em ações violentas contra rivais pessoais e rivais de sua banca, da qual se distanciou aos poucos para ações criminais solo. Depois de pouco mais de um ano fora das dinâmicas das bancas, por conta de um assalto malsucedido no qual foi baleado e preso, Neguinho tentou um retorno triunfal: assassinou um homem por ele supostamente ter se envolvido com sua amante à época³; e escreveu em uma carta uma lista de 30 pessoas que mataria, incluindo Marcelinho e vários de seus parceiros de banca. Diante das ameaças de Neguinho, o grupo de Marcelinho tramou e executou seu assassinato em maio de 2003. Esse e os demais homicídios classificados como “motivados por dominância” não geraram retaliações. Situação distinta ocorreu com os homicídios descritos a seguir.

Os homicídios entre gangues motivados por “guerras”

Essa categoria reúne 15 homicídios (43% da amostra) tipicamente retaliatórios decorrentes de duas “guerras” travadas pela Banca do Marcelinho, uma com a Banca do Lelo e outra com a Banca do Nitão. São

os casos mais numerosos (43% da amostra) e de maior impacto na dinâmica local dos homicídios. Além dos 15 homicídios registrados no período 2002 a 2006, diretamente associados a essa dinâmica, há outros dois casos ocorridos em 2010 e 2012. A Tabela 1 apresenta esses 17 homicídios retaliatórios, o tempo transcorrido entre os crimes e os locais das ocorrências.

A “guerra” entre a Banca do Marcelino e a Banca do Lelo foi mais curta (menos de um ano entre o primeiro e o último homicídio) e menos sangrenta (quatro vítimas fatais, duas de cada lado). Ela seguiu linhas bastante territorializadas, opondo os bairros Ana Rosa (Banca do Marcelinho) e Tupi/Cambé IV (Banca do Lelo e aliados rivais do grupo do Marcelinho). A motivação inicial do confronto foi assim descrita por um interlocutor:

“Interlocutor IV: Essa treta começou, Indião, assim, eu sei um pedaço dela. Você lembra de um lugar perto da garagem da TIL, que tinha sinuca, essa briga começou ali.

Pesquisador: Não era droga então [o estopim do conflito]?

Interlocutor IV: Não, não! Era ‘treta’ mesmo, foi ‘treta’ de birra, essa aí é briga de gangue mesmo, não teve droga no meio. Que na verdade uns traficava aqui, outros traficava lá, e não tinha isso aí”.

Os operadores do sistema de justiça criminal e a mídia tendem a atribuir os assassinatos de pessoas envolvidas com o crime a disputas instrumentais relacionadas ao mercado de drogas. Entretanto, nos territórios com gangues esses conflitos podem começar com brigas banais relacionadas à manutenção da honra ou reputação. Esse foi o caso da

3 Esse assassinato foi classificado na categoria “crimes relacionados às gangues” e não será discutido neste artigo.

TABELA 1

Características dos homicídios entre gangues motivados por “guerras”

"Guerra" Banca do Marcelinho x Banca do Lelo						
Nº	Data	Banca (Agressor)	Banca (Vítima)	Nº de dias entre homicídios		Local do Homicídio
				Inicial	Um e outro	
1	23/02/2003	Marcelinho (Marcelinho)	Lelo (Adilsinho)	Homicídio Inicial	Homicídio Inicial	Cambé (região norte)
2	27/02/2003	Lelo (Agnaldinho)	Marcelinho (Dinho)	4	4	Cambé (região norte)
3	20/10/2003	Marcelinho (Coelho)	Lelo (Lelo)	237	233	Londrina (centro)
4	30/01/2004	Lelo (caçula)	Marcelinho (Costelinha)	337	100	Cambé (centro)

"Guerra" Banca do Marcelinho x Banca do Nitão						
Nº	Data	Banca (Agressor)	Banca (Vítima)	Nº de dias entre homicídios		Local do Homicídio
				Inicial	Um e outro	
5	21/12/2003	Marcelinho (Branco)	Nitão (Skatista)	-	-	Cambé (região norte)
6	13/09/2004	Marcelinho (Zoinho)	Nitão (Vermelhinho)	Homicídio inicial	Homicídio inicial	Cambé (região norte)
7	25/09/2004	Marcelinho (Rebelião)	Nitão (Japa Preto)	12	12	Outro Município: (sistema)
8	18/11/2004	Nitão (Nitão)	Marcelino (Marcelinho)	65	53	Cambé (região norte)
9	18/11/2004	Nitão (Nitão)	Marcelinho (Luciano)	65	0	Cambé (região norte)
10	02/05/2005	Nitão (Andinho)	Marcelinho (Nandes)	229	164	Cambé (região norte)
11	04/05/2005	Nitão (Andinho)	Marcelinho (Dada)	231	2	Cambé (região leste)
12	08/05/2005	Nitão (Andinho)	Marcelinho (Chicão)	235	4	Cambé (região norte)
13	14/10/2005	Marcelinho (Monstrinho)	Nitão (Nitinha)	391	156	Cambé (centro)
14	13/06/2006	Nitão (Noinha)	Marcelinho (Branco)	630	239	Cambé (região norte)
15	28/08/2006	Nitão (Magrelo)	Marcelinho (Carroceiro)	705	75	Cambé (região norte)
16	27/12/2010	Marcelinho (Cara Larga)	Nitão (Chepa)	2264	1559	Cambé (região norte)
17	17/02/2012	Marcelinho (Coelho)	Nitão (Bola)	2674	410	Cambé (região norte)

Fonte: os autores

“guerra” entre os grupos do Marcelinho e do Lelo, iniciada por causa de olhares atravessados em uma casa de jogos na divisa da região norte com a região central de Cambé. Dias depois da troca de insultos mencionada

pelo Interlocutor IV, Adilsinho (25 anos), membro do grupo de Lelo, foi flagrado em um bar no bairro Ana Rosa e morto pelo grupo do Marcelinho. Esse homicídio gerou três outros em um período de 337 dias. O

mais emblemático foi o que vitimou Lelo (28 anos), assassinado publicamente em um bar movimentado da região central de Londrina.

“Pesquisador: Você lembra dessa cena do Coelho e do Lelo?”

Interlocutor IV: Do Coelho e do Lelo? Eu lembro sim, contado pelo próprio cara que tava junto. Ele diz que eles tava seguindo o Lelo, seguiram o Lelo um tempo, daí não achou. Aí, não lembro quem foi, liga pra ele [Coelho] e fala que o Lelo tá [no bar]. Aí eles saem de carro daqui e vai lá. [...] Tinha um cara lá de dentro [infiltrado] passando a informação [...] na mesa tinha um traidor [...] eu lembro que quase pega tiro nele. Ninguém ia matá, eles ia esperar sair, seguir, e atirar. Daí o Coelho pega a pistola e fala assim: ‘Qui, eu vou entrá lá dentro e vou matá ele, sabe por que vocês não mata ele? Porque toda vez vocês fica querendo espera não ter gente perto, eu vou entrar e vou matá’ [...] Daí ele [Coelho]: ‘Dá aqui essa pistola’ [engatilhou] e foi. E entra e atira no cara no meio de todo mundo [...] depois eles saem e fazem um churrasco.”

Esse homicídio é ilustrativo do modo como as “guerras” entre gangues contribuem para a difusão dos homicídios não apenas no tempo, mas também no espaço. Como mostra a Tabela 1, 12 dos 17 homicídios relacionados diretamente às “guerras” de gangues ocorreram na própria zona norte de Cambé (71%), indicando a natureza predominantemente intracomunitária desses crimes. Entretanto, em alguns casos a violência letal transborda o território de origem das gangues e se manifesta em locais como o sistema prisional (quando alvos de retaliação estão presos), outras regiões da mesma

cidade ou cidades da mesma região metropolitana. Embora as gangues sejam grupos fortemente vinculados aos seus territórios, seus membros se deslocam pelo espaço urbano. Ao fazê-lo abrem possibilidade para que os homicídios retaliatórios se difundam no espaço. Esse fenômeno explica parcialmente as semelhanças existentes nas curvas de homicídios de um mesmo conglomerado urbano – no nosso caso, Cambé e Região Metropolitana de Londrina.

A menção do Interlocutor IV ao fato de o grupo do Marcelinho ter comemorado a morte de Lelo com um churrasco também é reveladora do modo como os crimes retaliatórios repercutem no interior das gangues e alimentam os conflitos. Eventos comemorativos desse tipo foram diversas vezes organizados pela Banca do Marcelinho para celebrar a morte de opositores. No contexto das rivalidades entre gangues, esses rituais servem ao propósito de revigorar o senso de pertencimento à banca, sua identidade e disposição para retaliar qualquer ofensa ou ameaça aos seus membros. Essa disposição é particularmente visível em vários atos praticados por membros da Banca do Marcelinho, bem como no protagonismo do grupo nas “guerras”. Logo após a execução pública ocorrida em Londrina, por exemplo, jovens ligados a Marcelinho violaram o túmulo de Lelo para deixar, ao lado do corpo, um recado para o seu braço direito: “Valdinho-Demorô-Morreu”. Esse ato “covarde”, por sua vez, explica a última retaliação registrada nessa “guerra”: o assassinato de Costelinha (16 anos), protagonista do episódio de violação do túmulo, por membros do grupo do Lelo pouco mais de três meses depois da execução de seu líder.

A “guerra” entre a Banca do Marcelinho e a Banca do Nitão foi bem mais intensa

e gerou dinâmicas retaliatórias mais longas, como mostra a Tabela 1. Ela vitimou 13 jovens, sete do lado de Marcelinho e cinco do lado de Nitão. Dentre as vítimas do lado de Nitão estão Chepa (28 anos) e Bola (35 anos), mortos, respectivamente, seis e sete anos depois do homicídio que marca o início do embate grupal. Esse homicídio inicial foi antecedido pelo assassinato do Skatista (19 anos; Banca do Nitão) por Branco (20 anos; Banca do Marcelinho), que mata para antecipar um possível ataque ao seu irmão, que anteriormente havia desferido “alguns tapas na cara” de Skatista. Esse homicídio não foi imediatamente retaliado pelo grupo de Nitão. Primeiro, porque o Skatista não tinha relações fortes com o grupo de Nitão; era um jovem oriundo de São Paulo, que havia se mudado para a casa dos avós em Cambé depois que os pais foram assassinados. Segundo, porque a Banca do Nitão não dispunha, naquele momento, de recursos para iniciar uma “guerra” com a Banca do Marcelinho, que reinava absoluta na cena criminal da zona norte de Cambé. Essa assimetria de poder e reputação entre as duas bancas é crucial para entender o estopim da “guerra”.

“Interlocutor I: Nitão e Marcelinho? Foi porque do Lagartixa. [ele] ‘tirava’ eles pra macaco, né? ‘É seus macacos’, tirava os moleques. Porque os moleques era mais destacão também, né? Não tinha uns pano, não dava roleção e tal. ‘É seus mendigos’, ‘cadê as espingardas veia’. Porque eles [Banca do Marcelinho] estavam no auge naquela época, né? [...] você lembra, também, uma vez que a gente bateu o carro do Mineiro, isso foi uma das inflamadas [...] pra virar a ‘treta’ do Nitão. O Mineiro tinha comprado um Uno vermelho e nós falou assim ‘vamo roletá

todas as avenidas’ [...]. Roletamo atravessando tudo, nós roletô tudo, chegou na Jacomo Rosine nós bateu no Chevette do Boy. Nós desceu do carro [...] aí eu saí assim e fui batê no Boy ‘tá loco, mano’, [Boy]: ‘oh, é avenida, mano, cêis tá errado’. [Interlocutor I]: ‘vocês vai pagá o bagulho e é o seguinte, vocês tá na obrigação’. [...] aí nisso o Boy foi e comunicou o Lagartixa, porque o Boy ‘colava’ com os caras. O Lagartixa comunicou o Mineiro: ‘É o seguinte, ninguém vai pagar nada e você tá na obrigação de pagá o Chevette’. Aí o Mineiro chegou em mim e ‘deu a voz’, falei assim: ‘Demorô, então, nós vai catá o Lagartixa’. Aí nisso ele nem procurô eu, procurô o Nitão e os caras. Daí o Nitão desceu e deu tiro no braço do Lagartixa [risos]. Aí começou essa guerra, ‘ah, os neguim tá querendo guerra’, aí os caras subiam lá e dava tiro na casa do Nitão.”

A Banca do Nitão até então não figurava entre as mais populares da região. Ela era formada por um pequeno grupo de jovens tratados como escória entre as bancas e frequentemente desrespeitados pelos adolescentes da Banca do Marcelinho. O pequeno grupo era formado, basicamente, por colegas moradores da mesma rua, aos quais se atribuiu o envolvimento em pequenos assaltos e o homicídio de um homossexual na região central – o que não é consenso entre os interlocutores. Às ofensas aos adolescentes que andavam com Nitão se somou o evento inesperado narrado pelo Interlocutor I. Esses fatores geraram a primeira agressão de Nitão contra o grupo de Marcelinho: um tiro no braço de Lagartixa. Depois disso, o grupo do Marcelinho deu início a uma série de ataques. O primeiro foi para mostrar seu poderio bélico a Nitão, que teve a casa alve-

jada por dezenas de disparos de arma de fogo. Ninguém foi vitimado no ataque, mas por conta dele a família de Nitão abandonou o bairro Ana Rosa às pressas. Embora longe do epicentro do conflito, a família de Nitão contribuiria para a “guerra” mais adiante, levantando recursos financeiros para a compra de armas, na esperança de contrabalançar o poder dos rivais, que financiavam suas atividades por meio da venda de drogas e assaltos.

O primeiro homicídio dessa guerra foi ocorrer tempos depois, com Zoinho (20 anos; Banca do Marcelinho) matando o Vermelhinho (23 anos; Banca do Nitão) no início de setembro de 2004. Esse assassinato foi sucedido pelos 11 outros descritos na Tabela 1. Marcelinho (15 anos) seria morto pelo grupo de Nitão um ano e sete meses depois, junto com o tio (38 anos), em frente à sua casa. Seis meses depois seria morto seu irmão. Nitão, por sua vez, sobreviveu ao conflito, mas perdeu o irmão, Nitinha (19 anos), assassinado em outubro de 2010 em um tiroteio ocorrido em um posto da região central de Cambé, que feriu aleatoriamente outras três pessoas que estavam no local. Os assassinatos de Marcelinho e Nitinha ilustram como conflitos de gangues também contribuem para a difusão da violência por meio da vitimização de pessoas de fora do conflito.

Os homicídios intragangues

Além das dinâmicas homicidas descritas anteriormente, territórios marcados pela presença de gangues também são impactados pelos conflitos intragangues com desfecho letal. A nossa amostra registra quatro homicídios dessa natureza entre 2001 e 2006. Dois

casos são suficientes para mostrar como esses conflitos podem ocorrer. O primeiro envolveu uma desavença relacionada ao consumo de drogas, atividade comum entre os membros da chamada Banca dos Noias, que levou Perneteta (22 anos) a matar Alexzinho (27 anos) a golpes de faca. “Os dois estavam tomando cachaça quando decidiram comprar uma pedra de crack para fumar. Perneteta teria emprestado cinco reais para Alexzinho comprar a droga. Só que Alexzinho acabou fumando sozinho”, contou o delegado da época. O homicídio ocorreu em março de 2002. O segundo caso foi uma “queima de arquivo” dentro da Banca do Nitão, datada em setembro de 2006. O homicídio envolveu dois jovens, Noinha e Beringela, que antes tinham tramado e executado a tiros um membro da Banca do Marcelinho chamado Branco (23 anos). O autor do disparo foi Noinha; Beringela, por sua vez, apenas “passou um pano”. Meses depois Beringela matou a pauladas Noinha, que supostamente estava “falando demais” sobre o assassinato de Branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso que realizamos em Cambé revela que as dinâmicas homicidas são fortemente impactadas por conflitos intragangues; disputas por poder e *status* entre membros de gangues; e, principalmente, por “guerras” de gangues que geram ações e reações que difundem a violência letal no tempo e no espaço. Esse efeito de contágio produzido pelos conflitos de gangues explica em grande medida por que a violência letal cresce e persiste por períodos relativamente longos em determinados territórios. Os homicídios retaliatórios típicos das “guerras” de gangues formam redes de conflitos grupais

que persistem independentemente da morte ou prisão de seus membros. Nesse sentido, políticas públicas meramente repressivas baseadas na prisão de membros de gangues tendem a ser ineficazes. Dinâmicas homicidas motivadas por gangues demandam políticas públicas mais amplas, capazes de combinar repressão qualificada, ações de mediação vol-

tadas à interrupção da reciprocidade violenta e intervenções sociais focalizadas em jovens. O desenho de políticas com essas características demanda grande capacidade de governança por parte de atores estatais e não estatais com responsabilidades diretas ou indiretas na área de segurança. Infelizmente, no Brasil essa capacidade tem sido problemática.

REFERÊNCIAS

- BLACK, D. "Crime as social control". *American Sociological Review*, 48, 1983, pp. 34-45.
- DECKER, S. H. "Collective and normative features of gang violence". *Justice Quarterly*, 13, 1996, pp. 243-64.
- FERREIRA, A. A. "A cor dos homicídios no município de Cambé/PR: análise de 2000-2015 a partir do banco de dados do SIM/MS". *Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança – LEVS/UNESP*, 20 (20), 2017, pp. 111-37.
- FERREIRA, A. A. "A dinâmica dos homicídios na região norte do município de Cambé (PR)". Dissertação de mestrado. Londrina, Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2018.
- GONZALES NETO, J. G. *Cambé: confronto e composição política 1947- 1968*. Cambé, Prefeitura do Município de Cambé, 1987.
- GOULD, R. *Collision of wills: how ambiguity about social rank breeds conflict*. Chicago, University Chicago Press, 2003.
- KLEIN, M. W.; MAXSON, C. L. *Street gang patterns and policies*. New York, Oxford University Press, 2006.
- PAPACHRISTOS, A. V. "Murder by structure: dominance relations and the social structure of gang homicide". *American Journal of Sociology*, v. 115, n. 1, 2009, pp. 74-128.
- POLK, K. "Males and honor contest violence". *Homicide Studies*, v. 3, n. 1, 1999, pp. 6-29.
- MANSO, B. P. *O homem X: uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo*. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- MAXSON, C. L. "Gang homicide: A review and extension of the literature", in M. D. Smith; M. A. Zahn. *Homicide: a sourcebook of social research*, 1999, pp. 239-54.
- NISBETT, R. E. *Culture of honor: the psychology of violence in the South*. Routledge, 2018.
- ROCHA, R. L. "Vinganças, guerras e retaliações: um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte". Tese de doutorado. Belo Horizonte, UFMG, 2017.
- WAISELSZ, J. J. *Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008*. 1ª ed. Brasília, 2008.
- ZALUAR, A. "Violence in Rio de Janeiro: styles of leisure, drug use, and trafficking". *Social Science Journal*, LIII (3), 2001, pp. 369-79.
- ZILLI, L. F. "O bonde tá formado: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta". Tese de doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.



Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará

Juliana Melo
Luiz Fábio S. Paiva

resumo

O artigo trata do processo de surgimento, consolidação e expansão das facções nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Discutimos as formas de envolvimento de jovens adolescentes em coletivos criminais conhecidos como facções, tratando das experiências deles em dois grupos particulares: os Guardiões do Estado, do Ceará, e o Sindicato do Crime, do Rio Grande do Norte. Em linhas gerais, evidenciamos dinâmicas próprias desses grupos e contextos, assim como modos de representações e de gestão de suas práticas criminais. Tratamos, por fim, dos efeitos sociais de um número cada vez maior de jovens envolvidos nessas organizações, analisando as consequências desse fenômeno para a vida em sociedade.

Palavras-chave: criminalidade; facções; juventude; Guardiões do Estado; Sindicato do Crime.

abstract

The article is about the process of the emergence, consolidation, and expansion of factions in the Brazilian states of Ceará and Rio Grande do Norte. We discuss the forms of involvement of adolescent youths in criminal collectives known as factions, covering their experiences in two particular groups: the Guardiões do Estado (Guardians of the State), from Ceará, and the Sindicato do Crime (Crime Syndicate), from Rio Grande do Norte. In general lines, we evince dynamics that are specific to these groups and contexts, as well as modes of representation and management of their criminal practices. Lastly, we cover the social effects of an ever-greater number of youths involved in such organizations, analyzing the consequences of this phenomenon for life in society.

Keywords: crime; factions; youth; Guardiões do Estado; Sindicato do Crime.

O

surgimento, consolidação e expansão das facções compõem uma realidade que atravessa a sociedade brasileira, atualizando relações no interior e fora das prisões. Trata-se de um fenômeno conhecido desde a década de 1970 com o advento do grupo Comando Vermelho (CV) e que, nos

dias atuais, ganhou formas peculiares a cada região e estado brasileiro (Rafael, 2001). Ao ganharem terreno na Região Nordeste, desde as prisões até as periferias, o processo deu origem a diferentes dinâmicas locais e mobilizou novas preocupações (Melo & Rodrigues, 2017; Paiva, 2019; Rodrigues, 2020).

Neste artigo, tentamos observar como esse fenômeno foi vivenciado em dois estados nordestinos, o Ceará e o Rio Grande do Norte. Não iremos abordar o tema em todas as suas dimensões porque são muitas as nuances de uma experiência

social complexa e repleta de contradições. Interessa-nos compreender como a experiência social das facções criou uma série de novos problemas, entre os quais a participação crescente de jovens engajados nas dinâmicas criminais.

Para fins de compreensão, é importante destacar que compreendemos facções como comunidades políticas que geram sentimento de pertença e criam seus repertórios éticos para a prática de crimes¹. Os

1 Pensamos aqui na esteira das contribuições de Max Weber (2014) sobre a comunidade política como relações fundamentadas em valores e afetos que possibilitam a existência e continuidade dessas relações.

JULIANA MELO é professora associada do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

LUIZ FÁBIO S. PAIVA é professor adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

laços que conectam as pessoas em facções são materiais e afetivos e sua existência é independente de sujeitos específicos, pois composta de saberes e metodologias replicáveis e extremamente móveis, podendo ser reinventadas de acordo com as circunstâncias que se impõem.

Nos últimos anos, pesquisadores da área de ciências sociais buscaram entender e explicar diversas características desses grupos e seus projetos políticos, constituídos desde as prisões e para além delas². Buscavam entender seus métodos e trabalhos sobre dinâmicas criminais que alcançaram as periferias urbanas (Hirata & Grillo, 2017; Feltran, 2010) e os crimes cometidos por esses coletivos, dentre eles, os assaltos a instituições financeiras que, nos últimos tempos, em cidades do interior do Brasil, tomaram a forma de um “novo cangaço” (Aquino, 2021). Essas pesquisas também identificaram maneiras de fazer o crime e prosperar em diferentes contextos sociais, assim como criar redes e os princípios morais para organização e prática de crimes (Alvarez, Salla & Dias, 2013; Godói, 2017; Marques, 2010; Biondi, 2018).

O fenômeno das facções, contudo, não é homogêneo e suas configurações dependem de inúmeras outras condições sociais. Em alguns casos, estamos diante de um processo de intensa disputa política entre esses grupos, muitas vezes com desfechos

violentos³. O massacre de 2017, ocorrido na hoje denominada Penitenciária Estadual de Alcaçuz, no RN, inclusive, pode ser interpretado como um caso trágico e que evidencia um processo de intensa rivalidade entre dois grupos adversários (Melo & Rodrigues, 2017; Melo & Amarante, 2020).

Em suas ações fora da prisão, as facções ainda conquistaram espaços nas periferias urbanas do Nordeste, com ações avaliadas positivamente em determinados contextos. Como foi o caso do Rio Grande do Norte e do Ceará, as facções conseguiram apaziguar um estado de rivalidade constante entre gangues que deixava os moradores à mercê desses conflitos e da violência policial. Não obstante, em determinados contextos sociais, as ações desses grupos intensificaram a violência e imprimiram reconhecimento por meio da crueldade com que são feitas retaliações aos que, em alguma medida, se manifestam contrários ao controle por eles estabelecido⁴.

No Nordeste, outro elemento importante foi a participação de jovens em papéis relevantes no interior dos grupos. Eles participam desde ações circunstanciais no comér-

2 Existe um debate importante, no campo das ciências sociais, que percorre trabalhos como os de Manso e Dias (2018), Biondi (2018), Feltran (2018), Misse (2011), Candotti, Melo e Siqueira (2017), Beato e Zilli (2012), Lourenço (2013) e Paiva e Siqueira (2019), entre outros, sobre como coletivos e grupos envolvidos em dinâmicas criminais teceram, no Brasil, o formato de facções atuantes em prisões, periferias e fronteiras.

3 Como demonstrado em pesquisas feitas no estado do Ceará desde o início do trabalho das facções, em 2016, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública, o estado experimentou recordes em números de assassinatos e transformações importantes na dinâmica local do crime e seus efeitos para a vida de moradores das periferias urbanas (Pires, 2018; Sousa, 2019).

4 Como discutiu Barreira (2015), a crueldade de determinadas práticas cria uma narrativa que associa as ações e reações envolvendo pessoas que sofrem violências consideradas desproporcionais. Essas práticas podem ser intensificadas em contextos mais dramáticos. Prado (2016) também analisa essa questão e aponta elementos importantes para uma reflexão a esse respeito.

cio de drogas até a prática de assassinatos. O envolvimento de jovens nas ações de facções foi um evento que, em alguma medida, gerou discussões em relação à diferença entre a maneira que grupos como PCC e CV atuavam em seus estados originais e como passaram a agir, agenciando jovens como integrantes ativos dos grupos.

Em Alagoas, Rodrigues (2020) demonstrou que as facções cultivaram um “senso de aliança” e as tensões entre elas criaram conflitos entre os grupos, com diferentes efeitos sociais para a vida de jovens envolvidos. Isso provocou mudanças em sistemas como o socioeducativo e na agressividade entre jovens envolvidos nessas disputas. Outro efeito evidenciado é a transformação das realidades de periferias urbanas marcadas pelas tensões entre os grupos e suas disputas nas quais jovens armados e dispostos a “correr com as facções” estão envolvidos. Esse efeito do trabalho das facções pode ser observado em diferentes contextos sociais e periféricos, como pretendemos demonstrar ao abordar a realidade do Ceará e do Rio Grande do Norte. Como observado, existem implicações quanto à disciplina e à obediência dos mais jovens às ideias que organizam a ação da facção, ocorrendo situações em que ultrapassam limites e agem de maneira voluntariosa.

Em suma, nosso intuito é apresentar algumas considerações sobre as dinâmicas de facções em dois estados do Nordeste, oferecendo algumas pistas para reflexões sobre as ações desses grupos em diferentes territórios brasileiros. Convém salientar que os dados com os quais trabalhamos são resultados de pesquisas qualitativas. Em geral, são resultados de trabalhos

de campo inspirados em uma abordagem etnográfica, repletos de informações baseadas em conversações e entrevistas com pessoas envolvidas, agentes públicos e moradores de territórios afetados pela ação de facções. A participação em seminários e ações de extensão universitária ajudaram também na aproximação e visualização de algumas questões relevantes para a compreensão do problema discutido. Ainda foi útil, para a conclusão do trabalho, análise de matérias jornalísticas e documentos sobre eventos importantes como o massacre em Alcaçuz⁵.

Diante dessas perspectivas, passamos à análise do contexto do Ceará inicialmente e norte-rio-grandense. Tentaremos apresentar um panorama acerca do fenômeno das facções nesses dois contextos, ressaltando suas semelhanças e disparidades. Nesse processo, iremos expor algumas das dinâmicas criminais desses grupos, tentando evidenciar, sobretudo, a intensa adesão de jovens a esses coletivos e refletir sobre as implicações desse fenômeno em termos mais amplos.

FACÇÕES CRIMINOSAS E JUVENTUDE NO NORDESTE BRASILEIRO: O CONTEXTO DO CEARÁ

A presença de facções criminosas atuando no Nordeste não é uma novidade. É sabido que PCC, CV e até a Família do Norte (FDN) atuaram em crimes importantes e têm relação com grupos

5 Cite-se, por exemplo, o pedido de medidas cautelares apresentado para o OEA.

de traficantes locais desde a formação dos primeiros mercados ilegais de drogas. O que aconteceu na década de 2010, no entanto, foi uma transformação qualitativa na maneira como esses grupos se organizaram e atuam fora de seus territórios de origem. Não existe, portanto, “um dia” em que as facções chegam ao Nordeste ou migram para a região. Entendemos que aconteceu uma troca intensa de *expertises* para prática de crimes e organização interna de grupos no formato de uma facção criminosa. Esse processo deu origem a novas redes de aliança e/ou de rivalidades, permitindo que grupos locais fossem incorporados a coletivos maiores constituídos por pessoas envolvidas na prática de crimes.

No Ceará, dois novos elementos compuseram de maneira efetiva e também simbólica a mudança na maneira como o crime passou a ser feito dentro e fora das prisões. O primeiro fenômeno importante foi o início de um período conhecido como de *pacificação* (Paiva, Barros & Cavalcante, 2019). Gangues e quadrilhas de traficantes que disputavam territórios passaram a participar de um grande acordo de não violência entre si, fazendo acreditar que “o crime” agora estava unido e em paz. Festas foram realizadas e até uma passeata na cidade de Sobral ficou conhecida como “a passeata do crime”, pois celebrava a *pacificação* em territórios que viviam anos de intensas mortes violentas decorrentes de conflitos armados entre esses grupos.

Cabe notar, porém, que a paz atribuída ao não enfrentamento entre esses grupos não era apenas uma maneira deles de estabelecer tréguas, mas retratava uma nova dinâmica criminal que se evidenciou com

o surgimento de uma facção criminosa denominada Guardiões do Estado (GDE). A GDE, também reconhecida pelos números 745, reunia em menos de seis meses de existência traficantes importantes do Ceará em um conselho constituído por lideranças e células que se espalharam por todos os municípios.

Ao contrário de outros estados, desde a sua existência, a GDE teve que conviver com a presença de outras facções. Entre os grupos conhecidos que atuavam no Ceará, estavam o PCC, o CV e a FDN. Desde as primeiras manifestações públicas da GDE, a presença de jovens foi um elemento importante na maneira como a organização se apresentou para a sociedade. Nesse caso, os jovens foram não apenas convidados para integrar o grupo, mas reconhecidos como parte de uma engrenagem na qual são valorizados como sujeitos importantes para a facção. Em cânticos da facção é possível ouvir que na organização os “menor estão pesados”⁶, “os menor são doido”, “aqui os moleque são patrão”.

Embora no início a GDE fosse uma organização com múltiplas alianças, a intensificação do conflito entre PCC e CV, em meados de 2016, provocou cismas que afetaram de maneira decisiva a dinâmica criminal no Ceará. Enquanto o PCC se tornou o principal aliado da GDE, a rivalidade com o CV, aliado da FDN em 2016, tomou forma e se transformou no combustível de uma guerra entre os grupos. Em um perí-

6 Trata-se de uma maneira de dizer que os menores estão bem armados, dispondo de acesso a um arsenal de armas e munições.

odo de um ano, oito chacinas foram realizadas, sendo a maior delas no bairro das Cajazeiras, com 14 pessoas assassinadas. As pessoas estavam em uma festa em um território associado ao CV e FDN. A GDE foi a responsável pela ação e em retaliação o CV executou dez presos associados à GDE e ao PCC no Centro Penitenciário de Itapajé. Apenas em 2017, foram 5.134 homicídios em todo o estado.

Entre os anos de 2016 e 2020, as facções mobilizaram jovens e adultos em um conflito armado com alto grau de letalidade em todos os municípios do estado do Ceará. Antes das facções, prevaleciam, em cidades cearenses, grupos como gangues e quadrilhas de traficantes, fragmentados e divididos em guerras territoriais na escala de um bairro ou comunidade (Paiva, 2019). As facções acomodaram essas forças, orientaram suas ações e as colocaram em um conflito armado para além do seu território original. Desse modo, o envolvido na prática de crimes associado a uma quadrilha local foi promovido a integrante de um grupo que atua em escala estadual, associado a outros em escala nacional. Isso representou uma mudança significativa em seus compromissos e responsabilidades. A facção exigiu dos envolvidos em crimes uma mudança de postura e maior comprometimento com as disputas pela hegemonia do crime no estado.

Novas concepções morais e políticas foram colocadas em jogo para efetivação dos empreendimentos faccionados. Isso criou um domínio que reverbera de diferentes maneiras na vida de quem está envolvido ou reside em um bairro dominado por uma determinada facção criminosa. Assim, é preciso ficar atento

aos comandos do grupo e não despertar suspeitas sobre sua lealdade. Situações como ser amigo, parente ou mesmo falar com pessoas vinculadas a outras facções podem ser motivos suficientes para que membros de uma facção imponham ao indivíduo uma punição que, em geral, pode variar da expulsão da sua residência até a morte em ritual de julgamento e tortura. Aqui chegamos a outro aspecto central na maneira como facções atuam no Ceará. Elas impõem um alto grau de controle das práticas locais.

Até a consolidação do domínio de facções em bairros populares de Fortaleza e da zona metropolitana, sempre aconteceram situações de violência de envolvidos com o crime contra pessoas não envolvidas nas comunidades. Contudo, as facções incrementaram as medidas de controle social, por exemplo, contra pessoas que assaltavam dentro da comunidade. Assaltos dentro das comunidades controladas foram proibidos e punidos com sequestro, mutilação, tortura e até a morte da pessoa. Essas punições foram amplamente divulgadas nas comunidades e criaram o sentimento de medo em virtude da crueldade das facções com as pessoas que contrariam seu mando. Ademais, outras punições foram impostas, mesmo para pessoas não envolvidas em crimes e/ou que desobedeceram a ordens da facção. Famílias inteiras, por exemplo, foram expulsas de suas casas porque eram acusadas de algum tipo de relação com pessoas de outras facções. Suas casas passaram a ser moeda de troca das facções e outro elemento emblemático da força desses grupos dentro desses territórios.

O domínio de diferentes facções em cidades cearenses também provocou uma

escalada no conflito entre os grupos nas comunidades. As facções implementaram uma pressão constante entre elas pelo controle de territórios em diversos municípios cearenses. Isso mobilizou uma quantidade significativa de pessoas armadas, com disposição para assassinar seus rivais, tomar seus territórios e controlar suas comunidades. Muitos traficantes foram assassinados mesmo em carros blindados, em ações filmadas e compartilhadas pelos grupos nas redes sociais. Verificamos que a intensidade desse conflito foi fundamental na decisão de cada grupo por arregimentar jovens para suas ações. A GDE fez um trabalho intenso com jovens, nas comunidades, para que eles estivessem mobilizados e dispostos a cumprir “missões” em nome do grupo. Isso intensificou os enfrentamentos e aumentou a letalidade no estado. Importante destacar que não apenas meninos, mas muitas meninas passaram a compor os quadros de facções e cooperar de diferentes maneiras para o desenvolvimento desses grupos (Silva, 2020).

A participação de adolescentes (menores de 18 anos) nas facções não aconteceu sem discussão entre os grupos envolvidos nas dinâmicas criminais desenvolvidas no Ceará. Em matéria do Portal UOL, em que escutas de diálogos entre integrantes do PCC são expostas, é possível observar a importância do público jovem nas dinâmicas do crime e da guerra entre facções no Ceará.

“O PCC não batiza ‘de menor’, tudo bem. Mas a gente sabe que tem muito molecote aí que são bandidos (sic) e tem muita atitude. Tem sangue no olho. Eu tinha até sugerido o seguinte: A gente não tem

nossa matrícula de batismo? Poderia ser feita uma matrícula só para os de menores. Só para eles ficarem do nosso lado”⁷.

A matéria retrata uma discussão presente nas periferias, revelando que, apesar da regra do PCC, os “molecote” são peças-chave nas engrenagens movidas pelas facções em sua disputa por territórios e controles de mercados ilegais. Em alguns territórios, desperta atenção o fato de os mais jovens, inclusive, estarem à frente de ações consideradas estratégicas, como a gerência de uma “boca” ou o comando de ações armadas de defesa ou ataque a outros territórios. Jovens entre 19 e 24 anos são tratados, em alguns casos, como lideranças do crime e ocupam posições de poder importantes no grupo. Outros ainda mais novos, com idades entre 14 e 18 anos, são “soldados” e não poucas vezes são apontados como “bandidos” experientes em razão do número de “missões cumpridas”. O engajamento desses jovens nas frentes faccionadas demonstra não apenas o sucesso das estratégias de grupos criminosos, como também o fracasso de políticas públicas para o controle social de crime e proteção social das comunidades (Lins, 2020).

Nas falas de jovens envolvidos com as facções é comum que apareçam relatos de revolta com situações de violência policial, objeto de constante queixa de comunidades e movimentos sociais sobre as políti-

7 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/28/em-grupo-de-whatsapp-membros-do-pcc-falam-em-aliciar-menores-para-guerra-com-faccoes-inimigas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 9/2/2021.

cas públicas de segurança desenvolvidas no estado. Em uma reunião com mães e jovens em cumprimento de medida de liberdade assistida, no âmbito do projeto de extensão universitária Traficando Saberes, escutamos de uma jovem de 14 anos uma narrativa contundente sobre um caso de violência policial. Segundo a jovem, um capitão da polícia militar do Ceará a prendeu com uma quantidade de cocaína e dinheiro vivo. Na ação, relatou que o policial lhe deu um chute, quebrando sua costela. Seu sonho desde então era poder matar esse policial em razão de sua “covardia”. Outros dez jovens com suas mães escutavam a narrativa e contaram histórias sobre violências que eles também sofreram. Suas mães não emitiram críticas a diversas manifestações que expressavam o desejo desses jovens de se vingarem dos policiais que os violentaram. Lideranças de facções criminosas sabem dessa violência protagonizada pela polícia, sobretudo, contra jovens negros da periferia, e usam isso em sua política de convencimento para que esses jovens atuem como integrantes do grupo.

Diante desse quadro, a ideia de se juntar a uma facção se torna poderosa, especialmente quando esses jovens são convencidos de que sozinhos são fracos contra o sistema, o Estado e a polícia. Em toda a Região Nordeste, aliás, o sucesso das facções se deu pela reprodução de valores de união contra os “inimigos”. Contudo, ao contrário de outros estados, a quantidade de grupos presentes disputando a hegemonia do crime no Ceará criou complicadores para a conjunção de forças que objetivassem apenas enfrentar os inimigos sistêmicos. Foi necessário também que jovens

armados defendessem a convicção de que o grupo ao qual estavam associados era superior aos outros em seu compromisso de enfrentamento aos “verdadeiros inimigos”. Assim, é comum que integrantes de uma facção acusem outros de estarem associados a policiais e, portanto, aos inimigos que promovem o “esculacho” e a “covardia” nas comunidades. Essa troca de acusações entre GDE e CV criou uma fronteira simbólica cujo efeito é demarcar a posição de cada um no conflito armado e cotidiano entre os que fazem o crime.

UM PANORAMA DO CONTEXTO DO RIO GRANDE DO NORTE

O contexto do Rio Grande do Norte guarda muitas semelhanças com o do Ceará. Observamos que no território potiguar também aconteceu uma primeira fase de *pacificação*, em que gangues e quadrilhas rivais passaram a ser incorporadas por coletivos maiores e/ou em formação, como é o caso do Sindicato do Crime do RN (SDC), grupo que se tornou hegemônico no estado. Nesse processo, foi implementada uma série de regras morais que dizem respeito às práticas criminais.

Assim como no Ceará, o PCC e o CV criaram os primeiros moldes para que grupos locais se organizassem. Embora não possamos datar esse processo, as primeiras informações sobre o PCC, que é a primeira facção a atuar no RN, são divulgadas em 2002 por relatórios do Ministério Público Estadual. Entre os anos de 2006 e 2013, o PCC se expandiu e realizou uma série de “batismos” de “irmãos” nas cadeias norte-rio-grandenses. Inicialmente

manteve uma convivência harmoniosa com a massa prisional local, graças, em parte, ao carisma de uma das primeiras lideranças do PCC (Amarante, 2018).

Em 2012, contudo, a expansão do PCC passa a ser contestada pelo Sindicato do Crime, um coletivo formado por dissidentes da facção paulista. Como demonstra a Operação Alcateia, realizada pelo Ministério Público Estadual, em 2016, o grupo surgiu em 2012, mas ganhou notoriedade em 2015 ao realizar uma greve de fome e iniciar vários motins no sistema prisional. Em 2016, praticaram 96 ataques a instituições públicas e queimas de ônibus em protesto contra a instalação de bloqueadores de celulares no Presídio Estadual de Parnamirim (PEP). As ações explicitaram sua presença no estado.

Verificamos que a relação com o PCC foi se deteriorando, o que resultou em assassinatos de pessoas de ambos os grupos em estabelecimentos prisionais. A interação entre o universo prisional e a rua criou inúmeras situações e intercâmbios importantes na organização do crime no Rio Grande do Norte. O uso indiscriminado de celulares nas prisões foi um elemento central para a ação desses coletivos. Para esse fim, esquemas de corrupção vigentes nas cadeias foram mobilizados, com agentes penitenciários envolvidos em negociações para liberação de celulares e drogas nos estabelecimentos prisionais. Desde 2015, o sistema prisional potiguar já era reconhecido por sua fragilidade - muitas prisões estavam destruídas e os presos não permaneciam em suas celas. Essa estruturação foi central para a consolidação do SDC como principal organização criminal do RN.

Ao ganhar visibilidade pública, em 2015 e 2016, o SDC ou apenas “RN” difundiu a narrativa de que o grupo foi constituído por pessoas que “rasgaram a camisa”, ou seja, romperam com uma das principais organizações criminosas do país, o PCC. Esses sujeitos não concordavam com suas práticas e o modo de atuação na região. Um ponto importante nessa decisão foi o assassinato de uma liderança do Sindicato do Crime, Berg Neguinho, que, além de ser respeitado no meio prisional, estava tentando fugir da prisão quando foi morto. Esse crime gerou uma enorme revolta nas cadeias, pois representou a morte de um “bandido considerado” em razão de um “comando” vindo do PCC do “Sul”, de São Paulo. O quadro foi agravado porque essa liderança foi morta enquanto tentava alcançar sua liberdade, o que significa a quebra de um preceito importante para o SDC⁸. Isso fez ecoar, ainda mais fortemente, a seguinte mensagem: “Em nosso estado o que funciona é nosso crime. Não a ideologia do PCC” (Amarante, 2018).

Se as dinâmicas do PCC estavam sendo questionadas, nesse contexto, passaram a ser extremamente mal avaliadas. Elas foram interpretadas por envolvidos em crimes no estado potiguar como “covardes”, pois, segundo eles, estavam em desacordo com o próprio estatuto da organização. Integrantes do Sindicato entenderam que,

8 A liberdade é um bem extremamente precioso no mundo do crime. E é exatamente por isso que costuma haver uma regra nos estabelecimentos prisionais locais, qual seja: não matar alguém que está tentando a liberdade. Nesse caso, o PCC desconsiderou esse preceito e isso aumentou a revolta na massa prisional.

em linhas gerais, as lideranças do PCC podiam *decretar* a morte de alguém no RN mesmo que as lideranças locais não concordassem. A situação contribuiu para intensificar os questionamentos devidos a situações como os valores cobrados para “fortalecer” os “irmãos” presos no sistema. Os valores pagos ao PCC não eram observados como acessíveis aos criminosos locais, criando uma suspeição permanente quanto à capacidade de retorno e real proteção aos presos no interior do sistema prisional potiguar. Diversos questionamentos alimentaram rumores e, consequentemente, tensões entre a estrutura nacional do PCC e os problemas locais vivenciados por quem praticava crimes no Rio Grande do Norte.

Esse contexto e, posteriormente, a ruptura do acordo entre o CV e o PCC, assim como aconteceu no Ceará, deterioraram a situação entre os envolvidos na prática de crimes no Rio Grande do Norte, desencadeando os acontecimentos que culminaram no massacre de Alcaçuz, em 2017. O evento contribuiu para mudanças significativas nas políticas de segurança pública e para estabelecer novas dinâmicas criminais. Também resultou na morte de milhares de jovens e no aumento da violência urbana. Em 2018, inclusive, Natal foi considerada a oitava cidade mais violenta do mundo⁹.

De acordo com as narrativas de sobreviventes e familiares, o massacre foi desencadeado por pessoas vinculadas ao

PCC que, em um sábado de visita social, invadiram o Pavilhão 4, ocupado por membros do Sindicato. Armados e com coletes, assassinaram brutalmente todos aqueles que não conseguiram fugir pelos telhados e assim cometeram, na visão de envolvidos locais, mais uma “covardia”. Mataram, esquartejaram, incineraram e jogaram futebol com as cabeças daqueles que foram degolados. Também filmaram essas práticas, vangloriando-se delas. As imagens percorreram as ruas e os celulares dos familiares, que, desde o momento em que souberam do acontecimento, se aglomeraram em frente ao presídio em busca de informação e acolhimento¹⁰.

Os eventos descritos desencadearam aproximadamente seis dias de guerra dentro da prisão. Enquanto isso o poder público acompanhou do lado de fora, deixando os presos à própria sorte, sem água, luz, alimentação ou atendimento médico para dezenas de feridos que estavam no interior da prisão. Somente após um longo período de espera, com a construção de um muro de contêineres, o controle estatal do presídio foi retomado. Desde então, foram criadas novas medidas que buscaram garantir, também a partir de práticas de tortura, o controle sobre os presos¹¹.

9 Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/natal-e-a-cidade-mais-violenta-do-brasil-diz-ranking-mundial.ghtml>. Acesso em: 10/3/2021.

10 Destacamos que a falta de acolhimento a familiares por agências do Estado responsáveis pela segurança do sistema prisional foi um fato marcante dessa experiência.

11 Esse processo, de certa forma, ainda acontece. Mesmo que os presos continuem sendo oprimidos e submetidos a práticas que violam os direitos humanos, os sobreviventes do massacre – seja do lado do PCC ou do Sindicato do Crime, seja dentro ou fora da prisão – ainda anseiam pelo momento em que poderão novamente se encontrar e “cobrar com o sangue o sangue derramado”.

Desde 2017, inclusive, os presos denunciavam situações de violações de direitos humanos graves nas cadeias potiguaras. Todavia, apesar do sentimento de opressão pelo *sistema* vivenciado pelos envolvidos em crimes no estado, existe a expectativa de um novo massacre para que possam, tanto um grupo como o outro, “cobrar com o sangue o sangue derramado”¹².

Com o controle das prisões pelas agências de segurança pública, o confronto foi disseminado por todo o estado. Isso provocou o aumento de agenciamento de “irmãos” e permitiu que o SDC se estabelecesse de modo hegemônico tanto nas ruas como nas prisões estatais. Com mais adeptos, a facção potiguar intensificou suas práticas criminais para angariar recursos (dinheiro, armas e drogas) e dar prosseguimento ao conflito com o PCC nas ruas.

Nesse contexto, fazer parte do Sindicato do Crime não era só ser membro de uma comunidade moral e/ou de uma espécie de empresa ilegal. Significava ter disposição para entrar em uma guerra sangrenta. Implicava agir no sentido de dominar o mercado de ilícitos através do controle e maior planejamento dos roubos, assaltos e controle das redes do tráfico de drogas. O intuito foi aumentar o poder de letalidade e conseguir mais armas de fogo. Verificamos que eles também buscaram pressionar o governo potiguar, realizando missões como atear fogo em ônibus. Ademais, seguiram enfrentando seus inimi-

gos em invasões de territórios estratégicos ocupados por adversários. Nesse movimento, precisaram ainda de disposição para matar os opositores do grupo, agentes do Estado (como policiais e agentes penitenciários, vistos como adversários permanentes) e, principalmente, matar rivais do PCC, chamados agora de “vermes” ou de “PCCÚ”.

Nesse contexto, a narrativa de vingança em relação ao “sistema” ou aos “inimigos” se tornou uma maneira de produzir engajamento e sentimento de pertença à “família”, criando meios para que o Sindicato expandisse sua influência em todo o estado. Crianças pequenas se orgulhavam de falar “aqui é tudo 2”, que é uma referência ao Sindicato, e foram engajadas, direta ou indiretamente, nessas redes em certos casos. Através dessa narrativa “vingadora” e “quase heroica”, muitas práticas cruéis também ganharam legitimidade. Isso atraiu jovens ávidos pela adrenalina da guerra, que tomou grandes proporções nas ruas. Em 2017 e 2018, os jovens envolvidos testaram muitos limites e justificaram suas ações com base na ideia de que os inimigos eram “vermes” e não seres humanos propriamente. Nesse contexto, foram noticiados (seja em jornais ou em grupos de WhatsApp) inúmeros assassinatos e práticas consideradas cruéis. Muitas mulheres tiveram suas sobrance-lhas e cabelos raspados, foram torturadas ou mortas por terem sua “lealdade” em suspeição. Degolas de pessoas e esquartejamentos passaram a figurar entre as notícias do dia a dia, e pedaços de corpos eram encontrados em mangues e rios.

A manutenção do estado de guerra entre as facções exigiu recursos huma-

12 Após janeiro de 2017, o PCC e o Sindicato do Crime ficaram apartados em pavilhões distintos em todas as prisões do estado, o que não acontecia de modo tão rígido anteriormente.

nos e materiais. O Sindicato se estruturou no interior do estado, sofrendo inúmeras dificuldades em função de seu caráter regional e limitações em termos de acesso a recursos. Contudo, obteve êxito em arregimentar um grande número de “irmãos”, sendo muitos deles jovens ainda se iniciando na prática de crimes. Eram considerados “jovens de atitude” apesar de não terem a *expertise* de uma vida criminal consolidada. O enfrentamento com o PCC, no entanto, impôs a maior necessidade de atitude para se manter firme na guerra, tornando cada vez mais flexíveis as regras para se fazer parte do grupo. Com essa prática, segundo números estimados pelas agências de segurança pública do Rio Grande do Norte, o Sindicato alcançou a marca de 4.200 “irmãos”, contra 900 do PCC, em 2018¹³. Isso possibilitou que deslocassem o PCC da capital para o oeste potiguar e tornou o grupo hegemônico nas prisões e “quebradas” da capital e região metropolitana.

Assim como aconteceu no Ceará, consideramos que a adesão de jovens foi extremamente importante para consolidar o Sindicato. A prisão de muitas lideranças gerou uma série de transformações internas, entre as quais a maior participação de jovens em cargos importantes do SDC. Eles também se tornaram responsáveis por controles territoriais e identificação de pessoas suspeitas de terem relações com os inimigos do grupo. As mulheres passaram também a ser alcançadas

por dispositivos de controle, com suas fotos divulgadas em redes de WhatsApp acompanhadas da mensagem “decretada” quando eram acusadas de traição. A mensagem significava que elas deveriam ser mortas quando localizadas. Em muitas ocasiões, as mortes dessas mulheres foram filmadas e divulgadas em redes sociais, com o objetivo de demonstrar a face impiedosa do grupo com quem não cumpria suas ordens.

O engajamento em massa de jovens possibilitou a invasão e tomada de bairros do grupo rival pelo SDC em 2018. Isso provocou o deslocamento de centenas de pessoas de suas casas, especialmente nos bairros de Mosquito, Japão e Beira Rio, em Natal. Em alguns casos as pessoas não tinham nenhum envolvimento com a criminalidade, mas se viram diante da necessidade de abandonar suas casas repentinamente para preservar suas vidas, pois temiam retaliações dos faccionados ou de forças policiais – em geral, essas forças de segurança em seu enfrentamento aos faccionados discriminavam todos os moradores como criminosos, criando situações ainda mais difíceis para os residentes dos territórios invadidos. Esse processo gerou um reordenamento territorial e a consolidação do SDC em toda a região de Natal, zona metropolitana e cadeias estatais.

Não obstante, a despeito do seu número menor de adeptos, em relação ao RN, não é possível afirmar que o PCC recuou e está enfraquecido no estado potiguar. Esse coletivo se mantém forte e tem acionado novas alianças para se manter no contexto norte-rio-grandense. As apreensões recordes de cocaína no porto de Natal nos anos de 2019-2021 são, inclusive, prova

13 Disponível em: <https://www.portaldaseguranca.com.br/mapa-revela-cidades-ja-dominadas-e-em-disputa-por-faccoes-criminosas-no-rn/>. Acesso em: 10/3/2021.

dessa presença¹⁴. Desde 2018, por outro lado, há rumores da aliança entre o PCC e a GDE no oeste potiguar. O PCC tem incentivado a rivalidade do SDC com a facção cearense e os conflitos têm se intensificado. Desse modo, enquanto esses “irmãos” brigam entre si, o PCC segue firme em seu projeto expansionista e de controle de rotas de tráfico internacionais, sobretudo para a Europa¹⁵. E o faz manejando esquemas, considerando recursos estratégicos e atuando de maneira estratégica nos conflitos e disputas regionais.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ACONTECIMENTOS EM TRANSFORMAÇÃO

As facções emergem nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte como um fenômeno de massa, com participação ativa de jovens em circuitos nos quais outros grupos também se fazem presentes. Ambos os estados sofrem os efeitos sociais de movimentações de grupos nacionais como o PCC e o CV, atualizando em escala local acordos e conflitos que atravessam

o território nacional para além de suas fronteiras. Conforme observamos, tanto nas pesquisas no Ceará como no Rio Grande do Norte, existem particularidades nas dinâmicas do crime, organização e consolidação das facções em cada contexto estadual. Fatores sociais, históricos e políticos, assim como as dimensões de cada estado e sua importância nas rotas de tráfico de drogas, precisam ser considerados. No caso do Rio Grande do Norte, como evidenciamos, a análise deve envolver o massacre de Alcaçuz por ser um ponto de inflexão importante nas disputas entre o Sindicato e o PCC. No Ceará, as correlações de força associaram PCC e GDE, desdobrando um conflito armado com consequências dentro e fora das prisões cujo antagonista é o CV. Para além dos limites estaduais, é possível verificar que essas forças também se movimentam entre os estados e almejam uma atuação regional no Nordeste brasileiro.

Os empreendimentos das facções envolvidas nas práticas de crimes, nos estados retratados neste texto, não seriam possíveis sem que elas engajassem uma grande quantidade de jovens em suas frentes. Eles passaram a ser parte de um conflito armado que ceifou milhares de vidas somente na década de 2010. São pessoas convencidas de que o crime é também um projeto de vida cujas consequências envolvem a violência de uns contra os outros. Acreditamos que o sucesso de organizações como o SDC e a GDE depende de um fracasso coletivo do Estado brasileiro em alcançar jovens, em sua maioria pobres e negros, com políticas adequadas e serviços capazes de lhes oferecer outras oportunidades. Tanto no Ceará quanto no Rio

14 Veja, por exemplo: <http://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2019/maio/irf-natal-faz-nova-apreensao-de-cocaina-no-porto-de-natal>; <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/10/04/pf-prende-3-pessoas-e-apreende-238-kg-de-cocaina-no-porto-de-natal.ghtml>; <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/08/16/pf-e-receita-federal-apreendem-70395-kg-de-cocaina-em-meio-a-carga-de-mangas-no-porto-de-natal.ghtml>; <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sesed-amplia-apreensao-de-drogas-no-rn-em-2020-pf-recua/503223>, entre outras. Acesso em 10/3/2021.

15 Há também rumores de uma nova rota de tráfico internacional em disputa por coletivos criminosos que passa pela África. Natal, por sua localização geográfica, é ponto estratégico nessa disputa.

Grande do Norte, a ação policial é um componente que merece maior atenção de pesquisadoras e pesquisadores interessados em compreender as motivações desses jovens engajados nos trabalhos dessas facções. “Vestir a camisa” da facção

não é um ato simples e envolve colocar a própria vida em jogo, apostando alto nas oportunidades oferecidas no meio de uma guerra em que cada dia menos pessoas vivem para desfrutar de alguma vitória ou possibilidade de sucesso livre do cárcere.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; DIAS, C. N. “Das comissões de solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo”. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, 2013, pp. 61-82.
- AMARANTE, N. F. “O certo pelo certo e o errado será cobrado”: narrativas políticas do Sindicato do Crime do RN. Dissertação de mestrado. Natal, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRN, 2018.
- AQUINO, J. P. D. de. “Violência e performance no chamado ‘novo cangaço’: cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a polícias em assaltos contra bancos no Brasil”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 13, n. 3, 2020, pp. 615-43.
- BARBOSA, A. R. “O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro”. *Especiaria*, v. 9, 2006, pp. 119-34.
- BARREIRA, C. “Crueldade: a face inesperada da violência difusa”. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, 2015, pp. 55-74.
- BEATO, C.; ZILLI, L. F. “A estruturação de atividades criminosas. Um estudo de caso”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, 2012, pp. 71-88.
- BIONDI, K. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Terceiro Nome, 2018.
- CANDOTTI, F. M.; MELO DA CUNHA, F.; SIQUEIRA, Í. L. “A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado”, in *BR 111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo, Veneta/Le Monde Diplomatie, 2017.
- DIAS, C. N. “Disciplina, controle social e punição: o entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 85, 2014, pp. 113-27.
- FELTRAN, G. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- FELTRAN, G. S. “Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo”. *Caderno CRH*, v. 23, n. 58, 2010, pp. 59-73.
- GODOI, R. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. “Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro”. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, 2017, pp. 75-98.

- LINS, A. L. *Entre pactos, projetos e programas: as dinâmicas de governo no campo da segurança pública no Ceará*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, 2020.
- LOURENÇO, L. C.; ALMEIDA, O. L. de. "Quem mantém a ordem, quem cria desordem": gangues prisionais na Bahia". *Tempo Social*, v. 25, n. 1, 2013, pp. 37-59.
- MANSO, B. P.; DIAS, C. N. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo, Todavia, 2018.
- MARQUES, A. "'Liderança', 'proceder' e 'igualdade': uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital". *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 14, n. 2, 2010, pp. 311-35.
- MELO, J. G.; AMARANTE, N. F. "O Massacre de Alcaçuz, o fortalecimento e a disputa de territórios por coletivos criminosos em Natal, RN". *O Público e o Privado*, v. 17, n. 33 jan.-jun/2019, pp. 19-40.
- MELO, J. G.; RODRIGUES, R. "Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do massacre no presídio de Alcaçuz, RN". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 11, n. 2, 2017.
- MISSE, M. "Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades". *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, 2011, pp. 13-25.
- MISSE, M. "Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro". *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, 2007, pp. 139-57.
- PAIVA, L. F. S. "'Aqui não tem gangue, tem facção': as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil". *Caderno CRH*, v. 32, n. 85, 2019, pp. 165-84.
- PAIVA, L. F. S.; BARROS, J. P. P.; CAVALCANTE, R. M. B. "Violência no Ceará". *O Público e o Privado*, v. 17, n. 33, jan.-jun./2019, pp. 73-98.
- PRADO, S. L. *Desigualdade, revolta, reconhecimento, ostentação e ilusão. O processo de construção da identidade de jovens em bandidos em uma Unidade Socioeducativa de Internação do Distrito Federal*. Dissertação de mestrado. Natal, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRN, 2016.
- RAFAEL, A. "Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro". *Alceu*, v. 2, n. 3, 2001, pp. 166-79.
- RODRIGUES, F. J. "'Corro com o PCC', 'corro com o CV', 'sou do crime': facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, 2020.
- SIQUEIRA, Í. B. L.; PAIVA, L. F. S. "'No Norte tem Comando': as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas". *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 7, n. 17, 2019, pp. 125-54.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Universidade de Brasília, 2014.



Necropolítica e racismo na construção da cartografia da violência nas periferias de Belém

Aiala Colares de Oliveira Couto

resumo

O presente texto tem como objetivo analisar a cartografia dos homicídios ou cartografia da violência em Belém, Pará, sobretudo, a partir da sobreposição de territórios envolvendo narcotraficantes, milicianos e o Estado que manifesta as mais variadas formas de conflitos urbanos. Desse modo, os territórios sobrepostos produzem uma *necropolítica* que tem no componente racial um elemento indutor da banalização e naturalização das mortes. A metodologia aqui utilizada está fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais, análise de dados estatísticos e trabalhos de campo. Como resultado, tem-se a produção do mapa da violência em Belém, o qual aponta para uma concentração das manchas de homicídios nas áreas precarizadas e periféricas da cidade, destacando, assim, a necessidade de uma política urbana acompanhada de políticas públicas.

Palavras-chave: narcotráfico; milícias; necropolítica; racismo.

abstract

The present text aims to analyze the cartography of homicides or the cartography of violence in Belém, Pará, Brazil, especially from the overlapping of territories involving drug traffickers, militiamen, and the state that manifests the most varied forms of urban conflict. Hence, the overlapped territories produce a necropolitics that has, in the racial component, an inducing element of the banalization and naturalization of the deaths. The methodology used herein is based on bibliographic and documental research, statistical data analysis, and fieldwork. As a result, there is the production of the map of violence in Belém, which points to a concentration of the homicide spots in the precarious and peripheral areas of the city, thus highlighting the need for an urban policy accompanied by public policies.

Keywords: drug trafficking; militia; necropolitics; racism.

O

tráfico de drogas em Belém por muito tempo se colocou como um dos principais problemas sociais que atingem as periferias devido às estratégias de territorialização utilizadas por suas facções. A evolução da criminalidade violenta em Belém traz sujeitos que ora divergem, ora convergem,

produzindo, assim, as mais variadas formas de manifestação das relações de poder, pois há grupos milicianos que tentam se sobrepor aos territórios do tráfico ao criar conflitos pelo uso do território, resultando na materialização das mortes violentas.

Belém nos últimos anos vem cumprindo importante papel na trama das redes do narcotráfico enquanto um “ponto” ou “nó” estratégico para circulação da cocaína que atravessa as fronteiras ao adentrar na região amazônica, chegando ao estado do Pará e encontrando na capital não apenas uma área conectada às redes, mas, também,

um importante mercado consumidor. Essa conexão de Belém em relação às redes ou rotas na região amazônica desperta o interesse do crime organizado e das facções criminosas de outras regiões.

O texto aqui descrito em forma de artigo tem como objetivo analisar a cartografia dos homicídios relacionados a esses conflitos destacados acima. Essa realidade que Belém experimenta parte desses territórios sobrepostos, os quais criam zonas de conflitos ou instabilidade social que podem ser interpretadas pela distribuição espacial dos homicídios concentrados nas periferias. Estão também mais presentes nos bairros em que há uma concentração da população negra, vítima de problemas como a precariedade dos serviços urbanos e a fragilidade ou inexistência de políticas públicas. O recorte temporal deste texto é de 2011 a 2016 e considera os dados estatísticos

AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO

é professor assistente do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (Uepa).

fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Pará (Segup).

Reforça-se a ideia de que a rentabilidade econômica gerada pelo mercado do tráfico de drogas em Belém é, em grande parte, indutora da criminalidade violenta e da violência urbana direcionada para as periferias. O mercado da droga, para se expandir, necessita de territorialidades bem definidas e sujeitos com suas funções estabelecidas, mantendo uma rede social hierarquizada capaz de expressar o exercício do poder. A milícia utiliza a prática do extermínio ou política de morte como uma tecnologia de poder bastante eficiente na produção do racismo e na naturalização/banalização da morte de jovens pobres e negros das periferias.

Desse modo, há a existência de uma necropolítica, em que as operações policiais nas “quebradas” – quase sempre de forma violenta – oprimem a população, fazendo o uso de narrativas da chamada *guerra às drogas*. É com essa gramática construída que se impõem a coerção, estigmatização, descriminalização e as mais variadas formas de naturalização das violências física, psicológica e simbólica, a exemplo do racismo.

As evidências da manifestação do que Mbembe (2006) chama de necropolítica serão neste trabalho representadas de forma cartográfica através do mapa do extermínio em Belém. Portanto, destaca-se que aqui entendemos o racismo como uma tecnologia de poder ou um dispositivo de violência que atinge a população das periferias. A necropolítica impõe um direito soberano de matar, é o fazer morrer e deixar viver – característico da política de morte. Trata-se de conflitos que envolvem narcotraficantes,

milicianos e o Estado em territórios sobrepostos, que se transformam, consequentemente, em zonas de conflitos.

A NECROPOLÍTICA COMO REGIME DE GOVERNO NO BRASIL

Para Mbembe (2006), a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer. Para ele, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. E, quando a referência é o narcotráfico, torna-se impossível em países da América Latina, como o Brasil, descartar o componente racial que existe na relação entre o Estado e as narrativas da insegurança.

A precarização da vida urbana com as instáveis ou inexistentes políticas públicas, a vulnerabilidade social e o ciclo da pobreza tornam as periferias espaços invisíveis, onde a violência em suas múltiplas manifestações é naturalizada. Por trás dessa naturalização, há um racismo estrutural e institucional, herança do nosso passado colonial, que condena a população negra à morte. Para Marcelino e Martins (2018), enquanto comportamento moralmente reprovável, o racismo finca suas bases nas sociedades originárias do colonialismo e, portanto, descendentes de um período escravista, marcado pela tortura e extermínio de indivíduos rotulados conforme a sua cor e raça.

Mesmo após quase 133 anos do fim da escravidão, o Brasil não superou sua estrutura social racializada, o que gerou espa-

ços divididos pela segregação sociorracial, prejudicando substancialmente a juventude negra, a qual sofre todo e qualquer tipo de assédio do narcotráfico, bem como tem que lidar com a violência imposta pelos grupos milicianos, ao mesmo tempo em que enfrenta a repressão policial e todos os estigmas possíveis oriundos do racismo estrutural.

Segundo Marcelino e Martins (2019, p. 59),

“[...] A partir do racismo estrutural, a morte de um jovem negro nas periferias ou o encarceramento em massa desse grupo não choca, sequer intriga as elites brasileiras. Ademais, o que é normalizado na sociedade brasileira é a ausência de indivíduos negros nos espaços de poder, mas o que espanta e causa repulsa são as medidas paliativas, tais como as ações afirmativas, como forma de compensação histórica e de garantir a equidade desses grupos historicamente marginalizados”.

Os jovens da periferia, nesse caso, tornam-se culpados antes mesmo de o crime ocorrer e esse *apartheid social* coloca-os na condição de sujeitos *matáveis*. Tem-se, então, corpos vazios, confinados num espaço em que o controle-regulação da população-espécie é necessário para a segurança de um determinado grupo social. Desse modo, os *dispositivos de segurança* criam zonas onde a vida e a morte são definidas por critérios raciais que operam também sob leis informais de grupos privados e estatais, que, armados, impõem suas relações de poder e autoridade necessárias sobre o espaço, transformando-o em território.

Também há um racismo institucional, cuja estrutura é imposta pelos órgãos do

Estado que deveriam se encarregar de garantir os direitos democráticos de todas e todos, entretanto, ele diferencia as classes sociais e os sujeitos raciais. Segundo Becker (2010), o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas que a outras. Estudos sobre delinquência juvenil deixam isso muito claro. Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis. O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia; menos probabilidade, quando levado à delegacia, de ser autuado; e é extremamente improvável que seja condenado e sentenciado. Essa variação ocorre ainda que a infração original da norma seja a mesma nos dois casos.

Ainda segundo esse autor, de maneira semelhante, a lei é diferencialmente aplicada a negros e brancos. Sabe-se muito bem que um negro que supostamente atacou uma mulher branca tem muito maior probabilidade de ser punido que um branco que comete a mesma infração; sabe-se um pouco menos que um negro que mata outro negro tem menor probabilidade de ser punido que um branco que comete homicídio.

Essas práticas de zoneamento vêm geralmente acompanhadas por toda uma malha transnacional de repressão: esquadrinhamento ideológico das populações, emprego de mercenários afeitos à luta contra guerrilhas locais, formação de *comandos de caça*, recurso sistemático a prisões em massa, tortura e execuções extrajudiciais. Graças às práticas de zoneamento, um *imperia-*

lismo da desorganização fabrica desastres e multiplica um pouco por toda a parte as condições de exceção, alimentando-se da anarquia (Mbembe, 2019).

É dessa forma que narcotraficantes, milicianos e o Estado contribuem para a fabricação de uma tipologia da violência que tem no mapa do extermínio uma dinâmica de sobreposições territoriais. São reconfigurações territoriais do poder econômico do narcotráfico e do discurso da guerra às drogas que podem ser analisadas espacialmente destacando-se: a presença de um território sobre o outro em função da existência de três grupos de sujeitos que têm interesses que convergem e divergem e a necropolítica que opera como um dispositivo que legitima e naturaliza as mortes violentas com características de execução nas favelas e periferias.

Nos últimos anos as grandes cidades brasileiras, em especial as metrópoles, encontram dificuldades de enfrentamento da violência, destacando-se dados alarmantes acerca dos assassinatos no Brasil, que atingem principalmente a população negra. Os resultados de pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresentaram o *Atlas da violência* (2019), em que os números divulgados só reforçam as colocações acima.

De acordo com tal estudo, a diferença da morte de negros em relação à dos brancos é significativa. Por exemplo, em 2016 o percentual de negros assassinados no Brasil era de 71,6% e, em 2017, houve um incremento desses números passando para 75% das vítimas de homicídio. Ou seja, a taxa de homicídios de negros (pretos e pardos) por

grupo de 100 mil habitantes em 2017 foi de 43,1 e a de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16. Isto é, para cada indivíduo não negro assassinado o grupo de negros tem uma taxa de 2,7.

De acordo com os dados do *Atlas da violência* (2019), em um período de dez anos, correspondendo de 2007 a 2017, a taxa de letalidade de negros no Brasil cresceu 33% e a de não negros, 3,3%. Uma avaliação apenas do ano de 2017 apresenta um índice com redução de 0,3% das mortes de não negros e um aumento de 7,2% de negros. O Brasil registrou 65.602 homicídios em 2017, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes. É o maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país. Nesse mesmo ano, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil, um dado preocupante que representa um índice de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens. Ainda segundo esse estudo, entre 2016 e 2017, no Brasil houve aumento de 6,7% na média de homicídios de jovens. Nesse contexto, na última década esse número passou de 50,8 pessoas entre 15 e 29 anos executadas por grupo de 100 mil jovens em 2007, para 69,9 em 2017, aumento de 37,5%: um recorde histórico em relação à morte de jovens.

Em Belém, por exemplo, a espacialização da criminalidade violenta e das ações dos grupos de extermínio colocaram a cidade no período analisado como a segunda mais violenta do país, com taxa de 64,9 crimes letais intencionais para cada 100 mil habitantes, ficando atrás de Aracaju, que tem taxa de 66,7. São números apontados e publicados pelo 11º *Anuário brasileiro de segurança pública*, de 2017. Para além dos dados estatísticos, é preciso compreender

os fatores determinantes que tornam alguns espaços das cidades *zonas de violência* ou *zonas de extermínio* da população negra, sobretudo, dos jovens.

Aprofundar o debate apenas com os dados estatísticos é não chegar aos reais fatores que impõem uma perceptível lógica racista de extermínio da juventude negra nas áreas periféricas das grandes cidades brasileiras, bem como em Belém, que vivenciou um contexto de conflitos urbanos. A escala cartográfica não complementada por uma escala geográfica não dá conta de mostrar os efeitos perversos de um racismo estrutural presente na produção social do espaço, nas políticas de planejamento urbano e nas políticas de segurança pública. Portanto, torna-se mais do que necessário buscar o entendimento do problema a partir de uma análise que considere a questão racial como resultante de uma necropolítica.

RACISMO E BIOPOLÍTICA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O debate acerca do fenômeno da violência urbana em Belém requer, antes de qualquer análise espacial, um forte engajamento com os ativismos sociais, especialmente com os movimentos de resistência ao extermínio da juventude negra nas periferias, justamente o grupo social e étnico que se encontra em situação vulnerável em relação às ações dos grupos de extermínio ou facções do crime organizado como o narcotráfico, pois em ambos os grupos se reproduz uma lógica assassina de normatização e controle do espaço por meio de relações de poder, manifestadas nas mais diversas formas simbólicas de opressão.

Chamo a atenção para o fato de que deixa muito a desejar, pelo menos no campo da geografia paraense, uma abordagem espacial que considere a relação entre racismo e violência estatal ou relações étnico-raciais e produção do espaço, ou então, racismo e gestão do espaço (governamentalidade) na metrópole contemporânea. Isso porque a cristalização do pensamento crítico pelo materialismo histórico e dialético parece não ter permitido outros campos de análise que fujam dessa corrente, muitas vezes atrelada à *colonialidade do saber* (Quijano, 2005).

Belém, na atualidade, vive em meio a conflitos envolvendo disputas territoriais e representações espaciais do poder que produzem uma dinâmica de extermínios difundidos pela violência urbana, causando efeitos negativos sobre o comportamento da população, que passa a conviver com a reprodução de uma psicosfera do medo, resultado muitas vezes de uma violência simbólica, a qual, para Bourdieu (1992), é aquela exercida pelo corpo sem coação física, mas que causa danos morais e psicológicos, apoiando-se em uma forma de coação a partir do reconhecimento de uma imposição determinada, imposição esta que pode ser econômica, social ou simbólica.

Nesse sentido, há uma divisão espacial das mortes que coincide com uma divisão racial dos homicídios com características de execução. A produção do espaço urbano de Belém é marcada por uma contradição que ao mesmo tempo é resultado da histórica política urbana que fundamentou a divisão do espaço a partir de um projeto de higienização social, o qual coloca o negro em uma condição subalterna nas áreas de baixadas e periferias da cidade.

A questão racial sempre teve um papel fundamental nas ações do planejamento

urbano; trata-se, portanto, de uma governamentalidade espacial que prevê a gestão da vida urbana pelo Estado. Uma relação de poder originária de uma *modernidade-colonialidade* (Quijano, 2005) que ainda busca critérios de legitimidade no racismo. Pode-se dizer que há uma relação entre racismo, produção do espaço e extermínio da população negra, destacando que “o tema das relações raciais se tornou, no início do século XXI, um dos mais polemicamente debatidos na sociedade brasileira” (Santos, 2012, p. 36). Raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 1996).

Quando a referência do monopólio da violência passa a ser o Estado, tem-se, então, uma política de gestão do espaço urbano que é focada na *sociedade de segurança* ou biopolítica, como é denominada por Foucault (2008) em sua obra *Segurança, território e população*. Pode-se dizer que o Estado passa a ter como base da sua política de segurança o *poder sobre a vida*, na ação sobre o homem não enquanto corpo e sim na ação sobre o homem enquanto espécie, enquanto *população* (Foucault, 1999).

Faz-se presente, nesse contexto, a governamentalidade do Estado sobre o seu território, partindo do princípio de que ela se define, segundo Foucault (2008, p. 143), como:

“O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer uma forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança”.

Quando nos referimos ao Estado e seus modelos de intervenção sobre a sociedade, ainda mais em se tratando de dispositivos de segurança, devemos considerar que, para Foucault (2008, p. 144), “o Estado foi gradativamente *governamentalizado*, conduzido à preeminência de um tipo de poder que podemos chamar de governo (ou governo) que se impõe sobre todos os outros – soberania, disciplina”.

Ocorre que se trata na sociedade biopolítica ou de segurança, antes de tudo, na relação poder-espaço, de exercer o controle dos fluxos, da circulação não do homem enquanto indivíduo ou corpo, mas do homem enquanto espécie – visando, assim, ao controle da *população* em suas múltiplas modalidades –, o que inclui o próprio discurso do eugenismo e do racismo.

Se pensarmos em questões que envolvem a natalidade e mortalidade, saúde, higiene, acessibilidade, infraestrutura etc., há sempre uma lógica biopolítica que regula a vida, regula os corpos em espaços em que a população deve permanecer vigiada e na condição de sujeito matável. Tal situação foi pensada por Foucault (2008), destacando que o homem, a partir do século XVIII, começa a ter a percepção de que possui um corpo que pertence a uma espécie e por isso a vida do homem deve ser vista como algo a ser preservado, fator que gera essa nova forma de enxergar o homem-corpo, o qual é substituído pelo homem-espécie que irá fundamentar uma biopolítica que trata da regulamentação das massas.

Assim, Foucault (2008) enfatiza que o biopoder corresponde a uma série de fenômenos que, para ele, parecem bastante importantes, pois se trata de um conjunto de mecanismos. São esses mecanismos

que, na espécie humana, constituem suas características biológicas fundamentais para entrar numa política, numa estratégia política, uma estratégia geral de poder. Seria, então, segundo o próprio autor:

“[...] Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder” (Foucault, 2008, p. 3).

Com isso, a biopolítica propõe uma tecnologia nova de poder que apresentará dispositivos que têm como objetivo garantir a vida da população e, nesse sentido, tudo aquilo que possa vir a limitar a vida do homem-espécie deve ser controlado, e isso se dá a partir de uma tecnologia de poder que tende a controlar as massas, chamada por Foucault (2008) de biopoder.

O autor mostra inicialmente que o tema das raças não vai desaparecer, o tema será retomado, mas de forma diferente, o que ele chamará de racismo de Estado, e é sobre o nascimento do racismo de Estado que será feita toda a abordagem sobre o biopoder. A partir do seio da modernidade e da racionalidade desde o século XVIII, com forte influência do Iluminismo e do eurocentrismo, foi-se afirmando a mitológica ideia de que a Europa era preexistente a esse padrão de poder, que já era antes o centro mundial do capitalismo que colonizou o resto do mundo (Quijano, 1996). Contudo, os princípios da colonialidade/modernidade eurocêntrica criam uma concepção de humanidade que diferenciava a população entre

inferiores e superiores, primitivos e civilizados, etc. Foi nessa concepção que surgiu a divisão entre raças.

O racismo nas relações sociais cotidianas não é, então, a única manifestação da colonialidade do poder. Ele é, sem dúvida, a mais perceptível e onipresente. Por essa razão, não deixou de ser o principal campo de conflito como ideologia, em meados do século XIX (Quijano, 2002), nem muito menos no século XX, em que, na Segunda Guerra Mundial, é demonstrada a experiência racista na Alemanha nazista. No entanto, essa prática ainda se manifesta no século XXI tanto em discursos xenófobos na Europa, quanto nas formas de gestão do espaço nas cidades.

Sobre a ideia de raça,

“Sustentada (durante um tempo) ou superada (mais recentemente) pelo saber do campo da biologia, é sua pertinência social em projetos de poder que sustenta sua permanência, a despeito de ter ou não ter lastro em saberes científicos. É nesse sentido que, mesmo com a negação da pertinência de diferença biológica entre seres humanos que permita sua classificação em grupos raciais, no cotidiano das relações sociais a raça continua a ser um princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações: conhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsiona reconhecimento de igualdade” (Santos, 2012, p. 40).

Isso fica bem evidente quando se faz referência aos dados apresentados no início deste texto. Há um extermínio de uma população no Brasil que ainda se fundamenta em preceitos racistas de cor da pele, instrução e localização geográfica. “A cor é vista como importante na orien-

tação das relações de poder e sociais, em algumas áreas e momentos, enquanto é considerada irrelevante em outros” (Sansone, 1996, p. 183).

A urbanização brasileira produziu nas cidades uma segregação que não pode ser considerada como fenômeno agregador, organicamente político. Pelo contrário, a sua produção, no urbano, é fruto justamente da desorganização social, ao contrário de pertencer ao grupo étnico-racial: aqui é uma marca que, em geral, resulta de conflito presente na sociedade há muito tempo. Nesse sentido, as representações socioespaciais serão distintas, dependendo da possibilidade de inserção social de seus membros (Campos, 2012). Assim,

“Essa organização espaço-temporal das relações sociais delinea que, nos momentos e lugares em que se define o acesso às riquezas que a sociedade produz (acesso à educação, emprego, saúde, conhecimento e seus instrumentos de produção, posições de poder, etc.), as diferenças raciais são mobilizadas na forma de verticalidades e hierarquias, assim produzindo e reproduzindo inequivocamente as desigualdades raciais [...]” (Santos, 2012, p. 44).

Complementa-se a ideia acima com as reflexões de Sansone (1996) sobre os contextos sociais urbanos que, segundo ele, podem ser classificados em *áreas duras* e *áreas moles* das relações étnico-raciais. Assim, as *áreas duras* dessas relações destacam-se como aquelas nas quais a dimensão racial tem importância, mas de maneira negativa para os negros; como o acesso ao trabalho, o mercado matrimonial e de paquera e o contato com a polícia de forma

conflituosa. As *áreas moles* das relações raciais, segundo o autor, são espaços onde a condição de ser negro não dificulta as relações sociais e pode até ser um prestígio social; nos *espaços negros*, como bloco afro, batucada, terreiro de candomblé e roda de capoeira.

As distinções entre áreas moles e duras envolvem a valorização ou não do pertencimento racial, a definição de sistemas de posições (mais ou menos hierarquizados) quando a raça regula as relações e os comportamentos dos envolvidos em cada contexto (o que também contempla vocabulários utilizados, entre outros aspectos) (Sansone, 1996). Nessas condições, o espaço urbano de Belém e sua *precarização periférica* deixam em evidência a necessidade de se compreender a dimensão estrutural da violência urbana pela compreensão da segregação socioespacial e racial, que culmina na expansão das mortes de jovens negros da periferia, ou seja, há um fator estruturante nesse processo.

O espaço urbano de Belém organiza-se *fragmentado e articulado* (Corrêa, 1986), inclusive, deixando evidente a fragmentação do tecido urbano pela segregação sociorracial, onde a população negra encontra-se, em grande parte, nas baixadas e periferias da área de expansão da cidade. Justamente as áreas que apresentam precarização, vulnerabilidade e difusão da violência pela lógica da morte. Esta dimensão estruturada da violência na cidade deve ser compreendida pela interpretação das formas racistas de se produzir a morte, pois o racismo também produz espaço.

A imagem ao lado destaca o processo de segregação socioespacial, em que a precariedade na habitação é uma das carac-



Área de ocupação do igarapé Tucunduba, no bairro Terra Firme. Fonte: Couto (2016)

terísticas de uma política urbana excludente. A área em evidência é conhecida popularmente como Ocupação Tucunduba e fica na divisão entre os bairros conhecidos como Guamá e Terra Firme, na zona sul de Belém. São dois bairros que possuem suas origens na relação com a migração, durante os anos de 1950, de negros das áreas remanescentes quilombolas do Pará e do Maranhão, que ajudaram a fundá-los. Isso em parte explica a grande concentração de afrodescendentes que residem nessa parte da cidade.

A segregação aqui é dissociada diretamente da questão de classe, no sentido clássico do termo pensado na tradição marxista, pois ela é tomada no interior da ocupação espacial das pessoas em seus movimentos singulares ou grupo de pessoas de acordo com a origem. “Até aqui, a vinculação entre pobreza e segregação é muito tênue, de um

discurso global que passa para um contexto étnico-racial” (Campos, 2012, p. 94).

Nesse sentido, a imagem destacada no texto traz uma passagem urbana de Belém que mostra uma característica da biopolítica, que é a segregação racial. Para Campos (2012, p. 98), “a segregação socioespacial, para além das questões econômicas, tem na produção de valores, nos quais o estigma, discriminação, o preconceito criam impactos negativos do espaço urbano e na vida daqueles que são considerados pobres e que vivem nas metrópoles”.

A gestão *bionecropolítica* do espaço em Belém é operada pelas políticas de gestão e planejamento urbano e pelas políticas de segurança pública que promovem vigilância e controle sobre a população. A precariedade foi um dos elementos que o narcotráfico encontrou como uma oportunidade de fixar suas relações e controlar

o espaço construindo territórios. De qualquer forma, há uma lógica de racialização presente nas manifestações da violência urbana em Belém e a seção a seguir irá destacar o mapa do extermínio, onde as manchas de homicídios ou mortes violentas mostram uma cartografia da violência presente nos bairros periféricos.

NECROPOLÍTICA E RACISMO NA PRODUÇÃO DA CARTOGRAFIA DA VIOLÊNCIA EM BELÉM

Quando a proposta é relacionar necropolítica e racismo na produção de uma cartografia da violência em Belém, destaca-se que há uma subordinação evidente de algumas áreas de controle do tráfico de drogas às milícias, que promovem uma política de extorsão, coerção e todos os tipos de violência possíveis. Em algumas áreas há também uma subordinação de comerciantes que recorrem aos serviços de milicianos, que ofertam os serviços de segurança privada. Desse modo, corrupção, extorsão e coerção representam a racionalidade sistêmica que a milícia utiliza para obter vantagens econômicas sobre o território.

A necropolítica tem como alvo o conjunto dos indivíduos, a população, ou melhor, tem como alvo jovens negros, pobres e moradores das periferias. De todo modo, os conflitos entre narcotráfico, milícia e o Estado firmam uma política de morte que tem o racismo como um dispositivo de controle, uma tecnologia de poder a partir do momento em que o território ganha corpo. Mas é sempre bom lembrar que também há uma política da vida ou biopolítica, a qual, em termos espaciais, está presente nas políticas urbanas quando

se mantém populações sob uma precariedade que apresenta padrões irregulares de ocupação/habitação e organização.

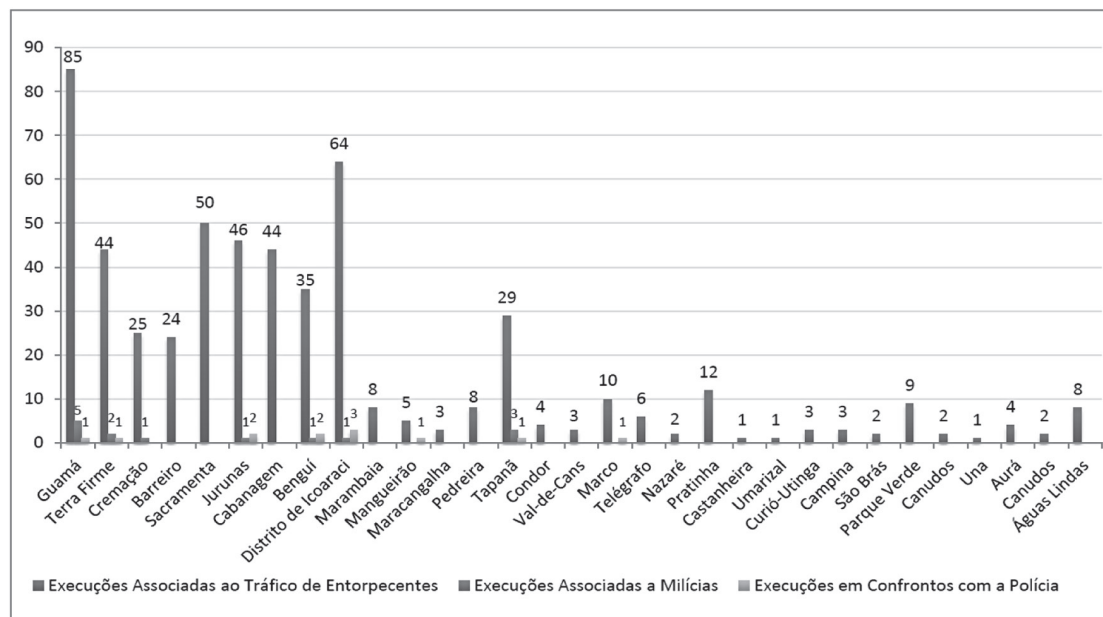
Nesses locais, prolifera todo e qualquer tipo de endemias e a carência de políticas públicas e projetos sociais ajuda na formação de redes de delinquências. Decerto, nas periferias de Belém os territórios que estão nestas lógicas de organização são *zonas de conflitos* e o discurso de combate ao tráfico de drogas justifica a prática da necropolítica, seja pelas operações policiais ou ação das milícias, seja pelo próprio conflito que parte dos sujeitos envolvidos nas redes do narcotráfico.

É nas periferias, então, que os sujeitos se tornam matáveis e são escolhidos para compor a articulação, organização e promoção do narcotráfico. Trata-se de mão de obra barata e descartável, ou seja, há também uma racionalidade nas escolhas dos locais e dos sujeitos por parte dos grandes agentes do tráfico de drogas. Os bairros que estão destacados neste texto são apontados como aqueles que estão envolvidos nessa dinâmica de conflitos urbanos.

O gráfico a seguir traz um levantamento dos homicídios que, segundo os boletins policiais, apresentam características de execução e correspondem ao período de 2011 a 2016. São homicídios que estão vinculados, segundo os dados da Secretaria Adjunta de Investigação e Análise Criminal (Siac), aos conflitos com o tráfico de drogas, com a polícia e com as milícias e, portanto, será mais simples identificar as zonas de conflitos em Belém. Para além desta análise mais quantitativa, buscou-se, por meio das pesquisas de campo e coleta de dados desta pesquisa, obter informações empíricas que

GRÁFICO 1

Número de homicídios com características de execução no município de Belém (2011-2016)



Fonte: Siac (2017)

nos ajudam a compreender a necropolítica enquanto uma tecnologia que define quem morre e quem vive.

A necropolítica está presente nessas relações de tensão e conflitos, seja nas disputas territoriais para o mercado da droga, seja nas relações entre os sujeitos das redes envolvendo gerentes da “boca”, “aviãozinho”, olheiros e consumidores em conflito com a polícia; mais ainda: nas ações dos grupos milicianos sobre as áreas de influência do narcotráfico, a questão racial estará presente na estrutura política de uma soberania que tem o poder de decidir quem vai morrer e quem vai viver.

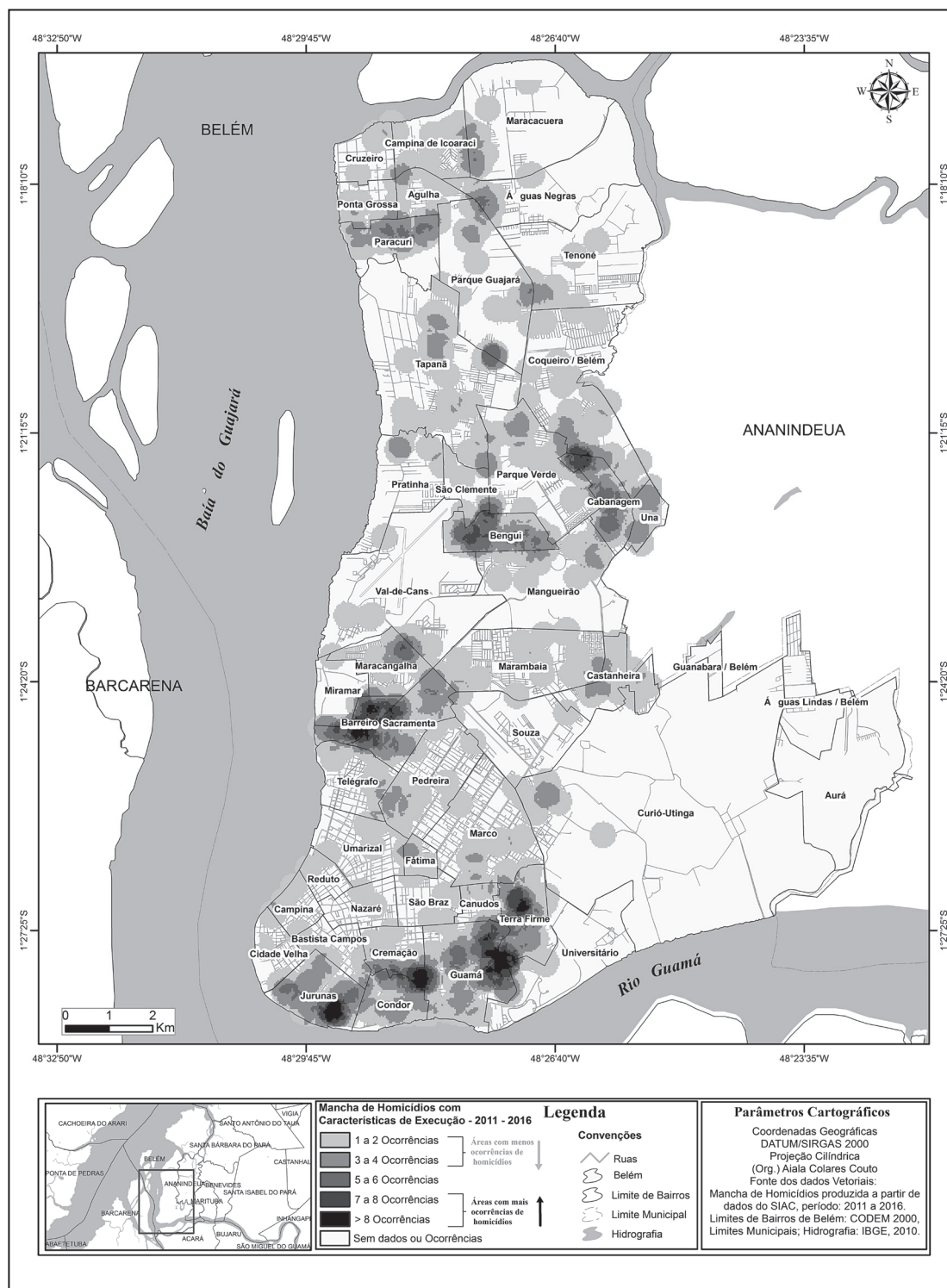
O bairro do Guamá lidera o *ranking* dos homicídios relacionados ao tráfico de drogas. Segundo as investigações e ocorrências registradas no Siac, sabe-se que o bairro tem uma forte ligação com as redes

pela sua composição socioespacial de um bairro populoso e mais ainda a influência do rio na distribuição de drogas. Posteriormente, o distrito de Icoaraci, que apresenta a segunda colocação considerando-se que o narcotráfico encontra-se territorializado em espaços como Pratinha I e II, Rua Uxiteua, Invasão do Tocantins e a Sacramenta, sobretudo no entorno da “Ponte do Galo”. Por fim, pelo quantitativo de homicídios: Jurunas, Terra Firme, Cabanagem, Benguí, Tapanã, Cremação e Barreiro.

O mapa a seguir traz uma representação georreferenciada acerca dos homicídios ocorridos em Belém que apresentam características de execução, de acordo com os registros da Secretaria de Segurança Pública do Pará. São zonas de conflitos que têm as ações do tráfico de drogas, das milícias e da polícia. No período ana-

MAPA 1

Mancha de homicídios com características de execução em Belém



Fonte: Siac (2017), adaptado de Couto (2017)

lisado, algumas dessas áreas transformaram-se numa espécie de zona de guerra, refletindo negativamente sobre a população que estava em meio ao fogo cruzado que vitimou muitas pessoas que não estavam associadas aos grupos em disputa.

Na zona norte encontram-se algumas manchas no distrito de Icoaraci, distribuídas pelo Paracurí, Parque Guajará, Água Negras, Maracacuera, Campina de Icoaraci e Tenoné, destacando que nessa região o tráfico de drogas é mais presente na Invasão do Buraco Fundo, Invasão do Tocantins, Rua Uxiteua e Invasão Fé em Deus. O que não significa dizer que apenas nestas áreas ocorram conflitos envolvendo o narcotráfico, pois o Buraco Fundo faz parte do Paracurí, assim como a Invasão do Tocantins está no bairro Parque Guajará, a Invasão Fé em Deus, no Tenoné e a Rua Uxiteua, no Maracacuera.

No bairro da Cabanagem, na porção mais ao norte, existe uma concentração de homicídios associada ao tráfico de drogas e pode-se dizer que nos últimos anos os conflitos passaram a se intensificar desde a prisão do líder de um grupo que controlava o comércio da droga na área. Isso incentivou grupos rivais a se organizarem para controlar o espaço. O bairro ficou muito em evidência em relação ao contexto do narcotráfico na metrópole e isso ocasiona vários tipos de manifestações da violência que envolve o tráfico de drogas, a milícia e a polícia.

No Benguí, as manchas estão mais evidentes na parte leste do bairro, mas existem também algumas manchas difusas. Considerando-se que o bairro tem o papel de articular a distribuição da droga em direção a outros bairros da cidade, como aconteceu também com a Cabanagem, há, portanto,

uma conexão em rede que é favorecida pela sua localização central no espaço geográfico de Belém. Além disso, percebem-se algumas manchas no bairro do Tapanã, mais localizadas próximo ao limite do Parque Guajará.

Os bairros de Sacramenta e Barreiro, na zona oeste de Belém, apresentam manchas nos limites entre um bairro e outro, mas em ambos existe uma dispersão dessas manchas, principalmente no bairro do Barreiro, onde praticamente todo o espaço recebeu influência de conflitos associados ao tráfico de drogas. Evidências empíricas apontam para o fato de que existe um controle de fora do espaço do bairro, mas internamente existe uma atividade dispersa sem um comando central e, por isso, tornam-se constantes as disputas entre traficantes do bairro.

Terra Firme é um dos bairros que historicamente sempre esteve mais envolvido no contexto do narcotráfico, na parte mais sul e leste de Belém. Esse bairro tem evidências de manchas na sua porção norte e nos limites com o bairro do Guamá, sobretudo na região conhecida como área do entorno do Igarapé Tucunduba. Precisa-se ressaltar que esse bairro viveu conflitos de grupos rivais conhecidos popularmente como “equipes”, a exemplo da “Equipe Rex” *versus* a “Liga da Justiça”, as quais disputavam o controle da distribuição de cocaína pelas bocas de fumo de todo o bairro, o que resultou numa série de execuções de membros das duas facções. Além disso, a chegada da milícia ao bairro promoveu um aumento nos homicídios com características de execução.

O Guamá está entre o bairro de Terra Firme e Cremação, o que, de certa forma, já o coloca em uma situação de instabilidade, pois toda esta porção mais ao sul de Belém é

envolvida pelo tráfico de drogas e pelas milícias. Os bairros estão dentro de uma lógica de organização em redes, uma heteronomia, que consiste na sujeição a uma lei exterior, a qual obedece ao comando do narcotráfico e, internamente, ao comércio difuso. O bairro tem também uma relação de conflito com os seus vizinhos Cremação e Terra Firme.

Em Cremação e Condor as manchas obedecem ao limite entre os bairros, enquanto no Jurunas há uma dispersão maior, mas com uma clara concentração na parte mais ao sul do bairro, justamente na área de ocupação espontânea próximo ao Rio Guamá. Isso também acontece no Guamá e Terra Firme, pois o rio desempenha, como já destacado, um papel singular na organização espacial dos fluxos de distribuição – principalmente de cocaína.

Em suma, nos bairros do Guamá, Terra Firme, Jurunas e Cremação há uma questão importante que trata da entrada da droga pelos rios, a utilização de “espaços camuflados” em meio às desigualdades encontradas nesses bairros e que resulta em vários pontos de conflitos dentro dos próprios bairros. Logo, há uma evidência maior de disputas socioterritoriais neles em função do interesse em controlar o comércio nesses locais e a entrada das drogas que abastecerão grande parte do espaço metropolitano.

Contudo, não se pode deixar de fazer uma análise sobre o papel fundamental que as execuções passam a ter no contexto das relações de poder. Os sujeitos envolvidos nesse processo são o Estado, por meio da polícia, a milícia e o narcotráfico. Essa sobreposição de poderes que se dá por toda a metrópole apresenta não apenas uma necessidade de compreensão da multiterritorialidade ou da sobreposição de territórios, mas tam-

bém remete a um imperativo debate, fundamentação teórica e empírica acerca do significado da “morte” para a manutenção e demonstração de poder, os quais podem ser chamados de simbólicos.

Pode-se, então, chamar de necropolítica esta relação cujo alvo é o conjunto da população, ou seja: os indivíduos e as práticas de poder associados à morte são o resultado dessa política. O necropoder e as técnicas utilizadas para isso são os mais numerosos possíveis, pois o objetivo é a morte do outro, a eliminação ou o extermínio. Portanto, a morte passa a ter um significado político, ela é a pura expressão de poder.

Para Mbembe (2006, pp. 56-7):

“Esta nova era de mobilidade global. Uma de suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de matar não são mais o monopólio único dos Estados, e que o ‘exército regular’ já não é o único meio capaz de executar essas funções. A afirmação de uma autoridade suprema em um espaço político particular não é fácil; em lugar disso, se desenha um pacto de direitos de governo incompletos que se sobrepõe; eles encampam onde as várias instâncias legais de fato geograficamente entrelaçadas produzem as diversas obrigações de fidelidade, soberanias assimétricas e enclaves. Nesta organização heterônima dos direitos territoriais e reivindicações não faz sentido insistir em distinções políticas entre ‘interno’ e os campos ‘externos’ separados por linhas claramente marcadas”.

O direito de matar não é mais um direito único e exclusivo do Estado, assim como também o uso legítimo da força. Em toda

a análise, procurou-se dar clareza a esses fatos. O Estado, o narcotráfico e a milícia divergem e convergem quando lhes é conveniente, o que torna muitas vezes difícil distinguir as ações desses sujeitos. Há um jogo de interesses que promove aproximações e distanciamentos a partir de uma relação espaço-temporal que lhes é cabível. Por fim, a cartografia da violência em Belém entendida a partir da necropolítica é produzida, então, por sobreposições territoriais ou multiterritorialidades, que se configuram nas periferias de Belém e fazem parte de uma complexa relação em redes, na qual as múltiplas representações espaciais do poder, de certa forma, resultam em práticas sociais que se territorializam. Desse modo, o narcotráfico, a polícia e as milícias dão significado para esses conflitos, nos quais a morte surge como resultado de uma tecnologia de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que as manchas dos homicídios com características de execução estão mais presentes nas periferias de Belém. Há, portanto, uma sobreposição de territórios e suas múltiplas relações de poder que transformaram as periferias da cidade em lócus

dos conflitos urbanos sob uma lógica perversa de manifestação da violência. De fato, esses territórios sobrepostos, que surgem a partir do narcotráfico, deixaram evidentes as divergências entre os grupos, pois narcotraficantes e milicianos disputam o controle do território, cujo objetivo é obter vantagens em função do mercado da droga.

Por outro lado, há a necessidade de se considerar um componente racial nesses conflitos que têm na necropolítica uma tecnologia de poder ou dispositivo de violência que tende a naturalizar as mortes de jovens, negros e pobres das periferias. Assim, os bairros estudados são transformados em *zonas de conflitos* ou de *instabilidade social*, onde o conjunto da população enquanto espécie sofre todas as formas de discriminação e estigmas e os jovens transformam-se em *sujeitos matáveis*. As mortes violentas são, então, justificadas pelas políticas de combate ao narcotráfico ou guerra às drogas, assim os sujeitos matáveis são transformados em corpos vazios, confinados num espaço em que o controle e a vigilância fazem-se necessários em nome da segurança. Por fim, é desse modo que são produzidas as manchas de homicídios em Belém, que, apontadas pela análise cartográfica, demonstram um recorte espacial, social e racial na produção da violência urbana.

REFERÊNCIAS

- BECKER, H. *Outsiders*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.
- CAMPOS, A. *Do quilombo à favela: a criminalização dos espaços na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bertrand, 2012.
- CORRÊA, R. *O espaço urbano*. São Paulo, Ática, 1986.
- FBSP/IPEA. *Atlas da violência*. Brasília/Rio de Janeiro/São Paulo, 2019.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- MARCELINO, A.; MARTINS, R. "Criminologia e racismo: o sistema penal sob a ótica da teoria do *labelling approach*". *Revista do Curso de Direito do Centro Universitário Braz Cubas*, v. 3, n. 2, dezembro de 2019.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: sobre el gobierno privado indirecto*. Barcelona, Melusina, 2006.
- MBEMBE, A. *Crítica à razão negra*. São Paulo, N-1 Edições, 2019.
- QUIJANO, A. "Colonialidad y modernidad-racionalidade", in H. Bonilla. *Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá, Tercer Mundo, 1996, pp. 437-47.
- QUIJANO, A. "Colonialidade, poder, globalização e democracia". *Novos Rumos*, n. 37, 2002, pp. 4-28.
- QUIJANO, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina", in E. Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Clacso, 2005, pp. 107-30.
- SANSONE, L. "Pai preto, filho negro. Trabalho, cor e diferença de geração". *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25, 1993, pp. 73-98.
- SANTOS, R. "Sobre espacialidade das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano", in *Questões urbanas e racismo*. Rio de Janeiro, DO e Alli/Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.



Foodandmore/123RF

Entre altos e baixos: dinâmicas da violência letal no Espírito Santo e Minas Gerais entre os anos 2000 e 2020

Marco Aurélio Borges Costa

Rafael L. S. Rocha

resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir as dinâmicas da letalidade violenta, sobretudo entre jovens, nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A partir de dados quantitativos e resultados de pesquisas de campo qualitativas realizadas pelos autores e por pares, o artigo discute a redução das mortes violentas intencionais nos dois estados na última década, a influência, ainda pontual, das facções criminais oriundas do Rio de Janeiro e São Paulo, com maior centralidade nas dinâmicas locais de rivalidades violentas e conflitos armados, e o intenso aumento da letalidade policial em Minas Gerais e Espírito Santo. Finalmente, o artigo inicia uma discussão sobre os efeitos distintos da pandemia de covid-19 nos números de homicídios dos dois estados, que tiveram um aumento significativo no Espírito Santo, mas em Minas Gerais mantiveram a tendência de queda dos anos anteriores.

Palavras-chave: homicídios; letalidade policial; dinâmicas criminais; rivalidades violentas.

abstract

The present article aims to discuss the dynamics of violent lethality, especially among youths, in the Brazilian states of Espírito Santo and Minas Gerais. From quantitative data and results of qualitative field research carried out by the authors and their peers, this article discusses the decrease in intentional violent deaths in the two states in the past decade, the still punctual influence of criminal factions from Rio de Janeiro and São Paulo, with a greater centrality in the local dynamics of violent rivalries and armed conflicts, and the intense increase in police lethality in Minas Gerais and Espírito Santo. Finally, the article initiates a discussion on the different effects of the covid-19 pandemic in the homicide numbers of both states, which showed a significant increase in Espírito Santo but maintained the decreasing trend of previous years in Minas Gerais.

Keywords: *homicides; police lethality; criminal dynamics; violent rivalries.*

Na última década, o Brasil registrou um total de 560 mil assassinatos. E mesmo com este número desolador de homicídios, tivemos no ano de 2019 um total de mortes violentas intencionais 16% inferior ao do início da década: em 2010 foram cometidos 52.260 homicídios no Brasil (uma taxa de 26,7 por 100 mil habitantes) e em 2019 o país teve 44.033 assassinatos (taxa de 20,9 homicídios por 100 mil).

No entanto, a redução dos homicídios no Brasil não se deu de forma homogênea em todas as suas regiões. Os estados do Norte registraram um aumento de 12% nos assassinatos na última década, enquanto as regiões do Sudeste e Sul tiveram expressivas quedas de, respectivamente, 38% e 26% em seus números absolutos de homicídios. Dentre os estados do Sudeste, São Paulo reduziu a taxa de assassinatos por 100 mil habitantes pela metade na última década, seguido de perto por fortes reduções nas taxas do Espírito

Santo e Rio de Janeiro. Por sua vez, ainda que Minas Gerais tenha tido uma queda em suas taxas de homicídios (de 18 por 100 mil habitantes em 2010 para 13,4 por 100 mil em 2019), o fez de maneira menos intensa que os estados vizinhos.

Essas mortes possuem claros marcadores de gênero, cor, classe social e faixa etária concentrando-se em determinadas parcelas da população desses estados (*Atlas da violência*, 2020). Um simples recorte etário sobre as taxas de homicídios do Espírito Santo e Minas Gerais, que serão foco deste artigo, revela que os jovens com idades entre 15 e 29 anos em geral têm taxas de mortes duas vezes maiores que o restante da população desses estados,

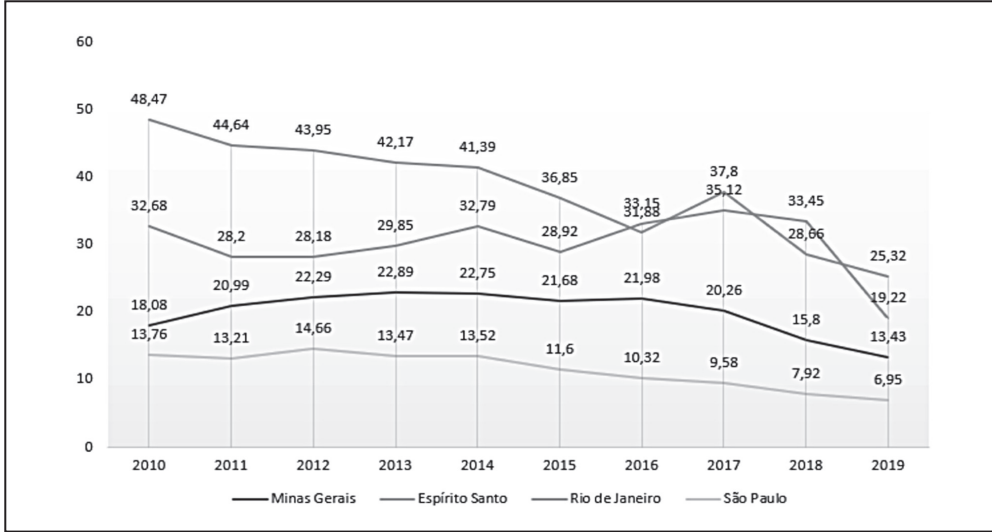
MARCO AURÉLIO BORGES COSTA

é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Vila Velha (UVV), Espírito Santo, e pesquisador associado do Nevi/Ufes e NECVU/UFRJ.

RAFAEL L. S. ROCHA é pesquisador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto Sou da Paz.

GRÁFICO 1

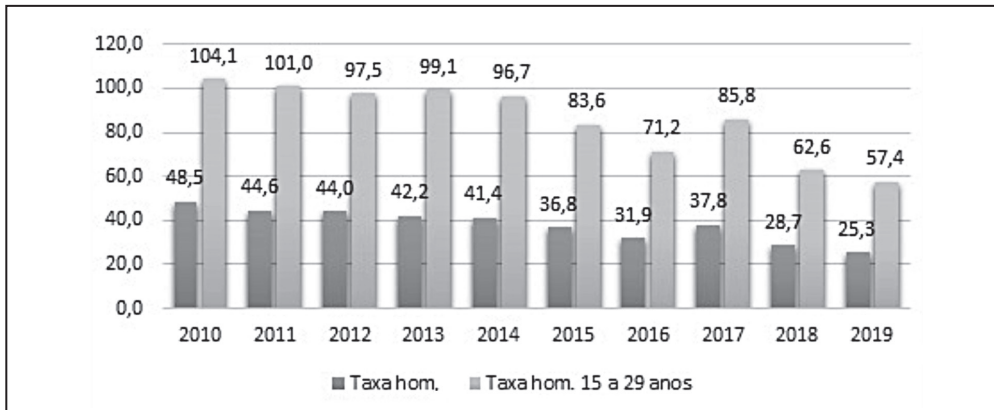
Taxas de homicídios por 100 mil habitantes dos estados do Sudeste - 2010 a 2019



Fonte: SIM/Datasus

GRÁFICO 2

Taxas de homicídio geral e da população entre 15 e 29 anos no ES - 2010 a 2019



Fonte: SIM/Datasus

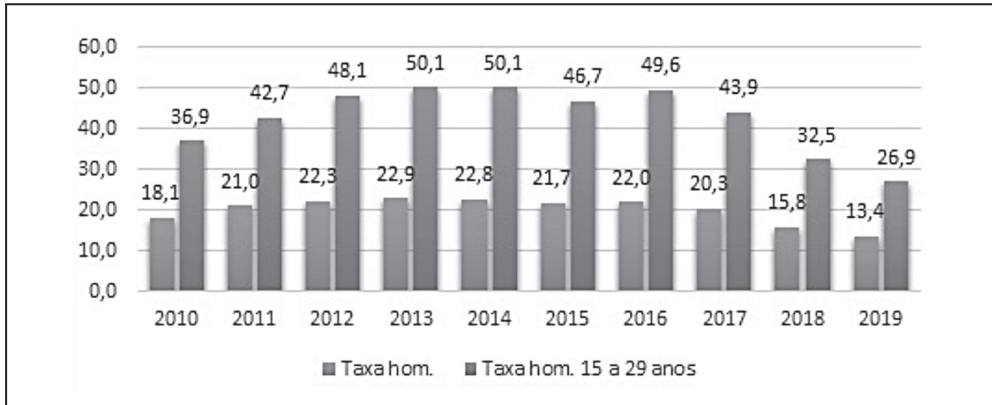
evidenciando a questão do envolvimento de jovens nas dinâmicas de violência letal.

A contribuição que procuramos trazer por meio deste texto é justamente apresentar um olhar, ainda que breve, sobre como se configuram as dinâmicas da violência letal, que vitima

sobretudo jovens, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Apesar das particularidades de cada localidade, também foi possível traçar semelhanças e aproximações nos tipos de conflitos e formas de organização das dinâmicas criminais entre ES e MG, que por sua

GRÁFICO 3

Taxas de homicídio geral e da população entre 15 e 29 anos em MG - 2010 a 2019



Fonte: SIM/Datasus

vez se distanciam das configurações criminais de São Paulo e Rio de Janeiro, amplamente estudadas e veiculadas pela mídia, sobretudo após a nacionalização de facções criminais desses estados, como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital.

GUERRAS E CICLOS DE ACELERAÇÃO DA ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA – DINÂMICAS LOCAIS OU TENSÕES FACCIONAIS?

O primeiro desafio é o de tentar discutir um fenômeno complexo como a letalidade violenta em dezenas ou centenas de municípios, sem ignorar as diversas configurações desse fenômeno nas regiões do Espírito Santo e de Minas Gerais. Ainda assim, se faz necessário recortar os estados em grupos ou macrorregiões, de forma a possibilitar uma análise minimamente granular da letalidade violenta entre jovens nos dois estados.

Em Minas Gerais, nos parece que o primeiro passo é destacar as diferenças e par-

ticularidades da violência letal na capital e sua região metropolitana, cujos conflitos foram estudados e analisados em profundidade nas últimas duas décadas, e as configurações distintas do interior do estado, cujas dinâmicas criminais e tensões locais não raro são influenciadas por facções cariocas e paulistas, sobretudo o PCC na região do Triângulo Mineiro e nos municípios do sul de Minas, e que até o momento foram foco de poucas pesquisas e análises.

Tal como o restante do estado, a cidade de Belo Horizonte passou por um intenso processo de redução dos homicídios nos últimos 15 anos. No ano de 2004 a capital mineira registrava uma taxa de 51,7 hom./100 mil habitantes, o que à época a colocava como uma das cidades mais violentas do país (Waiselfisz, 2010). Uma década e meia depois, no ano de 2020, a taxa de homicídios de Belo Horizonte foi de 12,5 homicídios por 100 mil¹, cerca

1 Dados do SIM/Datasus e do Observatório de Segurança Pública/Sejusp-MG.

de quatro vezes menor do que o registrado no início dos anos 2000. Mas mesmo com uma redução tão intensa, o perfil das vítimas desses assassinatos se manteve basicamente o mesmo: jovens, pretos ou pardos, do sexo masculino e moradores de favelas e bairros periféricos da capital mineira².

São justamente alguns desses bairros de periferia de Belo Horizonte que concentram a maioria dos homicídios cometidos na cidade (Beato Filho et al., 2001). E, por sua vez, uma parte significativa dos assassinatos nesses bairros e favelas responde, direta ou indiretamente, a uma teia de conflitos violentos, as chamadas *guerras*, entre grupos de jovens armados que coexistem nesses bairros e se relacionam em uma rede intrincada de rivalidades, alianças e retaliações (Rocha, 2017). Especificamente em Belo Horizonte, é relativamente comum a existência de diversos pequenos grupos (ou gangues) em um mesmo bairro ou favela, com localidades nas quais existem mais de uma dúzia de grupos com algum tipo de animosidade ou rivalidade violenta entre si. Essa pulverização de inúmeros pequenos grupos gera um efeito de multiplicação das rivalidades e dos confrontos violentos entre as gangues, que é apontado como um dos principais fatores para a ocorrência de homicídios, sobretudo entre jovens, em Belo Horizonte e nas cidades vizinhas (Cruz, 2010; Rocha, 2015, 2017; Zilli, 2004).

Nesse contexto, o termo *guerra* é fundamental para se compreender as dinâmicas violentas nos bairros de periferia e favelas de Belo Horizonte, e expressa uma relação

de rivalidade violenta entre duas pessoas ou grupos. Essas *guerras*, que muitas vezes perduram por anos entre grupos de um mesmo bairro, não raro perduram por mais tempo que seus participantes iniciais, e são o pivô de assassinatos e agressões que são cometidos não em grandes conflitos, mas, geralmente, em emboscadas e ataques-surpresa, nos quais a vítima é surpreendida por seus algozes, muitas vezes em uma moto ou automóvel, e morta com disparos de armas de fogo. A cada assassinato cometido, se produz uma nova justificativa para que pessoas próximas à vítima, como seus amigos, familiares e vizinhos, busquem a vingança, ou *corram atrás* do algoz, em um ciclo de retaliações violentas que se reforça a cada homicídio e que pode se estender por anos.

Possivelmente por influência do contexto carioca e sua cobertura midiática, são frequentes as declarações das polícias e de demais atores do sistema de justiça criminal que atribuem as *guerras* entre gangues e grupos armados nas periferias e favelas de Belo Horizonte às “disputas de pontos de vendas de drogas”. No entanto, as pesquisas realizadas diretamente com os jovens pertencentes a esses grupos apontam o contrário (Zilli, 2011a e 2011b; Rocha, 2015). Ainda que em muitos casos os jovens envolvidos com as *guerras* em seus bairros participem de alguma forma da dinâmica do tráfico de drogas local, a motivação desses conflitos se relaciona muito mais com questões identitárias e morais, sem um viés necessariamente instrumental de tomar um determinado ponto de vendas ou eliminar a concorrência. Pelo contrário, as *guerras* nas periferias de Belo Horizonte e sua região metropolitana, ainda que sejam potencializadas pela dinâmica de recursos trazidos pelo tráfico de entorpecen-

2 Em 2018 o perfil das vítimas de violência letal em Belo Horizonte foi tema de uma Comissão Especial da Câmara Municipal de Vereadores para estudo do genocídio da juventude negra e pobre.

tes, operam majoritariamente em uma lógica extremamente local. São rivalidades que se iniciam por desavenças comuns e cotidianas da juventude, como brigas em festas e desavenças provocadas por boatos, que eventualmente culminaram em um homicídio ou agressão, e a partir daí passam a operar em uma lógica da vingança, e reforçam uma identidade grupal e postura de oposição aos rivais, que é reproduzida para novas gerações. O tráfico de drogas, assim como outros crimes, como roubos e receptação, é frequentemente praticado por integrantes desses grupos ou gangues, e seus ganhos muitas vezes se transformam em armamento e motocicletas utilizados nas *guerras*, mas esses crimes e seus lucros não são, em geral, a motivação dos conflitos letais (Rocha, 2015; Zilli, 2011a).

Porém, com o fenômeno do surgimento e nacionalização de facções e demais coletivos criminais de maior coesão e alcance, a configuração das *guerras* cotidianas entre um grande número de pequenos grupos locais tem se tornado cada vez mais rara. Essa dinâmica fragmentada que ainda hoje marca a violência letal nas periferias de Belo Horizonte e algumas cidades da região metropolitana tem mudado drasticamente com a presença e influência de facções e grupos criminais de outros estados do Sudeste. Neste artigo vão ser focadas principalmente as dinâmicas criminais nas regiões do sul de Minas (como Três Corações, Passos, Elói Mendes, Alfenas, São Sebastião do Paraíso e Itajubá) e no Triângulo Mineiro (principalmente Uberlândia e Uberaba) a partir de uma presença significativa do Primeiro Comando da Capital em um desses municípios do interior de Minas Gerais.

Apesar das negativas sobre a presença do PCC no estado por parte da então Secretaria

de Defesa Social de Minas Gerais (Seds), em 2006 a própria secretaria foi responsável pela inauguração de dois pavilhões exclusivos para abrigar integrantes da facção paulista na Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria, localizada no município de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A maioria dos detentos transferidos para esse pavilhão era oriunda justamente de municípios das regiões do sul de Minas Gerais, do Triângulo Mineiro e do Alto do Paranaíba, que haviam se identificado – ou sido identificados pelos atores do sistema de justiça criminal – como integrantes do Primeiro Comando da Capital (Oliveira et al., 2017; Ribeiro et al., 2019).

Nos anos seguintes, foram várias as reportagens de jornais e demais veículos de mídia, especialmente das regiões do Triângulo Mineiro e sul do estado, que relatavam ações que supostamente envolviam integrantes do PCC, sobretudo rebeliões em prisões do interior³, queimas de ônibus⁴, assassinatos de agentes penitenciários⁵ e ações policiais contra pessoas identificadas como integrantes da facção paulista. De acordo com Marques (2019), em pesquisa recente sobre a presença da facção paulista no Triângulo Mineiro, a chegada do PCC ao município de Uberlândia

3 Ver, por exemplo: <http://ji9minas.blogspot.com/2016/10/detentos-fazem-motim-em-presidio-de.html> e <https://www.youtube.com/watch?v=dZWNdFQcao>. Acesso em: 10/3/2021.

4 Ver, por exemplo: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/08/13/interna_gerais,793746/pcc-prepara-ataques-no-sul-de-minas.shtml. Acesso em: 10/3/2021.

5 Nos anos de 2015 e 2016 três agentes penitenciários foram mortos nas cidades de Uberlândia e Uberaba supostamente a mando de integrantes do PCC. Ver: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2017/03/suspeito-de-matar-agente-e-presos-e-confessa-crime-em-uberlandia.html>. Acesso em: 10/3/2021.

se deu por volta do ano de 2010, por meio de pessoas oriundas de São Paulo, que então passaram a difundir as ideias e metodologias da facção. Como resultado da rápida expansão do Primeiro Comando da Capital em Uberlândia, segunda cidade mais populosa de Minas Gerais, logo os integrantes do coletivo criminal estavam presentes em vários bairros periféricos e presídios da região do Triângulo Mineiro. Esse processo levou a uma organização das dinâmicas criminais na cidade de Uberlândia, já que se deu ao mesmo tempo uma redução dos conflitos entre grupos criminais locais e uma maior adesão ao coletivo mais amplo do PCC. Por outro lado, o tráfico de drogas na cidade se sofisticou: nos últimos anos indivíduos oriundos de Uberlândia têm sido presos e mortos em grandes assaltos contra agências bancárias no interior de outros estados⁶, o que pode indicar uma maior entrada dos criminosos do Triângulo Mineiro na dinâmica do chamado “novo cangaço”, ações que não raro também são empreendidas por integrantes do Primeiro Comando da Capital (Aquino, 2019 e 2020).

Ao se tratar do Espírito Santo, as peculiaridades são outras. Trata-se de uma unidade federada que não tem as dimensões territoriais de São Paulo e Minas, que difere do Rio de Janeiro e sua peculiar história, e que apresenta o menor Produto Interno Bruto da Região Sudeste (Tabela 1).

Territorialmente pequeno e economicamente discreto, o Espírito Santo não é um atraente

mercado consumidor em vários aspectos, inclusive para as economias ilegais. Em termos de tráfico de entorpecentes, o fato de o estado ter portos gera certo interesse e são comuns apreensões de insumos e da própria cocaína escondidos dentro de blocos de rochas ornamentais, produto muito exportado pelo estado⁷. Ficou famoso o caso do “Helicoca”, um helicóptero pertencente ao senador mineiro Zezé Perrella e seu filho, que foi abordado pela Polícia Federal no município capixaba de Afonso Cláudio com 445 quilos de cocaína provenientes do Paraguai. Mesmo nesse aspecto, o Espírito Santo concorre com os estados do Nordeste, para onde vem convergindo atividades criminosas de exportação de entorpecentes, como apontam pesquisas e investigações policiais. Sintomático que o piloto do “Helicoca” apareça em uma investigação acerca do tráfico internacional de entorpecentes no estado de Pernambuco⁸.

Apontar esses elementos não significa ignorar a presença das grandes facções criminosas no estado, em especial na Região Metropolitana da Grande Vitória, como indicam investigações, pesquisas e a própria convivência com indivíduos ligados ao “mundo do crime”⁹. Inobstante sua descrição territorial, populacional e econômica, o

6 Ver, por exemplo: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/05/06/criminosos-uberlandenses-morrem-apos-confronto-com-a-policia-do-piaui.ghtml> e <http://v9vitoriosa.com.br/policia/suspeitos-de-uberlandia-morrem-em-confronto-com-a-policia-apos-ataques-a-bancos-em-goias/>. Acesso em: 10/3/2021.

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/quadrilha-presa-levaria-meia-tonelada-de-cocaina-para-a-europa-em-blocos-de-marmore-do-es.ghtml>.

8 O piloto do “Helicoca”, Alexandre José de Oliveira Junior, foi identificado novamente em atividades ligadas ao tráfico internacional de drogas, agora em Pernambuco, na Operação Além-Mar. Disponível em: <https://ricardoantunes.com.br/piloto-do-helicoca-de-zeze-perrella-foi-presos-pela-pf-de-pernambuco-na-operacao-alem-mar/>.

9 Um dos autores teve oportunidade de conversar com diversos internos sobre a questão das facções enquanto atuava como professor no sistema prisional capixaba. Uma das percepções é que, segundo os alunos-internos, a presença das facções não é tão determinante quanto em outros estados.

TABELA 1

Unidades da Federação	PIB em 2018 (1.000.000 R\$)
Espírito Santo	137.020
Minas Gerais	614.876
Rio de Janeiro	758.859
São Paulo	2.210.562

Fonte: IBGE

Espírito Santo figurou durante anos como um dos estados mais violentos do Brasil, ocupando com frequência o segundo lugar no *ranking* nacional de homicídios por unidade federada, realidade que somente começou a seguir trilha inversa no ano de 2009. E cair significativamente. Quando observamos apenas a taxa de homicídios entre jovens homens entre 15 e 29 anos, constatamos que o estado saiu de absurdos 202,8 homicídios por 100 mil habitantes nessa faixa etária, em 2008, para ainda absurdos 115 em 2018. A título de comparação, tomando como referência os mesmos anos e faixa etária, Minas Gerais teve no período uma redução de 74,2 por 100 mil/hab. para 59 por 100 mil/hab. (*Atlas da violência*, 2020, p. 8).

A trajetória de queda consolidada de quase uma década nas taxas de homicídios foi interrompida em 2017 no episódio da paralisação das atividades da Polícia Militar em fevereiro daquele ano¹⁰. Segundo dados do *Atlas da violência* (2020), a taxa de homicídios que em 2016 havia sido de

32 por 100 mil habitantes pulou para 37,9 no ano seguinte, ainda assim abaixo das taxas anteriores a 2014. Em 2018 voltou a cair, chegando a 29,3 por 100 mil/hab. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (*Anuário*, 14/2020) apontam um quadro diferente no ano de 2020. Comparando os dados do primeiro semestre de 2019 com os dados do primeiro semestre de 2020, o aumento dos homicídios dolosos foi de 19,1% em relação ao número absoluto de vítimas (p. 20). Na classificação “mortes decorrentes de ação policial” a variação positiva foi de 44%. Já em “mortes violentas intencionais”, classificação que nos dá uma visão mais completa do quadro geral, a variação indica um aumento de 18,5%, atrás apenas da Paraíba, com 19,2% (p. 19). Manchetes de um dos principais jornais do estado já começam a sinalizar o temor do retorno do “fantasma da violência”: “Ano fecha com aumento de 11,5% no índice de homicídios no ES”¹¹; e “Triste rotina: ES inicia o ano com mais de 100 assassinatos”, detalhando em letras menores que “Em janeiro, houve

10 Em 2017 a taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes no ES foi de 34,8 segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves, antecedida por 29,6 em 2016 e seguida por 27,9 em 2018 (*Boletim Criminalidade*, 4º trimestre, 2019).

11 Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/ano-fecha-com-aumento-de-1155-no-indice-de-homicidios-no-es-0121>.

aumento de 15,79% nos crimes dolosos em relação ao primeiro mês do ano passado”¹².

No plano das hipóteses para explicar esse aumento dos homicídios em terras capixabas, não se pode ignorar os efeitos da pandemia de covid-19. As quedas na comercialização de entorpecentes decorrentes das medidas de isolamento físico e social são apontadas por especialistas como possível causa de maior conflito entre traficantes e como resultado de mais homicídios¹³. Ainda em relação ao Espírito Santo, a permanência dos efeitos da paralisação das atividades da Polícia Militar, que se tornou conhecida como “Greve da PM”, também pode ser uma hipótese a ser explorada. O ano da greve registrou uma taxa de homicídios fora da trajetória de queda que vinha sendo observada, com uma distribuição atípica das mortes pelo território capixaba quando comparado a anos anteriores. Paralisações de policiais militares foram registradas em outros estados da federação e em alguns casos com consequências mais graves, como no Ceará. Eventos dessa natureza estão dentro do escopo do retorno do pensamento abertamente autoritário ao palco principal da política nacional. A PM é, hoje, um espaço privilegiado de disseminação das

ideias que sustentam esse novo pensamento abertamente autoritário.

O elevado número de homicídios no estado do Espírito Santo até 2009 pode ser explicado por uma combinação de vários fatores: um histórico de violência na região; baixa capacidade do estado para implementação de políticas públicas de todos os tipos, inclusive de segurança; periferias que surgiram em uma época de grandes investimentos industriais e que acabaram abandonadas com o fim desses ciclos de investimento; forte atuação de grupos de extermínio; e um período de forte desorganização da máquina pública e das estruturas de segurança contaminadas pela atuação de membros do crime organizado (Costa, 2016). O quadro de 2020 sugere realidades diferentes. Os capixabas atualmente vivem sob normalidade institucional e equilíbrio econômico, apesar das afetações diversas geradas pela pandemia de covid-19. Além das influências das grandes facções nacionais, das disputas de territórios e pontos de droga, demanda mais estudos a hipótese muito plausível de que a *guerra*, conforme descrito nas periferias de Belo Horizonte, também seja um elemento considerável no porcentual total de homicídios. No dia a dia entre presos e principalmente internos do sistema socioeducativo, o termo *guerra* é costumeiramente utilizado para explicar episódios de violência de maneira muito fiel à descrita por Rocha (2015) e Zilli (2011a).

A LETALIDADE POLICIAL E O PAPEL DO ESTADO NAS MORTES DE JOVENS

Outro elemento central quando se discute a vitimização de jovens por violência letal no Brasil é a letalidade das polícias e o papel

12 Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/triste-rotina-es-inicia-o-ano-com-mais-de-100-assassinatos-0221>.

13 Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/pablo-lira/taxa-de-homicidios-no-es-em-2020-foi-a-segunda-menor-nos-ultimos-30-anos-0121>; Daniel Cerqueira, pesquisador do Ipea e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que hoje preside o Instituto Jones dos Santos Neves, órgão do governo estadual capixaba responsável por elaboração de estatísticas, coaduna com o autor da coluna, reforçando que essa hipótese está sendo considerada no esforço de compreensão do aumento dos homicídios no estado no ano de 2020 (entrevista no dia 14 de janeiro, na sede do IJSN).

do Estado em uma parcela dessas mortes. Tanto o estado do Espírito Santo como o de Minas Gerais registraram um aumento significativo nos números de mortes decorrentes de intervenções policiais na última década, ainda que, como visto, os demais homicídios estejam em redução nestes estados.

A letalidade policial no Espírito Santo é um tema de ampla discussão. Os dados no mínimo confusos relativos a mortes perpetradas por policiais registradas em diferentes órgãos, por diferentes processamentos, somados aos números elevados de “mortes por causas externas cuja intenção é indeterminada”, obscurecem a compreensão da questão e geram insegurança, tendo em vista, ainda, um histórico de forte atuação de grupos de extermínio compostos de policiais, mais bem exemplificados na famigerada Scuderie Le Cocq, organização muito presente em diversas investigações sobre o crime organizado no estado no início dos anos 2000, quando o governo federal cogitou uma intervenção federal no Espírito Santo. Bittencourt e Dadalto (2017, p. 193) sugerem que a violência policial entre os capixabas possui “uma face clandestina, uma cifra oculta”. Considerando dados oficiais de mortes decorrentes de intervenção policial de policiais civis e militares em serviço e fora de serviço, o Espírito Santo contabilizou 46 vítimas em 2017 e 47 em 2018. Mas, em 2017, 25 dessas mortes resultaram da atuação de policiais militares fora de serviço. Bastante curioso que, no que se refere a policiais militares em serviço, nesse ano, foram 17 mortes. Já em 2018, a lógica se inverte. São 27 vitimados por policiais militares em serviço e 16 fora de serviço (*Anuário 2019*, p. 56). Enquanto isso, as mortes violentas por causa indeterminada

aumentaram 75,2% no Espírito Santo entre 2008 e 2018. Em 2017, foram 143 mortes, enquanto em 2018 foram 261 (*Atlas 2020*, p. 82). Sem distinguir policiais em serviço e fora de serviço, houve um aumento de mortes decorrentes de intervenção policial da ordem de 44% entre o primeiro semestre de 2019 e o mesmo período de 2020, o que condiz com um maior número de operações da Polícia Militar com o objetivo de conter o crescimento dos homicídios (*Atlas 2020*, p. 24). Por outro lado, o número de mortes decorrentes de intervenção policial em 2018, que no *Anuário 2019* registra 46 mortes, no *Atlas 2020* encontramos 30, que é o valor que condiz com os dados do Observatório da Segurança Cidadã do Instituto Jones dos Santos Neves, autarquia do governo capixaba. Segundo dados desse instituto, 2020 fechou com 41 mortes decorrentes de ação policial. O maior valor nos últimos cinco anos segundo dados do instituto, mas não do *Anuário*. Ainda segundo dados do Observatório de Segurança Cidadã do Instituto Jones, entre 2016 e 2020, 82% das mortes decorrentes de intervenções policiais foram de jovens entre 15 e 29 anos.

De tudo isso, podemos concluir dois pontos: existem problemas quanto à confiabilidade dos dados de vítimas decorrentes de intervenções policiais no Espírito Santo e, independentemente dos números corretos ou não, os jovens capixabas são significativamente mais vitimados por essas intervenções.

Se no Espírito Santo os dados sobre a letalidade policial são processados e acompanhados por várias instituições, o que torna esses dados palco de debates e disputas, em Minas Gerais o problema é o oposto. As ocorrências de letalidade e vitimização policial são sistematizadas e analisadas pelo

Observatório de Segurança Pública Cidadã (OSPC), que, apesar de produzir relatórios e bases de dados sobre ocorrências de letalidade policial, compartilha esse material apenas com entidades da área da segurança pública em Minas Gerais. Ou seja, ao contrário de *todos* os outros estados da Região Sudeste, Minas Gerais não disponibiliza nenhum dado sobre letalidade policial para consultas ou análises públicas.

Em uma temática como a letalidade policial, à qual as instituições policiais são geralmente refratárias, a não divulgação de dados oficiais sobre mortes cometidas pelas polícias dificulta enormemente a realização de pesquisas e levantamentos. Ainda assim, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* tem conseguido acesso aos dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp/MG), que apontam que as polícias mineiras em 2018 mataram 151 pessoas, uma taxa de 0,7 morte por 100 mil habitantes, inferior às taxas de letalidade policial dos outros três estados do Sudeste.

Em pesquisa recente com dados da própria Sesp/MG, Zilli e demais pesquisadores apontam que Minas Gerais registrou 821 mortes decorrentes de intervenções policiais entre os anos de 2009 e 2017. No período analisado, as mortes cometidas pelas polícias no estado saltaram de 50 no ano de 2009 para 170 mortes por intervenção policial em 2017, um aumento de 240% em um intervalo de nove anos.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte concentrou na última década o maior número de ocorrências de letalidade policial no estado. Três áreas especificamente concentraram a maior parte das mortes cometidas por policiais: as regiões norte e centro-sul de Belo Horizonte, assim como toda a extensão da divisa entre Belo Horizonte e o município de Contagem (Zilli et al.; 2020).

Os pesquisadores também apontam que, nas ocorrências de letalidade policial analisadas, 32% dos mortos e feridos em decorrência de intervenções policiais em Minas Gerais foram atingidos por disparos de arma de fogo nas regiões das costas e da cabeça, o que pode indicar não um cenário de confronto, mas de mortes cometidas em situação de fuga ou, ainda, execuções. Frente a esse dado alarmante, é essencial reforçar a importância de publicização de dados das mortes cometidas por policiais militares e civis em Minas Gerais, informação essencial para que a sociedade civil possa acompanhar e debater a legitimidade das estratégias de segurança pública adotadas no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, até recentemente Espírito Santo e Minas Gerais se encontram em uma situação relativamente similar. Os dois estados vêm de uma intensa queda nos homicídios na última década, e possuem dinâmicas de homicídios e da criminalidade violenta em geral que respondem mais às configurações dos grupos e dos mercados ilegais locais do que a disputas pelo controle de rotas e outros elementos estratégicos para a disputa entre facções, que marcou grande parte das periferias brasileiras desde a ruptura entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital em 2016 (Manso & Dias, 2018). Chega a ser irônico que o Espírito Santo e Minas Gerais tenham sido menos afetados pela atuação das facções do Rio de Janeiro e São Paulo do que estados muito mais distantes, como Amazonas e Ceará.

Espírito Santo e Minas Gerais também possuem em comum um intenso aumento

da letalidade de suas forças policiais, em consonância com grande parte dos estados brasileiros (*Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2019). Talvez por existirem unidades da federação nas quais as polícias matam ainda mais pessoas por ano, pouca atenção tenha sido dada ao aumento da letalidade das forças policiais nos dois estados, mas gostaríamos de destacar a intensidade do aumento das mortes cometidas por policiais em ambos os estados. A intensidade do aumento da letalidade das polícias, de 44% entre 2019 e 2020 no ES, e de 240% entre 2009 e 2017 em MG, indica que possa haver tanto um descontrole por parte dos governos estaduais sobre a atuação de suas polícias, como uma naturalização das mortes cometidas por seus agentes, majoritariamente contra jovens pretos e pardos moradores de bairros periféricos (Zilli et al., 2020).

No ano de 2020, marcado pela pandemia de covid-19, os índices de homicídios dos dois estados seguiram trajetórias distintas. Enquanto Minas Gerais manteve a tendência de queda, com redução de 6,4% no número de assassinatos em 2020 em comparação com o ano anterior, o Espírito Santo teve um aumento de 12% no número de homicídios¹⁴. São necessários mais estudos para que possamos compreender como a pandemia e as medidas de isolamento social para combatê-la afetaram as dinâmicas de homicídios e dos mercados ilegais. As trajetórias opostas das mortes violentas intencionais em Minas Gerais e Espírito Santo durante o primeiro ano da pandemia de covid-19 evidenciam como um mesmo fenômeno pode ter efeitos distintos em dinâmicas criminais que, ainda que sejam parecidas em determinados pontos, apresentam características e configurações locais muito específicas.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. P. D. de. "Pioneiros: o PCC e a especialização no mercado de grandes assaltos". *Journal of Illicit Economies and Development*, 1(2), 2019, pp. 1-12.
- AQUINO, J. P. D. de. "Violência e performance no chamado 'novo cangaço': Cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a polícias em assaltos contra bancos no Brasil". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 13, n. 3, 2020, pp. 615-43.
- BEATO FILHO, C. C.; MARINHO, F. C.; SILVA, B. F. A. "Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999". *Cadernos de Saúde Pública*, n. 17. Rio de Janeiro, 2001.
- CERQUEIRA, D. R. C. et al. *Atlas da violência 2020: retrato dos municípios brasileiros*. 2020.

14 Dados do Observatório de Segurança Pública/Sejusp-MG e do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

- COSTA, M. A. B. *Vítimas que choram: trajetórias de coerção, acumulação social e empreendedorismo violento no Espírito Santo*. São Paulo, Opção Livros, 2016.
- CRUZ, W. J. A. da. *Os entraves para o surgimento da eficácia coletiva: um estudo de caso em um aglomerado de Belo Horizonte*. Tese de doutorado. Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- DADALTO, M. C.; BITTENCOURT, M. "Seletividade penal e criminalidade violenta: os esquadrões da morte e as masmorras no estado do Espírito Santo". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 10, n. 2, 2017, pp. 189-213.
- FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.
- FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.
- MANSO, B. P.; DIAS, C. N. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo, Todavia, 2018.
- MARQUES, T. *A gestão da violência no Triângulo Mineiro: estudo comparativo sobre as dinâmicas criminais em Uberlândia-MG e Araguari-MG*. Trabalho de conclusão de curso. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2019.
- OLIVEIRA, V. N. et al. "Pavilhões do Primeiro Comando da Capital – PCC: ramificação e expansão da organização criminosa em Minas Gerais?". Artigo apresentado no Grupo de Trabalho 32 do XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2017.
- RIBEIRO, L.; OLIVEIRA, V. N.; BASTOS, L. "Pavilhões do Primeiro Comando da Capital". *O Público e o Privado*, v. 17, n. 33, jan.-jun./2019, pp. 213-41.
- ROCHA, R. L. S. "A guerra como forma de relação: uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 8 (2), 2015, pp. 277-301.
- ROCHA, R. L. S. "Vinganças, guerras e retaliações: um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte". Tese de doutorado. Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- SAPORI, L. F. "Mercado das drogas ilícitas e homicídios no Brasil: um estudo comparativo das cidades de Belo Horizonte (MG) e Maceió (AL)". *Dados*, v. 63, n. 4, 2020.
- WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*, 2010.
- ZILLI, L. F. "Adolescentes e jovens em grupos armados ilegais: comparação entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte". Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011b.
- ZILLI, L. F. et al. "Letalidade e vitimização policial em Minas Gerais". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 14(2), 2020, pp. 46-63.
- ZILLI, L. F. *O bonde tá formado: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta*. Tese de doutorado. Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011a.
- ZILLI, L. F. *Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos: um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.



Zimmytws/123RF

Os jovens e a criminalidade em Mato Grosso do Sul

Giovanni França

resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o envolvimento de jovens na criminalidade no estado de Mato Grosso do Sul (MS). A pesquisa visa a demonstrar que a expansão do narcotráfico em todas as regiões do estado e a guerra entre as duas principais facções criminosas do Brasil pela disputa da hegemonia atacadista de drogas e armas na fronteira incidem diretamente nos recrutamentos de jovens e no número de encarceramentos no estado. Para o desenvolvimento deste artigo, foram utilizados dados de trabalhos de campo realizados entre os anos de 2010 a 2020 e consultas de informações em sites institucionais vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Palavras-chave: Primeiro Comando da Capital; jovens; Mato Grosso do Sul; narcotráfico.

abstract

This article aims to analyze the involvement of youths in crime in the Brazilian state of Mato Grosso do Sul (MS). The research intends to demonstrate that the expansion of drug trafficking in all regions of the state and the war between the two main criminal factions of Brazil disputing the wholesale hegemony of drugs and weapons at the border directly affect youth recruitment and the number of incarcerations in the state. For developing this article, data from fieldwork carried out from 2010 to 2020 were used, along with information from institutional websites connected to the Ministry of Justice and Public Safety.

Keywords: *Primeiro Comando da Capital; youths; Mato Grosso do Sul; drug trafficking.*

N

o Brasil, nas últimas décadas, o tráfico de drogas, a criminalidade violenta, o aumento do encarceramento entre os jovens, em sua maioria pardos/negros, de regiões periféricas, com baixa escolaridade, evidenciaram-se um enorme abismo social construído na sociedade brasileira ao longo de séculos de história.

É importante ressaltar que o crescimento da violência está intrinsecamente atrelado a diversos fatores locais. De fato, o aumento da criminalidade nos últimos 20 anos está amplamente ligado ao crescimento do mercado de drogas ilegais e à expansão dos comandos criminais brasileiros para todas as localidades do país, uma vez que “as drogas financiam as armas e estas intensificam a violência associada às práticas criminosas, expandindo seu número e suas modalidades” (Soares, 2004, p. 2).

A expansão das facções criminosas brasileiras trouxe novos desafios para o geren-

ciamento da segurança pública nacional à medida que as extensões da atuação dessas organizações criminosas ultrapassam fronteiras (Oliveira & Guimarães, 2018). Essas atividades ilegais trazem a reboque, em suas redes, postos de trabalho que vão muito além das tradicionais configurações, baseados na militarização do território e confronto direto contra facções rivais e agentes de segurança pública (Oliveira, 2013).

Telles (2010), ao refletir a respeito da inserção de trabalhadores em atividades criminosas, demonstrou que as transformações do mundo do trabalho em escala global, aliadas à precarização do trabalho formal, diminuição da capacidade de compra e ganhos irregulares, fazem com que essas pessoas sejam forçadas a se utilizar de uma série de redes sobrepostas entre o legal e o ilegal, para suprir suas necessida-

GIOVANNI FRANÇA é doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e pesquisador do Observatório da Violência e Sistema Prisional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

des financeiras, sem ter compromisso com as atividades ditas ilícitas.

O crescimento dessa atividade criminal, a precarização do trabalho, a baixa escolarização e o desemprego têm implicações diretas no número de pessoas que acesam esse tipo de trabalho ilícito, de forma transitória ou ainda como meio de vida. A facilidade com que os jovens, com pouca formação escolar e maior vulnerabilidade social, ingressam nas atividades do tráfico de drogas e nos mercados ilegais que gravitam em torno destas (roubos e furtos) é evidente em face do número crescente de pessoas presas por esse tipo de delito no estado do Mato Grosso do Sul.

Este artigo é fruto de trabalho de campo realizado na cidade de Corumbá, tendo sua ampliação com o projeto Segurança Pública nas Fronteiras em vários municípios do estado do MS, incluindo ainda a cidade de Campo Grande, capital do estado. Dessa forma, para elaboração deste artigo, foram analisados alguns aspectos relacionados ao narcotráfico, encarceramento e facções criminosas e suas consequências nefastas para os jovens do estado de Mato Grosso do Sul.

REDES ILEGAIS: ALGUMAS DINÂMICAS CRIMINAIS DE MATO GROSSO DO SUL

Nos últimos anos, Mato Grosso do Sul converteu-se em uma das principais portas de entrada de drogas ilícitas para o Brasil. O estado faz fronteiras com dois dos principais países produtores de maconha (Paraguai) e cocaína (Bolívia). A proximidade do estado com os grandes centros

brasileiros e sua malha viária bem organizada e relativamente conservada contribuem logisticamente para a formação de diversas redes criminais ao longo de décadas.

Segundo o relatório de Segurança Pública nas Fronteiras (2016), ao menos nove cidades são portas de entrada dessas mercadorias ilícitas: Corumbá, Paranhos, Ponta-Porã, Bela Vista, Sete Quedas, Antonio João, Amambaí, Coronel Sapucaia e Caracol. Outras cidades são usadas como ponto de apoio para distribuição de drogas para demais localidades, a exemplo de Dourados. É importante ressaltar que essas redes correspondem a configurações locais do crime, e quando analisamos as áreas de fronteira, as estruturas dessas organizações estão pautadas em práticas fronteiriças cotidianas e transnacionais entre os agentes que operam os negócios. Essas dinâmicas locais criam diversos mecanismos de ações mais ou menos organizadas para o envio de drogas para outras localidades.

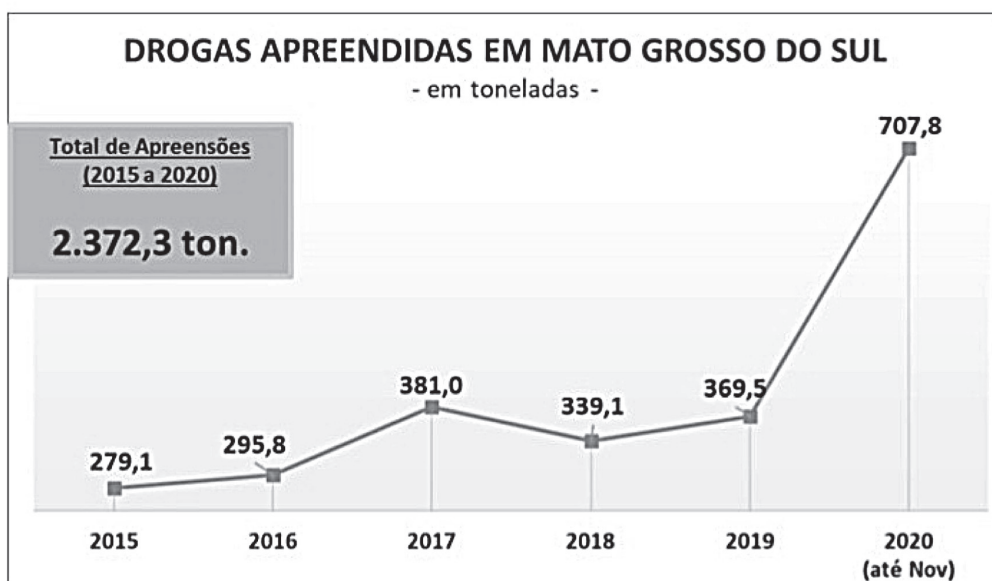
Desde o ano de 2019, foi colocado em prática pelo governo federal o Programa Vigia, tendo como principal objetivo conter a entrada de drogas, armas e contrabando de outras mercadorias na faixa de fronteira brasileira. O braço principal desse programa é a Operação Hórus, que reúne as diversas forças de segurança situadas nos respectivos estados brasileiros que fazem fronteiras com outros países¹ (MJ, 2020). Essa operação vem logrando êxito, especialmente nas apreensões de drogas em todos os estados, inclusive em MS.

1 Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/vigia-programa-nacional-de-seguranca-nas-fronteiras-e-divisas-completa-um-ano-de-atuacao-com-resultados-expressivos-1>. Acesso em: 21/2/2021.

FIGURA 1

Quantitativo de drogas apreendidas

Drogas apreendidas em MS - em toneladas -	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (até Nov)	Total (toneladas)
Cocaína e Derivados	5,3	4,4	3,9	2,6	5,7	3,4	25,3 Ton
Maconha e Derivados	273,8	291,4	377,1	336,5	363,8	704,4	2.347,0 Ton.
Total	279,1	295,8	381,0	339,1	369,5	707,8	2.372,3 Ton.



Fonte: Sejusp/MS

No ano de 2020 houve aumento no fluxo de apreensões de drogas no estado. Até novembro de 2020, as apreensões somavam mais de 707 toneladas de drogas, um aumento de 103% comparado ao ano anterior, no qual foram apreendidas 348 toneladas, como podemos observar na Figura 1.

Do total de drogas apreendidas pelas forças de segurança do estado, a maior apreensão foi de maconha, com mais de 693 toneladas, seguida de drogas sintéticas, com 11 toneladas, depois cocaína, com 2,3 toneladas, pasta base com uma tonelada, haxixe, 341,1 quilos, e crack, 36,6 quilos (Sejusp/MS, 2021). Segundo a Secretaria de Segurança de MS, um dos fatores que mais contribuíram

para esse recorde foi o aumento do consumo devido à pandemia de covid-19².

Essa previsão do aumento de consumo de drogas no Brasil se concretizou nos meses iniciais de 2021, em que as forças de segurança do estado já haviam apreendido mais de 43,3 toneladas de drogas, um aumento de 336,5% em relação ao mesmo mês do ano de 2020 (Sejusp/MS 2021). Nesse contexto,

2 Disponível em: <http://www.ms.gov.br/apreensoes-de-drogas-batem-recorde-em-mato-grosso-do-sul-e-ultrapassam-707-toneladasem2020/#:~:text=Balan%C3%A7o%20divulgado%20pela%20Secretaria%20de,em%20Mato%20Grosso%20do%20Sul>. Acesso em: 21/2/2021.

outros mercados ilegais que gravitam em torno do narcotráfico tomam forma e incidem nos índices da criminalidade no estado.

Em nível de varejo, a ação de furtos e roubos – em especial os celulares *smartphones* – converteu-se em uma poderosa moeda de troca por drogas nos pontos de venda (bocas). O destino desses aparelhos é diverso, em especial no abastecimento do mercado crescente de manutenção de celulares, ou, ainda, utilizados em ações criminosas dentro e fora dos presídios.

No atacado, a subtração de veículos automotivos, que na sua maior parte tem procedência de outros estados da federação, em especial carros e carretas, e golpes do seguro são utilizados como ligação importante na cadeia estrutural do narcotráfico, seja para trocar por drogas nos países produtores, seja para utilização no transporte de cigarros, drogas, armas e munições. Assim, o governo do estado, desde 2011, tem intensificado as operações contra esse tipo de crime e, segundo o Sindicato das Seguradoras de MS³, no ano de 2020, o estado tornou-se o primeiro nos índices de recuperação de veículos automotivos furtados/roubados no Brasil (SINDSEG/MS⁴, 2020), demonstrando que o estado também se constituiu como rota de recepção nesse tipo de crime.

3 Em números absolutos, o Paraná é o quinto estado do Brasil com maior número de casos de furtos e roubos de veículos (16.622) e apresentou índice de recuperação de 53,91%, um pouco acima da média nacional de 49,93%. Mato Grosso do Sul é o 21º estado em número de veículos furtados ou roubados (3.346) e apresentou o melhor índice de recuperação do Brasil, 80,90% (SINDSEG/MS, 2020).

4 Disponível em: <https://sindsegprms.org.br/mato-grosso-do-sul-tem-o-melhor-indice-de-recuperacao-de-veiculos-do-brasil/>. Acesso em: 21/2/2021.

O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL – PCC/MS

Denota-se que, apesar dos esforços do Estado brasileiro em conter o avanço de diversas práticas criminais, a economia do narcotráfico continua avançando a passos largos. Isso se deve ao aumento da atuação dos comandos criminais no MS e, principalmente, nas suas fronteiras.

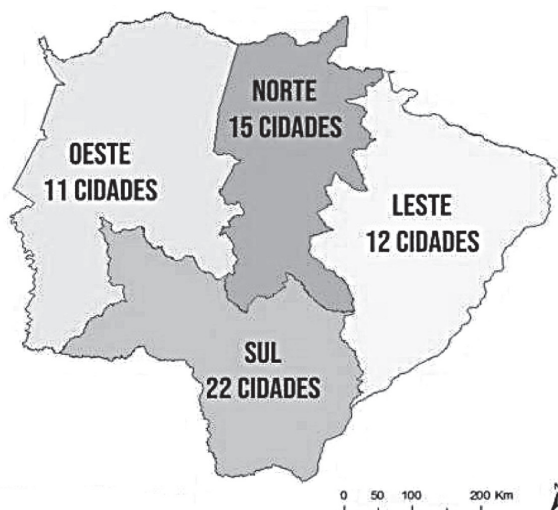
As duas principais facções criminais brasileiras que atuam no estado são o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que até o ano de 2016 conviveram de forma pacífica. Todavia, nos últimos 20 anos o PCC ganhou força em todas as regiões do Brasil, inclusive no estado de MS, expandindo-se para todas as regiões do estado, conforme observado no informativo da divisão por regiões feita pela facção, disponibilizado pelo Ministério Público de São Paulo na Operação Echelon⁵, de 2018. O crescimento do poder dessa facção nos presídios do estado de Mato Grosso do Sul teve como marco a megarrebelião de 2006, na qual, seguindo o “salve geral” vindo de São Paulo, naquele mês de maio, os presídios de Corumbá, Campo Grande, Dourados e Três Lagoas aderiram à rebelião de repercussão nacional (Oliveira, 2013).

A expansão do PCC nos presídios de MS teve como ponto de partida as alianças e dívidas morais entre o presídio e a rua, edificadas entre trocas de favores e proteção pessoal/grupal que possibilitaram o

5 Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=18770003&id_grupo=118. Acesso em: 21/2/2021.

FIGURA 2

Geografia do PCC em MS



Fonte: Operação Echelon

acesso e ampliação do poder dessa facção em todos os presídios do estado (Oliveira & Guimarães, 2018).

A Figura 2 demonstra como o PCC gerencia suas operações e sua expansão no estado⁶, a partir do aumento de batismos feitos dentro e fora dos presídios.

A divisão geográfica do estado em áreas de atuação do PCC faz parte de um projeto de alcance de influência em todas as cidades a partir da formação de diversas células de atuação. Assim, o assassinato de Jorge Rafaat em 2016 pôs fim a acordos feitos entre essas duas facções, desencadeando confronto direto pelo controle das rotas do tráfico de drogas e armas no estado de MS.

Antes do início da guerra entre essas duas organizações criminosas, o mercado

ilegal do narcotráfico em MS já mostrava seus efeitos há tempos, principalmente nos índices de encarceramento, conforme evidenciado no projeto Segurança Pública nas Fronteiras – Eixo Central (2014) e pelo *Mapa da violência*. Nos trabalhos de campo realizados para esse projeto, verificou-se o recrutamento de jovens para as fileiras das organizações “independentes” ou das facções já mencionadas (Enafron, 2016). No geral, os chamados “moleques apetitosos”⁷ são jovens de alta vulnerabilidade social que entram no mundo do crime como soldados, desempenhando pequenas funções (Oliveira, 2013). Dependendo de sua idade, determinadas funções são tomadas e suas obrigações são colocadas em prática na forma de “missão”. Esses “moleques ape-

6 Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/no-mapa-do-pcc-ms-e-um-dos-estados-onde-facao-domina-o-crime>. Acesso em: 19/1/2021.

7 Categoria utilizada pelo PCC para demarcar os jovens que estão no mundo do crime e querem se tornar membros da facção.

titosos” atuam na linha de frente dessas organizações executando o que for mandado. São esses jovens que, ao serem presos pela polícia, fazem ecoar no sistema carcerário o enorme problema social que o país vive na atualidade: o encarceramento em massa.

DADOS DE ENCARCERAMENTO DE JOVENS EM MATO GROSSO DO SUL

O indicador de encarceramento no Brasil nos últimos dez anos cresceu em média 7,14% ao ano. O estado com maior população carcerária é São Paulo, com aproximadamente 229 mil presos. O estado de Mato Grosso do Sul é o 12º dos estados brasileiros em quantitativos carcerários, com aproximadamente 17.578 pessoas encarceradas. A Figura 3 mostra a população carcerária brasileira segundo os dados do

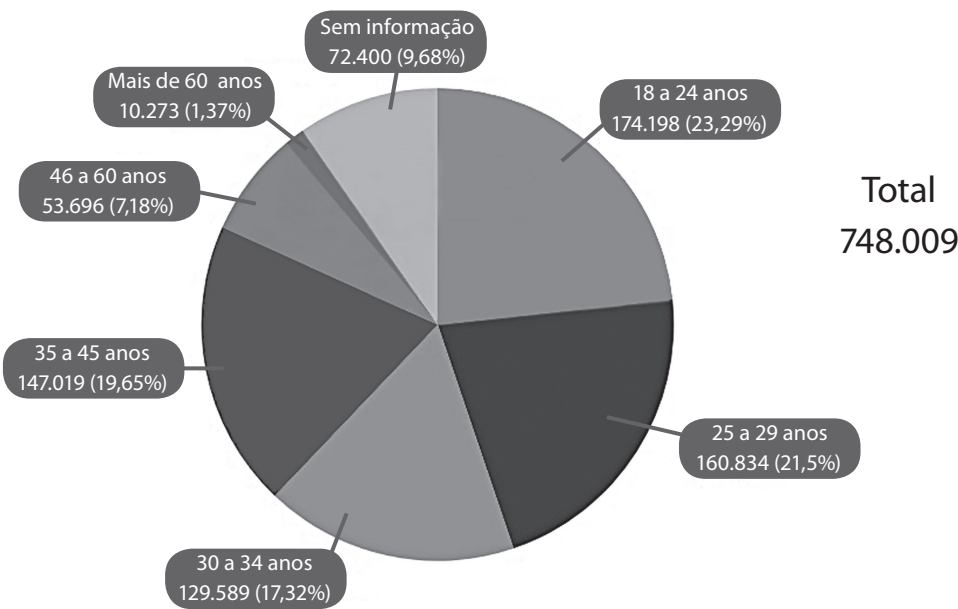
Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen, 2019).

Ao analisar as estatísticas do sistema carcerário nacional, pode-se concluir que quase metade da população carcerária do Brasil tem entre 18 e 29 anos de idade. “Como demonstrado, a clientela carcerária é constituída, em sua maioria, por homens negros jovens, moradores de regiões periféricas e que já se encontravam excluídos anteriormente das demandas de consumo e com pouco acesso às políticas sociais” (Narciso Torres, Bessa & Torres, 2018, p. 96.)

De acordo com o Infopen (2019), no que diz respeito à etnia e à cor das pessoas privadas de liberdade, 46,27% são pardos, 17,37% são negros, 35,48% são brancos, 0,22% são indígenas e 0,22% são de pele amarela. O percentual de mais de 50% de pessoas pardas/negras encarceradas evidencia a seletividade punitiva

FIGURA 3

População prisional por faixa etária no Brasil (período de julho a dezembro de 2019)



Fonte: Infopen

das instituições de segurança e de justiça brasileiras, que estigmatizam os jovens negros de regiões periféricas (Narciso Torres, Bessa & Torres, 2018).

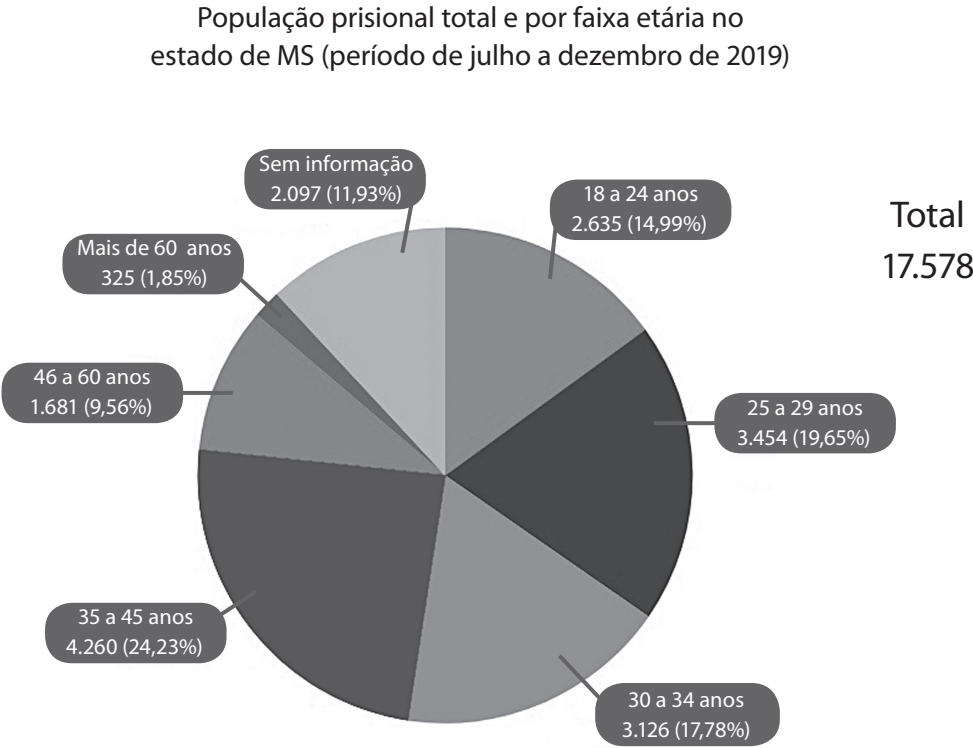
Os crimes hediondos e equiparados em número de ocorrências são, em primeiro lugar, o tráfico de drogas, com 41,65%, seguido por homicídio qualificado, com 28,74%, latrocínio, com 6,94%, dentre outros. Mato Grosso do Sul não foge à regra nacional, como se pode observar na Figura 4.

Quase 50% das pessoas privadas de liberdade têm entre 18 e 29 anos de idade, 51,98% são pardas, 10,31% são negras, 34,64% são brancas, 1,77% são indígenas, 0,56%, de etnia amarela e 0,74% não informado. Dessa totalidade, 75,86% não conseguiram concluir o ensino médio e apenas 1,02% têm ensino superior completo.

Na tipificação de crimes hediondos e equiparados com mais de 50% no estado de MS (Figura 5), o tráfico de drogas ocupa a primeira colocação, seguido de latrocínio e homicídio qualificado, dentre outros. No quesito crimes violentos, na primeira posição está roubo simples, com 27,65%, depois roubo qualificado, com 24,88%, seguido de homicídio simples, com 12,31%, entre outros.

Esses dados são alarmantes, com seus reflexos nas Unidades Educacionais de Internação (Uneis). Já no ano de 2009, Brioli demonstrou que no total de jovens de 15 a 18 anos cumprindo medidas socioeducativas nas Uneis, os principais atos infracionais cometidos eram: a) formação de quadrilha; b) homicídios; e c) tráfico de drogas. Pelo menos 60% deles já eram reincidentes e 50%, reincidentes no mesmo tipo de delito. Os

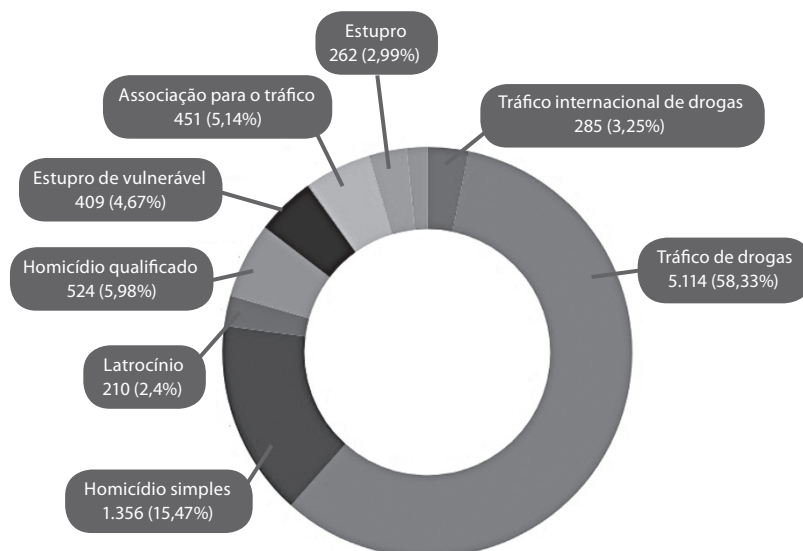
FIGURA 4



Fonte: Infopen

FIGURA 5

Crimes hediondos e equiparados no estado de MS (período de julho a dezembro de 2019)



Fonte: Infopen

níveis de escolaridade variavam entre 12% de analfabetos e 50% que não concluíram o ensino médio.

No ano de 2017, outros índices foram divulgados a respeito de menores envolvidos em crimes no estado. Entre 2013 e 2017 dobrou o número de jovens que cumprem medidas socioeducativas nas Uneis/MS. De um total de 60 jovens que cumpriam medidas socioeducativas em 2013, no ano de 2017 esse número passou para 246 adolescentes. Dessa feita, os principais atos infracionais praticados por esses adolescentes foram: 94% por roubo; 60%, tráfico de drogas; e 44%, homicídio e outros crimes diversos. Nesse diapasão, os perfis desses adolescentes continuam os mesmos apontados por Brioli (2009), quais sejam, adolescentes com baixa escolaridade oriundos de famílias desestruturadas.

Levando em consideração que no estado de MS existem atualmente dez Unidades

Educacionais de Internação, distribuídas em cinco cidades de todas as macrorregiões do estado (inclusive três dessas instituições estão localizadas na faixa de fronteira: unidades de Corumbá, Ponta-Porã e Dourados), pode-se concluir que a disseminação dessas práticas ocorre também na faixa etária entre 15 e 18 anos, como também o envolvimento desses adolescentes com organizações criminosas. Nos últimos anos, aconteceram diversos episódios nessa instituição (Unei), como uso de drogas, assassinatos entre os jovens e torturas perpetradas pelos agentes dentro das unidades, o que foi alvo de diversas denúncias feitas por familiares e pela mídia em geral. Alguns confrontos configuraram-se como disputas envolvendo o mundo do crime e a guerra entre as facções.

Os índices da Sejusp/MS demonstram maior participação desses adolescentes no mundo do crime, que são utilizados na guerra

entre as facções que ocorrem no estado, apontando que essas disputas já extrapolaram as unidades prisionais, chegando às unidades de internação, evidenciando o uso desses adolescentes como soldados do crime em todas as regiões de MS.

O MUNDO DO CRIME E OS JOVENS DE MS

A partir de pesquisas realizadas no âmbito do projeto nacional Segurança Pública nas Fronteiras e pelo Observatório da Violência e Sistema Prisional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), foram traçados alguns pontos importantes a respeito da expansão do mundo do crime nas cidades sul-mato-grossenses.

Os noticiários e jornais locais estão repletos de matérias com imagens de jovens que cometeram crimes, variando em grau e intensidade. A respeito desses noticiários, Borges (2014) analisa que essas reportagens, em quase sua totalidade, estão vinculadas a jovens, pobres e periféricos e quase sempre tratados como um problema, pois as reportagens versam sempre sobre a prática de delitos (tráfico de drogas, assassinatos, vandalismo, dentre outros). De acordo com a autora:

“Outro aspecto refere-se à associação da ideia do jovem/adolescente como um problema social, um movimento que em geral está relacionado à localização geográfica onde eles residem. O bairro ou a localidade em que esses sujeitos vivem são enfatizados como espaços de sujeitos ditos violentos por pertencerem às áreas territoriais de maior problemática ou com

maior contingente de classes populares e pobres” (Borges, 2014, p. 79).

Para Borges (2014), deve-se ir além da reafirmação de estigmas sociais enraizados na sociedade brasileira frente às transformações sociais vivenciadas. Para a autora, o que também chamou a atenção são os crimes em que esses jovens estão envolvidos, com destaque ao crescimento das atividades ilegais, em especial o tráfico de drogas, como vetor importante para a participação desses jovens em práticas delitivas.

Tendo em vista esses aspectos, para Reis (2013), a questão da criminalidade não é algo estático, vinculada a apenas uma classe social, mas a mídia tem papel fundamental no processo de seletividade e de marcadores sociais – jovens negros e de bairros periféricos. De acordo com Feltran (2008, p. 180):

“O ‘mundo do crime’ expande-se em torno do mercado da droga e de armas e interfere nas dinâmicas sociais. A sociabilidade que se cria em torno destas dinâmicas está muito relacionada às mudanças do capitalismo: ‘dinâmico, flexível, imagético, global’. Bens de consumo e dinheiro circulam de forma rápida, o consumo está dissociado da renda e a flexibilidade para a obtenção do crédito gera o endividamento dos indivíduos, assim como ocorre na economia popular comum”.

Assim, ainda segundo Feltran (2008), o mundo do crime, para muitos jovens em situação de vulnerabilidade social, torna-se mais atrativo que o mercado formal de trabalho devido ao “acolhimento” que essas atividades lhes proporcionam. As transformações no mundo do trabalho, baixos salários, baixo nível de escolaridade e desestruturação

familiar solapam a ideia de ascensão social abrindo caminho para a entrada no mundo do crime. Nesse sentido, Pereira (2018), ao analisar o envolvimento de jovens de 15 a 18 anos com o mundo do crime na região de Dourados, observa a relação estreita entre vulnerabilidade social e expansão do mundo do crime nas periferias da cidade, atrelada aos comandos criminais e ao tráfico de drogas. Segundo a autora, “[...] a imagem do adolescente traficante de drogas como o ‘vagabundo’ que escolhe o crime estimula a pensá-lo como o inimigo público, o inimigo da sociedade e, assim, torna-se legítimo não o tratar como sujeito de direitos, inclusive o Estado” (Pereira, 2018, p. 107).

Para Oliveira (2013), os jovens (ou os “meninos apetitosos”) tornaram-se importantes agentes dessa mudança na ordem local do crime com a expansão dos comandos criminais, que têm como foco o recrutamento deles, principalmente depois do início da guerra entre o PCC e o Comando Vermelho. Esses jovens tornam-se os “soldados da facção”, a linha de frente das atividades. Tais indivíduos desenvolvem diversos tipos de funções, a depender de sua idade, para realizar as missões. Em situação de entrada no mundo do crime, têm pressa em conseguir certo *status* e por isso são os mais seduzidos com as promessas desse meio.

Segundo o relatório do Enafron (2016), constatou-se o aumento de jovens nas regiões de fronteira de MS envolvidos de alguma forma com o narcotráfico. Eles desempenham os mais diversos postos dentro dessas redes. O envolvimento com furtos/roubos de veículos automotivos, venda e transporte de drogas e armamentos (como mulas dessas redes) são atividades recorrentes observadas pelo relatório.

O que nos chama a atenção nesse contexto é o envolvimento dos jovens nos tribunais do crime, sendo vítimas ou algozes. Esses tribunais tornaram-se recorrentes e são noticiados cotidianamente nos jornais locais em várias cidades do estado. Os vídeos divulgados pelas mídias sociais mostram jovens praticando atos bárbaros contra integrantes de outra facção visando à disseminação do medo, vingança e demonstração de poder. Esses tribunais vêm sendo alvo de investigações da polícia⁸, que, nos últimos anos, interrompeu diversos julgamentos prendendo diversas pessoas⁹.

É importante destacar que tais reverberações na vida social das ruas das cidades de Mato Grosso do Sul modificaram formas de “proceder” dos jovens que se filiam ao PCC, produzindo subjetivamente comportamentos e identidades para além da família e vizinhança. Assim, ao se filiarem ao “Comando”, adquirem prestígio nas ruas.

DINÂMICAS CRIMINAIS EM CURSO NO ESTADO DE MS

A morte de Jorge Rafaat no ano de 2016 foi repercutida pela imprensa nacional, que atribuiu o assassinato ao PCC. De fato, esse assassinato deu início à guerra entre as duas grandes facções brasileiras (PCC e CV). Os jornais locais, em especial

8 Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/policia/2020/operacao-contra-o-pcc-mira-em-ordens-de-tribunal-do-crime-que-partem-de-ms>. Acesso em: 19/1/2021.

9 Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/tag/tribunal-do-crime>.

os de maior circulação no estado¹⁰, a todo momento veiculam notícias – na maioria das vezes, de forma sensacionalista – a respeito da atuação e do conflito entre esses dois grupos, inclusive atribuindo a diminuição de homicídios na capital Campo Grande à expansão do PCC na cidade, como facção dominante. Não excluimos essa possibilidade, mas preferimos analisar a criminalidade do estado de MS a partir das realidades locais e não apenas como refratária de outras localidades do país. Entendemos que existem relações entre a criminalidade do estado e a de centros urbanos da Região Sudeste que precisam ser analisadas.

A partir dos trabalhos de campo desenvolvidos no estado, podemos traçar alguns cenários sobre a criminalidade no estado do MS. O primeiro cenário é que a dinâmica da criminalidade obedece a construções históricas de suas respectivas localidades citadinas. Dessa forma, não se deve ignorar a influência e o poder das dinâmicas locais do crime e seus efeitos na associação e resistência à expansão dos comandos criminais brasileiros no estado.

O segundo cenário está no fato, pontuado por Torres (2020), de que nem o PCC nem o CV mantêm a hegemonia da criminalidade nos presídios e, portanto, também fora deles. Dessa forma, cita-se como exemplo a cidade de Campo Grande, com os índices de homicídios em queda. Não se ignora que o PCC possa ter algum tipo de influência na diminuição desses índices de homicídios na capital, mas, em contrapartida, os crimes violentos tiveram aumento significativo.

O que as pesquisas têm demonstrado é o fato de que a dinâmica da criminalidade não obedece apenas às regras das facções criminosas, existem também os chamados “independentes”, ou seja, a ordem local do crime antes da entrada das facções. Os “independentes” podem concorrer, “correr junto”, ou serem absorvidos por qualquer facção (Oliveira, 2013). Sendo assim, existe um fatiamento dos bairros da capital entre essas forças, além das políticas de segurança pública empregadas na localidade. Esse conjunto de situações acaba tornando a dinâmica local do mundo do crime mais complexa, podendo incidir no quantitativo de homicídios.

No terceiro cenário, não se deve ignorar as configurações do mundo do crime dos países que fazem fronteira com o estado. Essas organizações não são inertes à ação das organizações brasileiras e/ou simplesmente escolhem um lado ou outro lado. Nem sempre só a lealdade aos comandos do lado brasileiro vai prevalecer, existe também a lógica dos negócios, o que torna essas relações instáveis. Dessa forma, no que diz respeito à morte de Rafaat, em 2016, pode estar em jogo o reordenamento da criminalidade local e não necessariamente a hegemonia de um comando.

Podemos citar outro exemplo do início dos anos 2000, a “guerra” na cidade de Coronel Sapucaia entre a família Morel e o Comando Vermelho. O resultado desse acontecimento não tornou o CV uma facção hegemônica nessa cidade, mas pulverizou os espaços para os negócios do crime¹¹.

10 Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/>; <https://www.midiamax.com.br/>; <https://correio-doestado.com.br/>. Acesso em: 19/1/2021.

11 Trabalho de campo realizado na cidade de Coronel Sapucaia a partir de diversas entrevistas individuais e grupos focais, pelo projeto Segurança Pública nas Fronteiras.

Outro exemplo emblemático de configurações locais do crime é a cidade de Corumbá, na fronteira com a Bolívia. O mundo do crime na localidade tem fortes relações no tráfico de cocaína, que ao longo de décadas permaneceu pulverizado em núcleos familiares, no varejo e no atacado. Através das pesquisas desenvolvidas, observou-se a atuação do CV na localidade desde a década de 1980, e do PCC, a partir de 2006. Nenhuma das facções alcançou a hegemonia, permanecendo a lógica dos grupos “independentes”. Nos últimos anos, o PCC tem almejado agrupar bairros na cidade sob seu controle, não obtendo o sucesso esperado. Apesar disso, o PCC – via presídio – vem ganhando força a partir de associações do “correr junto” com a lógica local do crime (Oliveira, 2013; Oliveira & Guimarães, 2018).

O quarto cenário, o menos pesquisado, compreende a região leste do estado, onde se encontra Três Lagoas, a principal cidade da região, além de uma “porta de entrada” para o estado de São Paulo. Nos últimos vinte anos, a cidade teve dinâmicas migratórias importantes vinculadas a grandes projetos econômicos com a instalação de diversas indústrias. Para Batista (2008), o crescimento da cidade trouxe diversos problemas sociais, como aumentos dos aluguéis e falta de moradia, além de crescimento da prostituição e do tráfico de drogas.

Por fim, o mundo do crime em Mato Grosso do Sul é complexo, em razão do seu tamanho e do espaçamento entre as cidades, aliado ao fato de o estado fazer fronteira com Paraguai e Bolívia, merecendo assim uma análise mais detalhada e aprofundada a partir de suas realidades,

para só então poder-se entender as interligações entre as redes criminais do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais desafios deste trabalho foi demonstrar que o crescimento da atuação das redes do narcotráfico aliado à expansão e às disputas pelo poder de facções criminais do estado do Mato Grosso do Sul tornou-se um fator importantíssimo para novas configurações locais do mundo do crime e o aumento do número de jovens recrutados diariamente para essas fileiras.

De modo algum buscou-se fazer qualquer tipo de associação do tráfico de drogas e da criminalidade com os jovens de bairros periféricos ou de baixa renda, assim, qualquer ligação não pode ser sustentada, uma vez que baseada em estigmas e preconceitos. Esses marcadores sociais, estereótipos e estigmas já são constantemente disseminados pelas mídias de informações jornalísticas locais.

Desde que as pesquisas foram iniciadas sobre o tema da criminalidade na fronteira Brasil/Bolívia, observou-se o papel dos jovens em diversas ações criminosas na localidade. O varejo de drogas mostrou-se um importante catalisador de mudanças nas práticas criminais, onde os jovens figuravam um dos pontos-chave da questão. Essa hipótese é confirmada a partir das pesquisas feitas em mais de 20 cidades pelo projeto Segurança Pública nas Fronteiras.

Os “meninos apetitosos” são aqueles jovens que, na maior parte das vezes, enxergam o mundo do crime como ponte de saída para a falta de perspectivas de

qualquer tipo de ascensão social. Estes são recrutados como soldados para as fileiras do mundo do crime. Nesse ambiente, esses jovens são “acolhidos”, suas despesas mais básicas de sobrevivência familiar são sanadas e os recursos para despesas, com bens de consumo almejados por eles,

são bancados e resolvidos pelas facções.

Por fim, vale dizer que são esses jovens que aparecem na linha de frente no mundo do crime, na guerra entre facções, os quais são decapitados e torturados, demonstrando assim o descaso do Estado brasileiro com esses jovens.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S.; SALLA, F. “Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC”. *Estudos Avançados*, 21 (61), 2007.
- BATISTA, R. L. *A geografia da violência: uma abordagem espacial da criminalidade em Três Lagoas – MS*. Dissertação de mestrado. Campo Grande, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS, 2008.
- BORGES, E. V. *Adolescentes e jovens nas manchetes dos jornais impressos de Dourados/MS*. Dissertação de mestrado. Dourados, Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD, 2014.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (Depen). *Levantamento nacional de informações penitenciárias Infopen – janeiro de 2019*. Infopen, 2019.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Segurança pública nas fronteiras: eixo central*. Brasília, 2016.
- BRASIL. Ministério Público. *Vigia: programa nacional de segurança nas fronteiras*, 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília, Presidência da República, 2015.
- BRIOLI, P. V. *Da exclusão ao sonho: a (re)construção da identidade de adolescentes em Unidade Educacional de Internação (Unei) sul-mato-grossense*. Dissertação de mestrado. Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019.
- CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação. *Educação preventiva ao uso de drogas*. 2015.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de doutorado. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2008.

- NARCISO TORRES, E.; BESSA, C. ; TORRES, O. "Vidas negras: um panorama sobre os dados de encarceramento e homicídios de jovens negros no Brasil". *Revista Trama Interdisciplinar*, v. 9, 2018, pp. 86-106.
- OLIVEIRA, G. F. *Nas bocas da cidade de Corumbá-MS: o comércio de drogas na fronteira Brasil/Bolívia*. Dissertação de mestrado. Campo Grande, Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS, 2013.
- OLIVEIRA, G. F.; GUIMARÃES, C. K. "As relações de reciprocidade e dívidas morais entre o presídio e a rua: A expansão e transnacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) na fronteira Brasil-Bolívia". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 11, 2018.
- PEREIRA, J. G. *O adolescente e o tráfico de drogas na cidade de Dourados: sob uma perspectiva subcultural*. Dourados, UFGD, 2018.
- REIS, A. F. "Violência e desenvolvimento local: um estudo sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS". *Interações*, v. 14, 2013.
- SOARES, L. E. *Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo. Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. 1ª ed., 2004, pp. 130-159.
- TELLES, V. S. "Illegalismos urbanos e a cidade". *Novos Estudos*, julho/2009, pp. 153-73.
- TORRES, E. N. S. *A institucionalização da inteligência penitenciária nacional: o combate às organizações criminosas e o caso "Primeiro Comando da Capital (PCC)" nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro, ESG, 2020.

textos

O Conde de Monte Cristo e a catábase de Edmond Dantès

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

“Há no crime limite se um crime praticas,
não se o devolves”
(Sêneca)

“Anjo só de bondade, sabeis do furor,
Lágrimas de fel, punho na sombra crispado,
Na hora em que a Vingança, em infernal chamado,
De nossas faculdades torna-se o mentor?
Anjo só de bondade, sabeis do furor?”
(Charles Baudelaire)

“Ai! Que vale a vingança, pobre amigo.
Se na vingança, a honra não se lava?”
(Castro Alves)

U

ma denúncia anônima arruinou a vida de Edmond Dantès, protagonista do romance *O Conde de Monte Cristo* (1844-1846). Acusado de alta traição e envolvimento com bonapartistas, ele passou 14 anos encarcerado nas masmorras do castelo de If. Na prisão, Dantès experienciou uma “iniciação” sem a qual não teria encontrado condições para

CLEBER VINICIUS DO AMARAL FELIPE

é professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHis-UFU).

arquitetar e colocar em prática sua vingança. Não por acaso, em um dos ensaios do livro *Tese e antítese* (1964), Antonio Candido interpretou o romance como um “tratado da vingança”. O episódio envolvendo o cárcere do protagonista apresenta características compatíveis com as de uma catábase, termo que designa um antigo ritual em que personagens excepcionais como Hércules e Odisseu visitavam, ainda vivos, o mundo dos mortos. Embora Alexandre Dumas não retrate encontros com espectros errantes ou rotas de acesso ao submundo, pretende-se demonstrar a analogia por tratar-se de uma chave de leitura verossímil. Ao mesmo tempo, analisam-se alguns recursos empregados pelo romancista na construção de um *locus horrendus* insular, sediado em um forte construído no século XVI e convertido em prisão na centúria seguinte.

A TÓPICA DA VINGANÇA

A fábula da *Ilíada* desenrola-se no último ano de um conflito bélico que durou uma década, perfazendo não mais que dois meses. Sua matéria tem início com a contenda entre Aquiles e Agamêmnon e termina com o resgate do príncipe Heitor, quando uma trégua entre aqueus e troianos foi acordada para que os rituais fúnebres fossem cumpridos. O herói, no universo homérico, pode ser forte, bravo e corajoso. Se ele porventura negligenciar a “piedade”, decerto, será vítima de castigo divino.

De acordo com André Malta (2001, p. 79), a piedade pode ser concebida com um sentido religioso, de “devoção aos valores que regem a relação entre os homens e Deus, e também a relação entre os próprios

homens”, mas pode ser ainda empregada para designar uma atitude pautada na compaixão, categoria que se aproxima à concepção de *miser cordia* latina. A noção de “pena”, em Homero, aparece, com frequência, associada a uma situação de súplica: o homem que suplica coloca-se na condição de dependente, de inferior. É, pois, a mesma posição assumida pelo sacerdote Crises quando, no primeiro canto da *Ilíada*, solicitou a Agamêmnon a devolução de sua filha, Criseida. A recusa por parte do Atrida demonstrou falta de misericórdia e, consequentemente, vários aqueus foram aniquilados pelas flechas de Apolo. O rei acabou aquiescendo e devolveu a filha ao sacerdote, só que, em contrapartida, tomou para si uma escrava de Aquiles, despertando sua ira (*mênis*) e o levando a ausentar-se da guerra. O herói sentiu-se humilhado quando a dignidade real sobrepujou a honra guerreira. Como o combatente arriscava-se no campo de batalha e corria o risco de ter sua vida abreviada, era de se esperar que seu espólio fosse assegurado.

No canto IX, numa tentativa de redimir-se, o rei enviou uma embaixada para requisitar o retorno do Pelida. Fênix, um dos membros da comitiva, perante a recusa de Aquiles (que, por não atender às súplicas de Agamêmnon, foi vítima da *áte*, da perdição), afirmou ser ele portador de “entranha impiedosa”. Tomando como base a noção de perdição, André Malta sugeriu a presença de dois ciclos na *Ilíada*: o de Agamêmnon, do início do poema ao canto IX, e o de Aquiles, do canto IX em diante, quando o herói, depois de um prolongado luto pelo companheiro Pátroclo, aplacou sua fúria, apiedou-se do rei troiano e devolveu

o corpo de Heitor. A tentativa de ultrajar o cadáver do príncipe troiano, arrastando-o, dia a dia, ao redor de sua tenda, é um indicador de *hýbris*, isto é, de falta de comedimento. Sua intenção foi causar ao seu desafeto várias mortes, desfigurar seu corpo e impedir os rituais fúnebres, condição para uma bela morte (*kalòs thánatos*), única forma de se conquistar fama imorredoura (*kléos*)¹. Ao apiedar-se de Príamo, Aquiles interrompeu sua sede vingativa, porém sem a vingança os aqueus voltariam para suas casas derrotados.

A matéria da tragédia *Tiestes*, de Sêneca, retoma um tema frequente na dramaturgia greco-romana: o mito dos Pelópidas envolvendo o conflito entre Atreu, pai de Agamêmnon, e Tiestes. Sob pretexto de estabelecer a paz, o primeiro, dominado pela fúria vingativa², arquitetou um plano horrendo para abalar até mesmo os fundamentos do cosmos, a ponto de os deuses partirem para longe com o intuito de não presenciarem o banquete sangrento e inglório. Incapaz de perdoar o irmão, o rei enviou-lhe uma proposta de paz e ofereceu-lhe participação no trono, sugerindo uma monarquia dual. A princípio temeroso, Tiestes, estoicamente, retrocedeu, mas ao fim se deixou convencer. Para selar a “aliança fraterna”, que dissimulava a *hýbris*, Atreu sacrificou os filhos do seu irmão e os serviu como repasto num banquete. O crime, de tão severo, estimulou prodígios, como o cessar e o

retroceder do Sol. Um dos motivos é que, para colocá-lo em prática, seu mentor precisou simular os dons do acolhimento.

A atitude de Atreu pode ser compreendida como *scelus nefas*, crime sacrílego que ocasiona o desequilíbrio cósmico. Sua fúria acaba fazendo-o tomar por virtudes práticas viciosas:

“[...] E o que é a afronta
máxima, creio, a um soberano onipotente:
não vingar-se!”
(Sêneca, 2018, p. 27).

A sede de vingança era tamanha que só um crime sem precedentes poderia suplantá-la:

“[...] O pai, voraz, lacere
os filhos, deliciado, e devore seus membros.
Bravo! É o bastante! Apraz-me esse grau
[de vingança
por ora”
(Sêneca, 2018, p. 39).

Antes do banquete nefasto, Tiestes buscou se redimir com o irmão recorrendo à súplica, temática identificada também na *Ilíada*:

“[...] É, decerto, culpado
quem a tão bom irmão pareceu ser culpado.
Apelo às lágrimas. Só tu me viste em súplica,
imploram-te estas mãos que outros pés não
[tocaram;
deixemos toda ira e na alma seja extinto
o orgulho”
(Sêneca, 2018, p. 61).

No entanto, como disse o mensageiro ao ser questionado pelo coro, uma vingança convencional, como a privação das honras fúnebres, não seria cruel o suficiente:

1 Sobre a bela morte, ver: Vernant (1978).

2 Tiestes havia urdido, com a esposa de Atreu e sua amante, um plano para conquistar o trono de Micenas. Entretanto, como a ação criminosa foi desvendada, Atreu assumiu o trono e Tiestes partiu para o exílio.

“CORO

E pôde mais? Deu-os às feras
p’ra lacerar seus corpos, privando-os da pira?
MENSAGEIRO

Assim fosse! Deixasse sobre o chão os mortos,
nem fogo os consumisse, às aves e a vorazes
feras fizesse-os arrojar, triste repasto”
(Sêneca, 2018, pp. 81-3).

Arquiteto de um banquete que subvertesse
todos os pilares da boa e velha hospitalida-
de, Atreu não pôde deixar de se regozijar,
desafiando os deuses:

“Ando de par com os astros e os supero
[todos!
Atinge o alto dos céus a minha fronte altiva!
Obtenho agora o emblema e o trono de meu
[pai.
Dispensio os deuses; alcancei meus votos
[todos.
Bravo! É o bastante! Eu mesmo estou já
[satisfeito.
Mas deveria? Avante, irei fartar o pai
da mortualha dos seus. P’ra tolher-me o
[pudor,
recuou o dia. Avante, enquanto vaga o céu.
Quem me dera deter os deuses fugitivos
e trazê-los à força, todos, p’ra que vissem
a ceia da vingança. Vê-la o pai já basta”
(Sêneca, 2018, pp. 91-3).

É possível efetuar a leitura das tragédias
de Sêneca a partir de dois movimentos,
responsáveis pela ação nefasta: a passagem
do *dolor* (que impulsiona a ação trágica
na medida em que estimula a revanche
contra uma injúria cometida) para o *fu-
ror* (movido pela cólera, pela insânia, pela
falta da *prudencia* estoica) e, em segui-
da, a concretização do *nefas*, do crime

propriamente dito. Desta feita, o homem
transforma-se em “monstro” e, ao mesmo
tempo, abala a ordem cósmica. Atreu ma-
quinou o desagravo, moveu sua cólera con-
tra o irmão, valeu-se da razão para armar
uma emboscada e, depois de cometida a
hýbris, agiu com soberba frente aos deu-
ses e congratulou-se pela maneira como o
crime foi desempenhado com excelência.
Quando informado sobre a ação vingativa,
Tiestes, tomado pelo *furor*, conjurou contra
o irmão a vingança dos deuses. O ciclo
continuará a se repetir até que uma das
partes conseguisse suspendê-lo³.

Nos dois exemplos referidos (homérico
e senequiano), a intensidade da represália
supera a da ação que a desencadeou. Além
disso, é possível notar certo descompas-
so entre a fúria vingativa e a vontade dos
deuses, de modo especial na tragédia sene-
quiana. Como veremos, no caso do romance
de Dumas, a retaliação é retratada de outra
maneira, talvez porque o século XIX tenha
cunhado uma nova noção de indivíduo.

O ROMANCE DE DUMAS

A vingança, de acordo com Antonio
Candido, é uma chave de leitura do roman-
ce *Le Comte de Monte Cristo*, publicado no
Journal des Débats, entre agosto de 1844
e janeiro de 1846. No rodapé do jornal,
que os franceses chamavam de *feuilleton*
(folhetim), os leitores se deleitavam com
piadas, enigmas, receitas, boletins de moda
e outros gêneros de entretenimento. Em
1836, passou a abrigar também romances,

3 Sobre o assunto, ver: Dibbern (2010, pp. 4-13).

quando Émile de Girardin, proprietário do *La Presse*, encomendou de Balzac a obra intitulada *La vieille fille*.

Dumas contribuiu com o estabelecimento do gênero ao publicar *Le capitaine Paul* em 1838 no periódico *Le Siècle*. Esse modelo de ficção seriada incentivou uma forma diferente de produzir literatura e, com isso, diversificou também o público leitor⁴, acarretando uma série de críticas por parte de escritores da época. Em 1839, por exemplo, Sainte-Beuve escreveu um artigo intitulado “De la littérature industrielle”, onde afirmou que o romance folhetim prejudicava o papel desempenhado pela crítica literária, que não alcançava o público com a mesma eficácia que o jornal. Além disso, como os escritores recebiam por linha, os romances acabaram sendo inflados com diálogos e descrições, o que prejudicou sua excelência (Ribeiro, 1996, pp. 27-8). Eugène de Mirecourt, alguns anos depois, publicou um panfleto acusando Dumas de ser um “escritor industrial” que empregava outros literatos sem atribuir-lhes coautoria (Torres, 2012, pp. 1-26).

A trama, repleta de minúcias e de peripécias acessórias, possui um fio condutor: a trajetória de Edmond Dantès, imediato do navio de três mastros Pharaon. Desprovido de ganância, esse marinheiro almejava tornar-se capitão tão somente para cuidar melhor de seu velho pai e oferecer um casamento digno a Mercedes, uma jovem catalã que lhe devotava um amor sincero. Entretanto, a ambição da qual era desprovido abundava no coração de seus desafetos: Danglars, contador do Pharaon, desejava

seu cargo; Fernand cobiçava o amor de Mercedes; o juiz Villefort, por fim, ambicionava o cargo de procurador do rei. O mesmo trio foi responsável pela acusação de traição e pela prisão do protagonista, que passou 14 anos no horrendo castelo situado na Ilha de If.

Durante a prisão, Dantès conheceu o abade Faria, preso político e detentor de grande sabedoria. O diretor da prisão e os carcereiros consideravam-no louco, pois o velho padre dizia conhecer o paradeiro de uma fortuna sem precedentes, outrora pertencente ao cardeal Spada. Os dois prisioneiros tentaram cavar uma rota de fuga por anos e, no decorrer desse penoso trabalho, o abade ensinou a Dantès tudo o que sabia. Entretanto, seus planos foram frustrados e o velho mentor foi vitimado por uma doença mortal. Seu corpo foi revestido por uma mortalha e deixado na cela para ser transportado à noite. Dantès, que frequentava a cela do abade por um túnel, ocultou o corpo do defunto e vestiu a mortalha, aguardando uma ocasião para fugir. O pobre protagonista ignorava que o cemitério de If fosse o mar bravio: depois de arremessado, conseguiu nadar até uma ilha próxima. Mais tarde, encontrou o tesouro enterrado na Ilha de Monte Cristo graças às informações de seu finado mestre, deixando de lado sua antiga identidade, para tornar-se um misterioso conde.

Em liberdade, ele colocou em prática o plano de vingança que arquitetou durante sua estadia na prisão, portando-se como instrumento da Providência a distribuir justiça contra seus inimigos. Não obstante a eficácia de seus planos, ao final da jornada e depois de receber lições implacáveis, ele próprio foi enganado quanto aos efeitos da sede

4 Sobre o romance folhetim, ver: Meyer (1996); Nadaf (2009).

vingativa, perdendo Danglars, após criar condições que ocasionaram o suicídio de Fernand e o enlouquecimento de Villefort.

O CÁRCERE DE DANTÈS SEGUNDO ANTONIO CANDIDO

De acordo com Antonio Candido (2017, pp. 1-28), quando, enfim, colocou os pés na Ilha de Monte Cristo e atingiu seu cume, o protagonista estava a um passo de confirmar o que, antes, considerava impossível: as incomensuráveis riquezas do cardeal Spada eram reais e aguardavam por ele, no subsolo da ilha. Como observou Candido, Dantès se encontrava entre dois polos da imaginação humana – a montanha, de onde ele descortinou o mundo, e a caverna, onde os mistérios que confeririam a ele poder estavam ocultos. De um lado, “o pináculo que amplia”; de outro, o “recesso que concentra”. Os lugares prediletos dos românticos, segundo o autor, envolviam torres, morros, picos de ilhas, que tornavam possível o encontro do homem com seu sonho de liberdade e/ou poder. Mas nosso interesse deter-se-á no subsolo, nos recônditos cavernosos, nas entranhas escuras, nas grutas ocultas em uma ilha.

Desejoso de distribuir a justiça de Deus, Dantès queria se tornar uma das molas ocultas da Providência, ainda que essa transformação implicasse um pacto com o Diabo. Poderíamos avançar com uma análise psicológica, dizendo que Dantès atua no romance como um pináculo, como uma *persona* que oculta, no seu íntimo, um outro mundo que se desdobraria à medida que ele colocasse em prática sua retaliação; que ele busca, na Providência, refúgio de modo a relacionar

suas ações à vontade divina. Não por acaso, Antonio Candido vai conceber o romance como um tratado de vingança afinado ao individualismo burguês. A ficção seriada, de acordo com este crítico, favoreceria esse lugar-comum, saciando as demandas psicológicas de um público ávido por suspense. A revanche teria permitido ao protagonista uma circulação pela escala social e proporcionado um retrato da complexa alma humana. Sendo assim, de rapaz honesto, excelente profissional, filho zeloso, noivo atencioso e amigo fiel, o protagonista tornou-se sábio, solitário, livre, rico e infeliz. Ao final, também experimenta o remorso.

Segundo Candido, Dantès perdeu sua inocência no “purgatório do castelo” de If. Com a ciência, ele também adquiriu consciência do bem e do mal. Antonio Candido menciona um “vingador científico” que, para as personagens, seria o paradigma do homem que domina todos os recursos de seu tempo e, para nós, um grande herói romântico. Belo, elegante, ágil, excêntrico, misterioso, melancólico, infalível, rei dos disfarces.

Villefort, Danglars e Fernand remetem, respectivamente, à corrupção nas esferas jurídica, financeira e militar. No entanto, se de fato o tempo na prisão se assemelha a um processo expiatório (que pressupõe castigos temporários), logo de início já descobrimos a inocência do prisioneiro. Assim, mais pertinente é conceber a estadia de Dantès nos calabouços de If como um período de provações e, também, como uma ocasião de crescimento intelectual e financeiro. Como o indivíduo que desce ao submundo e regressa depois de uma sucessão de desenganos, Dantès experienciou vários sentimentos, inúmeras dores e passou a conhecer teologia, história, matemática,

economia, filosofia, química e diferentes idiomas – eis as condições para a criação de um homem implacável contra seus desafetos e perito na arte dos disfarces.

DUMAS LEITOR DE DANTE ALIGHIERI

No Prefácio, Dumas buscou encerrar uma polêmica envolvendo a autoria do seu romance: em tom de gracejo, afirmou que, na Itália, a opinião geral era a de que Dante Alighieri seria o autor da obra. Em seguida, questionou: “Por que não acham que fui eu que escrevi *A divina comédia*? Nesse aspecto, tenho, exatamente, os mesmos direitos”. Alexandre Dumas fez pilhéria daqueles que o acusaram de não ser o autor dos romances que assinava e, ao mesmo tempo, amplificou seus méritos ao dizer que os italianos acreditaram tratar-se de uma produção dantesca. Não se trata de um modelo, de uma *auctoritas* a ser imitada, mas de uma possível fonte de inspiração.

O motivo que proporcionou o cárcere de Dantès foi a acusação de traição, pecado gravíssimo segundo a concepção escolástica de Dante Alighieri: os traidores, afinal, são punidos no nono círculo infernal. Além disso, é impossível não associar o nome de ambos. O abade Faria, ao instruir Dantès apresentando-lhe as diferentes ciências que dominava, atuou como Virgílio, que guiou Dante pelos círculos infernais e pelos terraços do Purgatório. Alexandre Dumas conhecia muito bem a *Divina comédia*, pois mencionou o canto XXXIII do Inferno, quando Ugolino, condenado na condição de traidor, devorava o crânio de um arcebispo (Dumas, 2012, p. 185); em outro momento, citou o canto X para identificar a família Cavalcanti.

No prefácio, para descrever a visão gerada pela Ilha de Monte Cristo, Dumas recorreu a um fragmento do poema de Dante: “Nunca vi manto de anil mais belo do que aquele lançado sobre seus ombros pelo sol nascente” (Dumas, 2012, p. 15). O trecho encontra-se no primeiro canto da *Commedia*: “Mas, ao chegar ao pé de uma colina onde começava a selva, que se estendia vale abaixo, olhei para cima e vi os ombros do monte cobertos pelos primeiros raios de sol”. A semelhança entre os dois fragmentos permite supor a emulação. Em se tratando da descrição de uma colina, poderíamos indagar por que motivo o castelo de If foi abrigado justo no cume de uma ilha. Como poderíamos interpretar a presença de regiões insulares no romance?

AS ILHAS E SEUS MISTÉRIOS

Numa passagem do canto IX da *Odisseia*, Polifemo aprisionou Odisseu e devorou seis de seus companheiros, durante o jejum. Antropofagia e falta de acolhida são duas práticas censuráveis aos olhos do protagonista, pois os homens jamais deveriam consumir alimentos crus, negligenciar as hecatombes, ignorar os rituais de purificação ou deixar de acolher os estrangeiros, práticas condizentes com o ambiente da *pólis*. Polifemo, ao contrário, zombava de “Zeus hospitaleiro”, conduta que causou sua ruína: depois de deixá-lo ébrio, Odisseu perfurou seu único olho e fugiu às pressas na companhia dos sobreviventes. Em momento algum Homero alegou tratar-se de uma ilha, mas o poeta Eurípedes, no século V a. C., relendo o episódio, em chave satírica, associou a terra dos ciclopes à ilha

da Sicília, informação que foi repetida na *Eneida*, de Virgílio (ver Rodrigues, 2016). Logo, a ilha reúne, no seu âmago, personagens míticas que atuam como antípodas do homem excelente detentor da virtude (*areté*) e merecedor de fama perene (*kléos*).

É também numa ilha, situada no inabitado/inabitável Hemisfério Sul, que Dante Alighieri situou o Purgatório, representado como altíssima montanha com formato de cone que se ergue até o primeiro orbe do Céu. Diferentemente do Inferno, que é árido e se assemelha a uma cidadela medieval fortificada com muralhas, torres e pontes levadiças, a montanha de expiação dos pecados veniais é coberta de árvores frutíferas e protegida, a cada terraço, por um anjo.

No canto XXVI do *Inferno*, deparamo-nos com Odisseu, condenado pela sua conduta fraudulenta ao sugerir a construção do cavalo de madeira. O herói homérico contou a Dante que, depois da Guerra de Troia, podendo retornar a Ítaca, optou por explorar o desconhecido, ultrapassando as Colunas de Hércules e sendo engolido pelo *mare tenebrarum*, quando esteve prestes a alcançar a isolada ilha do Purgatório. Hércules, como é sabido, havia edificado as colunas nos rochedos de Gibraltar e Ceuta para estabelecer um limite não apenas geográfico, mas também filosófico e moral (ver Marques, 2017). Trata-se de um apelo à prudência, virtude que Sêneca (1985, p. 5) recomendou a Lucílio em sua segunda epístola: “não corras o mundo nem te inquietes com mudanças de lugar. Tal agitação é própria de um ânimo enfermo. A primeira prova de uma mente bem-composta é, a meu ver, poder conter-se e residir em si”. Horácio também censurou a inquietude em uma de suas odes – “Feliz aquele que,

longe dos negócios,/ como a antiga raça de mortais,/ faz trabalhar seus bois nos campos paternos,/ livre de toda usura,/ e não o acorda, qual a um soldado, a cruel trombeta,/ nem teme o mar bravio,/ e evita o fórum e os soberbos limiares/ dos poderosos” (apud Fonseca, 1967, p. 80).

Alguns navegantes imprudentes desbravaram mares para além do limite estipulado por Hércules. Por volta do século IV a. C., Píteas teria deixado sua terra natal, atual Marselha, para circum-navegar a costa britânica. Depois de atingir o norte da Escócia, avançou cinco ou seis dias até alcançar a última ilha habitada, que ele chamou de Thüle. Fontes modernas sugerem que a ilha em questão seria a Islândia ou a Noruega. Desde então, a tendência foi torná-la o limite do mundo conhecido, daí a expressão latina *Ultima Thule*. Àquela altura, esse era o limite que apenas homens temerários ousariam ultrapassar. Quando James Cook decretou, por volta de 1775, o seu próprio *nec plus ultra*, avançando rumo ao sul, chamou a ilha limítrofe de Thüle. Talvez, no que diz respeito ao imaginário polar, os polos fossem tratados de maneira indistinta, ou quem sabe o capitão não fez outra coisa senão imitar a referência antiga, que, muito provavelmente, conhecia (ver Jones, 2010, pp. 51-69). A referida ilha, assim como as ilhas Cook e Bellingshausen, todas fruto de erupções vulcânicas, são conhecidas como Thüle do Sul, região árida, fria e, por consequência, desabitada.

As terras insulares nem sempre carregaram consigo uma conotação negativa, como é o caso da *Utopia* (1516), ilha que Thomas Morus situou em algum local do Oceano Atlântico meridional, área, até então, pouco conhecida e explorada. De acordo com Frank Lestringant (2006, p. 156), o mun-

do desenhado pelas viagens marítimas é um “mundo-arquipélago”. A ilha, no caso, surge como “elemento privilegiado de uma geografia maleável, cuja forma e desenho são passíveis de infinitas reconstruções, que obedecem a projetos políticos particulares”.

Num momento em que o mundo estava sendo cartografado, Morus projetou, em um território insular fictício, um núcleo social que escapava às práticas censuráveis de seu tempo. Algo parecido acontece n’*Os lusíadas* (1572), de Camões, de modo particular, nos cantos finais, quando o protagonista e seus subordinados passavam pela “Ilha dos Amores”. Depois de ultrapassar o mato “árduo, difícil, duro a humano trato”, alegoria da vida sensível, dos erros e desvios da condição humana, os nautas lusitanos se uniram às ninfas aquáticas, episódio que remete ao “casamento” de Portugal com o mar. Trata-se, portanto, de uma forma providencial de legitimar a empresa ultramarina, atribuindo poder teológico e político ao domínio da monarquia católica sobre regiões gentias e pagãs (ver Hansen, 2005).

If é um ambiente insular obscuro marcado pela morte e pelo sofrimento. Como nos recorda Montserrat Parra i Albà (1999, p. 111), a ilha é sempre descrita com cenários noturnos. No entanto, o conhecimento decorre deste sofrimento e surge como um tesouro sem o qual sua vingança não se efetivaria. O cenário obscuro parece remeter à ignorância de Dantès; o conhecimento adquirido, por outro lado, concederia acesso a outra ilha, dessa vez bem-aventurada: a Ilha de Monte Cristo, que guardava, em seu âmago, um grande tesouro. Edmond precisou ultrapassar lugares obscuros e superar duras provações para tornar-se, em definitivo, o enigmático conde.

A descrição das ilhas apresenta um contraste digno de nota. A primeira delas, sombria, foi representada da seguinte maneira:

“Dantès levantou-se, dirigiu com naturalidade os olhos para um ponto para o qual parecia se dirigir a embarcação e, a duzentos metros à sua frente, viu-se erguer o rochedo negro e íngreme sobre o qual se assenta, como uma superfetação de sílex, o soturno castelo de If [...]. Aquela forma estranha, aquela prisão em torno da qual reina tão profundo terror, aquela fortaleza que, há trezentos anos, faz Marselha reviver lúgubres tradições, ao surgir assim, repentinamente, para Dantès, que nem sonhava com ela, teve o efeito que ao condenado à morte inspira a visão do cadafalso” (Dumas, 2012, p. 110).

Em uma investigação filosófica publicada em 21 de abril de 1757, Edmund Burke (1993, p. 48) definiu o sublime como algo “capaz de incitar as ideias de dor e de perigo”. Vários elementos, ao longo do tratado, foram associados a esse efeito, como, por exemplo, a obscuridade: quando “temos conhecimento de toda a extensão de um perigo, quando conseguimos que nossos olhos a ele se acostumem, boa parte da apreensão desaparece” (Burke, 1993, p. 66). A noite, para Burke, é um cenário bastante apropriado para provocar terror. As privações também são grandiosas, como o são o vazio, as trevas, a solidão e o silêncio. Dumas, para retratar o castelo de If, recorreu a alguns desses expedientes, o que não acontece em relação à Ilha de Monte Cristo:

“Duas horas depois, ele subiu para a ponte; a embarcação dobrava a Ilha de Elba. Estavam na altura de Marciana e acima da

ilha achatada e verde da Pianosa. Via-se projetado no azul do céu o cume resplandecente de Monte Cristo [...]. Por volta das cinco da tarde, tiveram a visão completa da ilha. Graças à limpidez atmosférica que caracteriza a luz derramada pelos raios do sol poente, percebiam-se seus menores detalhes [...]. Edmond devorava com os olhos aquele bloco de rochas que passava por todas as cores crepusculares, do cor-de-rosa vivo ao azul-escuro; de tempos em tempos, lufadas de ar quente batiam-lhe no rosto; sua testa arroxava-se, uma nuvem purpúrea passava diante dos seus olhos” (Dumas, 2012, p. 303).

Fica muito nítida a diferença entre o *locus horrendus* figurado pela ilha que abriga, no seu cume, o castelo de If, e o *locus amoenus* representado pela Ilha de Monte Cristo. Há um movimento descendente para as catacumbas da prisão e, em seguida, um movimento ascendente rumo aos rochedos que ocultavam, no subterrâneo, um tesouro perdido. A temática da catábase pode nos ajudar a entender melhor o itinerário de Edmond Dantès, que precisou adentrar o submundo e passar por uma série de provas para retornar, 14 anos depois, ao convívio social.

A CATÁBASE DE DANTÈS

A *Eneida* de Virgílio tem por objeto a gesta de um herói homérico que sobreviveu à guerra. Para edificar uma nova Troia no Lácio, Eneias levou consigo os penates, deuses tutelares de sua terra natal, enfrentando várias peripécias ao longo do caminho. O mito da fundação de Roma, então, aparece como recurso político, elaborado poeticamente. Para substancializá-lo, o filho de Anquises

precisou sobreviver a intempéries marítimas, combater os rútilos, estabelecer alianças e visitar o mundo dos mortos. O *descensus*, expediente literário situado no Livro VI, foi formulado com base em grande investimento descritivo e elaborado como condição para a efetiva consumação do heroico, afinal, a *catabasis* aparece como um “desejo de superação da finitude humana”, revelando “as vicissitudes do herói ao confrontá-lo com sua condição mortal e expô-lo ao temor da aniquilação” (Gonçalves & Mota, 2011, p. 3). Adotado em situações muito diversas, o termo, em geral, relaciona-se ao mundo dos mortos (Bernabé, 2015, p. 31).

Quando visitou seu pai nos Campos Elísios, Eneias pôde contemplar sua descendência. O poema apresenta-nos a justificação mítica da vocação dos *Iulli*. Para tanto, Virgílio partiu de uma famosa passagem da *Ilíada* na qual divindades prometeram a Eneias o império sobre o mundo. A lenda existia antes mesmo da composição da *Eneida*, mas o poeta soube valer-se dela para legitimar as ações de Augusto, contemplado pelo herói troiano por meio da metempsicose. Em termos históricos, o herói figura um rol de virtudes que integram as expectativas de seu presente, ou seja, não é mais a *ménis* de Aquiles ou a *métis* de Odisseu a marca decisiva de seu caráter, mas a *pietas*⁵, atributo integrante do *mos maiorum*, reconhecido no

5 O termo latino *pietate*, utilizado para caracterizar Eneias, não pode ser equiparado à piedade em sua conotação cristã. A *pietas* romana consistia na obediência irrestrita aos deuses e aos superiores hierárquicos. O adjetivo *pius* é muito recorrente na *Eneida*: trata-se de um epíteto que “indica o estrito cumprimento dos deveres para com os deuses, a família e o Estado, cumprindo a vontade de Júpiter, em consonância com o destino” (ver Vasconcellos, 2004).

próprio *princeps* que, por meio de Mecenas, patrocinou a poesia de Virgílio.

Eneias e seus companheiros chegaram a Cumas, região situada na costa ocidental da Itália, com o intuito de localizar a sacerdotisa Sibila. O local é reconhecido por um conjunto de galerias, poços, cavernas, acidentes naturais que ajudam a associá-lo às entranhas da terra. Como nos recorda Thiago Mota, o mundo dos mortos mantém características análogas àquelas vivenciadas pelos vivos, reproduzindo suas fronteiras, matizes, hierarquias. Até mesmo as sombras recordam-se e lamentam suas condições. Eneias identifica, ali, sua provação, uma condição que exige a manifestação de seu heroísmo. Só então ele contempla seu destino e nota que precisa agir com virtude para efetuar a vontade dos deuses. Sua missão não se limita ao *kléos*, isto é, à glória pessoal. O herói, nesse contexto, é aquele que se sente à vontade, nos Campos Elísios, porque percebe virtudes que são suas e sofre ao notar no Tártaro os vícios que jamais reproduziria.

A catábase mais conhecida, no entanto, é a que Dante Alighieri realizou em sua *Commedia*. Logo no princípio, a personagem encontrou-se numa selva escura, alegoria da vida pecaminosa. No limite da selva há uma colina, mas três feras (uma onça, um leão e uma loba) impedem sua passagem. Prestes a retornar pelo caminho do pecado, notou o avanço de uma sombra: era a alma de Virgílio, que lhe indica um novo caminho, pelo qual Dante seria conduzido pelo Inferno e pelo Purgatório para, em seguida, com o auxílio de Beatriz, conhecer o Paraíso. Para descrever o Inferno, Dante emulou Virgílio. Quanto à cosmografia, imitou Euclides e Ptolomeu

– no centro do universo colocou a Terra imóvel. Jerusalém encontrava-se ao Norte, sobre o abismo do Inferno; no Hemisfério Austral, inabitável, temos a montanha do Purgatório. O Inferno, estado de dor e desesperança eternas, é um abismo profundo formado por nove círculos. Quanto mais profundo o círculo, mais grave o pecado a ser punido. Os castigos, como lembra João Adolfo Hansen (2012), invertem, simetricamente, a abominação dos seus pecados, verdadeira aplicação da pena de talião. O poema, com seu propósito de “remover os que vivem nesta vida do estado de miséria e levá-los para o estado de felicidade”, teria sido o resultado edificante dessa experiência, a razão de ser da catábase dantesca.

Edmond Dantès não teria protagonizado uma catábase? Se não estamos mais a tratar do mundo dos mortos (Hades, Averno, Inferno), não seriam as “catacumbas” da Ilha de If um local subterrâneo desprovido de luz, margeado por encostas íngremes, marcado pela condição solitária dos prisioneiros? Não seria um reduto que proporcionava a tão temida morte sem renome? Os rogos de Dantès em meio a esse cenário, as censuras que desferiu contra Deus, não remontam ao cenário de desesperança que caracterizava o submundo?

O protagonista adquiriu, com o abade Faria, a sabedoria (química, matemática, filosofia, línguas, botânica...) e o mapa que conferia acesso às riquezas do cardeal Spada, situadas na Ilha de Monte Cristo. Se desceu ao cárcere da Ilha de If como homem ignorante, pobre e ludibriado, Dantès retornou sábio, enriquecido, movido pela vingança e disposto a enganar aqueles por quem fora enganado. Depois de tornar-se conde, passou a sentir certa aversão e di-

ficuldade de pronunciar seu antigo nome (como quando resolveu se revelar para Caderousse em seu leito de morte). A transformação estava completa.

Ao final do romance, sabemos que os grandes inimigos de Dantès pagaram o preço pela traição: um enlouqueceu, outro cometeu suicídio e Danglars, sua última vítima, foi aprisionado nas profundezas de uma caverna escura e solitária, sendo obrigado a utilizar seus fundos para se alimentar e manter-se vivo. Mais uma catábase, mais uma prisão subterrânea com o intuito de corrigir os excessos do banqueiro, oferecendo-lhe uma lição contra a usura. Por fim, apacando a sede vingativa, o conde resolveu poupar a vida do prisioneiro, que foi colocado em liberdade empobrecido e, portanto, desenganado.

TRATADO DA VINGANÇA OU DO PERDÃO?

Nos poemas homéricos ora sobressai a *ménis*, a ira que imprime em Aquiles força descomunal e excelência guerreira, ora destaca-se a *métis*, a astúcia prudente que permite a Ulisses enfrentar inúmeras peripécias e manter-se vivo para retornar a Ítaca. Eneias, por sua vez, identificado com a virtude da *pietas*, fundou uma nova Troia no Lácio, seguindo o destino ditado pelos Fados. Por fim, há a gesta camoniana e o protagonismo de um herói guiado pela reta razão e pela moderação, virtudes escolásticas incentivadas pela Igreja contrarreformada do século XVI, que enaltecia aqueles que atuavam como braço da Providência. A tomar pelo gênero épico, os heróis são nobres, aristocratas, reis.

Já as personagens provenientes de classes menos abastadas, em geral, são figuradas em gêneros como a comédia e a sátira.

Na Antiguidade greco-latina, as personagens baixas são cômicas, ou melhor, o cômico é o gênero adequado à gente desprovida de nobreza. Na ficção romântica, por outro lado, os homens são fruto da Revolução Francesa, ou seja, a carreira está aberta ao talento na sociedade burguesa. Assim, o que era vulgar e cômico nas sociedades do Antigo Regime poderia tornar-se sério, trágico e épico nas sociedades modernas pós-revolução. Os gêneros cômicos e satíricos, desde os gregos até o Iluminismo, se ocuparam de tipos humanos que, em geral, pertenciam às classes populares. A partir do século XIX, os novos expedientes literários, como o romance, começaram a se ocupar justamente da ascensão dos homens, como é o caso de Julien Sorel, protagonista de *O vermelho e o negro* (1830), de Stendhal.

A “catábase” de Dantès tornou possível uma ascensão dessa natureza: de marinheiro humilde com soldo precário, tornou-se um conde com ouro o suficiente para patrocinar todos os luxos imagináveis. O protagonista se porta como um agente das forças centrífugas, não havendo limite para o portador de todo esse dinheiro. É, também, agente da Providência, utilizando a justiça divina para legitimar seus interesses particulares. Por fim, frente ao remorso e a despeito do quase perfeito desempenho de seus planos, abandonou o luxo para viver um caso de amor com sua escrava, Haydée, filha de Ali Paxá, o famoso “Leão de Janina”. O *descensus* às catacumbas subterrâneas de If tornou possível sua ascensão financeira, na Ilha de Monte

Cristo. Ao final, o conhecimento que lhe concedeu o necessário para efetuar sua vingança foi mobilizado para suspendê-la, para dar-lhe um basta.

Por mais que se mostre superior aos demais no decorrer da trama, Dantès sempre buscou estabelecer uma proporção entre crime e castigo, considerando justa esta equivalência: o juiz Villefort deveria ser desacreditado no ofício que, ávido, desejava; Danglars deveria perder aquilo que mais valorizava – o dinheiro; Fernand, por fim, deveria ter sua traição exposta, pois foi por meio dela que conquistou seus títulos nobiliárquicos, ostentados sempre com tanto orgulho.

Dumas retratou não um guerreiro semideus irado ou um tirano dominado pelo furor vingativo, como fizeram Homero e Sêneca, mas um homem comum que ascendeu por meios insólitos, disposto a tirar de seus desafetos o objeto que tanto ambicionaram. O protagonista de Dumas utilizou seus talentos (adquiridos a duras penas, por meio de seu *maestro*, o abade Faria) e uma imensa riqueza para obscurer suas origens plebeias. Admite-se, aí, numa mesma personagem, o ato vingador e o heroísmo: trata-se de um monstro, segundo os preceitos antigos, por reunir em si atributos virtuosos e viciosos – um herói byroniano, conforme a análise de Candido, pois Dantès portava-se de maneira contra-

ditória e ambígua. A contradição torna-se verossímil no século XIX, momento em que a honestidade associa-se aos assuntos pessoais descompromissados com a aparência pública exigida nos ambientes cortesãos.

O Romantismo desferiu um golpe certeiro contra a retórica ao alegar repúdio ao artifício, ainda que tenha adotado outras convenções para sustentar uma suposta verdade profunda, interna, subjetiva, dotando o sujeito de complexidade psicológica. Divergindo-se de Atreu, que, na tragédia senequiana, operou sua vingança por meio de mentiras, Dantès agiu conforme sua versão da verdade, que guardou no seu íntimo para direcionar as ações de sua personagem. O artifício permaneceu, porém com novas roupagens, pois a vingança de Dantès alcançava seu auge quando ele achava ocasião para revelar sua verdadeira identidade.

Frente à catábase/transformação de Dantès e à postura que assumiu perante Danglars, perdendo suas faltas depois de contemplá-lo empobrecido, como ler o romance de Dumas: um tratado da vingança, à maneira de Antonio Candido, ou um tratado sobre o perdão? Como é típico do homem deleitar-se mais com o sofrimento, não é de se estranhar que a ideia de vingança tenha prevalecido, afinal, a dor infligida é mais palpável que o sofrimento poupado.

REFERÊNCIAS

- BERNABÉ, A. "What is a katábasis? The descent into the Netherworld in Greece and the ancient Near East". *Les Études Classiques*, 83, 2015.
- BURKE, E. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*. Campinas, Editora da Universidade de Campinas, 1993.
- CAMPOS, A. M. "A (im)piedade de Aquiles". *Letras Clássicas*, n. 5, 2001.
- CANDIDO, A. *Tese e antítese*. Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul, 2017.
- DIBBERN, C. H. "A imagem do recuo do Sol na tragédia *Tiestes* de Sêneca". *Codex*, v. 2, n. 2, 2010, pp. 4-13.
- DUMAS, A. *O Conde de Monte Cristo*. Tradução de A. Telles e R. Lacerda. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.
- FONSECA, C. A. L. "Horácio em *A vida de Soares de Passos*". *Humanitas*. Coimbra, Instituto de Letras da Universidade de Coimbra, 1967.
- GONÇALVES, A. T. M.; MOTA, T. E. A. "Do Tártaro aos Vergéis Elísios: a jornada do *descensus*, os *exempla* e os espaços do Averno na *Eneida* de Virgílio". *Mneme*, 12 (30), 2011.
- GRIMAL, P. *O século de Augusto*. São Paulo, Edições 70, 2008.
- HANSEN, J. A. "A máquina do mundo", in A. Novaes (org.). *Poetas que pensaram o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- HANSEN, J. A. "Notas de leitura", in D. Alighieri. *Divina Comédia*. Tradução e notas de J. T. Ziller. Campinas, Ateliê Editorial, 2012.
- JONES, D. "Ultima Thule: Arthur Gordon Pym, the Polar Imaginary and the Hollow Earth". *The Edgar Allan Poe Review*, v. 11, n. 1, 2010, pp. 51-69.
- LESTRINGANT, F. "O impacto das descobertas geográficas na concepção política e social da utopia", in *Morus – Utopia e Renascimento*, n. 3, 2006.
- MARQUES, L. "Vasari e a superação da Antiguidade: do *nec plus ultra* ao *plus ultra*", in A. Ragazzi et al. (orgs.). *Interdisciplinaridade sobre o Renascimento italiano*. São Paulo, Editora Unifesp, 2017.
- MEYER, M. *Folhetim: uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- NADAF, Y. J. "O romance-folhetim francês no Brasil: um percurso histórico". *Letras*, v. 19, n. 2, Santa Maria, 2009, pp. 119-138.
- PARRA I ALBÀ, M. "La isla en la novela popular francesa: *El Conde de Monte Cristo* de Alexandre Dumas", in *L'ull Crític*, n. 4-5, 1999.
- RIBEIRO, J. A. *Imprensa e ficção no século XIX. Edgar Allan Poe e a narrativa de Arthur Gordon Pym*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- RODRIGUES, G. F. *O ciclope de Eurípedes: estudo e tradução*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2016.
- SÊNECA. *Da tranquilidade da alma*. Tradução e notas de G. D. Leoni. Col. Os Pensadores, 3ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1985.
- SÊNECA. *Tiestes*. Tradução, notas e estudos de J. E. S. Lohner. Curitiba, Ed. UFPR, 2018.
- TORRES, E. C. "Folhetim, uma história sem fim: dos primeiros jornais de massa à internet". *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 6, n. 2, 2012, pp. 1-26.
- VASCONCELLOS, P. S. de. "Apresentação", in Virgílio. *Eneida de Virgílio*. Tradução de J. V. B. Feio e J. M. Costa e Silva. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- VERNANT, J-P. "A bela morte e o cadáver ultrajado". *Discurso*, n. 9, 1978, pp. 31-62.

A tensão entre o silêncio e o discurso em Haneke

Rafael Mantovani

M

ichael Haneke é um cineasta austríaco – embora nascido em Munique, em 1942 –, que estreou em 1989 com *O sétimo continente*, ganhou notoriedade com *Funny games*, de 1997, e a partir de então se tornou um diretor e roteirista multipremiado. Autor provocativo, procura fazer uma arte de impacto (Speck, 2010).

Neste texto, pretendo trazer à tona a tensão entre aquilo que é discursivo e o silêncio presente em três dos seus filmes: *Código desconhecido*, *Caché* e *A fita branca*. Não apenas o silêncio dos atores como

RAFAEL MANTOVANI é professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

recurso estilístico, como é o caso do primeiro filme, mas também o tema do silêncio: silenciar-se diante da realidade, diante de algo que precisaria ter sido dito – temas presentes em *Código desconhecido* e *Caché*. E, por fim, a necessidade de falar sobre um tema – a sexualidade – em *A fita branca* e o completo silenciamento e abafamento com relação aos afetos.

Interessante notar que comumente fala-se a respeito do silenciamento dos oprimidos: o sufocamento das mulheres, as vozes caladas dos escravos etc. Nos filmes em questão, pode ser notado o silenciamento das classes dominantes como causa e, também, como consequência do próprio domínio, que funciona por vezes como uma dinâmica psicológica que tenta fazer acreditar ser inofensivo o próprio comportamento e, por vezes, como recrudescimento do poder.

CÓDIGO DESCONHECIDO (2000)

Código desconhecido é o filme da fase francesa de Haneke, em que ele mais abusa do “filme em fragmentos”, ao contar partes da história de três agrupamentos familiares que se encontram no primeiro *take* do filme – depois da introdução –, um *take* enorme, de mais de oito minutos. São famílias de algum lugar da África (não se especifica de onde), da Romênia e da França. Depois desse primeiro *take*, apenas o rapaz da família africana se encontra com o casal francês em um bar, mas sem interação. Haneke não faz as histórias se cruzarem novamente nem lhes dá desfecho algum. Mesmo assim, não deixa de ser um filme interessante que trata do que Christophe Dejours (2007) chamaria de “antolho voluntário” e “retraimento

da consciência subjetiva” por parte da personagem interpretada por Juliette Binoche, diante da xenofobia e do racismo em uma França pretensamente acolhedora e indiferente a origens e cores de pele.

Concisamente, depois de uma introdução em que crianças surdas brincam de mímica e nenhuma adivinha (o que já revela que a incomunicabilidade permeará o filme), o longo *take* em que as três “famílias” se encontram começa quando Anne (Binoche) recebe em sua casa, em Paris, o seu genro Jean (Alexandre Hamidi), que diz que precisa de um lugar para morar, pois tinha saído de casa. Compra-lhe algo para comer e o deixa. O rapaz sai comendo pelas ruas e atira detestavelmente o lixo sobre uma pedinte, Maria (Luminita Gheorghiu). Amadou (Ona Yenke) vê a cena, vai atrás do rapaz e exige que ele se retrate com a senhora. Ele se recusa, eles começam a se confrontar, as pessoas ao redor começam a notar a briga e Amadou lhe dá um tapa no rosto. Anne volta, pergunta o que houve e Jean lhe diz que o rapaz tinha batido nele. Ora, o que aconteceu, na versão cínica dele, não foi estarem se agredindo por causa da atitude dele, mas, sim, porque Amadou lhe teria dado um tapa. Chega a polícia e pede os documentos de todos, que são levados à delegacia. Nesse ínterim, Amadou tem dificuldade de explicar o que houve, mas Anne presencia duas vezes em que ele diz que Jean teria humilhado a senhora: na primeira, é realmente um pouco difícil de reter a informação, mas na segunda, diante da polícia, ele o faz bastante pausadamente. Essa senhora, que pedia esmolas, era uma imigrante ilegal romena e, depois saberemos, será deportada. É o paradoxo das consequências: Amadou quis fazer algo naquela

situação em que a vítima era Maria, mas teria sido melhor se não tivesse feito nada.

O único outro momento em que há um encontro entre alguns desses grupos é em um bar: Amadou está com uma garota e Anne percebe a presença do rapaz. Volta para a mesa em que está com o seu grupo e chama a atenção do seu namorado, Georges (Thierry Neuvic): “Olha ali, perto da parede, o garoto negro que discuti com Jean. Não deixe ele nos ver!”. Para ela, aquele rapaz era “o garoto negro que discuti com Jean”, e deve ser perigoso: “Não deixe que ele perceba a nossa presença”. Há aí um “antolho voluntário”, um desvio deliberado de atenção do aspecto principal do que houve dissimuladamente produzido pelo genro, mas que foi também aceito por Anne, por mais estranha que aquela situação parecesse. E ela aceita a explicação. “É o rapaz negro que discuti com ele”. Mas por que discuti? Bem, existe até a possibilidade de uma história bastante feia naquele episódio envolvendo inclusive “humilhação”, mas não importa: ele é um rapaz negro a ser evitado.

Anne incorpora um tipo social que Haneke quer trabalhar nesse filme: ela é francesa, atriz, branca, considerada bonita por todo mundo, que se diverte no trabalho e nos encontros com os amigos. Momentos antes de Anne notar a presença de Amadou no bar, ela interrompe bruscamente uma conversa sobre a guerra do Kosovo e a vida complicada na “civilizada” França para perguntar se uma amiga havia lhe trazido o endereço do dentista com o qual ela queria se consultar.

Construir esse tipo social como uma atriz é uma grande inspiração por parte de Haneke. Ele mostra duas filmagens de Anne atuando. Em um dos filmes, a atriz

Anne é vítima de um maníaco que a prende em um cômodo que libera gás aos poucos. Ela irá morrer e ele quer ver, pelo simples prazer de vê-la morrer. No segundo, ela está se divertindo em uma piscina com o seu marido e, ao notarem que o filho está no parapeito, correm para tirá-lo de lá, salvando a sua vida. Os únicos momentos – pelo menos até então – em que Anne está (1) em uma situação de violência ou (2) de ação efetiva diante de uma tragédia é no cinema, não na sua vida real.

Na vida real, ela escuta gritos de uma criança em um apartamento vizinho ao seu que lhe chamam a atenção. Em seguida, recebe uma carta de pedido de socorro de uma criança deixada no chão da sua porta. Ela discute com o seu namorado, Georges, em um supermercado, e reclama que ele não toma partido, que ele nunca faz nada, que ele nunca fez ninguém feliz. Há uma criança que ela acha que está morrendo e, para ela, o problema é que o seu namorado não faz nada, não ela. Cenas depois, ela vai ao enterro da criança.

No único momento em que ela toma uma decisão, Haneke resolve frustrá-la. Ela e Georges vão à casa do pai dele, pois o seu irmão havia sumido. O pai estava triste, mas era um homem do campo, retratado como bastante rude, retraído, carrancudo. Ela tenta acolhê-lo segurando a sua mão e ele imediatamente a recolhe e sai dando uma desculpa – entra aqui a questão da masculinidade, de não demonstrar sentimentos, afetividade. Aquela dor era muito próxima à Anne, tratava-se do seu sogro, então, ela se importava. Já com a vizinha, ela até se importava, mas queria que o namorado tomasse alguma iniciativa. Com relação ao problema envolvendo Amadou e Maria, aquilo

era muito distante. É o que Dejours (2007) chamaria de “retraimento da consciência subjetiva”: o indivíduo se sensibiliza pelo mundo mais próximo, enquanto aquilo que não está imediatamente ligado a ele não lhe desperta nenhum interesse.

Mas Haneke não é simplista dividindo bons e maus, opressores e oprimidos. Quando o filme vai para a Romênia, Maria se emociona ao contar quão mal estava se sentindo por causa de recordações de duas situações: uma em que ela teve nojo de uma cigana que lhe deu dinheiro e outra em que um francês deu-lhe dinheiro sem querer tocá-la (curioso que o espectador fica na expectativa de que ela iria relatar a cena inicial do filme, mas é claro que Haneke não iria dar esse gostinho hollywoodiano). Ou seja, humanos são sempre humanos, mas quando se passa pela situação de vulnerabilidade, a capacidade de reflexão é aguçada, é possível ter empatia pelo outro. O que parece ser verdadeiro no caso de Maria e de Amadou, mas não no de Jean ou de Anne.

Enfim, chega a cena clímax, em que entram dois jovens causando arruaça no metrô e um deles, mestiço, aborda Anne. Novamente, um *take* longo e que causa extremo desconforto: o jovem assedia Anne, ela não responde, ele pergunta se ela é modelo, dizendo que ela é muito bonita; ela não responde, ele pergunta se ela não fala com a ralé; ela muda de lugar, ele a segue, senta ao lado dela, em silêncio. Ao final, ele cospe na cara dela e sai correndo. Um senhor ao lado chuta o rapaz, que volta, parece que vai se armar uma confusão, que não se arma. Ela começa a chorar e agradece ao senhor que chutou o rapaz. Com um sarcasmo nas alturas, Haneke une o final dessa cena a um ensaio de bateria hipermulticultural e mul-

tirracial – que já havia mostrado em outros momentos do filme.

Voltando à cena do metrô: Anne é assediada. Isso é uma violência. Contudo, a cena precisa ser lida dentro do filme, no simbolismo que o concatenamento de ideias e imagens nos traz: novamente, é uma situação em que ela se cala. Ela não se comunica com o rapaz. E ele pergunta com todas as letras: “Você não fala com a ralé?”. A verdade é que a resposta que o filme dá a essa pergunta é “não, a Anne não se comunica com a ralé, de fato”, além do fato de que ela agradece ao senhor que chuta o rapaz quando a situação já tinha se resolvido: o rapaz estava saindo do vagão. Lendo simbolicamente, temos um mundo tentando se comunicar com outro. No plano individual, temos uma mulher com medo de um rapaz. Do lado de quem sofre racismo e xenofobia diariamente, há uma gama de violências que nem é necessário detalhar. Do lado dela, há o medo de uma violência potencial que gera um fechamento sobre si mesma, o que – tenho a impressão de que essa é a triste conclusão do diretor nesta cena – não vai salvá-la da violência produzida pelo seu próprio comportamento, por mais inocente que ele possa parecer: um desprezo no nível individual pode ser uma desilusão amorosa; o mesmo desprezo multiplicado no comportamento de uma parcela de uma sociedade sobre outra parcela pode atender pelo nome de racismo, xenofobia, etc.

CACHÉ (2005)

Caché é um *thriller* que ganhou diversos prêmios e foi eleito como melhor filme da década dos anos 2000 pelo jornal *The Ti-*

mes. A princípio, o espectador é envolvido para tentar descobrir quem seria o psicopata que atormenta a pobre família inocente com aquele sadismo psicológico, até que se começa a perceber que se trata de algo muito grave ocorrido há bastante tempo.

Assim como em *Código desconhecido*, *Caché* conta com o casal Anne e Georges. Não creio que seja um detalhe fortuito. Anne é novamente interpretada por Juliette Binoche, mas Georges é aqui interpretado por Daniel Auteuil. Não sou crítico de cinema, mas mesmo com todos os prêmios que o filme recebeu, sinto que ele perde muito com essa atuação pouco convincente. Tenho a impressão de que Auteuil está nesse papel porque Haneke precisava de um ator com o nariz torto, por uma briga que teria tido com Majid (interpretado por Maurice Bénichou), conforme se sabe no decorrer do filme.

Em *Código desconhecido*, Georges não tem sobrenome. Anne é a pessoa que se recusa a observar os conflitos no seu entorno, se esquia de tomar decisões importantes e só se interessa pelas superficialidades ao seu redor. Já Georges é o namorado fotógrafo de guerra. Em *Caché*, o casal é Georges e Anne Laurent. Georges é a pessoa que não apenas se esquia de tomar decisões importantes: também se recusa terminantemente a avaliar o seu passado e o mal que pode ter causado. Já Anne é a pessoa que passa a questionar o que Georges fez quando percebe que ele pode ter causado um grande sofrimento a alguém.

Georges Laurent e sua esposa têm uma vida tranquila. Ele tem um programa de televisão em que discute literatura e possui uma audiência considerável. Ela trabalha em uma editora e tem um caso com o

chefe. Eles têm um filho chamado Pierrot. Logo passam a receber algumas fitas VHS com imagens da própria casa; depois, da casa em que Georges cresceu. Recebem também cartões com imagens de crianças vomitando sangue e de um galo sangrando no pescoço. Todos desenhos que parecem feitos por crianças. As câmeras estão escondidas, a pessoa atormentando a família está escondida, os motivos são desconhecidos. Parece ser essa a questão a ser desvendada, tal é o título do filme.

Enfim, em uma das fitas consta uma localização, um caminho que vai de uma rua da periferia de Paris até um quarto de um edifício, e precocemente começamos a entender os significados daquilo tudo e que a trama se desenvolverá de outra maneira. Quando chega à casa, Georges encontra-se com Majid, que conhece, e pergunta o que ele quer com as fitas e os desenhos. Majid afirma não ter mandado as fitas ou desenhos. Georges diz para Majid ficar longe da sua família e o ameaça.

Essa conversa entre Majid e Georges também estava sendo gravada e é enviada à casa de Anne e Georges e ao seu trabalho. Para Anne, Georges explica tudo o que tinha ocorrido: que conhecia aquele senhor, ele era o filho de algerianos ex-empregados dos seus pais, que sumiram no massacre de 1961, quando a Frente de Libertação Nacional dos Algerianos convocou a passeata histórica em Paris. Explica que, depois que os pais de Majid morreram, os seus pais tinham decidido adotá-lo. Sendo contra, por não querer dividir o quarto, Georges, aos seis anos, passou a inventar mentiras sobre o menino.

Depois, chamado pelo patrão, que queria saber sobre o conteúdo daquela fita (já que

Georges ameaçava Majid na gravação), Georges diz que Majid tem um ódio patológico pela família dele, à qual vinha aterrorizando havia meses. E como é de costume comprar a versão de quem se é mais próximo, o chefe diz ser uma situação desagradável e pergunta se Georges já chamara a polícia, recomendando que procurasse um advogado. Quando pergunta sobre os motivos daquele vídeo, Georges responde não fazer ideia; que Majid tem certeza de que ele e sua família o teriam maltratado, e o pior: a última vez que o vira tinha sido aos seis anos de idade. Comovido, o chefe diz que aquilo que Georges está passando é um horror.

O que está escondido não é mais nem a câmera, nem quem fez os desenhos, nem um maníaco querendo apavorar uma família: agora é o relacionamento extraconjugal de Anne percebido pelo filho Pierrot (há toda uma questão secundária a esse respeito no filme), é a vida que Georges destruiu deliberadamente quando tinha seis anos.

Entretanto, Georges tem razão a respeito de uma coisa: a criança de seis anos pode não perceber a gravidade do que está fazendo. Crianças fazem isso, crianças são egoístas, podem ser perversas; crianças mentem e por vezes não medem as consequências para conseguir o que querem. O problema é a incapacidade de analisar, como adulto, as consequências das suas atitudes. O comportamento aos seis anos, embora reprovável, pode ser compreensível. Contudo, eticamente inconcebível é não rever, em nenhum outro momento da vida, o que aquilo pode ter resultado. E mesmo sendo obrigado a ver a dor e o sofrimento, ele apenas consegue repetir que tinha seis anos quando tudo aconteceu, que precisa trabalhar, que não tem tempo para aquilo.

De alguma forma, seu comportamento aproxima-se do que Arendt (1999) escreveu a respeito de Eichmann: a sua dificuldade de falar tinha a ver com a sua dificuldade de pensar, pensar no lugar do outro, de sentir empatia; além de que estava sempre obedecendo a ordens. Eichmann obedecia às ordens do Estado. Já os cidadãos modernos obedecem a ordens de cronogramas, horários, metas, o que dificulta o pensamento crítico e facilita o subterfúgio quando a questão é mais espinhosa.

Majid o chama novamente ao seu apartamento, desta vez para assistir ao seu suicídio. Em uma cena rápida, Majid saca um canivete e corta o próprio pescoço, lavando a parede com sangue. Georges sai da casa, anda por horas a fio pela cidade; volta para casa, conta para Anne que Majid havia se matado e explica as mentiras que tinha contado aos pais, por insistência de Anne: ele dizia à mãe que Majid tossia e expelia sangue. Depois, disse a Majid que o pai queria que ele matasse um galo do local em que viviam. Ele o fez e ficou coberto de sangue; então, Georges chamou o pai e disse que Majid queria assustá-lo. Com isso, decidiram mandá-lo para um orfanato, o que acabou com a sua vida. Aí, conclui o incidente daquele dia para Anne: “Cortar a própria garganta por isso é brincadeira de mau gosto, não acha?”. Do seu ponto de vista, é uma brincadeira de mau gosto com ele. O sofrimento do outro pouco importa.

Bem, não há a menor dúvida de que Majid queria chamar a atenção de Georges para a sua dor, mas Georges esqueceu a parte da dor e reteve apenas a parte que Majid fazia questão de compartilhar: uma desgraça que também dizia respeito a uma pessoa que estava totalmente alheia a ela: no caso, ele.

Em seguida, o filho de Majid (interpretado por Walid Afkir) segue Georges no seu trabalho. Georges diz que não tem tempo para ele, mas o filho chama a atenção de toda a empresa e Georges o leva para uma conversa no banheiro. Ele quer resolver logo aquela questão, saber as intenções do rapaz. Enfim, Georges diz que nunca se sentirá culpado pela vida infeliz que Majid teve. Pragmaticamente, como sempre, pergunta o que o rapaz quer e ele responde que só queria saber como era viver com a consciência de Georges. Georges sai do banheiro, do escritório, volta para casa, toma dois comprimidos, se fecha em um quarto escuro e dorme.

Hannah Arendt (1999) refletiu sobre como a razão de Estado poderia blindar os indivíduos das suas responsabilidades éticas, afinal, se um oficial do Estado faz determinada coisa, ele estaria obedecendo a ordens, seja comandar uma repressão ou exterminar judeus, como foi o caso de Eichmann. Alguns autores, como Todorov (1995), Bauman (1999) e Dejours (2007), tratam de comportamentos modernos que podem apresentar, em algum gênero, embora em grau menor, algumas condutas parecidas. Tanto em *Código desconhecido* quanto em *Caché*, Haneke parece querer trabalhar essa “conduta de vida não reflexiva”. A Anne de *Código desconhecido* ignora o que a rodeia com maior ou menor esforço, dependendo da situação. O Georges de *Caché* se infantiliza ao repetir que é normal o que ele fez quando tinha seis anos, como se ainda fosse criança, e se recusa a sentir-se responsável pelo que fez. Anos tinham se passado e a sua vida seguia com a tranquilidade burocrática de uma família pequeno-burguesa francesa qualquer. Mas, mesmo quando chegam todos os indícios

de que ele teria desgraçado uma vida e não tinha tomado nenhuma atitude com relação àquilo posteriormente, ele se recusa a se colocar no lugar do outro. Mesmo quando Majid se suicida, não lhe passa pela cabeça o sofrimento, a dor de uma vida. Tudo o que ele cogita é que foi uma “brincadeira de mau gosto” com ele.

Afinal, ele sabia que não precisaria se preocupar. Mesmo depois da morte de Majid, o seu filho ainda tenta fazê-lo ver que, se havia alguém que deveria se responsabilizar pela desgracia daquela vida, era ele. Mas Georges sabia que não seria enforcado como Eichmann. A polícia constatou que Majid tinha se suicidado e que, apesar de presente no momento, Georges “não tinha responsabilidade”. Então, depois de um dia tumultuado como aquele com o filho de Majid, dois comprimidos e um quarto escuro são suficientes para descansar e aguentar o dia seguinte de gravação e edição do seu programa sobre os mestres da literatura francesa e seguir a sua vida de homem honrado e espirituoso, aquele tipo que gosta de dizer em entrevistas: “Não me arrependo de nada do que fiz, só do que não fiz”.

A FITA BRANCA (2009)

O filme é narrado por um professor que conta os acontecimentos ocorridos no vilarejo em que morou quando tinha 31 anos, antes de começar a Primeira Guerra Mundial. Começa dizendo que tais acontecimentos “poderiam esclarecer algumas coisas que ocorreram neste país”, a Alemanha. Obviamente, Haneke está fazendo uma referência ao nazismo, assim como no título do filme: a “fita branca” amarrada no braço

de dois dos filhos do pastor do vilarejo é a maneira que ele usa para recordá-los da impureza que resulta dos seus pecados, o que nos lembra as marcas feitas nos judeus nos campos de concentração.

Haneke não está preocupado com os fatores políticos, históricos e econômicos do nazismo, mas com a reprodução entre gerações do orgulho da *Herrenwolk* (nação de senhores), da personalidade autoritária e da *Schadenfreude*, ou seja, a satisfação pelo sofrimento de outra pessoa ou, ainda, a sociabilidade típica das confrarias alemãs que tinham horror à piedade e à compaixão. Também se trata de uma sociedade protestante, portanto, uma sociedade com uma disciplina mundana consideravelmente mais rígida do que as sociedades católicas, além da proximidade com o século XIX, aquele em que houve, digamos, uma cruzada contra o onanismo, ou seja, a masturbação; cruzada que estava vinculada à ideia não apenas de pureza, mas também de raça. Tudo isso misturado faz com que a cena-chave – e a mais impressionante – seja a do pastor exigindo a confissão do seu filho Martin (com a esplêndida atuação do jovem Leonard Proxauf):

“– ... sua mãe e eu ficamos muito preocupados com você. Pense bem. Você dormiu mal? Está cansado?

– Não.

– Tem problemas na escola que eu não saiba?

– Não, pai.

– Você não entende por que nos preocupamos. Vou lhe explicar. Como sabe, também sou o pastor em Birkenbrunn. Um dia, uma mãe veio me ver com o filho que tinha a mesma idade que você e os mesmos sintomas que você vem mostrando ultimamente.

O garoto, de repente, apareceu extremamente fatigado. Seus olhos tinham olheiras, estava deprimido e sem alegria. Ele evitava olhar seus pais nos olhos, e logo, ele também caiu doente. Isso continuou por meio ano. Então, tudo aconteceu muito depressa. Ele perdeu o apetite, não conseguia mais dormir, suas mãos começaram a tremer, sua memória começou a falhar, seu rosto se encheu de pústulas, e depois o corpo todo. Finalmente, ele morreu. O corpo, que eu havia abençoado, parecia o de um homem velho. Entende agora por que me preocupo? O que você acha que causou aquelas mudanças que levaram o garoto a ter um fim tão miserável?

– Não sei.

– Acho que você sabe muito bem. Não vai me dizer? Não? Então vou lhe dar a resposta. O garoto tinha visto alguém, que danificou os mais delicados nervos do seu corpo, na área onde Deus levantou sagradas barreiras. O garoto repetia esse gesto. Ele não conseguia parar mais. No final, ele destruiu todos os seus nervos e morreu disso. Só quero ajudar você. Eu amo você com todo o meu coração. Seja sincero, Martin. Por que você ficou ruborizado ao ouvir a história do pobre garoto?

– Ruborizado? Não sei. Senti pena dele.

– Só isso? Acho que existe um outro motivo. Está escrito no seu rosto. Seja sincero. Martin! Por que está chorando? Devo poupá-lo de uma confissão? Você tem feito a mesma coisa que aquele pobre coitado?

– Sim”.

O filho confessa e passa a dormir com os braços amarrados à noite. Foucault nos diz que, historicamente, existem duas maneiras de produzir a verdade do sexo: (1) pela *ars erotica* do Oriente, cuja

verdade se extrai da própria experiência, e (2) pela *scientia sexualis* do Ocidente (sim, ele trata de uma maneira problemática as ideias de “Oriente” e “Ocidente”, mas importa o que ele fala sobre a racionalização ocidental do sexo), tratando-a como segredo para que possa ser exposta em forma de confissão. A sociedade ocidental é uma sociedade confessional, seja ela considerada pelo seu caráter religioso, seja pela necessidade de se falar, falar incessantemente do sexo nos meios científicos para a perscrutação do motor da degenerescência moral causada pelos seus vícios. Mas, por outro lado, o ritual de confissão tem também o sentido da purificação e da salvação (Foucault, 1988). E o mais importante: a possibilidade de sistematizar a conduta biológica em termos de longevidade, força, vigor, saúde. O “dispositivo da sexualidade” está em consonância com a proteção da vida familiar e social, uma vez que seria a descendência sadia o que protegeria a raça.

Foucault entende o período entre o XVII e o XIX como aquele de maiores proibições e contenções sexuais. O século XX seria o de afrouxamento dos mecanismos de repressão. Contudo, claro, esse afrouxamento ocorre no decorrer do século e o filme retrata as suas primeiras décadas.

E por que, no século XVII, inicia-se uma série de regulações e proibições? Bem, isso é bastante teórico, mas em linhas gerais, pode-se dizer que, para Foucault, é a primeira vez na história em que o Estado se preocuparia em governar a população. Ou seja, bem grosseiramente, antes o Estado era soberano, acumulava ouro e defendia as suas fronteiras; a partir desse momento, ele passaria a se ocupar do aspecto biológico da sua população – fazê-la viver mais,

aumentá-la, pois o seu trabalho passaria a ser o elemento que criaria riqueza ao reino. É a emergência da biopolítica, que tem as funções de prevenir, localizar os indivíduos nos espaços para protegê-los, discipliná-los e regulá-los (seriam os aspectos negativos do poder), mas também de intervir nos corpos para produzir verdades e potencializar resultados (aspectos positivos do poder) (Foucault, 2008).

Ao invés de impor austeramente os mecanismos de controle sexual ao proletariado para impedir o desperdício de energias para que elas fossem direcionadas ao trabalho, as classes dirigentes aplicaram em si mesmas as técnicas mais fortes de recrudescimento austero das suas atividades sexuais. Daí se compreende a sequência lógica em que o pastor afirma amar o filho e força a confissão. Martin é parte da linhagem sadia; seu pai tem a função de gestão do seu corpo para protegê-lo e preservá-lo. Por isso, “suscita” a sua sexualidade: isto é importante, ele a suscita, denomina, expõe os seus riscos, controla os seus efeitos amarrando os braços de Martin durante a noite para garantir a vitalidade e a progenitura. Afinal, o sexo foi considerado no decorrer dos séculos como campo de fragilidade patológica e o corpo das classes dominantes deveria afirmar a sua distinção.

Os castigos infligidos pelos pais do vilarejo são cruéis, as maneiras como pais e filhos se relacionam não demonstram nenhum afeto; nem mesmo quando se diz que se ama, não existe nenhuma afeição além da palavra. As relações são de hierarquia, punição, penitência e disciplina, como pareciam ser caracterizadas as sociedades protestantes até há pouco tempo. Quando a baronesa anuncia ao marido sua saída de

casa, ela justifica que iria embora para que os filhos não crescessem em um ambiente dominado pela “maldade, inveja, indiferença e brutalidade”. Mesmo o mais atencioso cuidado com os filhos pode contraditoriamente ser completamente indiferente e brutal. E essa indiferença e brutalidade são a maneira como a nova geração lidará com o mundo, pois é a maneira como aprendeu a enxergá-lo. Há a necessidade de falar sobre a sexualidade, enquanto o mundo afetivo, embora verbalmente expresso, é totalmente obscurecido.

A partir desse ponto, não é mais difícil entrever, como conclusão, uma relação importante: sexo e sangue, vida e raça, força e distinção. A biopolítica, nesses termos, assume uma feição de hierarquização social, uma necessidade de proteção da pureza em nome do sangue. Aqui reside a fita branca que o pastor havia posto, anteriormente à cena da confissão, no braço dos seus filhos para lembrá-los da sua pureza perdida. Assim não há mais antagonismos entre esse frio amor paterno, a religiosidade ascética, o controle sexual e o genocídio.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, 1999.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- SPECK, O. *Funny frames: the filmic concepts of Michael Haneke*. Nova York/Londres, Continuum, 2010.
- TODOROV, T. *Em face do extremo*. Campinas, Papirus, 1995.

Itaguaí, ou o grande teatro do mundo

Pierre Brunel

Tradução e notas de Jean Pierre Chauvin

SOBRE A QUESTÃO DA LOUCURA

F

alar sobre a loucura, que tarefa curiosa! O tempo não é mais aquele em que Erasmo faria ouvir a voz da Moria¹ proclamando

Com o título original "Itaguaí, ou le grand théâtre du monde", o presente texto foi publicado como apresentação à versão francesa de *O alienista*, de Machado de Assis (*L'Aliéniste*, Paris, Métailié, 1984, pp. 9-23). Somos muito gratos a Pierre Brunel por nos ter autorizado a traduzir e veicular o seu ensaio.

1 A Loucura, narradora do *Elogio da loucura* (1511), de Erasmo de Roterdã.

PIERRE BRUNEL é crítico literário e pesquisador da área de Literatura Comparada, tendo sido professor na Universidade de Sorbonne, Paris IV, entre 1970 e 2008. É autor de, entre outros, *Dictionnaire de Don Juan* (Robert Laffont).

a sua glória. Os clínicos substituíram a linguagem *da* loucura pela linguagem *sobre* a loucura. Seus adversários quiseram demonstrar que a loucura só existia graças à linguagem da demência, “a doença mental constituída pelo conjunto do que era dito no grupo de todos os enunciados que a nomearam, a recortavam, a descreviam, a explicavam, relatando seus desenvolvimentos, indicando suas diversas correlações, julgando-a e eventualmente emprestando-lhe a sua palavra articulando em seu nome discursos que deveriam passar como se fossem os seus” (Michel Foucault, *Arqueologia do saber*). O homem do nosso tempo ainda se encontra frente a um dilema entre as duas soluções apresentadas claramente por Michel Serres, em *Hermes I*: “Falar sobre a desrazão” – é o discurso do médico; “deixar a não razão falar por si mesma” [é] uma deriva que conduz a literatura moderna, no limite, de Hölderlin a Antonin Artaud.

Como vários escritores do século XIX, Machado de Assis escolheu uma terceira via, a do discurso. A ele pareceu que isso permitiria manter certa distância, sem recair na frieza do discurso científico. A narração está isenta de todos os prestígios da noite, do satanismo, de “O elixir do diabo” ou do maravilhoso “A fada das migalhas”. Contrariamente a Hoffmann² ou a Nodier³, ele organiza a apresentação não em torno do alienado,

mas do alienista. O fato é que esse alienista pode ser um alienado e ser situado na mesma linha daqueles sábios loucos de feição cada vez mais inquietante, nos romances do final do século. O *Tribulat Bonhomet*, de Villiers de l’Isle-Adam, positivista ávido de “coisas verdadeiras”, acaba com medo do barulho do vento, da sombra de um pássaro...

A distância entre a literatura e a loucura tende a se reduzir, ou até mesmo ser anulada, quando o discurso está em primeira pessoa. Em *Aurélia*, Nerval não só atravessa as portas de marfim e de chifre, esse próprio limite o separa deste “outro” que é o seu *eu* objetivado. Em “O Horla”, Maupassant induz o narrador ao suicídio; então, a sua fala se apaga. Da mesma forma, o *Diário de um louco*, de Gogol, só poderia destiná-lo ao silêncio. Em *O alienista*, Machado de Assis segue os preceitos do discurso em terceira pessoa. Porém, quando as portas da Casa Verde se fecham sobre Simão Bacamarte, interrogamo-nos sobre a relação que poderia haver entre a personagem e este romancista que tanto amava as máscaras. De fato, a novela é uma obra de resistência contra o que Michel Foucault chamaria de “alienações que curam” – ou melhor, que pretendem curar. Mas, como pode ela [a obra] resistir, sem dar palavra à loucura? Simão Bacamarte fala pouco: é o segredo da sua força, quando os adversários o atacam. Podemos captar um fragmento de seu monólogo interior, particularmente quando toma a decisão final. Mas de onde Machado de Assis fala, de que *lugar* do discurso romanesco, sobre qual *situação* da palavra?

2 Ernst Theodor Amadeus Wilhelm Hoffmann (1776-1822), autor do conto “O elixir do diabo”.

3 Charles Nodier (1780-1844), autor do conto “A fada das migalhas”.

DISTINÇÃO [LA CÉSURE]

Em 1881, *O alienista* era contemporâneo do ilustre Jean-Marie Charcot⁴, que se torna uma personagem literária. Portanto, Machado de Assis remete-nos a “tempos remotos” que talvez não estivessem ligados somente a uma ficção cômoda – aquela em que os discursos são pretensamente baseados em um manuscrito encontrado ou remetido, arrancados à poeira da crônica.

De regresso a Itaguaí, Ítaca brasileira, após um longo período de estudos na Europa, Simão Bacamarte traz consigo uma das invenções mais tristes do começo do século, a estrutura manicomial [*asilaire*]. No final de *História da loucura na Idade Clássica*, Michel Foucault chamou a atenção para a importância dos decretos adotados pela Assembleia Constituinte, em 12 e 16 de março de 1790, e o espírito em que tais decisões foram tomadas. Libertar os internados de Bicêtre⁵ era impedir que se confundissem por mais tempo os loucos com os prisioneiros em geral. Aos primeiros, deveria ser reservado um tratamento especial, o hospital. Aquilo a que chamamos pudicamente de “Casa de Saúde” (Casa da Esperança, Casa Verde...) foi concebido ao longo de dois séculos, e durante muito tempo o modelo era o asilo de York, fundado por Samuel Tuke⁶.

Simão é mais do que um discípulo de Tuke, ou de Pinel, ou dos célebres doutores Blanche⁷, que se revezavam em Montmartre e Passy, para cuidar de Gérard de Nerval. Ele é prisioneiro em sua própria vila; uma espécie de inventor do asilo. Ele abandona seus mestres de Coimbra e Pádua imediatamente para enveredar pela escola dos pensadores árabes. Averróis não tinha mais segredos para ele que para o doutor Fausto. Bacamarte se refere até mesmo ao *Corão*. Autodidata duas vezes diplomado, ele extrai da reflexão pessoal o projeto da Casa Verde, submete-o à Vereança de Itaguaí, que o avaliza dando-lhe magnitude imprevisível.

Esse médico é, antes de tudo, um homem da teoria. Desde o início do empreendimento, ele parte de um postulado que é precisamente aquele na nova divisão: aquilo que Michel Foucault chamou “o limite que estabelece a distância entre razão e desrazão”. A primeira surpresa advém da “torrente de loucos” que, muito rapidamente, se espalha na Casa Verde. É por isso que ele concebe uma “teoria nova”, apresentada no capítulo IV: a ilha da loucura é um continente. A ideia de divisão é mantida: dividir a razão e a loucura é análogo a separar a terra das águas. O princípio da distinção é simples, e o alienista pode expô-lo ao compadre boticário: “A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia, insânia e só insânia”.

Até aí, pareceria que ele fora levado à teoria em consequência da prolifera-

4 Médico e cientista francês considerado um dos grandes nomes da neurologia (1825-1893).

5 Inaugurado em 1742, o Hospital Bicêtre se situa na comuna francesa Le Kremlin-Bicêtre.

6 Filantropo inglês que reformou o asilo de York. Viveu entre 1784 e 1857.

7 Dinastia de médicos que viveu na França entre os séculos XVIII e XIX.

ção de fatos. Mas rapidamente passamos a suspeitar que ele os multiplicava para alimentar o próprio sistema. A linha divisória [entre loucura e sanidade] recua sem cessar, como se o desequilíbrio não fosse mais do que um conceito flutuante sobre o oceano da razão científica. Poder-se-ia esperar por uma ampliação da teoria que abolisse a cesura. Mas uma outra “teoria nova”, aquela do capítulo XI, mantém o limite e propõe uma simples inversão: os estados de desequilíbrio são declarados “normais” e, contrariamente, o equilíbrio perfeito é considerado como índice de um risco patológico. O alienista não deixa de acreditar na cesura, como todos aqueles que, desde o final do século XVIII, trabalhavam pela constituição da loucura como doença mental e estabeleceram “a constatação de um diálogo rompido” entre a razão e a desrazão.

A partir daí, Simão Bacamarte vigia ciosamente esse limite. Não que ele tema pelas pessoas normais: ele só se preocupa com os loucos de que está encarregado. A terapia de internação não admite a menor exceção, a menor diferença. Não haverá mais inocentes livres em Itaguaí; por isso vemos o médico a “correr pela multidão um olhar inquieto e policial, não era outra coisa mais do que a ideia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo”. O limite da internação condiz com o que Simão Bacamarte cria ler nos fatos. Essa mimese confere à cura uma magia que o cientista resistiria em admitir.

Homem da ciência, o alienista nada possui de um sujeito do diálogo. Sua esposa, Dona Evarista, é apenas uma presença desde sempre inoportuna a seu lado. Ela

só vê “lunáticos” onde ele detecta loucos. Lunáticos, como sugere Daniel Cameron no início de “A fada das migalhas”, são homens chamados assim “porque se ocupam tão pouco dos negócios deste mundo porque descendem da lua” e porque só falam “de coisas que jamais poderiam se passar em parte nenhuma, se não fosse a lua”. Dona Evarista renega o limite para o qual o seu implacável marido a empurra. Ela deixa de entender as especulações dele, que não admite o gosto dela pelos bibelôs. Não existe relação “conjugal”, exceto quando ele a interna porque ela não conseguia se decidir entre um colar de granadas e um de safira. Além disso, Simão Bacamarte concebera um ideal de vida a dois para o boticário e sua esposa, na Casa Verde.

Simão Bacamarte não admite mais o diálogo consigo mesmo. O dilema de Evarista se torna insuportável. A seu turno, ficará impaciente diante do impasse em que se encontrará na hora da dúvida, quando “teve duas sensações contrárias, uma de gozo, outra de abatimento”. O homem que atribui limites não pode aceitar a cisão nele mesmo. Por isso, ele se condena à internação, quer dizer, à solidão definitiva, e ainda mais profunda, na Casa Verde.

O MÉDICO LOUCO

O narrador de “A fada das migalhas” visita uma casa de dementes em Glasgow. “Lunático voluntário”, ele mesmo vem a “reclamar desses mal-afortunados direitos de simpatia”. Mas o mais louco de todos que ele encontra é um “horrível homem

negro” que o atordoa com seus discursos pedantescos com a pretensão de poder explicar tudo. Aprendizado tomado, trata-se de um “famoso médico de Londres que viera fazer observações filantrópicas na casa de Glasgow, para aplicá-las no aperfeiçoamento da ciência e no destino de todos os doentes dos três reinos”.

Igualmente, desde o princípio, no discurso de Machado de Assis suspeitamos que o fundador da Casa Verde é mais louco que os seus pacientes. Desde o dia em que ele propõe a nova instituição à Câmara Municipal: “A ideia de meter os loucos na mesma casa, vivendo em comum, pareceu em si mesma sintoma de demência”. Na verdade, Itaguaí vivia, havia décadas, no torpor rotineiro de uma pequena vila de província, onde nada acontecia, senão nascimentos, casamentos e falecimentos. Por pouco não nos cremos na aldeia de Vondervotteimittiss, imaginada por Edgar Allan Poe em “O diabo no campanário”, cuja regra de ouro, fixada pela Câmara Municipal, é de que seria “um crime alterar o bom e velho andamento das coisas”.

A insinuação ganha força quando se constata o que há de maníaco no comportamento de Simão Bacamarte. Desde os primórdios da experiência, “a paciência do alienista” parecia ser “ainda mais extraordinária do que todas as manias hospedadas na Casa Verde”: paciência para coletar os dados, organizar a vida material e os atendimentos, classificar os casos (há uma verdadeira mania taxonômica em Simão Bacamarte, assim como nos médicos do século XIX).

Se o cenário da mania justapõe sem os reunir “de um lado, um mundo en-

charcado, quase diluviano, onde o homem continua sendo surdo, cego e adormecido diante de tudo o que não é seu pânico aterrador; de outro, um mundo ardente e desértico, um mundo em pânico onde tudo é escoamento, desordem, fluidez instantânea” (Michel Foucault), a visão interior de Simão comporta uma dicotomia similar: aqueles que partiram ao Rio de Janeiro não contam mais; ele só enxerga os habitantes da Casa Verde, imagem ideal de Itaguaí, reduzida somente aos casos interessantes.

À proporção que reúne um número crescente de pacientes em seu asilo, Simão Bacamarte se envolve cada vez mais. O alienista não trata mais os loucos; ele os fabrica. As hipóteses se multiplicam e a menor delas não passa de uma “monomania do próprio médico”. O vereador dissidente, Sebastião Freitas, pergunta aos seus colegas: “[...] se tantos homens em quem supomos são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?”.

Essa é a conclusão a que Simão Bacamarte chega por conta própria, não em decorrência de uma progressão, mas como consequência de uma palinódia⁸.

Ele não se torna ciente da sua demência por descobrir uma fissura secreta no seu íntimo, nem se inquieta diante de uma hipertrofia monstruosa; acredita reconhecer em si mesmo todas as características do equilíbrio moral, o mais realizado, inclusive a modéstia. Não é difícil notar algum desequilíbrio nesse equilíbrio.

8 Mudança brusca de concepção; retratação.

Enxergando-se como portador de todas as qualidades possíveis, o que é confirmado por aqueles que compreenderam que esse era seu tendão de Aquiles, Simão Bacamarte cede diante de uma contemplação narcisista de si mesmo que só pode precipitá-lo no espelho da loucura (o tema do lago/espelho, tão frequente na literatura da loucura no século XIX, particularmente em “A queda da casa de Usher”, aconteceria por acaso?). Desde o início da novela, adivinhamos nele uma megalomania que não para de crescer. Quando inaugurada, a Casa Verde lhe parecia uma “espécie de mundo, em que há o governo temporal”, que ele aceita confiar aos outros, “e o governo *espiritual*”, que ele não delega a ninguém.

Papa do asilo? – ele não hesita em atribuir a Benedito VIII, diante do padre Lopes, uma afirmação do *Corão* sobre a qual fundamenta o seu empreendimento. Deus do asilo? – como ele não cederia à tentação de acreditar nisso, já que atribuía a si mesmo o poder de reformar os seres e lhes dar um novo nascimento? Então, ele reúne em sua loucura um dos seus pacientes, João de Deus, que “dizia agora ser o deus João, e prometia o reino dos céus a quem o adorasse, e as penas do inferno aos outros”.

AS DUAS PRISÕES

Ao isolar um interno do resto da humanidade e do mundo, a Casa Verde merece receber apenas um nome: prisão. Essa é toda a diferença existente entre a casa do carpinteiro Zimmer, refugiado de Hölderlin, e o asilo de Northampton, onde John Clare

foi trancado. A tomada da Bastilha não foi suficiente ou o processo não chegou a seu termo. Como observou Michel Foucault, só podemos falar sobre a liberação dos internos de Bicêtre por antífrase. A esse respeito, a Revolução foi em vão.

Na novela de Machado de Assis, o médico rival de Simão Bacamarte, um confrade invejoso porque não tinha clínica, é o primeiro a semear a opinião segundo a qual “a Casa Verde é um cárcere privado”. Há um rumor quando Mateus é preso, culpado por superestimar a causa própria.

Pouco a pouco, a opinião se espalha. E quando o barbeiro Porfírio assume a cabeça da revolta, dá o sinal do que deve ser a tomada da “Bastilha da Razão Humana”. De uma revolução a outra, só haveria a distância que existe entre Paris e Itaguaí, e “os trezentos que caminhavam para a Casa Verde [...] podiam ser comparados aos que tomaram a Bastilha”. Os Canjicas são os *sans-cullote* da razão ameaçada.

Mas há um momento perturbador em *O alienista*. Isso acontece quando Porfírio e seus acólitos invadem a sede da Câmara e ordenam que os eleitos se retirassem “dali para a prisão”. Qual? O edifício da vila previsto para os condenados de foro comum e os detentos políticos? Ou a Casa Verde, outra vez? Desse modo, os habitantes de Itaguaí esperam ser logo libertados daquele ser que se tornara a sua obsessão. Toda a vila respira ao imaginar que, em 24 horas, o alienista seria colocado nas grades e haveria “a destruição da Casa Verde”. Uma prisão substitui a outra. É o retorno ao Antigo Regime. Em todo caso, é na ordem do discurso que se dá o encontro frente a frente das duas prisões. Qual delas prevalecerá? Essa é a

nova questão que, durante algum tempo, dará nova orientação ao drama. De uma prisão a outra: acresce que, sob o aval da história, a ameaça é a mesma e se compreende que, nas cidades do futuro, imaginadas pela literatura utópica, o asilo será substituído pela prisão. E por que não considerar apenas os livros, tendo em vista que a própria história contemporânea concede ao espaço carcerário a forma da internação psiquiátrica?

INFERNO E PARAÍSO

O asilo-prisão não é uma balbúrdia como o hospital geral. A ciência moderna se orgulha de saber classificar os casos, e esta é uma das primeiras questões de Simão Bacamarte. Como no *Inferno* de Dante ou como no estabelecimento de Santa Brígida, no início de *Meteoros*, de Michel Tournier, os círculos são desenhados: aquele dos loucos furiosos, aquele dos inocentes, aquele dos monomaníacos. Ainda se trata da singela apresentação que o narrador faz. Pode-se imaginar que o alienista se ocupa em estabelecer distinções mais sutis e que se afinam, à medida que a experiência se prolonga: a princípio, duas grandes classes; depois, subclasses; em seguida, sub-subclasses onde os casos, sempre aberrantes, encontram cada vez maior dificuldade para ter lugar.

Mesmo quando agrupa os loucos em um conjunto, em um continente, o alienista se depara com a singularidade individual. A estrela de Vênus, o criminoso errante, o maníaco por genealogia, o pródigo que vive em bandos, todos esses casos atípicos constituem numerosos enigmas.

A ciência se desgasta em busca de uma chave compatível com um tipo.

Quando a “família dos deserdados” estiver “completa”, será um inferno a desfilar sob nossos olhos. O discurso de Machado de Assis não foge à catalogação, que é o modo obrigatório de toda apresentação infernal. Ele concorre com a situação encontrada nos registros do asilo, no livro do *Inferno*. O encarceramento já é um inferno. “Creio”, escrevia John Clare em julho de 1848, “que faz aproximadamente dois anos que me enviaram para este Inferno que não me permite atravessar as grades. Jamais houve pior frustração que este lugar”.

Quando a teoria do alienista muda, uma reversão se produz. A Casa Verde não acolhe mais os vícios aparentes, mas as qualidades superiores, as virtudes mais raras e, por isso, as mais inquietantes. “Os alienados foram alojados por classes. Fez-se uma galeria de modestos; isto é, os loucos em quem predominava esta perfeição moral; outra de tolerantes, outra de verídicos, outra de símplices, outra de leais, outra de magnânimos, outra de sagazes, outra de sinceros, etc.”

No total, sete círculos que são, dessa vez, aqueles de um Paraíso. A perfeição do edifício exige que, assim como na *Divina Comédia*, Deus coroe o todo. Esse Deus só pode ser o próprio alienista, detentor do poder espiritual. Mas ele é um Deus que se acha sozinho no outro mundo deserto.

“RINOCERITE” E TERROR

Nos últimos *Cantos de Maldoror*, Deus é representando como um rinoceronte cego

e furioso. A novela de Machado de Assis leva a pensar em outros rinocerontes, ainda que o alienista deva figurar, no final, como o Rinoceronte supremo. A epidemia de “rinocerite”, que Eugênio Ionesco representou inicialmente em uma novela e depois, em 1959, numa peça de teatro, não difere essencialmente da epidemia de loucura descrita em Itaguaí.

O primeiro lance é feito pelas famílias, muito felizes por se livrarem tanto de um louco violento, até então retido na despesa, quanto de um inocente abandonado à sua vadiagem. Dessa primeira divisão, desse primeiro encarceramento, Simão Bacamarte é mais herdeiro que responsável. Se ele, muito rapidamente, reúne “uma torrente de loucos” é porque a doença progride no momento em que é reconhecida; sobretudo, porque a covardia humana rendeu-se muito rapidamente, após algumas reticências, às razões de uma medicina favorável ao séquito do paciente, em vez de provar que ela própria lhe poderia ser útil.

A primeira teoria, formulada por Simão Bacamarte no capítulo IV, incita-o a prender em sua rede todas as presas que pudesse recolher. Ele está atento ao primeiro índice, assim como ao primeiro bubão, em tempo de peste, ou à primeira inflamação de pele, de onde sairá o chifre do rinoceronte: a prodigalidade do Costa, a superstição da sua cozinha... Um dos momentos mais impressionantes a esse respeito é aquele em que o presidente da Câmara é declarado portador da “demência dos touros” por ter dito, em plena sessão, que só se contentaria com pelo menos 30 “almudes” de sangue, para lavar a afronta imposta pelos Canjicas. É

a partir desse momento que a coleta de loucos perde o freio.

Teria o alienista inventado esses sinais? Antes disso, é uma outra “rinocerite” que ele lhes oferece: sempre a covardia complacente dos habitantes de Itaguaí. De fato, o alienista não precisa sair em busca de novos casos. Eles são entregues em domicílio. Acusam-no de exercer o Terror. Mas ele mesmo é ultrapassado pelo Terror que se instala e que se deve muito menos à sua vontade tirânica que à obediência daqueles que estão à frente de suas ordens e desejos. O clímax acontece quando uma nuvem de bajuladores e caluniadores assedia a vila. O presidente da Câmara é denunciado pelo relator da reunião.

Em seguida, diante dessas circunstâncias, a personalidade aparentemente engraçada do boticário Crispim Soares pode ganhar certo relevo. Esse M. Hormais⁹ de Itaguaí seguia o alienista de bom grado. Mas quando ele crê no triunfo dos Canjicas, não resiste mais: entrega-se no Palácio do Governo para fazer aliança com Porfírio, o mestre da ocasião. Em tempos de Terror, essa personagem tranquila poderia ser mais perigosa que os colaboradores mais atuantes.

O fato é que o alienista fará com que prendam Crispim Soares, alegando, satisfeito, que o terror também é pai da loucura. O pavor é uma das marcas nos contos de Maupassant. Mas dificilmente ele pode ser considerado um critério seguro. O diagnóstico do médico sofre

9 Farmacêutico personagem do romance *Madame Bovary* (1857), de Gustave Flaubert.

uma reviravolta quando a norma fixada inicialmente (o limite entre o equilíbrio e o desequilíbrio) se revela ultrapassada, subvertida por uma pesquisa apaixonada e fanática do caso. Então, tudo pode vir a ser indício suficiente, tudo pode ser pretexto para a internação. A história do nosso século ensinou-nos dolorosamente. O apólogo de Machado de Assis descreve, antecipadamente, a engrenagem de nossos Terrores modernos.

Não conheço, no livro, episódio mais impressionante que o enigma do anel de prata. Ele acontece quando a caça aos loucos atinge o auge, em sua figuração mais perversa. Ao levar a Câmara a votar uma ordenação que autorizasse o porte de um anel de prata no polegar da mão esquerda a toda pessoa que declarasse ter duas ou três onças de sangue azul, Simão Bacamarte faz as vontades de um amigo ourives a quem a manobra, de fato, enriquece. Mas, de resto, o comportamento [de Bacamarte] não autoriza, de forma alguma, hipótese semelhante a seu respeito. Seria preferível considerar o resultado: todos aqueles que portam o anel são internados. Não há efeito mágico, como se poderia pensar. Mas esse é o sinal, suscitado, imposto sob a cor de um pseudovoluntário, pelo detector de anomalias, pelo maníaco da internação. Estaremos nós tão distantes da estrela amarela¹⁰, da grande confusão para fins de separação que servia de suporte ao Terror nazista? Não acredito...

10 Referência à estrela de Davi, usada pelos judeus durante o nazismo alemão, por ordem do III Reich.

A SÁTIRA POLÍTICA

Em outro tempo, em outro país, Machado de Assis superou o problema do racismo. Ele sabia que a América Latina estava tão sujeita aos abalos do regime quanto aos tremores de terra. A vila de Itaguaí se torna uma alegoria política transparente em absoluto.

A invocação de Simão instaura uma crise da qual tentam se aproveitar aqueles que gostam do poder. Quando Porfírio assume como cabeça dos revoltosos, é mais levado pela ambição que sente tomar conta de si do que pela questão em causa a que pretende servir: “Pareceu-lhe então que, demolindo a Casa Verde e derrocando a influência do alienista, chegaria a apoderar-se da Câmara”.

O capítulo IX reserva boas surpresas. A começar pelo título: “Dois lindos casos”, dois novos casos patológicos que fazem a alegria do alienista. Um é o do Porfírio, outro é o da população de Itaguaí, que o apoiou. Simão constata a desenvoltura de um e a debilidade do outro. Mas o episódio é mais notável ainda devido à retratação [*palinodie*] do barbeiro. Acreditava-se que ele tivesse ido à Casa Verde para proceder à prisão de Simão – o próprio alienista esperava por isso. Porém, o novo chefe do governo insurrecional tem em vista um acordo com o homem da ciência, que ele quer cooptar como homem do poder.

Durante a disputa, ele se contentará com um “arranjo intermediário”: não está seguro de que a opinião pública tenha razão em acreditar que os internados estejam em plena posse de seu discerni-

mento. De toda maneira, o domínio da ciência pertence aos sábios e os governantes respeitam a fronteira. O erro é da equipe municipal precedente. A Casa Verde havia se tornado uma instituição de utilidade pública. Ela resultara, portanto, em uma potência política: não será combatida; não será deixada em situação adversa; daí aliar-se com o alienista, que poderia ser um considerável reforço contra os inimigos, em potencial, do novo regime. Algumas frases de Porfírio, diante de Simão Bacamarte, lembram a cautela dos políticos, os vícios das pretensas democracias que só se apoiam na vontade do povo para traí-lo.

Simão enxerga um caso patológico na duplicidade do barbeiro de Itaguaí, que logo sustenta um discurso diferente perante o povo.

Mas, antes de tudo, trata-se de um caso político, aliás recorrente. O maquiavelismo de pouco alcance não vinga: o alienista se recusa a ceder e vai além, a ponto de internar 50 partidários do novo regime; um outro barbeiro substitui o primeiro e aprende, igualmente, com o poder. O grande golpe de Porfírio chegara tarde demais. Mas a comédia importa mais que a tragédia: Porfírio sai ileso da aventura e ganha sabedoria, inclusive. O ciúme do “rival da navalha”, João Pina, é o contraponto burlesco do ciúme do médico, que tenta atribuir precipitadamente o descrédito à Casa Verde. De certo modo, poder-se-ia julgar Simão Bacamarte mais digno: ele não acusa o “golpe” e continua sendo o mestre, de modo que, ao final, decide a sorte de si mesmo e do seu reinado, ainda que não fosse mais que uma *waste land*.

PODER E DESAFIO PELA PALAVRA

Seria o alienista aquele que vigia a loucura, que a fabrica ou que dela padece? O título, revisto à luz da narrativa, revela a fragilidade de qualquer denominação. Mas a força [da novela] não é menor. O poder do alienista advém mais do novo nome que dá às coisas que do nome que damos a ele. Mateus ama a sua casa em demasia: o fabricante de selas é taxado como obcecado pelas pedras. Evarista se preocupa demais com suas roupas e joias: sua coqueteria torna-se “mania suntuária” e ela se torna passível de internação. O espírito revanchista de um membro do governo merece a mesma sorte quando é chamado de “demência dos touros”.

Dá-se o mesmo em política. Toda mudança recebe nova denominação. Porfírio faz-se chamar “Protetor da vila em nome de Sua Majestade e do povo”. Concede-se Senhoria, Chefe, até mesmo Majestade. Por sua vez, ele confere o mesmo tratamento ao alienista, por vê-lo como um soberano com quem manterá uma relação.

Simão Bacamarte não pode ser vítima da retórica de usurpação. Desde muito tempo ele suspeitava que houvesse, na eloquência inflada, um caso de lesão cerebral. Por isso mesmo, Martim Brito foi enviado à Casa Verde, e com ele seu tesouro de hipérboles, negras quando se tratava de celebrar a queda do Marquês de Pombal; rosas, quando era necessário ressaltar os atrativos (portanto, duvidosos) de Dona Evarista...

Como é derrisória e, portanto, como é potente essa retórica! Bastou que Porfírio emprestasse a imagem de um poeta

local e a repetisse com uma bela ênfase, para que levasse todo o povo ao assalto da “Bastilha”... Mesmo Simão não recua diante de metáforas fáceis: a imagem da pérola (que encontramos – até em Karl Jaspers!¹¹ – naqueles que creem que a loucura cria o gênio) designa a região, produto dessa vasta concha que é o espírito humano.

Dentre a galeria de maníacos, não se deve negligenciar aquele rapaz rude e grosseiro que, todos os dias, após o almoço, lançava-se sob uma arenga das mais acadêmicas, pontuada por tropos, antíteses e apóstrofes, recamada de graça e latim, recheada de citações de Cícero, Apuleio e Tertuliano. O padre Lopes procura por uma explicação no mito da Torre de Babel: “Provavelmente, confundidas antigamente as línguas, é fácil trocá-las agora, desde que a razão não trabalhe...”. Mas parece igualmente irracional que a palavra seja controlada, ou não, pela pretensiosa razão.

O HETERÔNIMO

O que está colocado em questão é a linguagem, portanto – a começar pela utilizada pelo escritor. Sem dúvida, Machado impôs a cura pela sobriedade, nessa breve narrativa reduzida ao essencial. De fato, o seu discurso não está inflado, senão de efeitos irônicos (“o ilustre médico, com os olhos acesos da convicção científica, trancou os ouvidos à saudade da mulher, e brandamente a repeliu”).

Permanece a linguagem do autor, em um discurso diferente.

Desde sua estreia no jornalismo, Machado de Assis manteve o hábito e o gosto por utilizar pseudônimos. Ele será Brás Cubas, Dom Casmurro, Aires, sem que nenhuma dessas três figuras se confunda com a precedente. *O alienista* nasce do anonimato nas crônicas de Itaguaí, e nada indica que Simão Bacamarte seja, ele mesmo, o narrador-testemunha dessa história. Teria ele tempo ou força para tanto, durante os 17 meses de existência que o romancista lhe deixa, após a sua internação? Aquele período foi inteiramente consagrado ao estudo da sua cura e, de fato, escrever a própria história assume valor heurístico, virtude catártica. Porém, o final da narrativa não evoca o início e, a despeito de algumas semelhanças (a falta de perspectiva, por exemplo), Simão Bacamarte figura como outra máscara, um novo heterônimo de Machado de Assis.

Portanto, o romancista ambientou a personagem na situação em que ele adorava colocar os seus porta-vozes. Seu olhar superior permite enxergar os demais como fantoches ridículos e absurdos. É que Simão Bacamarte está exatamente no centro do dispositivo. De seu observatório na Casa Verde ele percebe toda a população de Itaguaí. Ninguém poderá escapar ao seu olhar inquisitivo. Além disso, todos os habitantes da vila passam – eu ia dizer caem na armadilha – pelo asilo. A mudança da teoria tem a vantagem de permitir a inclusão das exceções.

Nesse livro reside a condição sem-fim da loucura; aquilo que Gilles Deleuze, numa página da *Lógica do sentido*, consagra a Nietzsche, chamou de “sem

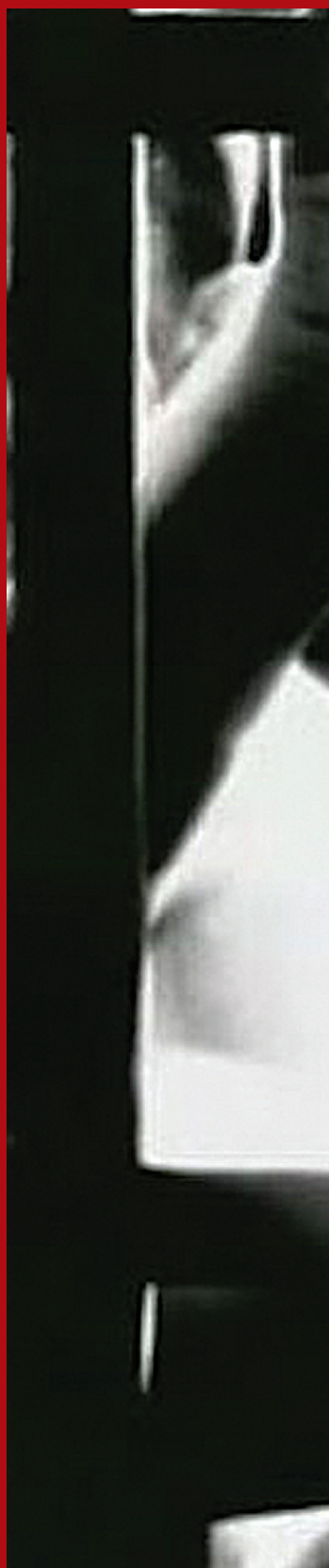
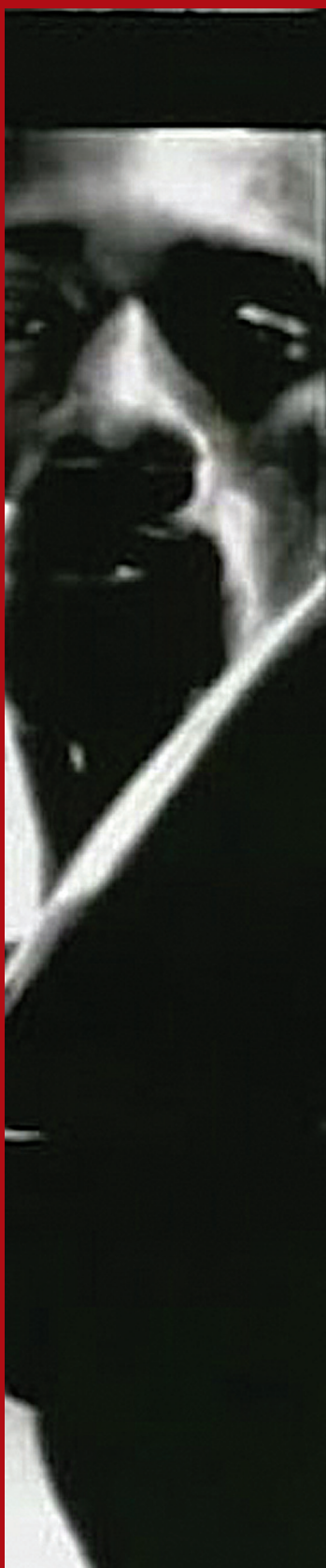
11 Karl Theodor Jaspers (1883-1969), filósofo e psiquiatra alemão.

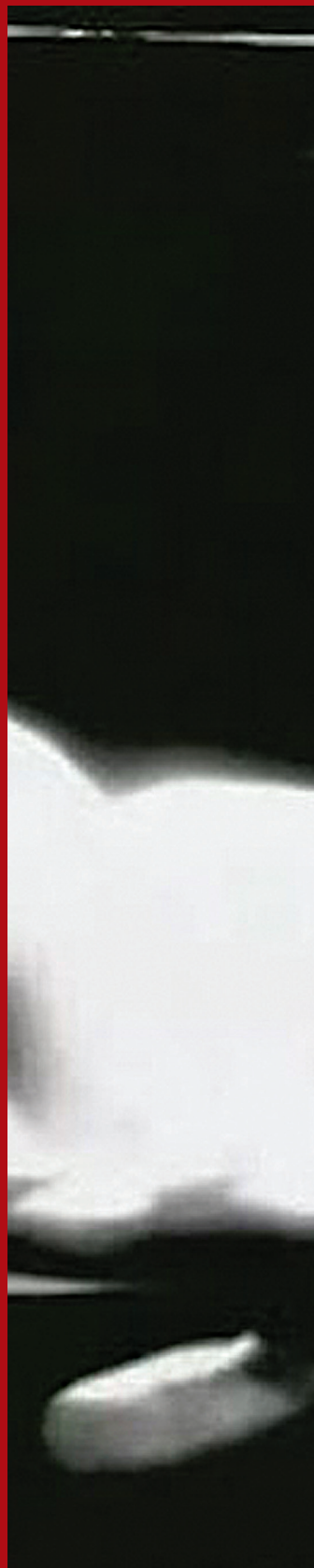
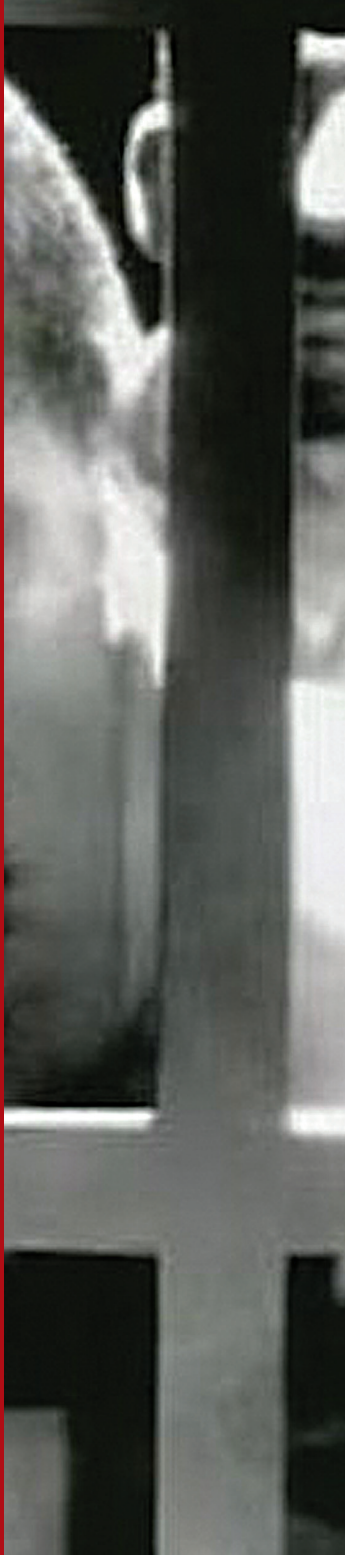
fundo”. E, como Nietzsche, Machado de Assis se diverte em torno do “sem fundo”, o que nos faz sorrir, sob o risco de ele mesmo entrar na pantomima.

A amostragem é tão completa que nos oferece a imagem de toda a humanidade, e Itaguaí representa o grande teatro do mundo.

Por intermédio do alienista, o romancista aplica um novo olhar sobre a comédia humana. Talvez ele tenha percebido, assim como Nietzsche, o olhar da loucura erasmiana. Discernir tantas loucuras é enlouquecer. Simão se encerra na Casa Verde. Machado de Assis escreve a palavra FIM.

arte





0 dedo na ferida

Alecsandra Matias de Oliveira

“Do rio que tudo arrasta
se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas
as margens que o comprimem.”
(Bertolt Brecht)

A violência sempre esteve presente nos processos de constituição e estruturação da sociedade brasileira. Por muito tempo, a historiografia silenciou a existência de guerras territoriais, massacres e conflitos, perpetuando nos registros o mito da civilização forjada pela natureza exuberante e pela convivência harmoniosa das três raças. De fato, a violência só se converteu em problema social quando o Estado e seu braço armado – as polícias – perderam o seu monopólio. E quando essa violência investiu de modo predatório contra a integridade física e material da população dos grandes centros urbanos, o discurso da insegurança pública tomou conta do cotidiano.

De tradição autoritária, a história nacional se viu marcada pelas mudanças nas relações entre polícias e sociedade, suscitadas pelo Estado democrático de direito e pelas pressões sociais que reivindicavam novos modelos de política e de polícia no

final dos anos de 1980. Nos discursos, o termo “segurança nacional” foi trocado por “segurança pública”, abandonando os sentidos ligados à manutenção da ditadura militar e transformando-se num campo de disputa empírico que medeia as relações entre instituições, indivíduos e o Estado. Porém, o ranço ditatorial ainda permanece, especialmente quando não se pensa a segurança pública para além da gestão da atividade policial e da lógica do direito penal.

Longe da ideia de que a arte “redime”, “salva do mundo do crime”, ou ainda “recupera marginais”, há décadas a arte brasileira problematiza e investiga os pontos críticos da vida social, entre eles, questões que envolvem a marginalidade e a segurança pública. São reconhecidas as produções dos anos de 1960, 1970 e 1980 que mostram os

ALECSANDRA MATIAS DE OLIVEIRA

é professora do Celacc (ECA/USP), pesquisadora do Centro Mario Schenberg de Documentação da Pesquisa em Artes (ECA/USP) e membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA).

corpos esfacelados pela prática da tortura, os suicídios fraudulentos e os esquadrões da morte. Antonio Dias, Hélio Oiticica, Artur Barrio e Cildo Meireles têm propostas marcadas por essa contenda. São obras que denunciam a falta de liberdade política e social durante o regime militar.

Dessa vez, como mote neste artigo, escolhe-se o olhar atento sobre as proposições artísticas surgidas após 1990. São artistas e obras que atingem o ponto nevrálgico, expõem os crimes, a violência, a marginalidade e a justiça. Evocam a reflexão sobre a barbárie contemporânea. O dizer sobre violência é também apontar para sua banalização ou indiferença; é mostrar a crueza das chacinas, das articulações do narcotráfico, das inseguranças nas periferias, da discriminação racial, dos feminicídios, da crescente armamentização da população, das grades dos condomínios, etc. – esse é um debate que atravessa as artes visuais, a literatura, a música, o teatro e o cinema. Essas criações,

juntas, tornam-se uma história da violência lida pela arte brasileira.

Nessa leitura da realidade, a música tem explorado essa temática com forte impacto. Em “Diário de um detento”, escrita por Mano Brown e Jocenir (Josemir Prado), do álbum *Sobrevivendo no inferno*, dos Racionais MC’s, lançado em 1997, há a descrição do massacre do Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, conhecido como o Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, no qual 111 presos morreram após a invasão da Tropa de Choque. Preso em 1994, Jocenir colheu os depoimentos de seus companheiros de cela. A letra da música traz versos duros: “Cadáveres no poço, no pátio interno./ Adolf Hitler sorri no inferno!/ O Robocop do governo é frio, não sente pena/ Só ódio e ri como a hiena”. À época, esse *rap* recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais, assim como o seu videoclipe, filmado no Carandiru com a participação dos detentos. Em dezembro de 2012, o videoclipe

Reprodução



Racionais MC's, “Diário de um detento”, 1997, álbum *Sobrevivendo no inferno*, videoclipe

surgiu na segunda colocação na lista de “O melhor clipe brasileiro de todos os tempos”, classificação promovida pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Diga-se de passagem que a cultura *hip hop*, origem do *rap* e do grafite, ainda é posta à marginalidade, mas também tem fornecido os instrumentos para a crônica cheia de injustiça e de discriminação vivenciada pelas populações periféricas.

O Massacre do Carandiru reverberou nas artes visuais. Nuno Ramos criou a instalação *III* (1992-1993), apresentada pela primeira vez no Instituto Estadual de Arte de Porto Alegre. O título diz sobre a contagem dos mortos – despersonalizados, sem nomes ou biografias, simplesmente transformados em número. A instalação tem grandes dimen-



Nuno Ramos, *III*, 1992-1993, barro, paralelepípedos, vaselina, folhas de ouro, cinzas, vidro, fumaça. Coleção do artista

sões e é bastante complexa, com imagens fotográficas via satélite da região de São Paulo em instantes anteriores à invasão do presídio. Sua diversa materialidade preenche os sentidos, atribuindo-lhe propriedades simbólicas. Mas chamam a atenção as 111 lápides em forma de paralelepípedos, cobertas de asfalto e com os nomes dos detentos assassinados. Cada lápide traz um recorte de jornal com a notícia do massacre, acrescido de cinzas de páginas da *Bíblia*. Na parede, Ramos fixou um texto de sua autoria, chamado *Cujo* (publicado um ano depois), em letras de parafina em pequenas superfícies de vidro também preenchidas com folhas queimadas da Sagrada Escritura. Vinte e quatro anos após o Massacre do Carandiru, o artista realizou a performance *111 Vigília Canto Leitura* (2016). Foram 24 horas seguidas de leitura dos nomes das vítimas. Para tanto, Ramos escalou 24 artistas, esportistas, intelectuais e estudantes para essa leitura. A cada hora, numa varanda com vista para

o centro de São Paulo, os nomes ressoaram ao vivo e pela internet.

O massacre também esteve nos cinemas, com o filme *Carandiru* (2003), de Hector Babenco. Aliás, impossível ser indiferente à produção cinematográfica dos anos de 2000. Esses filmes nacionais foram distintos pelas narrativas que apontam o crescimento da violência contra os jovens nas áreas rurais, nos grandes centros urbanos e, sobretudo, nas populosas periferias. Surgem diversos problemas nessas histórias: sucateamento escolar, crimes, dissolução dos laços familiares e, particularmente, a ausência de políticas públicas que possam subsidiar bem-estar às camadas menos privilegiadas. Sob esse contexto, está *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles, filme inspirado no romance homônimo de Paulo Lins. Nele, a criminalidade é apresentada a partir de cenas violentas – tão intoleráveis que, no transcorrer da trama, a sensação de normalidade das ações quase toma conta



Fernando Meirelles, *Cidade de Deus*, 2002

Reprodução



Sidney Amaral, “Mãe preta” ou A fúria de Iansã, 2014

do espectador. A militarização dos grupos também surge no enredo do filme: táticas de guerrilhas são disseminadas entre os grupos marginais. A polícia surge como corrupta e abastecedora de armas para os dois grupos de bandidos.

Essas produções artísticas apresentam-se no enfrentamento da sociedade em crise. De modo algum resumem-se à estética da violência. Pelo contrário, criam campo de reflexão em torno da arte e de problemas ético-sociais. A tela “Mãe preta” ou A

Reprodução



Leticia Tonos, *Cristo Rey*, 2013 (República Dominicana)

fúria de Iansã (2014), de Sidney Amaral, estabelece ilações entre a mulher que defende seu filho e Iansã, orixá guerreira, dona dos ventos e das tempestades – mãe do entardecer. Inspirado em cena do filme *Cristo Rey*, dirigido por Leticia Tonos (República Dominicana, 2013), Amaral retira da imagem os aspectos supérfluos – fica central o olhar incisivo da mulher negra que, mesmo na mira dos policiais, segura um facão contra o pescoço de um deles. Ali o ato é de defesa do seu filho ajoelhado à mercê do revólver do policial. Um pano de fundo preto substitui o cenário urbano da cena cinematográfica. Na pintura, à medida que se evidencia o filho, recorta-se o rosto do policial. Evidenciam-se as mãos manchadas de sangue. O emblema do estado de São Paulo no



Romulo Fialdini



Romulo Fialdini

Flávio Cerqueira, *Tião*, 2017, bronze, edição de 5 + 2 PA

braço direito do policial militar substitui a insígnia da República Dominicana, dando especificidade e localidade ao episódio.

O “menino de rua” protegido por Iansã, em Sidney Amaral, surge, dessa vez, sozinho na escultura de Flávio Cerqueira. *Tião* (2017) é um anti-herói dignificado pelo bronze. Tião é “menor infrator”, na linguagem polícial. Rosto coberto, mãos amarradas, pés descalços, Tião pode ter morrido à bala cedo demais, mas, hoje, ele é insubmissão da arte atual que emprega a técnica clássica para discutir os marginalizados. Citação, ironia e resistência no cotidiano são atributos próprios do fazer artístico de Cerqueira. Nas suas esculturas,

negros e mestiços protagonizam situações de introspecção e reflexão – talvez, eles possam representar novas versões para nossas crianças e adolescentes.

Perita criminal do Centro de Perícias Científicas do Estado do Pará, a artista Berna Reale tem a violência embutida em suas *performances*, vídeos e registros. Ela envolve seu próprio corpo ou o de participantes dispostos ao combate da necropolítica vigente no país. *Palomo* (2013-2014) nasceu como videoperformance e depois transformou-se em série fotográfica. Ao amanhecer, montada sobre um cavalo branco tingido de vermelho, a artista percorre as ruas centrais de uma cidade. Ela está usando roupas negras – semelhantes às fardas das forças especiais e com uma focinheira –, a ronda ameaçadora

Reprodução



Reprodução



Berna Reale, *Palomo*, 2013-2014



Berna Reale, *Rosa púrpura*, 2014

converge para o semblante solene da *performer*, dando-lhe uma postura que reporta ao abuso do poder institucionalizado. Outro trabalho, *Rosa púrpura* (2014), é composto de vídeo, cartazes espalhados na cidade de São Paulo e *performances* pelas ruas de Belém – cidade onde a artista vive e trabalha. O projeto mostra mulheres vestidas de uniformes escolares típicos de colégios tradicionais, com camisa de botão

e saia de pregas, tudo em branco e cor-de-rosa. Todas têm na boca uma prótese que remete às bonecas infláveis, aludindo à objetificação das mulheres. No escopo do projeto, existe ainda um site em que são publicados depoimentos de mulheres que sofreram violência sexual. Fardas, uniformes, o ambiente do Instituto Médico Legal (IML), as luzes, as sirenes das viaturas e outros aspectos ligados à crítica do



sistema prisional, empregados na produção de Reale, deixam aparente não a violência abrupta, mas aquela que perpetua a manutenção da “ordem” e a dominação econômica, social e de gênero.

Envolvida com o universo feminino, Beth Moysés traz em suas obras embates sobre gênero, identidade, abusos e violência doméstica. Nos anos de 1990, a artista frequentou a Delegacia da Mulher. E lá ouviu os depoimentos e vivenciou o sofrimento daquelas vítimas. Isso a direcionou ainda mais às *performances* coletivas. Em *Como cambiar el amor* (2005), Moysés desenvolveu uma pesquisa com 200 mulheres, entre brasileiras e espanholas. Provocadas pela artista, essas mulheres de diferentes classes sociais e culturas deram um testemunho sobre o que mudariam nos relacionamentos

afetivos. Na instalação, frases ou palavras pulsam os desejos anônimos dessas mulheres. De certo modo, sua investigação artística também está ligada à reflexão sobre o aumento do número de feminicídios. Em 2014, a artista chama a atenção para as 5.664 mulheres mortas naquele ano. Sua bandeira do Brasil é composta com esse número de cápsulas de balas deflagradas. Embaixo do pavilhão, o vestido de noiva, como a metáfora do sonho e da dominação no matrimônio.

Se na obra de Moysés temos o protótipo, em *Arsenal* (2014) Marcela Tiboni convoca às armas. Sua instalação é integrada por artefatos feitos de madeira e fogos de artifício. Os protótipos não têm balas ou gatilhos, mas estão munidos de pólvora e preservam a potencialidade do



Beth Moysés, *5664 Mulheres*, 2014, cápsulas de bala e tule bordado com contas de vidro perolado em caixa de vidro temperado



Marcela Tiboni, *Arsenal*, 2014, madeira e tubo de pião de tiro de papelão com ponteira de plástico

disparo. Metralhadoras, revólveres, pistolas e outras diferentes armas estão ali acessíveis ao público. Isso porque a ideia é que o espectador passe seus limites e manuseie as armas. Nessa relação íntima, as armas remetem às sensações, reações e memórias, tanto em sua extensão de coação e violência quanto no desejo de se possuir um objeto cuja potência escapa ao controle. A natureza do sentimento que uma arma engatilhada dá ao seu detentor torna-se o grande questionamento da artista: quais são suas reações frente ao poder que uma arma lhe atribui? No fundo, a ação de manipular as armas pode despertar para a reflexão sobre si e sobre aquele que é o alvo de sua ameaça.

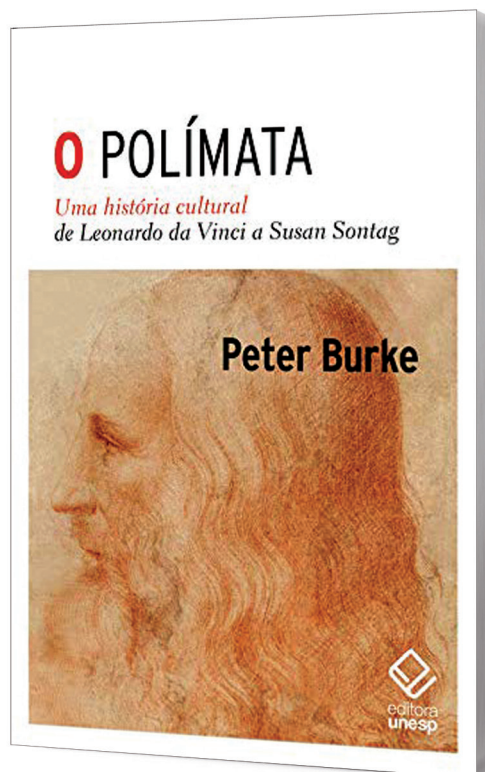
Por último, a violência inerente ao ser humano e tão presente na formação do país

é tema caro às artes. Anotamos alguns exemplos, tendo clara a noção de que são inúmeros e inesgotáveis. Dizer sobre todos é missão extensa demais para os limites deste texto. O que fizemos foi um singular itinerário. Mas percebe-se que a arte como forma de pensamento transforma o contemporâneo em laboratório de experimentações, desperta sensações e arregimenta opiniões. Coloca em xeque conceitos endurecidos sobre segurança pública. Prova disso são as produções artísticas que tratam sobre o Massacre do Carandiru. Elas não evitarão novos massacres, mas permitiram que o evento fosse discutido e acessado pela memória coletiva. Assim, os artistas respondem às demandas de seu tempo, exercem a crítica, denunciam e põem “o dedo na ferida”.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, A. M. de "Das pequenas violências. Um ensaio sobre História da Arte".
Ciantec – A força do terror como inspiração criativa. Filhos do cotidiano contemporâneo.
Inhotim, Ciantec, 12 a 14 de out., 2016.
- RUFINONI, P. R. "Rito e violência – vigília pelos 111, por Nunos Ramos". *Ars (São Paulo)*, vol. 14,
n. 28. São Paulo, jul.-dez., 2016.
- SILVA, D. O. S. e. "Prole do contemporâneo". *Ciantec – A força do terror como inspiração criativa.*
Filhos do cotidiano contemporâneo. Inhotim, Ciantec, 12 a 14 de out., 2016.
- SOBRAL, D. "Violência na arte contemporânea brasileira". *Revista Caju*. 22/ago./2016.
Disponível em: <http://revistacaju.com.br/author/divino/>. Acesso em: 19/5/2021.

livros



O polímata e a história da erudição: Peter Burke sob o signo da tradução cultural

Carlota Boto

O polímata: uma história cultural – de Leonardo da Vinci a Susan Sontag, de Peter Burke, São Paulo, Editora Unesp, 2020, 512 p.

Na entrevista que concedeu em 1999 à professora Maria Lúcia, sua esposa, Peter Burke destacava que interpretações errôneas sobre seu trabalho em resenhas o desconcertam, dado que costumam atribuir a ele ideias e visões de mundo que ele não perfilha. Ora, com essa advertência, a minha tarefa ganha uma responsabilidade maior. Desde que li o livro *O polímata: uma história cultural – de Leonardo da Vinci a Susan Sontag*, tive o desejo de resenhá-lo; e é o que eu pretendo fazer aqui. Peço desculpas a Peter Burke se eu não conseguir (a despeito de me esforçar para isso) ser fiel na interpretação e na tradução simbólica de sua obra. O que me chamou a atenção no livro, desde logo, foi seu caráter pedagógico. A amplitude da temática, bem como a originalidade da abordagem, é acompanhada por um rigoroso sentido analítico que perpassa vários campos do

saber, tangenciando, sob tal perspectiva, também a matéria da educação.

Historiador da cultura, Peter Burke – como observa Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke – sempre procurou fazer conexões entre inúmeros campos do conhecimento, construindo pontes entre épocas e assuntos. A experiência da diversidade cultural teria marcado sua trajetória, posto que, “com pai católico irlandês e mãe judia de origem polonesa e lituana, sua família unia tradições culturais muito diferentes”¹. Tendo estudado em um colégio jesuítico de Londres, Peter Burke cursou a Universidade de Oxford. Re-

1 Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, *As muitas faces da história: nove entrevistas*, São Paulo, Editora Unesp, 2000, p. 186.

CARLOTA BOTO é professora titular da Faculdade de Educação da USP, bolsista produtividade do CNPq e autora de, entre outros, *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa* (Editora Unesp).

cém-formado em História, ele foi convidado a lecionar na Universidade de Sussex, onde teve uma experiência bastante significativa por quase 20 anos, quando então ingressou na Universidade de Cambridge, onde permanece até hoje. A Universidade de Sussex – conforme observa Soares Junior² – tinha uma proposta interdisciplinar, já que havia ali seminários que eram pensados para integrar as formações em História, em Sociologia, em Literatura, etc. Não era comum, naquele início dos anos 60, lidar com um mapa do conhecimento que desafiasse as convenções, mas o projeto inovador de Sussex previa isso. Leitor de inúmeras línguas desde muito jovem, Peter Burke construirá toda sua obra à luz das noções de hibridismo cultural e de tradução cultural. O hibridismo cultural pressupõe a correlação entre os vários campos do saber – a antropologia, a sociologia, a história social e a história das ideias, por exemplo. Burke aponta que, ao longo de sua carreira, misturou coquetéis teóricos³. A tradução cultural, por sua vez, prevê a possibilidade de se lidar com uma miríade de culturas, que possam vir a conversar entre si, mediante a interpretação que se vier a fazer delas.

O polímata é, já à partida, um livro singular. É diferente pelo título sugestivo e intrigante. É original pela abordagem. É denso no conteúdo. É fluente na sua bela escrita. No ano passado, 2020, Peter Burke lançou esse livro simultaneamente na Inglaterra e

na tradução em língua portuguesa cuidadosamente efetuada pela Editora Unesp. Logo no princípio, ele define o polímata como alguém que se interessa por muitos assuntos e que aprende muitos assuntos. O livro se propõe a abordar, nesse sentido, a erudição no campo acadêmico: “e falar de estudiosos [*scholars*] com interesses que eram ‘enciclopédicos’ no sentido original de percorrer todo o ‘curso’ ou ‘currículo’ intelectual ou, de alguma maneira, determinado segmento importante desse círculo” (p. 20). No livro, o que Peter Burke apresenta é o que ele chama de uma “prosopografia dos sábios”, ou seja, uma biografia coletiva, que inclui um conjunto extremamente vasto – 500 pessoas – de eruditos de diferentes quadrantes, tempos e origens, homens e mulheres, que poderiam ser classificados nessa categoria de polímatas. Ainda no começo do livro, Burke assinala sua preocupação com a sobrevivência dos polímatas em uma cultura marcada pela crescente especialização.

De certa maneira, abordar o presente tema requer que se pense também nas representações coletivas existentes acerca do próprio lugar público desse tipo de intelectual. Isso abarcaria pressupostos implícitos, sistemas de crenças e compreensão do senso comum de uma cultura específica. Afinal, só se poderá ver o sujeito diferenciado a partir do que se acredita ser a normalidade, do ponto de vista cultural. A propósito – como dirá o próprio Peter Burke em outro livro, este sobre história e teoria social –, a própria acepção de cultura passou a ter um significado ampliado, compreendendo, além das manifestações eruditas, toda uma gama de “atitudes e valores de pessoas comuns e suas formas de expressão na arte e no cancionário populares, nas histórias folclóricas, nos

2 Peter Burke, *um historiador da cultura e da sociedade: as muitas faces de um intelectual polímata*, dissertação de mestrado, São Paulo, PUC/SP, 2016, p. 29.

3 Maria Lúcia García Pallares-Burke, op. cit, p. 209.

festivais etc.”⁴. Tal como veio a ser definido por cientistas políticos e por historiadores desde meados do século passado, a ideia de cultura “engloba a socialização política, isto é, os meios pelos quais o conhecimento, as ideias e os sentimentos são transmitidos de uma geração para outra”⁵. Sob tal perspectiva, o termo “cultura” abarcaria modelos historicamente veiculados, símbolos e signos, mediante os quais as pessoas se comunicam, aprendem e se dispõem diante da vida. Isso posto, Peter Burke em *O polímata* vai exatamente tentar mostrar como se comportam as pessoas que estão fora da curva relativamente ao padrão comum de conhecimento. Como tais pessoas aprendem, como elas lidam com o aprendizado e mobilizam seus saberes nas lidas cotidianas; enfim, como elas transmitem esse repertório apreendido às outras pessoas.

Para estudar os polímatas, Peter Burke tem de lidar com a ideia de fronteiras culturais, quer como travas, quer como zonas de contato que podem aproximar diferentes estilos, diferentes épocas, diferentes pertencas nacionais ou mesmo geográficas. Burke – sobre essa temática – já advertia em seu livro acerca da história cultural: “[...] muros e arame farpado não podem impedir o trânsito de ideias, mas daí não decorre que inexistam barreiras culturais”⁶. Mesmo assim, existem encontros e, sobretudo, traduções de uma cultura para outra. Entre-cruzando fontes e personagens, *O polímata*, de alguma maneira, recupera a dimensão

da narrativa na história. No livro, Peter Burke conta as histórias e as trajetórias dos sujeitos de sua pesquisa: “Tais narrativas culturais, como foram chamadas, oferecem pistas importantes para o mundo em que foram contadas”⁷. Além disso, registra ainda o historiador, “narrativas complexas, expressando uma multiplicidade de pontos de vista, são uma maneira de tornar inteligíveis os conflitos, bem como de resistência à tendência à fragmentação”⁸.

Ao iniciar seu instigante relato com os polímatas da Antiguidade, Peter Burke aborda os gregos e os romanos. Enfatiza o tratado sobre a retórica de Quintiliano, o qual destacava que o orador deveria conhecer todos os assuntos. Não se detendo no mundo ocidental, Burke passa pelos estudiosos chineses, sublinhando a cultura geral que era ministrada na educação dos futuros administradores e funcionários públicos. Depois, comenta o declínio da erudição na Alta Idade Média, a despeito da guarda dos acervos de livros e documentos nos mosteiros. Sendo assim, “à medida que os estudiosos desse período juntaram os fragmentos dos antigos saberes gregos e romanos, eles também os classificaram, tanto no currículo das escolas anexas às catedrais quanto nas enciclopédias” (p. 44). No tocante à Baixa Idade Média, Peter Burke indica a inovação que teriam representado as universidades, entre o final do século XI e o século XIII. Era como se, no mundo antigo e na Idade Média, os polímatas fossem sujeitos coletivos, que mobilizavam o conhecimento, sobretudo, com a finalidade de guardá-lo.

4 Peter Burke, *História e teoria social*, São Paulo, Editora Unesp, 2002, p. 165.

5 Idem, *ibidem*, p. 111.

6 Idem, *ibidem*, p. 153.

7 Idem, *ibidem*, p. 158.

8 Idem, *ibidem*, p. 160.

O Renascimento traz novas cores à história dos polímatas. Às sete artes liberais seriam agregadas as Humanidades, que envolviam, além da gramática e da retórica, poesia, história e ética. Como sublinha Peter Burke, “o ideal de polivalência ou do ‘homem universal’ foi promovido no próprio Renascimento” (p. 57). O projeto da época constituía-se no saber universal que os gregos haviam chamado de *encyclopaedia* – círculo do conhecimento. A ambição do período seria o domínio simultâneo de várias disciplinas. Aí temos figuras como Vittorino da Feltre, Leon Battista Alberti, Pico della Mirandola e, como não poderia deixar de ser, Leonardo da Vinci; todos eles projetando no horizonte o desejo de universalidade, ou aquilo que Pico qualificava como homem polivalente – pessoas especialistas em qualquer campo do conhecimento. Leonardo da Vinci, com certeza, é o exemplo mais clássico do sujeito que envereda por todos os ramos do saber humano, a despeito de algum nível de aparente dispersão de interesses. É como se o polímata deslizesse com ligeireza de um território a outro, nem sempre fixando aqui ou ali sua morada.

Passando para o século XVII, Peter Burke anota alguns registros de indivíduos que ele chamará de “monstros de erudição”, como Bayle, Leibnitz e Comenius. A busca por um conhecimento universal tinha aqui a característica de ser paralela à tentativa de encontrar uma harmonia universal. Era a época dos *virtuosi*, os quais, “assim como os ‘antiquários’ mais especializados, às vezes, eram criticados por perder o verdadeiro conhecimento devido à sua paixão pelos detalhes” (p. 134).

O século XVIII constituiu a era do polímata coletivo, se é que é possível dizer isso.

A proliferação de periódicos culturais, dentre os quais o *Spectator*, de 1711, e a *Encyclopédie*, de 1751, trouxe a possibilidade de conhecimentos trançados que se tornaram disponíveis ao leitor comum. Além disso, os eruditos tornavam-se, cada vez mais, intelectuais públicos, caracterizados não apenas pela variedade de seus interesses e atividades, mas também pela sua preocupação com o cenário social e político. Assim podem ser considerados Voltaire, Diderot, D’Alembert, Condorcet e tantos outros. Peter Burke aqui fala das mulheres, compara o Iluminismo francês com o escocês, com o inglês, com o espanhol e com o russo, até chegar finalmente às Américas. Comenta sobre dois polímatas importantes que, nos Estados Unidos, se dedicariam à política: Benjamin Franklin e Thomaz Jefferson.

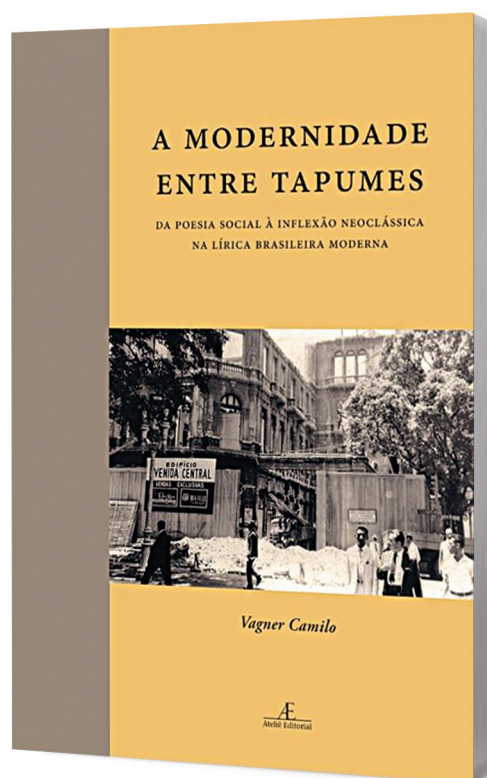
O período compreendido entre a segunda metade do século XIX e os anos 2000 é caracterizado por Burke como a “era da territorialidade”. O avanço do conhecimento sistematizado trouxe a tendência à especialização, que, por definição, “reduzia a quantidade de informações que precisavam ser dominadas” (p. 204). Isso acabou por confluir para que, no limite, o *campus* da universidade se tornasse “uma espécie de arquipélago, com muitas ilhas de conhecimento, separadas umas das outras pelas paredes dos ‘departamentos’, como eram chamados na Grã-Bretanha, ou ‘institutos’, como eram conhecidos na Alemanha e em outros lugares” (p. 210). A especialização, nessa época, foi um dado que tendencialmente provocou a fragmentação do conhecimento. Hoje vivemos parcialmente um movimento contrário, que, por sua vez, convive com a tendência anterior à qual pretendia se contrapor: há a mera coexis-

tência entre disciplinas e há também interdisciplinaridade – diz Peter Burke (p. 358).

Também para os séculos XIX e XX, Peter Burke mobiliza um conjunto significativo de polímatas – homens e mulheres – que teriam sobrevivido a essa camisa de força da especialização: Norbert Elias, Michel Foucault, Susan Sontag, só para citar alguns. Depois o historiador busca problematizar a caracterização coletiva e, sobretudo, a dimensão individual do polímata. O que impele o indivíduo para a polimatia? O livro mostra alguns dos traços típicos desse sujeito: curiosidade, boa memória, criatividade, concentração, rapidez de raciocínio, imaginação, inquietação e fôlego de trabalho... O livro trabalha também como seria a formação ou os estilos de formação pelos quais passaram os polímatas. Burke conclui sua análise mostrando como o mundo digital, o cenário presenciado pela World Wide Web, contribui ou não para a formação de novos polímatas. Dialogando com a neurociência, Peter Burke – ele próprio talvez um dos últimos polímatas – conclui dizendo que a abundância de mensagens das novas mídias digitais tem modificado o acesso e o processamento intelectual do conhecimento.

A grande questão colocada por este livro é exatamente essa. A história é – como não poderia deixar de ser – contada a partir de uma questão do presente. Como sobre-

viveriam, na realidade atual, os polímatas em uma era em que a busca no Google parece dar conta de acessar todo o universo de informação existente? Faz ainda sentido pensarmos na formação do polímata? Seria possível projetarmos uma polimatia coletiva, capaz de agregar o saber de modo a construir o conhecimento novo mediante o recurso ao entrelaçamento de áreas e à interface das disciplinas? O cenário da pandemia que assola o planeta certamente contribui para configurar novas constelações de acesso ao conhecimento. É preciso, antes de tudo, verificar como pensa e o que pensa essa juventude que hoje aprende diante das telas dos computadores. Interrogar o repertório desses jovens significa indagar por onde eles aprendem e quais são as clivagens mediante as quais eles apreendem a construção social da realidade. Essa seria a incumbência do educador que leu o livro de Peter Burke. A dimensão pedagógica da obra está exatamente em sua habilidade de recortar e trançar conceitos e objetos, disciplinas e saberes. Nas franjas do que essa história nos conta, há certamente uma lição sobre como se dará – no diálogo entre passado e futuro – o caminho para o conhecimento transdisciplinar. Por tudo isso, convido o leitor a essa leitura, que proporciona, a um só tempo, aprendizado e fruição.



Dinâmicas da história na modernidade poética

Víctor Gustavo Zonana

A modernidade entre tapumes. Da poesia social à inflexão neoclássica na lírica brasileira moderna, de Vagner Camilo, São Paulo, Ateliê Editorial/Fapesp, 2020, 592 p.

Com Baudelaire, o conceito de “moderno”, associado à categoria de “o novo”, assume uma singular importância para explicar a evolução histórica das artes. Impacta na forma em que cada escritor se coloca frente a seu tempo e ao passado. Movidas pelo imperativo de serem modernas, as vanguardas históricas postulam o ideal da ruptura com a tradição de acordo com um movimento progressivo e libertador. Pois bem, tanto da perspectiva dos próprios artistas como dos críticos, uma visão mais complexa manifesta os desajustes dessa concepção do desenvolvimento estético. As histórias das literaturas nacionais exibem movimentos de recuperação de poéticas, especialmente nos momentos em que os programas renovadores se enrijecem em sua própria retórica e perdem o potencial de novidade que os anima inicialmente.

Em *A modernidade entre tapumes*, Vagner Camilo (doutor em Teoria e História

Literárias pela Universidade de Campinas e professor de Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo) busca explicar a evolução da lírica brasileira desde a crise do Modernismo, a emergência de um retorno neoclássico e o posterior surgimento do Concretismo. Percorre as manifestações do campo desde a década de 30 até os últimos anos de 50. Sua visão é sistêmica, uma vez que atende às instâncias de produção, aos circuitos de circulação, às obras e à sua recepção. O pesquisador analisa também as relações entre teoria poética e prática artística, as intervenções no campo literário das vozes canônicas, das emergentes e também das coetâneas inclassificáveis que exibem

Texto traduzido por Cia. das Traduções.

VÍCTOR GUSTAVO ZONANA é professor da Universidad Nacional de Cuyo (Argentina) e autor de, entre outros, *Arte, forma, sentido: la poesía de Daniel Devoto* (Ediciones del Copista).

uma forma de participação particular no diálogo com as poéticas em conflito. Ele reconstrói as interações polêmicas ou amistosas na reestruturação do campo. Examina a circulação da literatura e da teoria literária estrangeira e seu impacto na conformação das poéticas dominantes no Brasil; problematiza as relações de tais poéticas com os acontecimentos histórico-sociais e a transformação do papel do escritor a partir de sua profissionalização, entre outras variáveis.

O título do livro recupera o potencial heurístico de “A um hotel em demolição”, último poema de *A vida passada a limpo* (1959), de Carlos Drummond de Andrade, interpretado como um balanço crítico do Modernismo, do giro neoclássico da geração de 45 e do construtivismo posterior (p. 542). Seguindo essa leitura, o período pode ser concebido como um canteiro de obras cercado por tapumes, que servem de advertência para os processos de demolição, remodelação e nova construção, uma analogia que permitiria repensar as dinâmicas da história literária.

O ponto de partida do trabalho é o reconhecimento do giro formalista, de caráter neoclássico, que se verifica na lírica brasileira após a Segunda Guerra, tanto nos poetas modernistas como nos da geração de 45. De acordo com o diagnóstico do autor, esta tendência não foi examinada de maneira sistemática mediante uma abordagem ampla e contrastante. Por essa razão, propõe um exame detalhado do período, concebido como encruzilhada. Trata-se de um giro que repercute de maneira diversa no campo literário, uma vez que exhibe, paradoxalmente, uma apropriação regressiva em alguns dos poetas emergentes de 45 e uma apropriação crítica e sumamente valiosa do ponto de

vista estético dos modernistas. Para Camilo, tratar-se-ia de “[...] um período que sinaliza, concomitantemente, o encerramento de um ciclo de modernização e o nascimento de um novo” (p. 16). O estudo, portanto, propõe-se como uma contribuição mais profunda e rigorosa do conhecimento do período.

Do ponto de vista teórico, o exame do problema da modernidade parte dos questionamentos de Peter Bürger em relação às teses de Adorno sobre a vanguarda, enriquecidos, entre outros, pelas contribuições de Raymond Williams, Frederic Jameson, Antoine Compagnon, sobre os “antimodernos”, e William Marx, sobre movimentos de “retaguarda” (*arrière-garde*). Baseada nesse horizonte, a análise do giro formalista de caráter neoclássico atende às causas que o motivam; à possibilidade de recuperar o impulso moderno, antes de transformar-se em convenção, mediante a recriação e reconfiguração de técnicas do passado como uma forma de resistência a uma compreensão ingênua e otimista do potencial renovador. Este marco de referência apresenta também a necessidade de compreender a dinâmica da história literária não como um movimento em uma única direção – uma sucessão de rupturas –, mas como um fluxo complexo que supõe continuidades e retornos à tradição. A partir dessas categorias, esse jogo de *corsi e ricorsi* pode ser entendido não necessária ou unicamente como um afã restaurador, mas também como a expressão da angústia frente à degradação do ideal de ruptura, quer dizer, como um modo de permanecer fiel à mística da vanguarda, não só demolindo a tradição, mas também remodelando-a e reutilizando criticamente seus procedimentos.

Do ponto de vista metodológico, Camilo trabalha com um *corpus* não

exaustivo, mas altamente representativo de poetas modernistas (Carlos Drummond de Andrade, Augusto Meyer, Jorge de Lima, Murilo Mendes) e da geração de 45 (Péricles Eugênio da Silva Ramos, Ledo Ivo, Domingos Carvalho da Silva, José Paulo Moreira da Fonseca, Bueno de Rivera, Geir Campos, Alphonsus de Guimaraens Filho, Paulo Mendes Campos, Mauro Mota, Alfonso Félix de Sousa, Thiago de Mello). Do primeiro grupo, exclui poetas que conservam traços simbolistas como Cecília Meireles ou Manuel Bandeira, uma vez que, nesses casos, o impacto do giro neoclássico é percebido de um modo menos evidente. Entende que essas restrições não atentam contra as hipóteses do livro. Quanto às vozes de enquadramento complexo, dedica um capítulo ao exame de Dantas Motta e a sua localização no sistema em relação ao Modernismo e à geração de 45.

Esse *corpus* é examinado de maneira contrastante e é interpretado à luz das variáveis do sistema literário acima mencionadas, bem como da história cultural, social e política. O foco contrastante permite reconhecer as distintas formas de assunção do giro formalista/neoclássico tanto na análise das obras poéticas como na das intervenções teóricas e críticas dos próprios autores e dos estudiosos da literatura no período compreendido pelo estudo.

O estudo divide-se em três partes fundamentais. A primeira compreende dois capítulos iniciais. No primeiro, Camilo dedica-se ao exame de *Brejo das almas* (1934) como manifestação do abandono da poética modernista e da indecisão político-ideológica de Drummond, coincidente com sua etapa de participação no governo de Getúlio Vargas como chefe de gabinete no Ministério

da Educação e Saúde Pública. Nessa coletânea o eu lírico oscila entre seus conflitos pessoais (particularmente a frustração amorosa) e o questionamento dessa preocupação individualista frente às exigências de posicionamento ideológico e participação social. O segundo capítulo analisa a passagem para uma poesia participativa de abertura ao mundo e aos outros, que é exibida de maneira progressiva em *Sentimento do mundo* (1940), *José* (1942) e *Rosa do povo* (1945). Essa abertura progressiva é analisada a partir do mapeamento cognitivo (Jameson) que o eu lírico realiza do espaço da metrópole. Em cada um desses livros, o poeta vai encurtando sua distância com a realidade social, mediante um contraponto entre o espaço interior e o exterior.

A figura de Carlos Drummond de Andrade constitui um eixo que atravessa de maneira implícita ou explícita todo o percurso argumentativo. Essa opção é fundamentada por sua relevância no sistema da lírica brasileira; mas também pelo fato de que sua reflexão teórica e crítica, suas relações com os poetas emergentes, suas avaliações em torno da produção da nova geração e sua apropriação crítica do giro formalista permitem reconstruir o processo a partir de uma visão de suma perspicácia em torno das reacomodações do sistema. Esse “horizonte Drummond” confere também uma maior organicidade ao estudo.

A segunda parte, mais ampla (capítulos III a XI), constitui o núcleo da pesquisa dedicada à análise do giro formalista/neoclássico, bem como das formas de sua manifestação nos poetas modernistas “convertidos” e na geração de 45.

No Capítulo III, um diagrama da lírica brasileira é apresentado a partir de

1945 em seu conjunto: observa-se, em primeiro plano, como o giro formalista não constitui um fenômeno somente nacional, mas se relaciona com processos artísticos presentes na Europa e na América Latina, abrangendo todas as artes (pintura, música) como uma espécie de “chamado à ordem”. Camilo detém-se em especial nas relações da geração de 45 com alguns nomes representativos, como Juan Rodolfo Wilcock, da geração neorromântica argentina de 40. Caracteriza a seguir o perfil da geração brasileira de 45, a forma em que estabelece seus vínculos, as práticas diferenciais mediante as quais se posiciona no campo literário (revistas, congressos, clubes de poesia), os eixos da reflexão teórica sobre a poesia que institui (a natureza do essencialmente poético, o hermetismo, a poesia pura, entre outros), a recuperação dominante de gêneros (ode, elegia) e formas poéticas (o soneto e os esquemas estróficos tradicionais da poesia portuguesa), o retorno a temáticas de caráter universal e a preocupação com a linguagem poética em relação ao leitor.

No Capítulo IV, Camilo reconstrói as principais discussões que marcam a crítica de poesia nas décadas de 1940 e 1950 levando em consideração as tendências formalistas e o retorno aos moldes convencionais que foram tratados até o momento. Considera a atitude da crítica frente às tendências formalistas e ao debate que gera devido não somente à rotinização das experiências vanguardistas e ao envelhecimento do moderno, mas também frente à recepção de certas teorias sobre a especificidade do poético, como, por exemplo, a do *new criticism*, cuja chegada ao Brasil coincide com a emergência do giro neoclássico. Para essa reconstrução escolhe

a figura emblemática de Sérgio Buarque de Holanda, principalmente.

A recepção da poesia e das poéticas de Eliot, Valéry e Rilke como mentores da geração de 45 é examinada no Capítulo V. A análise foca a projeção desses autores na crítica e na historiografia, em particular em torno dos conceitos de “tradição”, “clássico”, “correlato objetivo”, “impessoalidade” e “poesia pura” e nas formas em que se realiza sua recepção.

No Capítulo VI, Camilo realiza um excuro sobre a projeção da poesia de T. S. Eliot, especialmente em *The waste land*, e seus ecos no poema “A tempestade”, de José Paulo Moreira de Fonseca.

O retorno à tradição está vinculado a uma tensão estrutural em torno da modernidade a partir de Baudelaire: a relação entre o transitório e o imutável. Após examinar os modos como a crítica contemporânea interpretou essa tensão, tal como se apresenta na crítica baudelaireana (Benjamin, Jauss, Compagnon, entre outros), no Capítulo VII, Camilo identifica como esta é resolvida nos autores do período. Adverte que os poetas da geração de 45 confiam na perenidade do canto e concebem o trabalho artístico como um modo de extrair a beleza da vida, transfigurando a atualidade em eternidade, através da forma. Analisa em seus poemas a recriação da tópica horaciana do canto mais duradouro que o bronze. Por modo contrário, em poemas dos modernistas “classicizados” (Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima, Murilo Mendes), o apelo à forma é realizado de maneira crítica e permite ressaltar uma consciência muito aguda do transitório e da impossibilidade de perduração.

No Capítulo VIII e em relação à problemática da perduração do canto, são analisa-

das as recuperações das figuras míticas de Orfeu e Aníon como modos de representação do eu poético, à luz do contexto histórico e poético do Brasil. Essas recriações são interpretadas como manifestações da crise da modernidade e da configuração da poesia no campo literário e social.

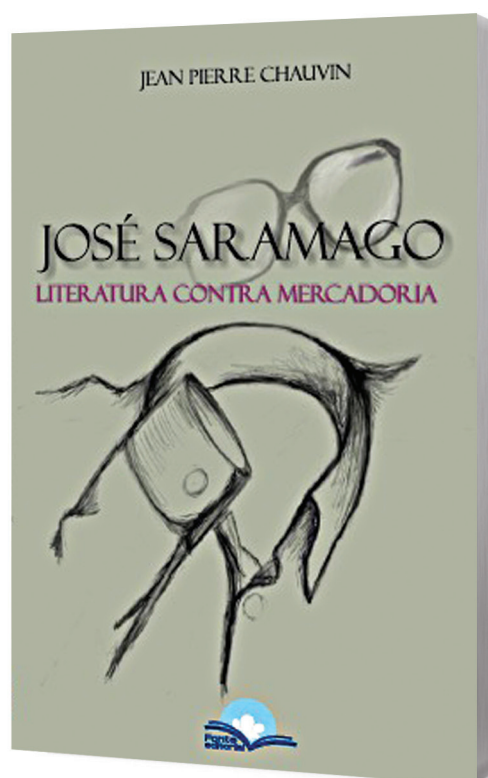
O giro formalista supõe também um “re-encontro com as matrizes clássicas da língua” (p. 429), uma reavaliação da tradição da poesia portuguesa. Nos capítulos IX e X, são analisadas distintas formas desta recuperação: o primeiro deles examina coletâneas como o *Livro de sonetos*, de Jorge de Lima, e *Últimos poemas*, de Augusto Meyer, e o seguinte, *Sonetos brancos*, de Murilo Mendes (escritos entre 1946 e 1948).

Esta segunda parte é encerrada no Capítulo XI, dedicado às *Elegias do país das gerais*, de Dantas Motta. O estudo concentra-se no enquadramento geracional do autor e suas possíveis relações com o Modernismo e com a geração emergente de 45. De acordo com Camilo, o projeto de Motta se afasta do tom elegíaco rilkiano predominante nos poetas de 45, por traços como a experimentação formal, a engenhosa adaptação das convenções clássicas da elegia pastoral e das epístolas paulinas à sua realidade social e histórica e pelo tom crítico de sua poesia. Examina também a gênese do projeto das *Elegias* através das cartas do poeta para Drummond e reflete sobre seus principais conteúdos em relação ao gênero memorialístico e às configurações do sujeito lírico nos distintos livros.

A última parte é constituída por um só capítulo (XII) e configura uma espécie de balanço do percurso argumentativo. O capítulo retoma a consideração das figuras espaciais e dos mapeamentos cog-

nitivos da grande cidade como modo de avaliar os processos de modernização e seus efeitos. A partir dessa perspectiva, o poema “A um hotel em demolição” é examinado como retrato do Rio de Janeiro e do Brasil e como reflexão filosófica em torno do problema do tempo. Além disso, relaciona esses conteúdos com a versificação do poema (pp. 549 e segs.). Por último, o estudo da versificação e das estratégias compositivas revela, como Drummond menciona ironicamente, tanto a apropriação parnasiana da forma pelos poetas de 45 como o Concretismo emergente (pp. 552 e segs.). Desse modo, Camilo mostra o caráter metapoético de “A um hotel...” que traça o curso da poesia brasileira de uma vanguarda (a de 20) a outra (a de 50).

A *modernidade entre tapumes* sustenta-se num enquadramento teórico e crítico exaustivo, atualizado, e em uma leitura atenta das obras que formam seu *corpus* de análise. Apresenta uma visão profunda e relacional do sistema da poesia brasileira entre 30 e 50. Abre, além disso, linhas de pesquisa regional ao apontar os vínculos possíveis das linhas emergentes da poesia brasileira com a lírica latino-americana no período e com outras artes. Configura também um modelo de compreensão historiográfica de uma literatura nacional a partir de um ponto de vista que estabelece relações entre autores canônicos e novos e reconhece formas de apropriação da tradição literária. Cabe destacar também que a visada global, ao estabelecer relações com a história, a sociedade, o urbanismo e as demais artes, combina-se com uma notável sensibilidade para comentar a poesia em seus aspectos temáticos e estilísticos.



É preciso um pouco de coragem

Cícero Alexsande dos Santos

José Saramago: literatura contra mercadoria,
de Jean Pierre Chauvin, São Paulo, Fonte Editorial, 2021, 120 p.

A pouco mais de um ano de se completar o centenário de nascimento do célebre José Saramago, Jean Pierre Chauvin – professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP – envolve-se na árdua tarefa de reunir seus escritos sobre o autor, com *José Saramago: literatura contra mercadoria*. Reunindo diversos escritos desde 2010, o que se percebe (supondo que escrever sobre o único escritor em língua portuguesa laureado com um Nobel traga suas dificuldades), o que se evidencia é uma leveza na leitura, como se ambos – Chauvin e Saramago – convidassem quem lê a um rico encontro. É a partir, inclusive, de uma crônica sobre encontros e desencontros que se evidencia a admiração do pesquisador pelo pesquisado.

O livro é, sem dúvida, um trabalho não só de alguém que admira, mas de um apreciador das belas letras, com olhar minucioso para os objetos que estuda. Nesse sentido,

Chauvin investe análise, comentário e crítica, respeitando o viés antimercadológico exposto no título. Ao longo dos dez textos, a crítica materialista-histórica da condição humana se faz presente em seus mais variados escopos, desde Engels, Bloch e Lukács – presentes tão logo quando o livro se abre – até as referências a que recorre como cabedal teórico, na construção generosa de sua argumentação; referências essas que caminham, também, sobre o olhar da clássica retórica e do estudo da estética. Os paratextos “Apresentação” e “Posfácio”, assinados por Márcia Valéria Zamboni Gobbi e Rejane Vecchia, respectivamente, também iluminam e muito contribuem na fatura da obra.

Nesse sentido, a coletânea de artigos proposta por Jean Pierre tem dois objetivos muito claros: apresentar Saramago a quem ainda não o conhece e elucidar (ou

CÍCERO ALEXSANDE DOS SANTOS

é mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH/USP.

fornecer caminhos interpretativos) a quem já está familiarizado com o escritor português há um quarto de tempo. Em ambos os casos, a proposta resulta bem-sucedida, devido à linguagem utilizada, que transita entre o universo da interpretação crítica e o literário. Ou, em suas palavras: “Dia desses, boto mais coragem em marcha e preencho um romance, com vistas a ampliar a galeria” (p. 12) – como se já não estivesse imerso nessa linguagem narrativa.

Nos dois primeiros textos – “Do livro ao blog e vice-versa” e “Livro sem estante” – Jean Pierre Chauvin introduz facetas de Saramago pouco conhecidas do público brasileiro: aquela do escritor que utiliza novas tecnologias; a explicitação do aspecto político como critério anticomercial. Na medida em que o blog *Caderno de José Saramago* e *O caderno* – volume físico dos escritos cibernéticos – são colocados em paralelo, o autor chama a atenção para os porquês da composição literária, numa época em que o mundo permite cada vez menos a ausência de posicionamento. Ele conclui que “a coexistência dos suportes movimenta o nome do escritor de um ambiente para outro” (p. 15); assim, dizendo coisas semelhantes, suas propostas são complementares. Levando em conta essa necessidade de se posicionar, o que se questiona no segundo capítulo é justamente o porquê de a publicação de *Folhas políticas* não ter sido realizada no Brasil simultaneamente a Portugal, em meados dos anos de 1990. Nada surpreendente observar que, assim como hoje, o Brasil do pós-ditadura não se acercava – ou pretendia não se aproximar – de alguém com a língua tão afiada como Saramago. Para além de oferecer respostas, Chauvin

questiona a recepção do público leitor e o papel do mercado editorial brasileiro.

É no terceiro capítulo que um dos recursos do pesquisador se revela: o de referenciar e aproximar diferentes produções literárias do escritor que analisa. Em “Insulamento, pulsão e ordem”, o que está em jogo é o protagonista de *Todos os nomes* – um cidadão que no alto da sua pequenez vê uma saída para o tédio do seu ofício. Propõe-se nesse texto, que é um dos mais importantes da coletânea, que esse livro de Saramago seja uma ruptura em sua própria tradição literária. Para Chauvin, não se trata mais de grandes espaços e personagens pequenas – como se vê em algumas obras da década de 1980 –, e sim de personagens ainda pequenas, mas submetidas a espaços cada vez mais claustrofóbicos, o que “parece guardar íntima relação com o grau de reflexão de determinados protagonistas” (p. 33).

Mobilizando o *Êxodo* 20:19 como epígrafe do quarto capítulo, intitulado “*Best seller* e engajamento”, Jean Pierre evoca o método dialético na ficção de Saramago: ora questiona quem lê, ora questiona a si própria; não sem antes interrogar boa parte do mundo. É nesse momento que se apresenta a ideia de que a literatura saramaguiana não serve a preencher o tédio, mas a colocar caraminholas – em sentido positivo, evidentemente – na cabeça de quem permite tê-las. Essas caraminholas são orquestradas por narradores perspicazes e personagens das camadas mais humildes e improváveis que se pode imaginar, capazes até de convidar quem lê a participar dubiamente da narrativa. Chauvin finaliza a seção com uma hipótese a ser pensada e repensada, tal qual a literatura do escritor português de Azinhaga: “A imaginação diverte, mas também emancipa” (p. 44).

É na estrada que pavimenta o livro de Jean Pierre que se encontra um capítulo intitulado “Narrativas da reificação”, onde são esmiuçadas as latitudes e longitudes dos contos “A autoestrada do sul”, de Julio Cortázar, e “Embargo”, de José Saramago. O princípio da verossimilhança é pressuposto como fator essencial para a compreensão das duas narrativas, já que a relação imediata com a realidade extradiegética parecia ser uma preocupação dos autores analisados, à época em que compuseram os seus textos. Ambos apresentam personagens que se apequenam diante de carros que se engrandecem, revelando diferentes faces dos objetos confundidos com os valores pequeno-burgueses. Assim, o engarrafamento na autoestrada ou o embargo, que resulta num automóvel independente, postos lado a lado, evidenciam que “não se trata de uma prisão forçada sobre rodas, como sugere Cortázar, mas de uma coação conduzida pela própria máquina” (p. 62), lembrando a importante reflexão de Emília Viotti da Costa¹ de que “a história é feita por homens e mulheres, embora eles a façam sob condições que não escolheram”.

Na segunda metade do volume, o pesquisador apresenta “Argumentação do Diabo”, capítulo que, na humilde opinião de quem escreve estas palavras, é o ponto alto do livro. Chauvin recorre ao pensamento de Marlise Vaz Bridi, ao afirmar que *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, por se tratar de um livro que traz à baila imagens cristalizadas no imaginário ocidental, inicia sua narrativa como a tela de Dürer, *Cru-*

cificação, produzida em 1508. No entanto, ao propor uma narrativa que simplifica as deidades – como um Jesus humanizado – e sobreleva personagens – uma Maria de Magdala com certa habilidade retórica –, o romance de José Saramago acaba por romper as molduras do quadro de Dürer, “como se a representação romanesca fosse mais realista que a imagem de quase cinco séculos atrás” (p. 78). Há um outro questionamento, com pistas para sua decifração: *O Evangelho* seria um romance histórico ou mitológico? O autor sugere que a obra esteja mais preocupada em contestar o dogmatismo, ou seja, “o questionamento é mais relevante que o dogma; a humanização é mais coerente que a providência; a narrativa é um dentre os discursos possíveis” (p. 81). A essa altura, Jean Pierre Chauvin reafirma o que pensa acerca da narrativa. Para ele, o narrador saramaguiano é multifforme e um bocado inteligente, para dizer o mínimo, pois está sempre atento aos tempos da enunciação.

O pesquisador esmiúça a análise desse narrador perspicaz, em um extenso bloco de ensaios, composto de “Dialética da cegueira” e de um longo, porém não exaustivo, exame sobre o *Ensaio sobre a cegueira*, em paralelo com *A peste*, de Albert Camus. Utilizando-se da refinada divisão da Retórica – com *R* maiúsculo –, o texto recorre a um procedimento metodológico que veio se matutando ao longo do livro. Para Chauvin, o fato decisivo é que, embora distintas, ambas as obras se circunscrevem a partir do mesmo universo: o do caos que uma pandemia pode provocar em uma sociedade. Ou os termos da equação (pandemia/sociedade) estariam ao contrário? Com perdão do gracejo, questiona-se em que medida as sociedades ali

1 *Coroas de glória – lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*, trad. Ana Olga de Barros Barreto, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 19.

narradas já não se encontravam em meio às chagas. Tempo e espaço colocam-se à prova, também, segundo o entendimento de que, no *Ensaio*, “a cegueira transforma-se em ocasião para chacoalharem a vida sistemática” (p. 107), ao passo que n’*A peste* é “o tempo [que] adquire maior relevância que os espaços percorridos pelas personagens” (p. 107) – sugerindo-se, portanto, que a relação espacial é mais relevante no romance de Saramago. A dialética, sugerida no título dado ao ensaio, ajusta-se na medida em que as duas obras propõem cegueiras ideológicas que se constroem mais pelo excesso (de tudo e de nada) que pela falta.

Completando o trajeto, *José Saramago: literatura contra mercadoria* se encerra com dois textos breves e significativos: “Que farei com este texto?” e “Poética do desnorteio”. Em ambos, parece que Chauvin tomou a coragem a que havia se referido em “Evocação”, no início do livro: o primeiro deles caminha livremente e parodia o volume *Que farei com este livro?*, de Saramago, condu-

zindo quem lê a uma viagem que não se sabe muito bem para onde vai, pois o percurso (e não a chegada) é o que mais interessa. Semelhante procedimento é adotado no capítulo subsequente – o último –, em que o pesquisador recupera livros e personagens anteriormente mencionados e os reúne numa crônica sobre o fazer prosaico-poético.

Assim, cabe dizer que o conjunto de textos que compõe o livro se desdobra numa generosa oferta a quem lê, permitindo interpretações polissêmicas. O que Jean Pierre promove, portanto, é a possibilidade de o leitor se questionar sobre Saramago, os mundos de outrora e o cenário de hoje, mais do que oferecer respostas de teor dogmático. Se ele abre o livro evocando o encontro (não efetivado) com o escritor – quando de sua vinda ao Brasil –, o que se revela ao encerrarmos a leitura de *José Saramago: literatura contra mercadoria* é que pelas palavras Jean Pierre Chauvin mantém constantes encontros com aquele que tanto admira, José de Sousa Saramago.

A **revistausp** RECOMENDA A SEUS COLABORADORES QUE ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO COM AS NORMAS ABAIXO:

1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres.
Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* (revisusp@usp.br).
2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensina e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.
3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.
4. Todos os textos devem conter resumo/*abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e palavras-chave/*keywords* (com, no máximo, cinco palavras).
5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a **revistausp** não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.
6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.
7. Para receber os exemplares da **revistausp** a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.

Assine

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em suas áreas. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo, é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta fazer um depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130010-5) em nome da Edusp - Editora da USP, CNPJ 63.025.530/0072-06, no valor de R\$ 70,00 (+ frete). Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 60,00 (+ frete). O preço da revista avulsa é R\$ 20,00 (+ frete). Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para mariacat@usp.br, juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, *e-mail* para envio da nota fiscal).

www.usp.br/revistausp
revisusp@usp.br
(11) 3091-4403

Nosso *site* pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **revistausp**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, vem sendo editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

6 Europa Central	65 20 Anos de Redemocratização	87 Música Brasileira	98 Memória	109 Democracia na América Latina	121 Artes & Letras
7 Tecnologias	66 Ano Internacional da Física	88 Humor na Mídia	99 Futebol	110 Ética e Sociedade	122 Feminismos
33 Aids	72 Ar/Fogo	89 Ciência, Tecnologia e Inovação	100 Educação	111 Música Popular Brasileira na USP	123 Histórias Culturais Transatlânticas
39 Rumos da Universidade	73 Financiamento da Pesquisa no Brasil	90 Marketing Político	101 Justiça Brasileira	112 Americanistas	124 Inteligência Artificial
47 Alternativas para o Século XXI	76 Pensando o Futuro: Ciências Exatas	91 Catástrofes	102 Metrópoles	113 Amazônia Azul	125 Saramago
50 Revista Cinquenta	78 Gestão e Política na Universidade Pública	92 Redes Sociais	103 Clima	114 Interculturalidades	126 Semiótica e Cultura
51 Saúde	80 Bibliotecas Digitais/ Bibliotecas Virtuais	93 Caminhos do Desenvolvimento	104 Energia Elétrica	115 Politicamente Correto	127 Ensino Público
54 Os Sertões: Cem Anos	83 Nabuco e a República	94 Semana de Arte Moderna	105 Universidade em Movimento	116 Pós-Verdade e Jornalismo	128 Saúde Pública
55 Revolução Virtual	84 Vinte Anos da Queda do Muro	95 Desafios do Pré-sal	106 Crise Hídrica	117 Copas do Mundo	
62 Cosmologia	85 Balanço da Crise Mundial	96 Alcoolismo	107 Saúde Urbana	119 Direitos Humanos	
64 Brasil Rural	86 Cibercultura	97 Computação em Nuvem	108 Jogos Olímpicos	120 Religião e Modernidade	

Já está programado o próximo volume: nº 130 – Independências Latino-Americanas

Você pode acessar todas as edições da **revistausp** no Portal de Revistas da USP:
www.revistas.usp.br/revusp/